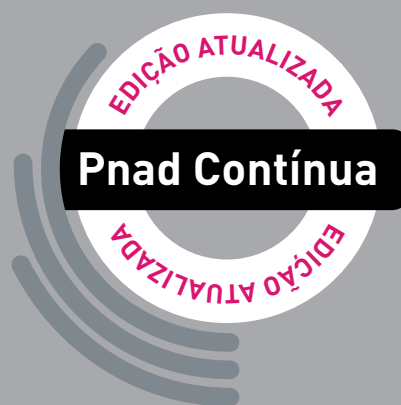




**Anuário Brasileiro
da Educação Básica**

▶ **2018**



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



MODERNA



**Anuário Brasileiro
da Educação Básica**
▶ **2018**



SUMÁRIO

Apresentação 4

Bem-vindo! 5

A Educação Brasileira em 2017 7

ESPECIAL A importância do NSE e como é calculado 11

INFOGRÁFICO Brasil 14

ARTIGO Luciano Monteiro e Priscila Cruz – Educação de qualidade para todos: prioridade nacional 18

ARTIGO Gil Castello Branco – Mais Educação = menos corrupção 19

Os Números da Educação Brasileira 21

▶ **Educação Infantil** 22

Educação Infantil – unidades da federação 27

ARTIGO Jairo Bouer – Com melhor Educação, os brasileiros teriam mais saúde? 29

▶ **Ensino Fundamental** 30

Ensino Fundamental – unidades da federação 34

▶ **Ensino Médio** 36

Ensino Médio – unidades da federação 41

ESPECIAL Por dentro da evasão dos jovens 43

INFOGRÁFICO População do campo, indígenas e quilombolas 44

▶ **Educação Especial/Inclusiva** 46

Educação Especial – unidades da federação 50

▶ **Alfabetização até 8 anos** 52

Alfabetização até 8 anos – unidades da federação 56

ESPECIAL Início desigual 57

▶ **Educação Integral** 58

Educação Integral – unidades da federação 62

▶ **Fluxo e Qualidade** 64

Fluxo e Qualidade – unidades da federação 69

ESPECIAL Perspectiva socioeconômica do Ideb 71

INFOGRÁFICO De olho na qualidade 72

INFOGRÁFICO Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 76

▶ **Escolaridade** 78

Escolaridade – unidades da federação 81

ARTIGO Ilona Szabó – Há solução para a violência brasileira e ela passa pela Educação de qualidade 83

▶ **Alfabetização – 15 anos ou mais** 84

Alfabetização – 15 anos ou mais – unidades da federação 86

INFOGRÁFICO Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional 88

▶ **EJA – Educação de Jovens e Adultos** 90

EJA – Educação de Jovens e Adultos – unidades da federação 93

▶ **Educação Profissional** 94

Educação Profissional – unidades da federação 97

ARTIGO Rafael Lucchesi – A escola precisa dialogar com o mundo do trabalho 99

▶ **Educação Superior** 100

Educação Superior – unidades da federação 104

ARTIGO Roseli de Deus Lopes – Educação e Inovação 106

▶ **Professores – Formação** 107

Professores – Formação – unidades da federação 111

▶ **Professores – Remuneração e Carreira** 114

Professores na Educação Básica – unidades da federação 116

▶ **Gestão Democrática** 117

▶ **Financiamento** 120

Financiamento – unidades da federação 124

Glossário 126

Metodologia 139

Notas Técnicas 140

Estados 145

Índice Remissivo 173

APRESENTAÇÃO

Esta sétima edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica traz, novamente, sua contribuição para a discussão dos problemas brasileiros a partir do ponto de vista da Educação.

Para quem se habituou a consultar esse estudo ou para quem o folheia pela primeira vez, é importante ressaltar que a proposta do Anuário vai muito além da compilação dos principais dados estatísticos sobre a Educação brasileira.

O Anuário é uma narrativa dos nossos desafios enquanto nação na busca por assegurar o direito à aprendizagem. Por isso, as tabelas e gráficos que fazem parte desta edição invariavelmente são acompanhados de textos explicativos, que enfatizam aspectos que precisam ser ressaltados, e também de artigos, com comentários de especialistas sobre grandes temas da Educação.

Há dois focos editoriais principais que se mantêm, a cada edição: o primeiro, naturalmente, diz respeito à própria natureza da publicação, que se orienta para o acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. As 20 metas do PNE são o eixo dorsal para a organização das informações e análises que permitem perceber e avaliar os avanços, a estagnação ou mesmo os retrocessos.

O segundo foco do Anuário projeta luzes sobre as desigualdades que caracterizam nosso sistema de ensino. Em um país complexo como o Brasil, não basta ver a realidade pela lente das médias: é preciso entender quais os fatores que interferem para que se produzam os extremos que nos caracterizam: a pobreza, as questões de raça/cor, o desenvolvimento regional desigual.

Dessa forma, queremos que o Anuário seja entendido como um serviço para a sociedade brasileira, permitindo a construção de melhores reportagens (para os jornalistas), melhores políticas públicas (para os legisladores e gestores do Executivo), informações de qualidade (para os pesquisadores), pontos de vista mais embasados para todos, ampliando a consciência da sociedade sobre o quadro da Educação brasileira.

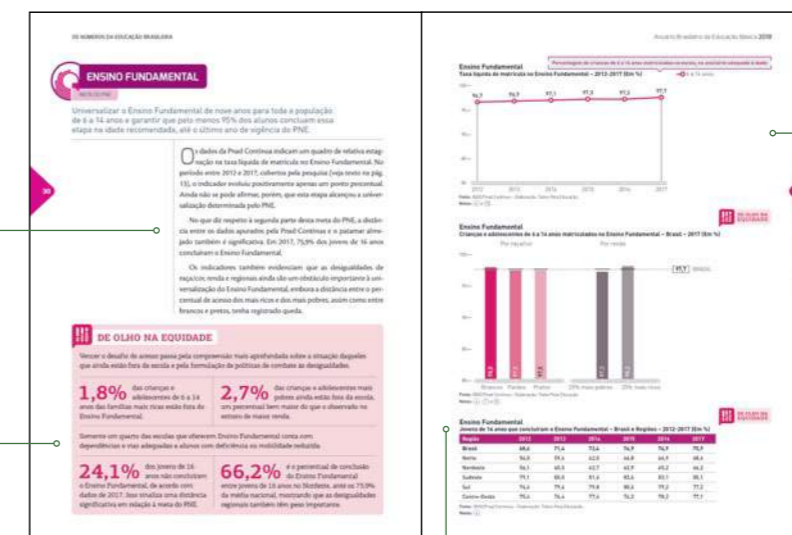
Boa leitura!

Bem-vindo!

O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Para cada uma das metas foi reservado um conjunto de páginas, que trazem os principais dados do tema abordado. Além disso, o texto de abertura, artigos de especialistas, infográficos especialmente elaborados para esta edição e o glossário ajudam a dar uma visão geral do quadro educacional brasileiro. Na parte final, o leitor tem um painel dos desafios do ensino por unidade da federação.

O texto de abertura dá um panorama do tema e do esforço para alcançar a meta do PNE.

Gráficos e tabelas trazem dados do Brasil, das regiões e das unidades da federação.



O Anuário coloca em relevo as estatísticas que mostram a desigualdade de oportunidades educacionais, no quadro "De Olho na Equidade" e em todos os gráficos e tabelas que trazem o selo identificador dessa abordagem.

A publicação adotou um parâmetro ligado ao contexto socioeconômico dos alunos para permitir um olhar mais profundo sobre a questão da equidade. Trata-se do Nível Socioeconômico (NSE), cuja metodologia está detalhada na página 11.

Veja os dados de acesso, fluxo e conclusão atualizados em:



ou todospelaeducacao.org.br

Acesse o Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) e acompanhe notícias, análises e o monitoramento dos indicadores referentes às 20 metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Organização
Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto
Fernando Leal, Paulo de Camargo,
Mariana Mandelli e Paula Bosi

TODOS PELA EDUCAÇÃO
Diretor de Políticas Educacionais
Olavo Nogueira Filho

Diretor de Mobilização
Rodolfo Araújo

Gerente de Políticas Educacionais
Gabriel Corrêa

Coordenadora de Mobilização
Mariana Mandelli

Coordenador de Projetos
Caio Callegari

Produção técnica
Fernando Rufino
Mária Laura Gomes Lopes

EDITORIA MODERNA
Karyne Arruda de Alencar Castro

Gerência de Design e Produção Gráfica
Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e Capa
APIS design integrado, Marta Cerqueira Leite

Edição de arte e editoração eletrônica
APIS design integrado

Infografia
APIS design integrado, William H. Taciro

Ilustrações
Mario Kanno, APIS design integrado

Revisão
Paula Bosi, Todos Pela Educação

Coordenação de pesquisa iconográfica
Luciano Baneza Gabarron

Pesquisa iconográfica
Maria Magalhães

Coordenação de bureau
Rubens M. Rodrigues

Tratamento de imagens
APIS design integrado

Pré-impressão
Alexandre Petreca, Everton L. de
Oliveira Silva, Denize Feitoza Maciel,
Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa

Coordenação de produção industrial
Wendell Jim C. Monteiro

Impressão e acabamento

TODOS PELA EDUCAÇÃO
www.todospelaeducacao.org.br

EDITORIA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento:
Tel. (0__11) 2602-5510
www.moderna.com.br
2018 • Impresso no Brasil

*“Aprender é construir, reconstruir,
constatar para mudar, o que
não se faz sem abertura ao risco
e à aventura do espírito.”*

Paulo Freire



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2017

A crise econômica, política e social brasileira se prolongou em 2017, tornando todo cenário imprevisível, ainda mais em um ano de eleições. Mais do que nunca, é urgente que a Educação ganhe prioridade na pauta nacional para que o País se desenvolva de forma mais justa.

A Educação como prioridade: o único caminho

A realização das eleições para Presidência da República e para Governo de Estado, em meio a uma das mais graves crises políticas, econômicas e sociais da recente história do Brasil, deve recolocar necessariamente a Educação no coração dos debates sobre o futuro do País.

Se é verdade que não se pode esperar que parta apenas da escola a solução para todos os problemas, há evidências científicas suficientes para afirmar que as principais mazelas das quais a sociedade brasileira padece há décadas – ou, por que não dizer, séculos – relacionam-se a um sistema educativo de baixa qualidade, que amplia e perpetua as diferenças de oportunidades para brasileiros pobres e ricos.

Por isso, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018 foi planejado e produzido com um triplo objetivo:

1. Reafirmar sua razão de existência, como um observatório para a defesa e o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, certamente uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira nesta década. Para além de propostas de governos, o PNE é um instrumento de uma política de Estado, que deve ser mantido e implementado integralmente. Foi o PNE que impulsionou um passo fundamental para a melhoria da Educação brasileira, em 2017, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

2. Estimular e contribuir para os debates sobre Educação na fase das campanhas políticas, subsidiando a discussão com informação de qualidade. Em tempos de *fake news*, a informação confiável permite a tomada de decisões corretas a partir de pontos de vista bem-informados. Mais do que nunca, nestas eleições, é importante que o eleitor procure discernir entre as promessas vazias do discurso de convencimento político e as propostas consistentes, realistas e de longo prazo para transformar a Educação.
3. Por fim, quando finalizadas as eleições, este Anuário coloca-se ao lado dos novos mandatários e de suas equipes para a construção de uma agenda de prioridades educacionais. As informações e análises que constam do Anuário são concebidas e organizadas de forma a garantir a fácil leitura e compreensão dos principais desafios do sistema educacional, traduzidos nas metas do PNE. É um verdadeiro retrato da Educação brasileira, que se renova ano a ano.

PNE: por sistema de qualidade e equitativo

É histórica a dificuldade brasileira de transformar, no campo da ação política, projetos em realizações ou de fazer boas leis de fato impactarem a realidade. Há um quê de descrença que acompanha as boas propostas e, quando algumas metas estabelecidas no PNE ficam para trás, pode parecer que nada avançou.

O Plano Nacional de Educação é um instrumento de uma política de Estado, que deve ser mantido pelos governos.

A informação confiável permite a tomada de decisões corretas a partir de pontos de vista bem-informados.

DADOS GERAIS

Os números da Educação Básica expressam a dimensão dos ensinos público e privado no Brasil e, assim, também ajudam a avaliar o tamanho do desafio no horizonte dos gestores e educadores

Educação Básica Matrículas – 2016

	Todas as redes	Rede Pública	Rede Privada
Educação Básica	48.817.479	39.834.378	8.983.101
Educação Infantil	8.279.104	5.895.604	2.383.500
Ensino Fundamental	27.691.478	23.049.773	4.641.705
Ensino Médio	8.133.040	7.118.426	1.014.614
Educação Profissional	1.859.940	1.097.716	762.224
Educação de Jovens e Adultos	3.482.174	3.273.439	208.735
Classes especiais e Escolas especializadas	174.886	46.029	128.857

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: (3).

Educação Básica Estabelecimentos – 2016

	Todas as redes	Rede Pública	Rede Privada
Educação Básica	186.081	146.065	40.016
Educação Infantil	117.191	84.975	32.216
Ensino Fundamental	134.523	110.461	24.062
Ensino Médio	28.354	20.083	8.271
Educação Profissional	7.937	4.742	3.195
Educação de Jovens e Adultos	31.964	29.996	1.968
Classes especiais e Escolas especializadas	3.619	1.868	1.751

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (1) e (2).

Educação Básica Docentes – 2016

	Todas as redes
Educação Básica	2.196.397
Educação Infantil	540.567
Ensino Fundamental	1.413.495
Ensino Médio	519.883
Educação Profissional	134.440
Educação de Jovens e Adultos	247.830
Classes especiais e Escolas especializadas	27.947

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: (3).

Mas cabe lembrar que o PNE foi, antes de tudo, legitimado pela participação de milhares de brasileiros, pelo processo legislativo e pelas discussões que envolveram políticos, pesquisadores, professores, entidades de classe, organizações não-governamentais, movimentos focados na qualidade da Educação, entre muitos atores da sociedade civil.

Foi essa agenda que permitiu um olhar amplo sobre a maior parte dos desafios que fazem parte da construção de um sistema educacional de qualidade, equitativo, justo, atual. E, desde então, muitos passos importantes foram dados.

Vale dizer que, pela primeira vez, crianças e adolescentes brasileiros, em um País tão marcado pela extrema diversidade regional, têm assegurado o direito de aprender um certo conjunto de conhecimentos, enquanto frequentam as mesmas séries, seja em qual lugar do Brasil eles estejam. Isso é um passo fundamental para o desenho de políticas públicas de Educação mais eficientes, para a avaliação mais precisa do

desenvolvimento do ensino, para o planejamento pedagógico, para a formação dos professores, entre tantas dimensões importantes.

Portanto, em tempos de troca de governantes, o Brasil precisa apostar na continuidade das políticas públicas em Educação, sem que se reinvente a roda, sem que se desperdicem recursos em medidas de última hora, alheias à realidade social brasileira.

Há evidências científicas, estudos, dados de pesquisa, avaliações em quantidade e qualidade suficientes para a tomada de decisões

Estabelecimentos da Educação Básica por Nível Socioeconômico (NSE) – 2016

	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Todos os NSEs	186.081	100	146.065	100	40.016	100
NSE muito baixo	1.276	0,7	1.267	0,9	9	0,0
NSE baixo	6.969	3,8	6.928	4,7	41	0,1
NSE médio-baixo	14.030	7,5	13.930	9,5	100	0,3
NSE médio	16.966	9,1	16.537	11,3	429	1,1
NSE médio-alto	20.922	11,2	19.762	13,5	1.160	2,9
NSE alto	8.376	4,5	5.496	3,8	2.880	7,2
NSE muito alto	3.091	1,7	99	0,1	2.992	7,5
Sem informação de NSE	114.451	61,5	82.046	56,2	32.405	81,0

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar e MEC/Inep/INSE – Elaboração: Todos Pela Educação.

Matrículas na Educação Básica por Nível Socioeconômico (NSE) – 2016

	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Todos os NSEs	48.817.479	100,0	39.834.378	100,0	8.983.101	100,0
NSE muito baixo	279.661	0,6	278.478	0,7	1.183	0,0
NSE baixo	2.203.746	4,5	2.197.559	5,5	6.187	0,1
NSE médio-baixo	6.088.117	12,5	6.055.923	15,2	32.194	0,4
NSE médio	8.534.370	17,5	8.344.431	21,0	189.939	2,1
NSE médio-alto	11.941.293	24,5	11.415.748	28,7	525.545	5,9
NSE alto	4.709.038	9,7	3.308.013	8,3	1.401.025	15,6
NSE muito alto	1.993.831	4,1	85.283	0,2	1.908.548	21,3
Sem informação de NSE	13.067.423	26,8	8.148.943	20,5	4.918.480	54,8

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar e MEC/Inep/INSE – Elaboração: Todos Pela Educação.

ESPECIAL A IMPORTÂNCIA DO NSE E COMO É CALCULADO

Criado em 2014, o indicador de Nível Socioeconômico (NSE) vem apresentando um papel cada vez mais relevante na análise das desigualdades relacionadas à Educação. Ao situar em estratos socioeconômicos os alunos que compõem o universo das avaliações realizadas pelo Inep, permite comparar resultados educacionais de acordo com esse critério.

Os dados são obtidos a partir da resposta dos alunos a questionários específicos elaborados pelo Inep. As perguntas se referem a:

- Posse de bens no domicílio;
- Contratação de serviços, como mensalista ou diarista;
- Renda familiar mensal;
- Escolaridade do pai e da mãe.

Os alunos são, então, divididos em sete níveis, com características bem definidas:

Muito Baixo. Este é o menor nível da escala. Caracteriza-se pela posse de bens elementares e renda familiar mensal de até 1 salário mínimo. Os pais ou responsáveis possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino.

Baixo. Neste estrato, as casas contam com bens complementares, como videocassete ou DVD. A renda familiar mensal é de até 1 salário

mínimo e os pais possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino.

Médio-Baixo. Com mais bens complementares e acesso à internet, nesse nível os alunos têm renda familiar mensal entre 1 e 1,5 salário mínimo. Os pais possuem Ensino Fundamental completo (ou estão cursando).

Médio. A renda familiar deste estrato varia entre 1,5 e 5 salários mínimos. Assim como nos níveis anteriores, os pais possuem Ensino Fundamental completo ou estão cursando essa etapa de ensino.

Médio-Alto. Nesse nível, as casas dos alunos contam com uma quantidade maior de bens e a renda familiar mensal também é maior (entre 5 e 7 salários mínimos). Os pais completaram o Ensino Médio.

Alto. Estrato com renda familiar superior a 7 salários mínimos e pais que completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Muito Alto. No topo da escala, as famílias dos alunos contratam mensalistas ou diaristas (até duas vezes por semana) e possuem renda acima de 7 salários mínimos. Os pais completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

políticas e técnicas bem-fundamentadas. Este Anuário Brasileiro da Educação Básica procura oferecer um amplo painel das informações públicas disponíveis, além de recortes específicos que reforçam a compreensão sobre um dos maiores problemas do sistema brasileiro: a desigualdade.

A Educação na base de tudo

Mas, em vésperas de eleição, este Anuário Brasileiro da Educação Básica vem fazer um alerta para o qual nem sempre os que são eleitos estão atentos: não priorizar a Educação desencadeia um conjunto de consequências que afetam toda a vida social. A corrupção, a doença, o desemprego e a violência podem ser interpretados também como efeitos de uma sociedade incapaz de garantir às suas novas gerações uma Educação de efetiva qualidade.

Em um país chocado por escândalos de corrupção, é preciso ler o artigo do economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, neste Anuário. “Há forte correlação entre os países menos corruptos e os que possuem melhor Educação”, escreveu.

Da mesma forma, em um Brasil com filas nos hospitais, saturados e sem equipamentos, os políticos precisam ler a receita do médico Jairo Bouer, na página 29. “Não existe Educação de qualidade sem saúde, assim como é difícil imaginar uma população saudável com baixo nível educacional”.

Um sistema educacional frágil também limita a produção de mais cientistas, inovações, patentes, mais desenvolvimento científico-tecnológico. Essa verdade, que soa uma tautologia, ainda não foi compreendida pelos governos. “Se queremos um país melhor, com pessoas que transformam o mundo, por meio de sua produção científica e tecnológica de impacto, é vital garantir Educação de qualidade para todos agora”, escreve Roseli de Deus Lopes, membro da diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

E, assim, as mazelas sociais estendem-se para todos os campos, e desembocam em uma economia que não consegue galgar novas posições na corrida por patamares mais altos de participação nas cadeias globais de valor. “Somente 18% dos nossos jovens vão para a universidade. O restante ingressa no mercado sem as competências exigidas. Para 53% dos empresários brasileiros, a qualidade da mão de obra é o principal entrave ao aumento da competitividade”, enfatiza Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai e membro do Conselho Nacional de Educação.

Os números aqui públicos e as análises que constam desta edição não deixam margem para dúvidas sobre qual deveria ser o norte de

SAIBA MAIS

SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A PNAD CONTÍNUA

O presente Anuário é marcado pela transição entre as duas formas de acompanhamento dos indicadores populacionais da Educação. Na edição impressa, trazemos indicadores baseados na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad), cuja última aplicação ocorreu em 2015. Apesar de não trazer os dados mais atualizados, esses indicadores apresentam consistência metodológica já avaliada no âmbito do debate educacional.

Paralelamente, o Anuário deste ano traz uma edição virtual suplementar, disponível com indicadores calculados pela *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PnadC ou Pnad Contínua) para os anos de 2012 até 2017. Essa pesquisa é sucessora da Pnad e está em fase final de consolidação, de forma que o cálculo de indicadores ainda pode vir a mudar para se adaptar melhor ao novo formato – de coleta e divulgação – que ela traz. Ainda assim, já é possível trazer ao leitor uma visão sobre os últimos desenvolvimentos da Educação nacional. A partir de 2019, o Anuário Brasileiro da Educação Básica passará a utilizar somente os dados da Pnad Contínua.

No âmbito de uma reformulação visando maior eficiência, coerência e comparabilidade entre suas pesquisas domiciliares, além da produção mais frequente de indicadores, o IBGE iniciou a implementação do *Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares*. Isso se deu com a aplicação da Pnad Contínua em 2012 – de forma que, entre esse ano e 2015, tanto a Pnad como a Pnad Contínua foram realizadas. Além da Pnad Contínua, o sistema inte-

grado compreende outras pesquisas de abrangência nacional, como a *Pesquisa Nacional de Saúde* e a *Pesquisa de Orçamentos Familiares*.

A diferença mais clara entre a Pnad Contínua e a Pnad está na periodicidade: enquanto a pesquisa antiga era feita uma vez ao ano, a sua sucessora está em constante realização, organizando-se em ciclos trimestrais. A partir desses ciclos, é produzido um conjunto de indicadores mensais, outro conjunto de indicadores trimestrais e ainda outro anual. Se as entrevistas da Pnad eram todas feitas na última semana completa de setembro, a nova pesquisa mantém um ritmo uniforme de aplicação em todos os meses.

Essa diferença, por si só, gera uma disparidade fundamental nas medidas produzidas por esses levantamentos. Como exemplo, podemos observar o caso do atendimento escolar: por haver abandono, a taxa de indivíduos frequentando a escola vai caindo ao longo do ano. Por isso, quando uma Pnad Contínua do 3º trimestre é comparada com a Pnad daquele mesmo ano, há uma diferença nos resultados obtidos para esse indicador pelo fato da pesquisa antiga se basear na última semana de setembro, ao passo que a nova se baseia em entrevistas feitas em todas as semanas de julho a setembro. Assim, ainda que a única diferença entre as duas pesquisas fosse essa, a PnadC produziria indicadores diferentes dos da Pnad.

Por essa e por outras divergências, como a existente no processo de amostragem, os resultados da Pnad e da Pnad Contínua não são comparáveis entre si.

▶ VEJA MAIS EM:

Notas Técnicas PnadC – v1.5:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101561>

Diferenças entre Pnad e PnadC:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf

todo gestor de políticas que assume o desafio de mudar o Brasil. Só teremos uma democracia mais sólida, um povo com mais saúde, uma sociedade menos violenta, mais emprego, uma força de trabalho mais produtiva, um país mais justo se o Estado for capaz de garantir aos brasileiros uma Educação fundada no princípio do direito à aprendizagem de qualidade. Todos os caminhos passam pela Educação.

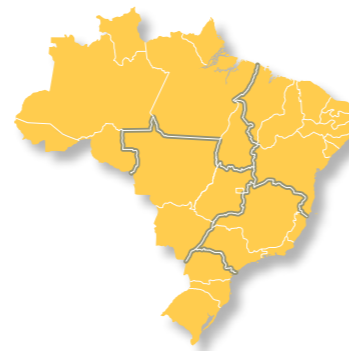
Veja os dados de acesso, fluxo e conclusão atualizados em:



ou
todospelaeducacao.org.br

BRASIL

Este infográfico busca oferecer um panorama sobre a Educação brasileira, desde o número de matrículas, com destaque para a população rural, indígenas e quilombolas, aos resultados das avaliações de aprendizagem, passando pela formação dos professores e pela infraestrutura das escolas. A partir da pág. 145, você encontra um retrato semelhante para cada um dos 26 estados e para o Distrito Federal.



Com uma área total de 8,5 milhões de km², o Brasil conta com 5.570 municípios e mais de 186 mil estabelecimentos de ensino.

POPULAÇÃO:
204,8 milhões
de pessoas

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.443,86

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EM 2016)

48,8 milhões

NO CAMPO:
5,2 milhões



98,2%
das crianças e dos jovens de 6 a 14 anos estavam na escola, em 2015, na zona rural

NA EDUCAÇÃO INDÍGENA:
232,7 mil



69,9%
A maioria das escolas indígenas tem aulas utilizando a língua indígena

EM ESCOLAS DE ÁREAS QUILOMBOLAS:
218,4 mil



33,4%
Cerca de um terço das escolas quilombolas conta com material específico para este grupo étnico

ESCOLARIDADE MÉDIA (EM 2015)

DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS:
10,1 anos
de estudo

DA POPULAÇÃO URBANA DE 18 A 29 ANOS:
10,3 anos
de estudo

DA POPULAÇÃO RURAL DE 18 A 29 ANOS:
8,3 anos
de estudo

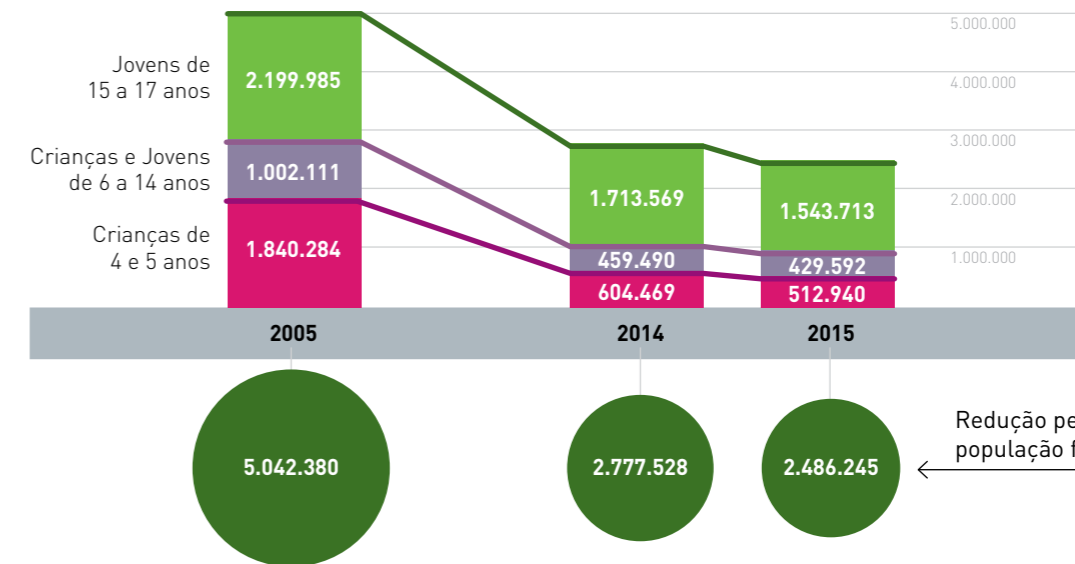


Fontes: Estimativas de população 2017 / IBGE. Sistema de Contas Regionais 2015 / IBGE e estimativas de população 2015 / IBGE. Elaboração: Todos Pela Educação.

CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA

2,5 milhões

NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA
Por faixa etária - Brasil - 2005, 2014 e 2015



Redução pela metade da população fora da escola

Fonte: Todos Pela Educação.

PROFESSORES (EM 2016)

2,2 milhões

É O TOTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

77,5% têm Ensino Superior completo

34,4% têm pós-graduação



A melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar é uma das condições para elevar a qualidade do ensino.

INFRAESTRUTURA

85,7%

DAS ESCOLAS PÚBLICAS CONTAM COM INFRAESTRUTURA BÁSICA

44,8%
contam com biblioteca ou sala de leitura



Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

BRASIL



NO BRASIL, DE CADA

100 estudantes que ingressam na escola



86 concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



76 concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



59 concluem o Ensino Médio aos 19 anos

AO FINAL DESTA ETAPA DE ENSINO:



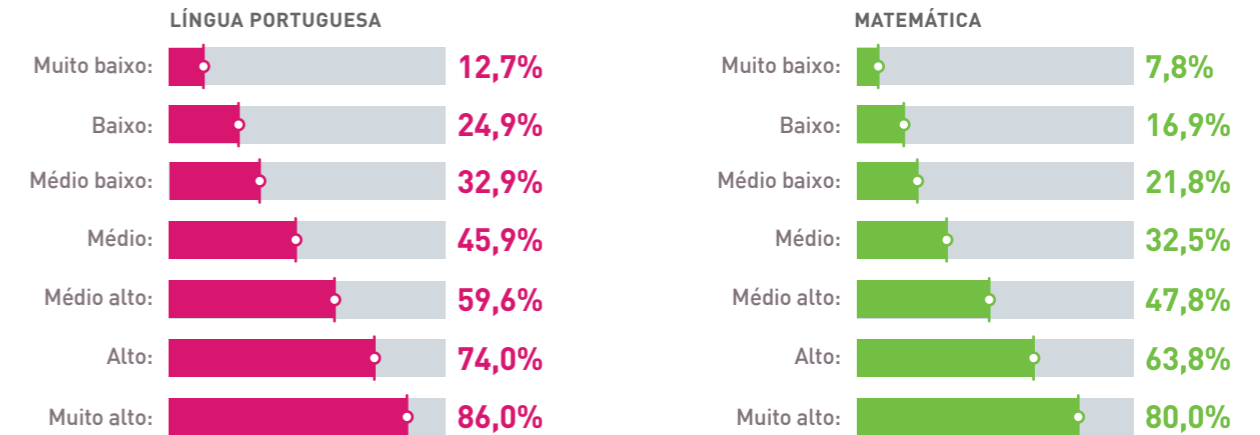
Fonte: IBGE/Pnad 2015 – Elaboração: Todos Pela Educação, MEC/Inep/Daeb – Elaboração: Todos Pela Educação.

A Meta 3 do Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano.

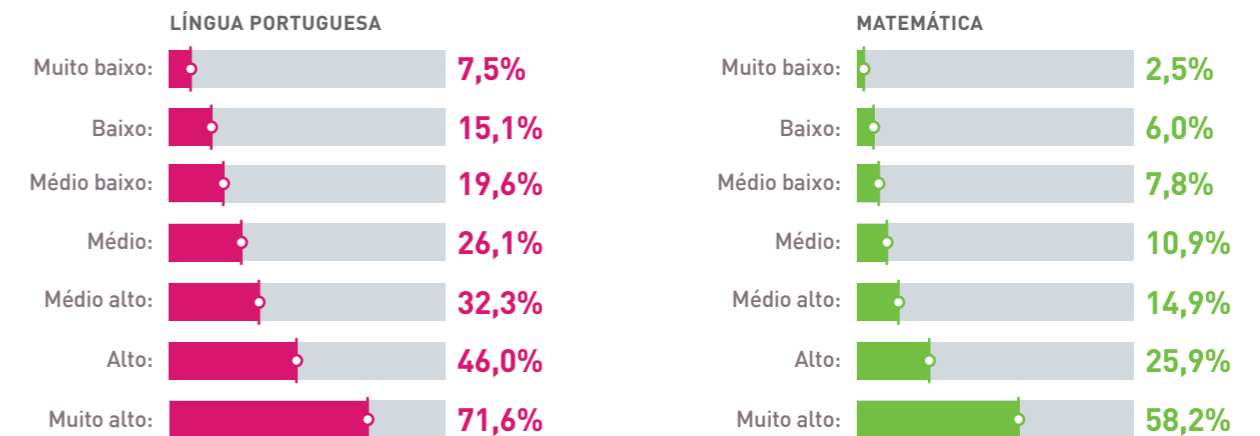
APRENDIZAGEM

PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA Por Nível Socioeconômico (NSE) da escola – 2015

5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – 2015

EF Anos Iniciais: **5,5** | EF Anos Finais: **4,5** | Ensino Médio: **3,7**

AValiação Nacional da Alfabetização (ANA)



Educação de qualidade para todos: prioridade nacional

Urgente e prioritário, o desafio de redução da desigualdade educacional está presente em documentos de governo, nas pesquisas, nos discursos políticos e no centro do Plano Nacional de Educação. Está explícito também, entre outras, nas metas 4 e 10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda global da ONU, firmada entre os países e referendada pelo Brasil.

Embora a redução da desigualdade seja um problema de escala planetária, é sabido que o Brasil tem seu desafio particular, já que ocupa as primeiras posições entre as sociedades mais desiguais do mundo.

Dados publicados no final de 2017 pelo projeto *World Wealth and Income Database (WID)* alertaram para o fato de que o grupo 1% mais rico da população mundial soma 20% da renda global. No Brasil, citado no estudo como uma das fronteiras da desigualdade planetária, o grupo 1% mais rico concentra 28% da renda do País.

Tal cenário reflete-se no nosso sistema educacional, uma vez que o nível socioeconômico dos alunos pode impactar os resultados educacionais. Como há ausência ou pouca intencionalidade nas políticas públicas para a equidade, nossos resultados são muito desiguais e baixos, levando o País aos últimos lugares das avaliações internacionais. As chances de um país reverter processos de segregação, distribuir renda, implementar políticas de saúde e segurança, melhorar a qualidade de vida estão diretamente ligadas à capacidade de ofertar Educação de qualidade para todos.

Assim, assegurar o direito à aprendizagem é um eixo estruturante para as políticas sociais como um todo, como demonstram os artigos publicados nessa edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica, assinados por autores reconhecidos em suas áreas.

É importante notar que essa não é somente a percepção de especialistas, mas uma convicção

da sociedade brasileira. Uma recente pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o movimento Todos Pela Educação, mostrou que 77% da população credita à baixa qualidade da Educação os problemas de violência. Da mesma forma, 6 em cada 10 brasileiros vê nas deficiências do ensino uma das raízes da corrupção.

Outro dado fundamental da pesquisa é a consciência demonstrada pelos brasileiros sobre a falta de prioridade política. Para quase 80%, os governos não possuem o comprometimento adequado para garantir a qualidade da Educação.

Diante disso, priorizarmos a qualidade do ensino com equidade, implementando políticas públicas focalizadas nos alunos mais pobres ou vulneráveis, torna-se um imperativo moral. São fartas as evidências científicas e há consenso no discurso político sobre o diagnóstico das causas e consequências da iniquidade educacional brasileira. O que falta, então, para enfrentarmos de fato e com coragem, de forma articulada e contínua, as causas e os efeitos da desigualdade na Educação?

Essa é uma pergunta que deve ser respondida pelos que assumirão ou darão continuidade, em breve, aos postos executivos, bem como para os que receberam e receberão o mandato legislativo. Ao priorizarem a Educação, os eleitos não podem se esquecer do PNE, uma vez que o plano trouxe consigo a visão de que Educação é uma política de Estado e deve sobreviver a mandatos e partidos.

O ano de 2018 é crucial para o Brasil. É preciso que os políticos e a sociedade tenham clareza do quão fundamental é olharmos para a Educação Pública como uma trilha necessária para, enfim, construirmos um País mais justo para todos.

Luciano Monteiro

Diretor de Relações Institucionais da Santillana no Brasil.

Priscila Cruz

Presidente-executiva do Todos Pela Educação.

Mais Educação = menos corrupção

O suíço Roger Federer é considerado o maior tenista de todos os tempos. Em fevereiro, em um jogo contra o holandês Robin Haase, aconteceu fato inusitado. Após Federer efetuar o primeiro saque, a bola bateu próximo à linha lateral. A torcida aplaudiu o que seria um "ace", ou seja, um saque perfeito, indefensável. Os juízes nada viram de errado, tampouco o adversário. Como Federer se comportava como se tivesse errado o saque, o próprio Haase o alertou: "Roger, ninguém disse que a bola saiu". Federer respondeu: "Mas eu vi, saiu".

A consciência esportiva e ética de Federer pode não ter sido um acaso. A Suíça, conforme o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), divulgado em fevereiro pela ONG Transparência Internacional, é o terceiro país menos corrupto do mundo, atrás apenas da Nova Zelândia e da Dinamarca. Obteve a nota 85 em escala que vai de zero (os mais corruptos) a cem (os mais íntegros). De 2016 para 2017, melhorou duas posições no ranking.

Como há forte correlação entre os países menos corruptos e os que possuem melhor Educação, os suíços também se destacam no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme os dados mais recentes, os jovens suíços são os melhores da Europa em matemática e também são bons em leitura e ciências. O país, inclusive, é recorde de prêmios Nobel por habitante.

O Brasil, infelizmente, está mal em ambos os indicadores. Foi o 96º colocado no IPC, tendo caído 17 posições de 2016 para 2017, e o 62º na média das notas do PISA (matemática, ciências e leitura). Os alunos brasileiros (entre 15 e 16 anos) estiveram muito aquém do desejado. Em ciências, 57% ficaram abaixo do limite considerado como satisfatório. Em leitura (51%) e matemática (70%), a maioria dos estudantes também não atingiu o padrão básico mínimo.

O combate à corrupção no Brasil passa pela punição exemplar dos corruptos e, necessariamente, pelo aprimoramento da Educação, em todos os seus níveis, como prevenção primária. O aumento da violência, as desigualdades sociais, a precariedade da saúde, a baixa produtividade e o crescimento pífito da economia também são consequências da má Educação que condena a nação ao atraso.

Mas há avanços. O estado de Pernambuco possui os melhores resultados do País no Ensino Médio (Goiás é o segundo colocado), etapa em que o Brasil é mal classificado internacionalmente. No Ceará, 18% do ICMS (que é destinado aos municípios) é investido na Educação e distribuído conforme a eficiência das prefeituras na questão escolar. Os professores recebem o 14º salário, se atingirem metas. Há cooperação entre o Estado e os municípios para formação de professores e apoio pedagógico. Ainda no Ceará, o nível de aprendizado dos alunos é monitorado, as famílias são integradas às escolas e a gestão escolar possui critérios técnicos, sem descontinuidade por politicagem. A porcentagem de crianças analfabetas caiu de 32% para 0,7% em menos de 10 anos. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 77 escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais cearenses estão entre as 100 melhores do País. São exemplos que precisam ser compartilhados e ampliados para que tenham escala nacional.

Neste ano, muito iremos ouvir sobre a Suíça, adversária do Brasil na Copa do Mundo. No futebol, somos superiores, mas no combate à corrupção e na Educação perdemos de goleada. Tal como Federer, precisamos reconhecer que estamos, há muitos anos, colocando a bola fora. Esse é o jogo que precisamos ganhar. Educação já!

Gil Castello Branco

Economista e fundador da organização não-governamental Associação Contas Abertas (gil@contasabertas.org.br).

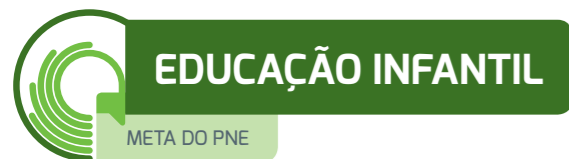
“O principal objetivo da Educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”

Jean Piaget



OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As tabelas e os gráficos das páginas seguintes são um convite para que os leitores analisem o cenário educacional brasileiro e construam seus próprios diagnósticos, de forma abrangente e aprofundada. Como contribuição, oferecemos textos que buscam sintetizar os dados apresentados, destacando aqueles que nos pareceram mais relevantes e, em especial, os que remetem às desigualdades que ainda persistem.



Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

Entre os desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos, está o atendimento da demanda por vagas em creches e pré-escolas, o que muitas vezes requer investimentos urgentes em estrutura física, contratação e formação continuada de profissionais.

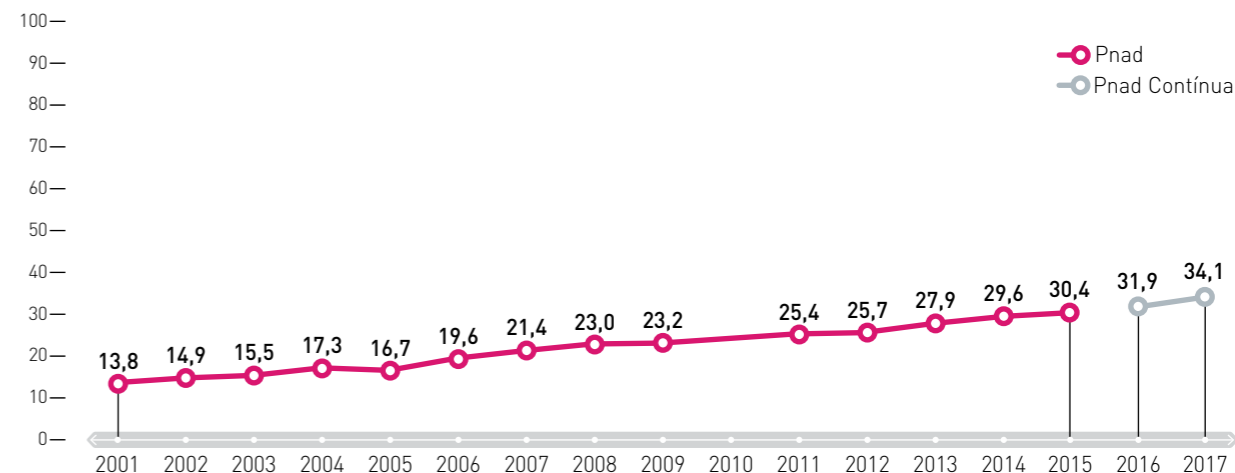
A matrícula de metade das crianças de 0 a 3 anos, como estabelece esta meta do Plano Nacional de Educação, ainda está distante. Embora o aumento da cobertura tenha uma trajetória positiva, seu ritmo projeta o não-cumprimento da meta estabelecida pela legislação, no prazo previsto.

Os dados calculados segundo a metodologia da Pnad Contínua para os anos de 2016 e 2017 indicam que o atendimento cresceu, mas ainda está em 34,1% da população de 0 a 3 anos. Além disso, houve um aumento na desigualdade, quando se consideram os quartis populacionais mais ricos e mais pobres.

No caso da população de 4 e 5 anos, faixa etária da Pré-Escola, os dados disponíveis, dentro da mesma metodologia de cálculo, mostram que as crianças vêm sendo paulatinamente incluídas no sistema educacional, com uma taxa de atendimento que chegou a 93%, em 2017. A desigualdade no atendimento entre ricos e pobres vem caindo, no que se refere ao acesso à Pré-Escola.

Creche

Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2017 (Em %)

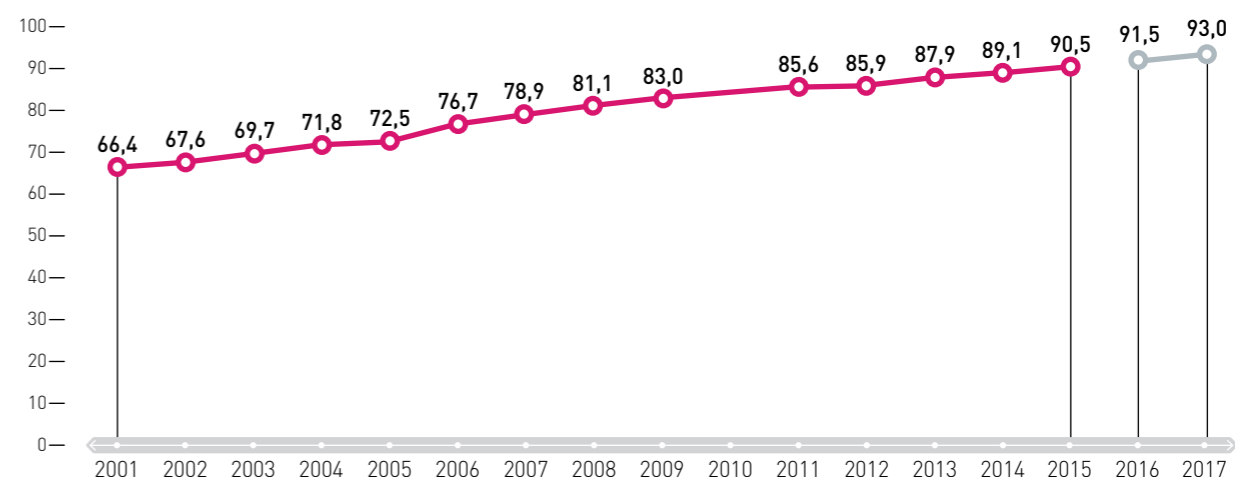


Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Pré-Escola

Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2017 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

O atendimento das crianças de 0 a 5 anos desafia os municípios brasileiros, que precisam atuar em colaboração com o governo federal e com os estados.

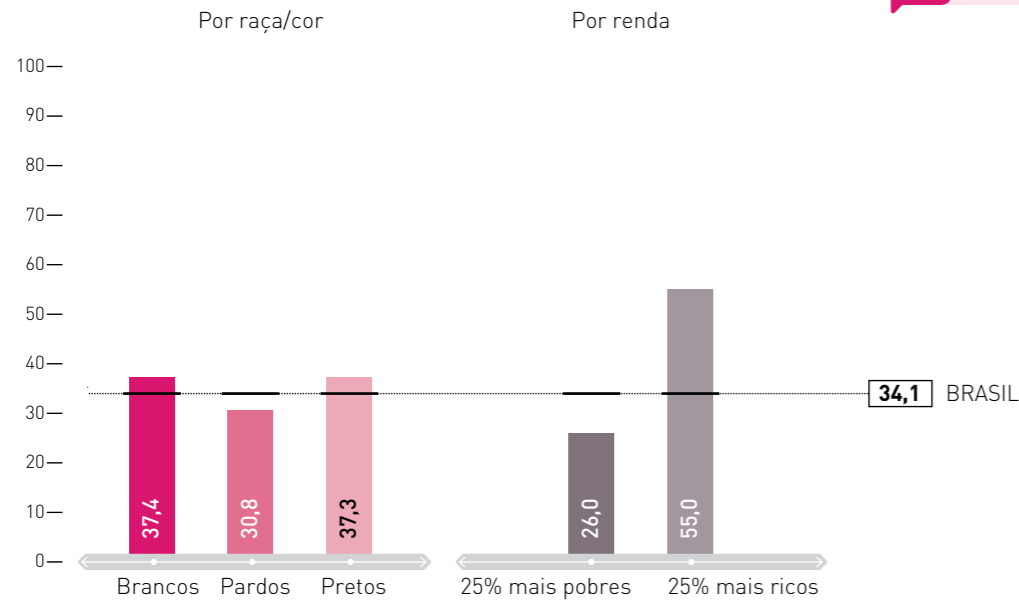
DE OLHO NA EQUIDADE

O investimento em Educação Infantil influi positivamente na escolarização das crianças e reduz a necessidade posterior de políticas de remediação em áreas como saúde e segurança. Tais evidências fazem parte de estudos do economista James Heckman, entre outros. No Brasil, a desigualdade no atendimento reforça as diferenças sociais.

26% das crianças do quartil mais baixo de renda estão em creches, enquanto o mesmo ocorre para mais do que o dobro (55%) nos domicílios mais ricos.

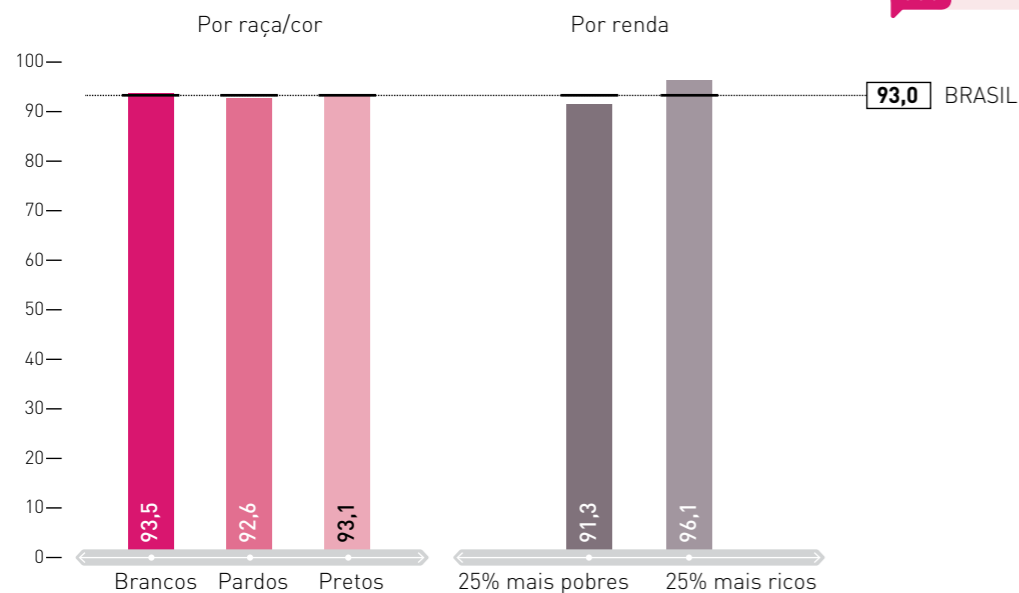
81,5% das crianças de 4 e 5 anos da região metropolitana de Porto Alegre estão na Pré-Escola, enquanto o mesmo vale para 96% da população nesta faixa etária de Belo Horizonte.

Creche
Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2017 (Em %)



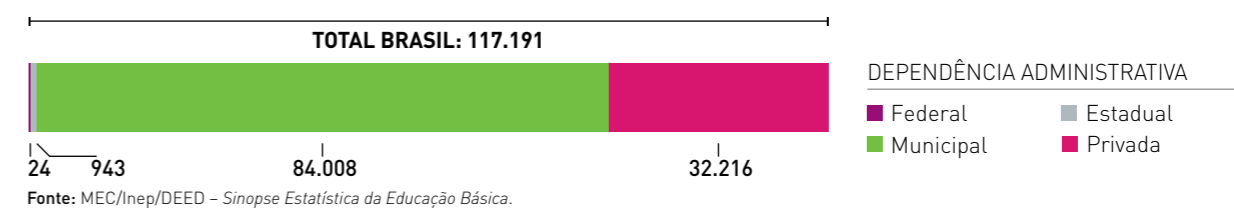
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4), (7) e (8). As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Pré-Escola
Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2017 (Em %)

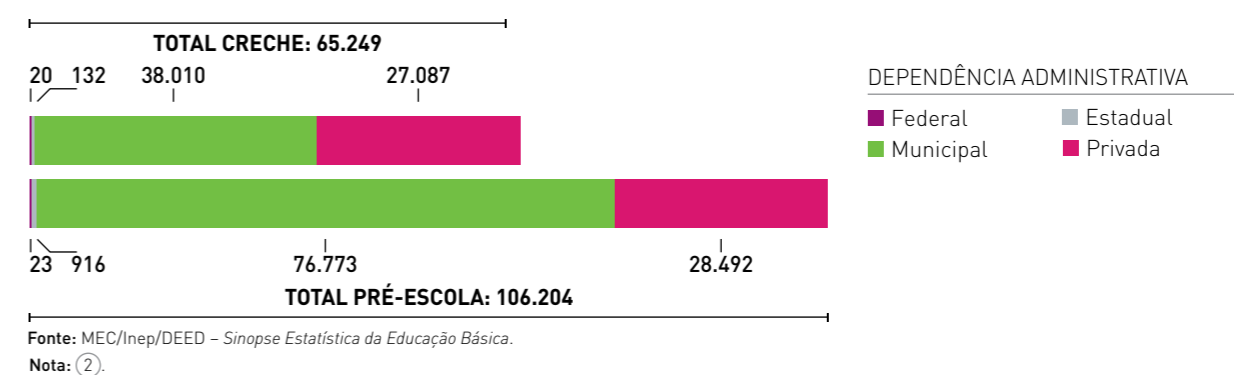


Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4), (7) e (8). As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

Educação Infantil
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2016

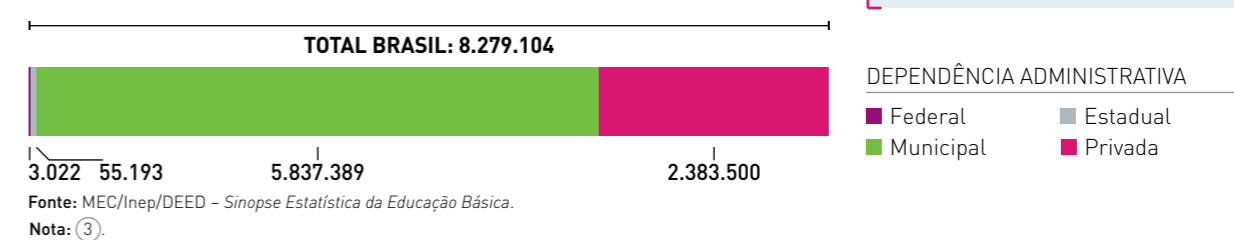


Creche e Pré-Escola
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2016

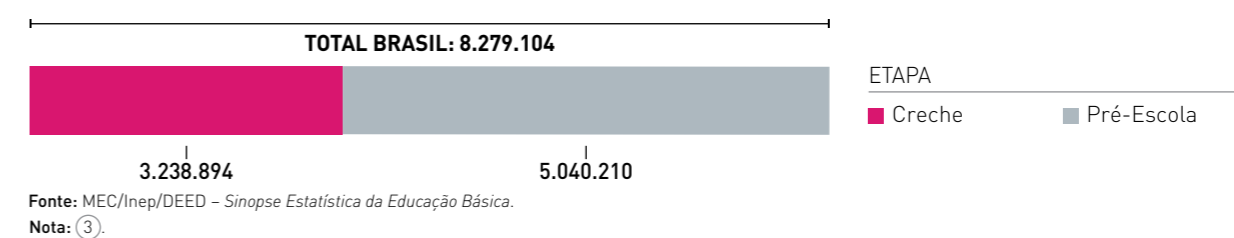


Educação Infantil
Matrículas por dependência administrativa – 2016

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

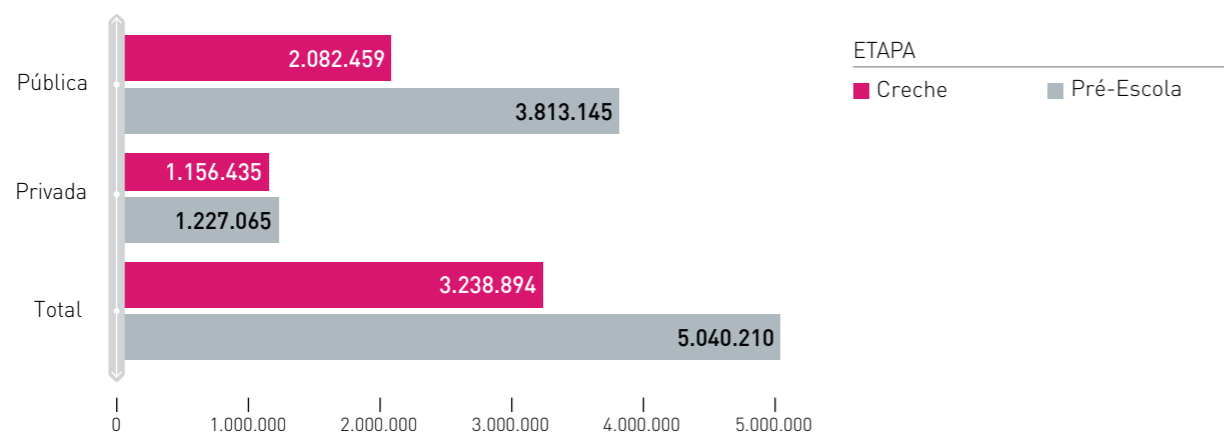


Educação Infantil
Matrículas por etapa de ensino – 2016



Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino e região – 2016

Região	Educação Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	8.279.104	3.238.894	5.040.210
Norte	634.123	138.785	495.338
Nordeste	2.196.860	705.492	1.491.368
Sudeste	3.666.421	1.625.583	2.040.838
Sul	1.194.139	554.491	639.648
Centro-Oeste	587.561	214.543	373.018

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Educação Infantil

Estabelecimentos da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola – Brasil – 2016 (Em %)

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque Infantil	41,8	26,7
Sala de leitura	15,3	14,6
Banheiro dentro do prédio	86,8	82,3
Banheiro adequado à Educação Infantil	47,8	29,1
Água filtrada	88,0	82,7
Abastecimento de água		
Rede pública	72,3	55,9
Poço artesiano	13,3	18,8
Cacimba/Cisterna/Poço	10,5	15,5
Outros	2,7	7,2
Inexistente	5,0	6,8
Esgoto sanitário		
Rede pública	43,1	29,5
Fossa	54,8	64,2
Inexistente	3,7	7,5
Acesso à energia elétrica	98,7	95,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2016 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

A infraestrutura das creches e pré-escolas públicas

Creche

Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2005-2017 (Em %)

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	16,7	19,6	21,4	23,0	23,2	25,4	25,7	27,9	29,6	30,4	31,9	34,1
Região Norte	8,5	11,3	10,9	13,0	12,4	12,1	11,3	12,7	13,3	13,8	15,8	18,3
Rondônia	6,9	10,2	8,3	9,2	10,6	9,2	11,0	11,6	19,9	20,4	19,4	21,5
Acre	5,3	7,0	8,0	10,9	8,6	11,6	8,9	10,4	8,2	13,9	16,0	19,1
Amazonas	7,0	9,4	9,1	10,4	10,9	8,2	8,1	8,3	9,1	9,7	12,8	11,5
Roraima	13,7	14,5	15,1	15,7	17,6	12,6	14,6	13,3	17,7	17,6	17,5	20,6
Pará	9,5	12,8	11,6	14,8	12,8	14,2	12,5	15,4	14,6	13,7	15,3	20,7
Amapá	7,2	10,7	12,5	12,1	7,1	9,7	6,9	11,1	9,8	8,7	12,8	7,6
Tocantins	8,6	10,5	14,3	14,4	18,9	16,1	17,6	14,8	15,8	21,7	25,1	29,6
Região Nordeste	16,6	18,6	19,6	20,7	21,5	22,9	23,7	25,0	26,3	25,4	28,8	30,6
Maranhão	12,6	15,1	19,0	17,0	18,3	22,3	23,1	21,4	26,0	23,2	28,9	29,6
Piauí	15,7	13,6	19,2	20,5	24,9	24,4	23,9	23,3	27,3	21,4	24,5	28,4
Ceará	22,4	24,5	23,0	27,9	26,5	29,4	30,1	29,1	33,5	33,4	36,0	35,6
Rio Grande do Norte	22,0	24,4	25,5	25,9	28,8	26,6	30,6	33,1	27,7	32,6	33,4	37,0
Paraíba	18,3	20,0	19,7	21,4	18,6	25,6	26,2	23,1	27,4	28,5	29,0	32,3
Pernambuco	17,5	19,9	20,8	21,2	21,4	20,4	21,7	25,8	25,2	24,1	26,9	27,7
Alagoas	11,3	14,5	14,4	14,8	18,0	17,3	18,3	24,1	23,2	21,7	25,4	25,0
Sergipe	18,4	21,7	19,5	20,7	20,4	22,7	19,0	27,9	23,7	25,9	24,3	26,9
Bahia	14,7	16,5	17,0	18,6	19,9	20,5	21,2	23,2	23,3	21,8	27,1	30,4
Região Sudeste	19,5	23,6	26,7	27,5	27,7	30,8	29,8	33,1	35,8	37,9	37,6	40,4
Minas Gerais	14,7	17,4	19,8	21,2	21,1	23,3	22,8	26,3	30,8	31,3	30,6	33,9
Espírito Santo	23,2	20,2	28,3	31,8	26,5	31,0	36,6	30,4	34,5	31,0	33,3	33,1
Rio de Janeiro	20,6	26,0	27,4	26,5	26,8	30,9	29,2	33,0	30,4	33,2	29,7	32,0
São Paulo	21,2	26,3	29,8	30,6	31,3	34,5	32,7	36,6	40,2	43,5	44,1	47,1
Região Sul	18,2	20,6	24,1	27,2	27,2	30,6	33,0	35,2	36,4	37,0	39,2	40,9
Paraná	19,2	20,8	23,7	27,0	24,8	28,2	29,7	33,8	35,2	36,3	36,8	37,3
Santa Catarina	23,4	25,4	31,2	34,7	38,3	37,3	38,1	41,8	44,6	41,5	46,4	47,1
Rio Grande do Sul	13,9	17,5	20,4	22,6	23,2	29,0	33,4	32,7	32,8	35,2	37,5	40,6
Região Centro-Oeste	12,4	14,5	15,9	18,8	18,2	18,8	22,6	21,6	22,7	23,5	26,1	26,9
Mato Grosso do Sul	16,7	20,0	22,5	23,4	25,3	24,3	29,5	25,4	31,2	31,1	34,1	32,8
Mato Grosso	12,1	12,8	14,0	17,7	19,8	20,2	21,0	20,0	21,2	22,2	28,7	29,1
Goiás	8,3	10,2	11,8	16,7	12,6	13,9	19,2	17,3	17,6	19,7	21,9	25,2
Distrito Federal	17,8	21,1	22,0	20,1	21,8	22,7	25,5	29,8	28,7	26,5	25,0	22,7
Regiões Metropolitanas												
Belém	18,0	17,9	20,9	21,7	18,3	23,4	19,4	20,9	19,0	19,6	20,4	26,7
Fortaleza	24,7	25,5	25,6	28,4	27,7	26,4	27,8	27,2	33,6	33,1	35,9	32,5
Recife	26,9	30,2	29,5	29,0	29,2	30,9	30,0	30,8	32,2	30,7	32,0	33,4
Salvador	27,7	25,9	27,0	29,2	30,1	30,0	32,1	33,3	34,3	32,1	36,3	37,3
Belo Horizonte	19,4	26,1	26,6	29,3	28,0	26,9	27,8	32,5	33,9	32,5	36,4	37,4
Rio de Janeiro	21,6	24,1	28,5	26,6	26,1	30,8	28,2	33,1	30,0	32,2	27,9	30,1
São Paulo	22,3	27,2	29,8	30,3	33,1	34,7	30,4	36,8	42,4	43,6	43,7	50,0
Curitiba	25,5	24,5	28,8	30,4	27,9	31,6	33,3	36,1	36,5	36,7	36,5	37,7
Porto Alegre	17,1	20,7	23,6	24,9	25,2	27,2	30,2	34,2	35,6	37,3	39,3	43,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Pré-Escola**Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2005-2017 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	72,5	76,7	78,9	81,1	83,0	85,6	85,9	87,9	89,1	90,5	91,5	93,0
Região Norte	60,2	64,4	69,4	72,7	75,3	75,9	75,0	78,8	80,3	80,6	86,7	86,9
Roraima	47,2	51,3	53,0	54,7	63,6	59,3	67,9	69,7	83,8	81,8	85,0	87,8
Acre	50,3	53,3	60,8	62,0	64,6	79,1	64,4	69,6	73,4	74,2	77,7	81,7
Amazonas	57,6	63,8	72,9	74,6	69,7	70,0	71,7	75,9	74,4	75,8	83,0	81,6
Roraima	73,1	81,4	81,4	85,9	84,1	80,9	77,3	82,1	89,9	91,3	93,5	93,2
Pará	63,8	66,2	71,9	75,2	81,3	81,6	78,4	82,3	83,7	82,2	89,7	90,7
Amapá	61,9	66,5	57,3	70,9	62,7	73,6	63,7	77,1	70,0	70,2	76,3	72,7
Tocantins	62,7	68,8	71,9	73,1	75,5	75,2	83,3	81,3	80,6	91,3	92,7	92,8
Região Nordeste	79,2	82,0	84,5	86,8	88,2	90,5	90,7	92,6	92,4	94,1	94,9	95,6
Maranhão	77,1	79,2	85,3	90,4	90,9	93,5	91,7	92,7	93,8	94,6	97,0	97,2
Piauí	78,5	80,0	79,1	89,8	92,7	95,5	92,7	96,8	96,6	97,1	99,2	97,7
Ceará	88,4	89,3	91,1	91,5	94,8	92,6	95,0	96,8	97,3	95,7	97,0	98,0
Rio Grande do Norte	83,0	90,0	90,5	89,8	86,1	89,6	93,9	92,5	89,2	96,1	96,6	96,9
Paraíba	83,8	84,9	86,6	87,4	88,8	88,9	89,1	95,1	93,4	91,6	92,1	97,0
Pernambuco	75,5	80,9	81,5	85,6	83,1	87,2	90,5	88,0	90,2	94,6	94,6	91,4
Alagoas	68,2	71,4	79,1	71,9	79,7	85,6	84,6	83,7	87,5	83,3	88,7	90,2
Sergipe	78,7	83,6	84,2	85,1	89,1	92,5	95,3	96,2	91,8	93,3	92,2	94,2
Bahia	78,1	80,3	82,6	85,7	87,6	89,6	87,5	92,7	90,7	94,5	93,7	95,9
Região Sudeste	76,4	82,0	83,3	84,5	87,0	89,6	88,4	90,5	91,8	93,0	91,7	94,5
Minas Gerais	70,3	74,3	77,5	81,2	82,5	85,8	88,1	88,7	90,1	91,7	94,0	95,1
Espírito Santo	71,5	83,6	79,4	82,7	83,2	90,3	93,3	91,2	92,4	91,1	95,5	93,8
Rio de Janeiro	80,6	85,7	83,5	86,7	86,2	88,6	88,1	89,8	90,4	93,2	87,1	91,3
São Paulo	78,4	84,6	86,7	85,6	89,8	91,8	88,2	91,4	93,1	93,8	92,0	95,2
Região Sul	60,3	65,0	66,6	70,1	70,4	75,6	80,2	80,4	85,4	86,8	90,0	90,4
Paraná	64,4	65,5	73,6	74,6	74,1	77,7	82,3	85,1	87,5	89,3	92,5	91,4
Santa Catarina	77,7	85,8	78,0	82,5	79,4	82,5	89,2	87,8	89,9	94,2	92,8	93,3
Rio Grande do Sul	46,7	54,2	52,6	58,1	61,1	69,5	72,3	70,6	80,1	79,6	85,5	87,5
Região Centro-Oeste	63,2	66,4	67,2	71,6	75,3	76,9	79,7	82,5	83,0	85,0	86,9	88,6
Mato Grosso do Sul	64,1	63,6	68,8	76,3	79,4	79,6	78,7	84,9	88,8	86,4	89,0	91,4
Mato Grosso	59,0	68,2	60,0	61,7	75,7	83,3	79,5	80,3	84,1	83,7	85,4	89,1
Goiás	59,1	62,1	65,4	69,1	69,3	71,5	78,0	81,0	80,0	84,0	89,2	88,1
Distrito Federal	76,2	76,5	77,5	85,6	86,1	79,1	84,5	86,6	82,7	87,3	81,7	85,8
Regiões Metropolitanas												
Belém	78,7	76,5	83,2	82,0	84,0	88,1	84,0	85,4	84,9	91,9	95,4	95,1
Fortaleza	88,8	91,3	91,4	91,9	94,1	88,9	92,3	93,9	96,9	94,4	97,3	95,9
Recife	88,6	90,0	89,1	91,4	89,9	88,9	91,3	89,5	92,7	94,3	93,4	88,7
Salvador	88,4	89,8	89,2	94,3	88,0	89,9	91,4	92,7	94,3	93,3	95,1	97,5
Belo Horizonte	72,9	76,5	81,0	85,6	84,4	84,3	89,7	91,2	89,1	91,1	96,1	96,0
Rio de Janeiro	79,7	83,0	82,2	85,6	83,9	88,5	86,3	89,2	89,3	93,1	84,4	90,0
São Paulo	77,5	83,2	87,2	82,1	86,1	90,9	85,4	91,1	91,3	93,3	89,5	93,8
Curitiba	67,0	73,1	76,2	73,7	76,9	73,2	83,9	81,9	88,7	87,6	91,3	88,1
Porto Alegre	42,5	48,2	47,2	53,2	51,7	58,6	62,2	65,2	67,9	69,6	77,9	81,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

ARTIGO

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Com melhor Educação, os brasileiros teriam mais saúde?

Educação e saúde são políticas sociais fundamentais profundamente entrelaçadas. Não existe Educação de qualidade sem saúde, assim como é difícil imaginar uma população saudável com baixo nível educacional.

Uma rápida passada de olhos pelos principais indicadores sociais do Brasil, pelos descritores de qualidade de vida e saúde e pelos índices de desempenho educacional, mostra uma forte correlação entre eles. Via de regra, regiões que carecem de bons indicadores educacionais e sociais enfrentam maiores taxas de mortalidade infantil e menor expectativa de vida. São áreas em que garotas engravidam mais cedo e garotos se envolvem mais precocemente com violência. Não é à toa que as mortes de jovens por causas externas (acidentes, homicídios, suicídio) disparam nas áreas de maior exclusão social. Vários estudos têm sugerido, também, que outros comportamentos de agravo para a saúde, como sedentarismo, obesidade, sexo sem proteção e tabagismo também crescem na medida do déficit social e educacional.

Dentro de uma mesma cidade – e as grandes metrópoles brasileiras são bom retrato desse fenômeno –, criam-se territórios absolutamente diversos em termos de Educação e saúde. Em São Paulo, por exemplo, em uma viagem de menos de 10 km, salta-se de índices de gestação na adolescência da ordem de 0,5% a 1%, nos bairros centrais, para percentuais de 15% a 20%, nos bairros ditos “periféricos”.

Existem iniciativas importantes de “instalação” de escolas de excelência e de políticas centradas no investimento pesado em Educação em zonas de exclusão social, que revelam melhora importante nos indicadores de saúde dos jovens atendidos. Embora seja uma ação mais localizada, ela pode sinalizar uma intencionalidade e funcionar como “disparador” para a melhora da saúde global da comunidade.

Embora controverso, o campo da ecologia comportamental humana ajuda a entender que em

um ambiente social desfavorável, em que o futuro é incerto, o jovem pode tentar “descontar” suas ações no presente, colocando-se mais cedo em situações de risco, fenômeno que poderia explicar, em parte, a gestação na adolescência ou as diversas formas de violência masculina (um possível sinal de competição entre garotos por recursos limitados como poder ou prestígio). Mais “protegidos” socialmente – e uma escola melhor seria parte desse cenário ideal –, os jovens trabalhariam com perspectivas e projetos de vida mais distantes, evitando riscos e a antecipação de fases da sua vida. Assim, os mecanismos proximais para maior “proteção” desses jovens seriam justamente políticas sociais e educacionais. Já a maior expectativa e qualidade de vida funcionariam como os mecanismos de longo prazo (causas finais) desse “ajuste” de atitudes e comportamentos.

Educar em saúde engloba um campo amplo de conteúdos, como ações preventivas e promoção da saúde, que ganham corpo em dimensões sociais, culturais e afetivas. Não basta tratar de doenças! É importante entender contextos e perspectivas dos jovens no Brasil de hoje, o que passa por motivações, medos, desejos, emoções, tabus, preconceitos, sonhos e projetos de vida.

Em momentos políticos críticos, em que garantias e direitos básicos à autonomia, diversidade e igualdade estão ameaçados, é ainda mais central o papel da escola como ponto de resistência e reflexão. É dentro dessa escola que o jovem vai perceber suas múltiplas vulnerabilidades, pensar sobre seu bem-estar físico, emocional e social, e construir seu projeto de autonomia, usando a Educação como “passaporte” para sua saúde e qualidade de vida!

Jairo Bouer

Médico psiquiatra pela Universidade de São Paulo (USP), biólogo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em antropologia evolutiva pela University College London (UCL). Trabalha em comunicação e saúde há 25 anos, tendo colaborado com os principais veículos de mídia do País.

ENSINO FUNDAMENTAL

META DO PNE

Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Os dados da Pnad Contínua indicam um quadro de relativa estagnação na taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental. No período entre 2012 e 2017, cobertos pela pesquisa (veja texto na pág. 13), o indicador evoluiu positivamente apenas um ponto percentual. Ainda não se pode afirmar, porém, que esta etapa alcançou a universalização determinada pelo PNE.

No que diz respeito à segunda parte desta meta do PNE, a distância entre os dados apurados pela Pnad Contínua e o patamar almejado também é significativa. Em 2017, 75,9% dos jovens de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental.

Os indicadores também evidenciam que as desigualdades de raça/cor, renda e regionais ainda são um obstáculo importante à universalização do Ensino Fundamental, embora a distância entre o percentual de acesso dos mais ricos e dos mais pobres, assim como entre brancos e pretos, tenha registrado queda.

DE OLHO NA EQUIDADE

Vencer o desafio do acesso passa pela compreensão mais aprofundada sobre a situação daqueles que ainda estão fora da escola e pela formulação de políticas de combate às desigualdades.

1,8% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos dos domicílios mais ricos estão fora do Ensino Fundamental.

2,7% das crianças e adolescentes mais pobres ainda estão fora da escola, um percentual bem maior do que o observado no estrato de maior renda.

Somente um quarto das escolas que oferecem Ensino Fundamental conta com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

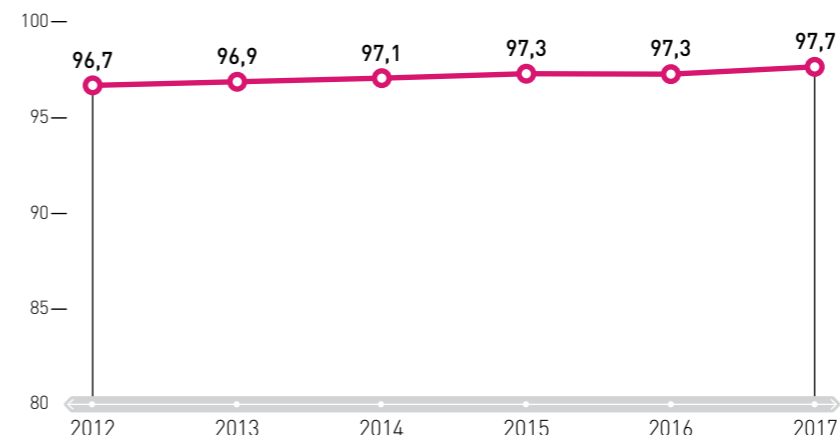
24,1% dos jovens de 16 anos não concluíram o Ensino Fundamental, de acordo com dados de 2017. Isso sinaliza uma distância significativa em relação à meta do PNE.

66,2% é o percentual de conclusão do Ensino Fundamental entre jovens de 16 anos no Nordeste, ante os 75,9% da média nacional, mostrando que as desigualdades regionais também têm peso importante.

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental – 2012-2017 (Em %)

Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola, no ano/série adequado à idade

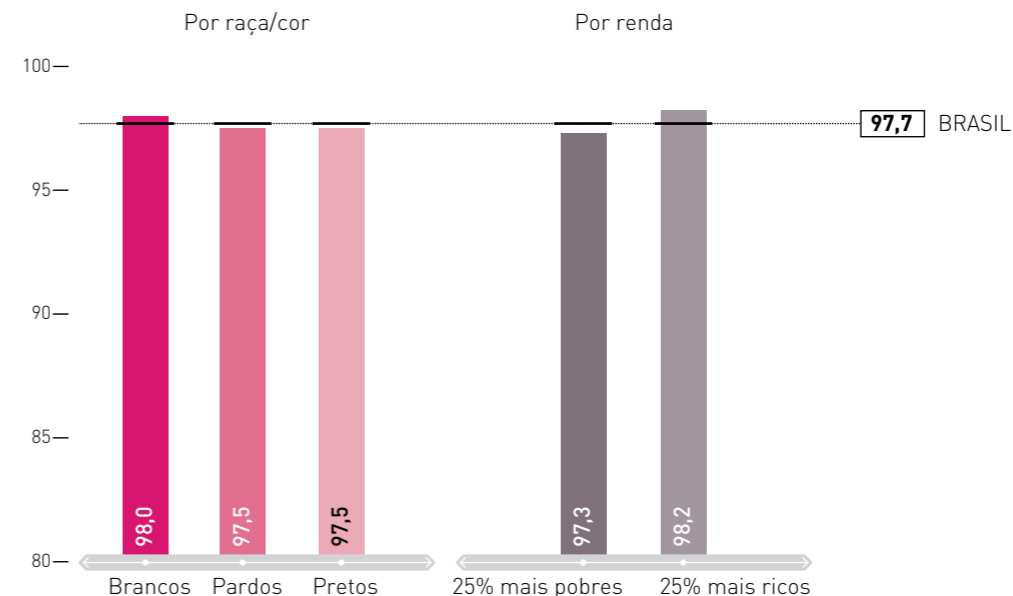


Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4) e (10).

DE OLHO NA EQUIDADE

Ensino Fundamental

Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2017 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4), (7) e (8).

DE OLHO NA EQUIDADE

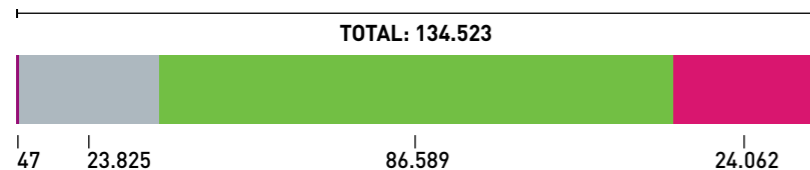
Ensino Fundamental

Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2012-2017 (Em %)

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	68,6	71,4	73,4	74,9	74,9	75,9
Norte	54,0	59,4	62,0	66,8	64,9	68,4
Nordeste	56,1	60,5	62,7	63,9	65,2	66,2
Sudeste	79,1	80,0	81,6	83,6	83,1	85,1
Sul	74,4	79,6	79,8	80,4	79,2	77,2
Centro-Oeste	75,4	76,4	77,4	76,2	78,2	77,1

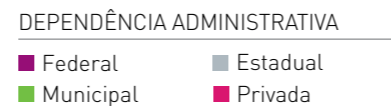
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4).

Ensino Fundamental
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2016

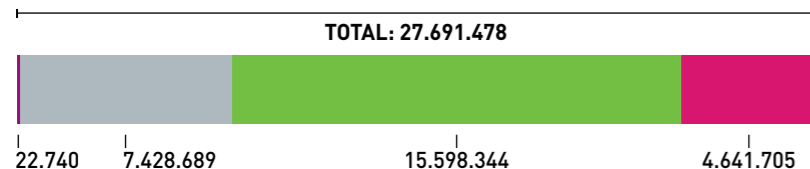


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

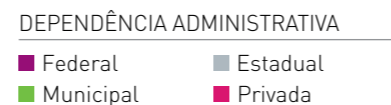


Ensino Fundamental
Matrículas por dependência administrativa – 2016

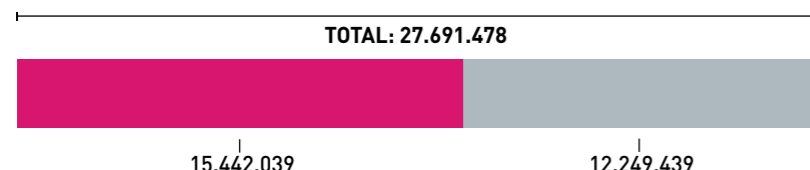


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

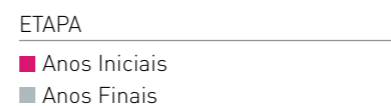
Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada



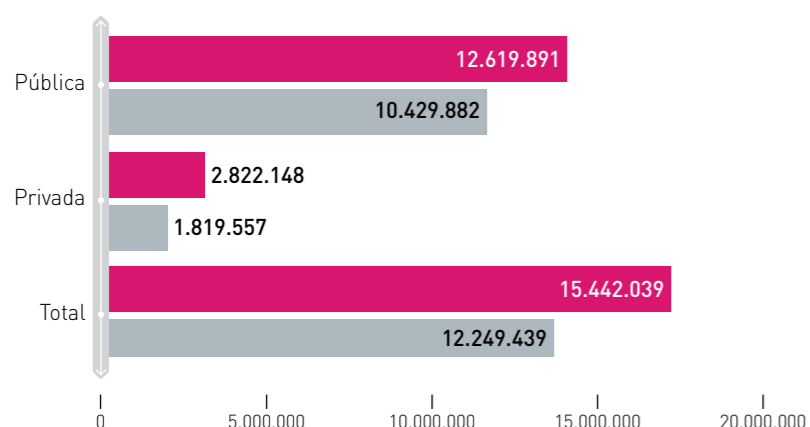
Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.



Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.



Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino e região – 2016

Região	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Brasil	27.691.478	15.442.039	12.249.439
Norte	3.105.481	1.811.092	1.294.389
Nordeste	8.316.137	4.633.264	3.682.873
Sudeste	10.499.801	5.829.903	4.669.898
Sul	3.624.093	1.984.000	1.640.093
Centro-Oeste	2.145.966	1.183.780	962.186

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Ensino Fundamental
Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2016 (Em %)

Recurso disponível	Porcentagem (%)
Biblioteca e/ou sala de leitura	47,5
Só biblioteca	27,1
Só sala de leitura	13,8
Sala de leitura e biblioteca	6,6
Acesso à internet	59,3
Laboratório de informática	49,4
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	25,7
Quadra de esportes	36,2
Laboratório de ciências	8,8
Banheiro dentro do prédio	83,8
Água filtrada	82,3
Abastecimento de água	
Rede pública	58,4
Poço artesiano	18,5
Cacimba/cisterna/poço	14,3
Outros	7,8
Inexistente	5,9
Esgoto sanitário	
Rede pública	32,7
Fossa	61,1
Inexistente	7,6
Acesso à energia elétrica	95,0

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2016 – Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

A infraestrutura das escolas públicas de Ensino Fundamental





As desigualdades regionais ainda são relevantes quando se analisa o acesso ao Ensino Fundamental. ▲

Ensino Fundamental

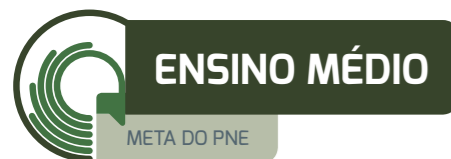
Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 – 6 a 14 anos (Em %)

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	96,7	96,9	97,1	97,3	97,3	97,7
Região Norte	95,8	95,8	96,4	96,6	96,7	97,3
Rondônia	96,3	96,8	97,5	97,8	97,9	98,8
Acre	95,8	95,6	96,8	97,2	97,0	96,2
Amazonas	96,2	96,0	96,1	96,0	95,4	96,7
Roraima	96,5	97,6	96,9	97,3	96,3	96,5
Pará	95,6	95,7	96,1	96,6	97,3	97,4
Amapá	96,1	92,3	95,2	96,1	95,7	95,5
Tocantins	94,3	96,6	97,5	96,7	96,6	98,4
Região Nordeste	96,0	96,1	96,7	97,0	97,3	97,4
Maranhão	94,8	96,0	96,5	96,6	97,0	97,1
Piauí	96,9	96,5	98,0	98,7	97,9	98,8
Ceará	96,9	97,2	97,1	97,2	97,2	97,7
Rio Grande do Norte	97,0	97,5	98,0	98,7	97,5	98,3
Paraíba	96,1	96,7	97,2	96,4	98,1	97,6
Pernambuco	95,6	95,4	95,9	96,5	97,5	97,1
Alagoas	96,0	95,4	97,1	96,7	96,5	96,9
Sergipe	95,9	96,2	97,3	96,7	97,8	98,4
Bahia	96,1	95,7	96,1	97,1	97,2	97,1
Região Sudeste	97,2	97,5	97,5	97,6	97,4	97,8
Minas Gerais	96,9	98,1	98,5	98,4	97,9	98,1
Espírito Santo	97,1	97,4	97,5	97,8	97,2	98,5
Rio de Janeiro	96,1	95,8	95,8	95,9	96,6	97,2
São Paulo	97,7	97,9	97,6	97,7	97,6	97,9
Região Sul	97,6	97,9	97,9	97,9	97,7	98,1
Paraná	97,3	97,8	97,6	97,6	97,2	97,4
Santa Catarina	98,2	98,0	97,9	98,4	98,1	98,6
Rio Grande do Sul	97,6	97,8	98,2	98,1	98,0	98,6
Região Centro-Oeste	96,6	96,9	97,2	97,6	96,9	97,7
Mato Grosso do Sul	97,7	97,6	97,0	97,8	97,9	98,9
Mato Grosso	95,7	95,7	96,4	96,8	97,4	98,0
Goiás	96,8	97,1	97,9	98,1	96,4	97,3
Distrito Federal	96,1	97,1	96,4	97,3	96,5	97,2
Regiões Metropolitanas						
Belém	96,0	96,8	95,8	96,0	97,5	97,4
Fortaleza	96,2	96,3	96,4	96,4	97,3	96,8
Recife	96,4	95,5	96,4	96,4	97,3	97,0
Salvador	95,5	96,5	97,0	98,0	97,6	98,2
Belo Horizonte	97,2	97,9	99,1	98,9	98,4	98,5
Rio de Janeiro	96,4	95,9	96,1	95,7	96,6	97,2
São Paulo	97,5	97,5	98,0	97,9	97,1	97,5
Curitiba	96,3	97,9	96,9	97,4	97,0	97,0
Porto Alegre	96,7	97,1	97,1	97,0	97,5	98,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (10).



Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Os dados mais recentes da Pnad Contínua revelam uma taxa de atendimento mais ampla da população de 15 a 17 anos do que a metodologia anterior indicava. Segundo os novos dados, em 2017, 90,8% dos jovens nessa faixa etária estavam na escola. Por outro lado, verifica-se uma estagnação nesse mesmo patamar nos anos de 2016 e 2017.

A nova forma de cálculo também evidencia um quadro pouco menos agudo no que se refere à taxa líquida, ou seja, aquela que compreende os jovens de 15 a 17 anos matriculados em séries do Ensino Médio correspondentes à idade. Hoje, 67,5% dessa faixa populacional encontra-se nessa condição – longe, porém, dos 85% definidos pelo PNE.

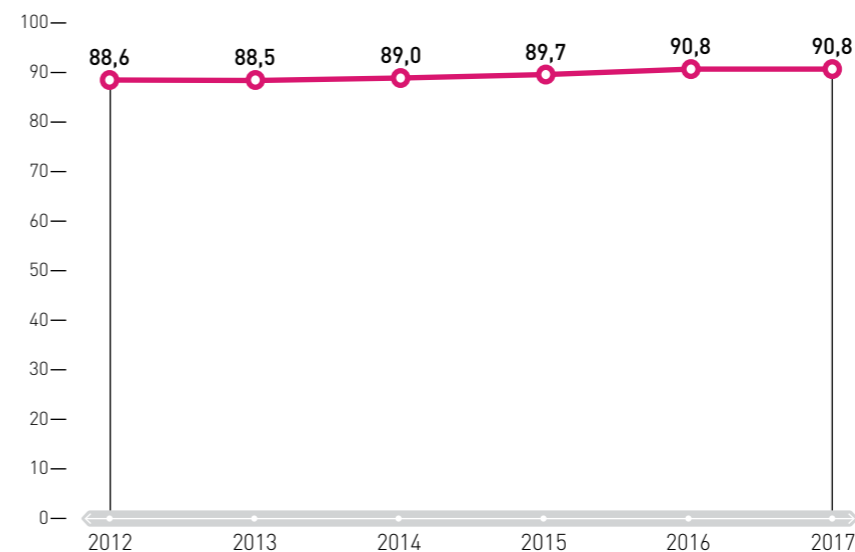
Trata-se de um quadro grave. De acordo com os dados, cerca de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos ainda estão no Ensino Fundamental e outros 903,1 mil não estudam e não concluíram o Ensino Médio.

Distante da realidade dos jovens, pouco atraente e sem flexibilidade para os diferentes interesses dos alunos, o Ensino Médio brasileiro hoje vive a expectativa do impacto de diferentes políticas em vias de implementação.

Ensino Médio

Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil – 2012-2017 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, independentemente de ano/série



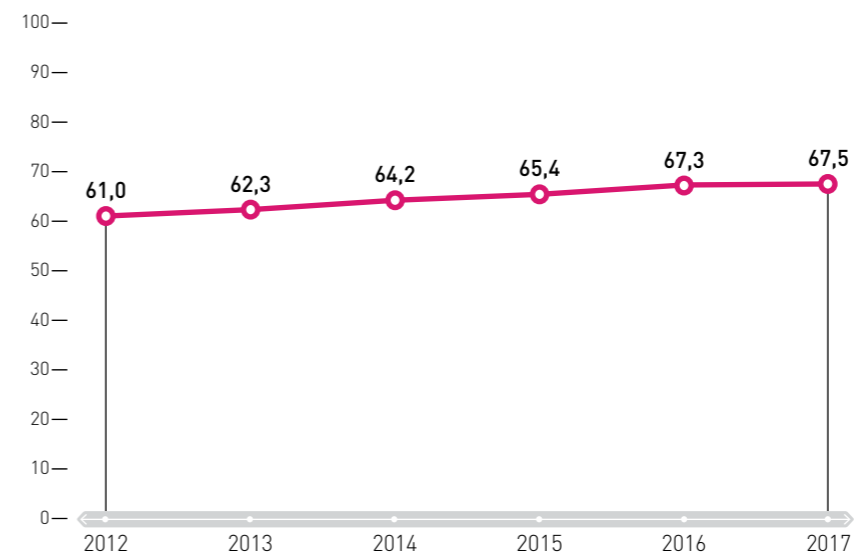
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (11).

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2012-2017 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola no ano/série correspondente à idade



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (11).



DE OLHO NA EQUIDADE

O Ensino Médio é excludente e desigual. Quando levados em conta critérios como renda, raça/cor e região, os números mostram as grandes disparidades internas do sistema educacional.

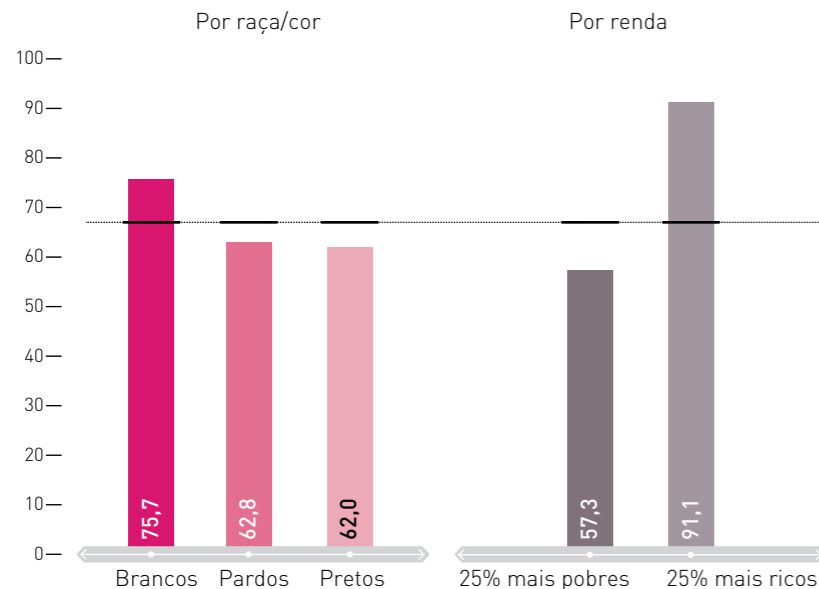
57,3% dos alunos que integram o quartil de renda mais baixa estão no Ensino Médio, contra 91,1% dos jovens que pertencem aos 25% mais ricos da população.

62% dos alunos pretos e 62,8% dos pardos estão matriculados no Ensino Médio. Já a taxa de atendimento dos alunos de cor branca chega a 75,7%.

51% é a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio no Sergipe, refletindo diferenças significativas entre os estados. Em São Paulo, esse número fica em 80,8%. A média brasileira é de 67,5%.

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2017 (Em %)



DE OLHO NA EQUIDADE

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (7) e (8).

Ensino Médio

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2017 (Em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4).

Ensino Médio

Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2017

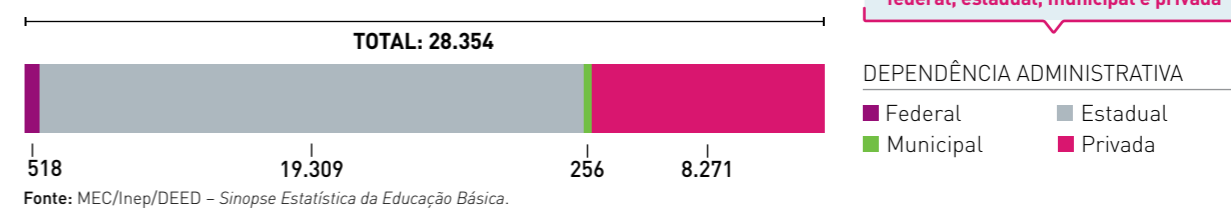
	População	%
Ensino Fundamental	1.990.288	19,0
Ensino Médio	6.449.741	61,6
Alfabetização de Jovens e Adultos	6.295	0,1
Educação de Jovens e Adultos - Fundamental	228.429	2,2
Educação de Jovens e Adultos - Médio	53.326	0,5
Ensino Superior	232.352	2,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	903.174	8,6
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	602.295	5,8
Total	10.465.900	100,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4).

Em 2012, 51,7% dos jovens de 19 anos haviam concluído o Ensino Médio. Hoje, eles representam 59,2%.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2016



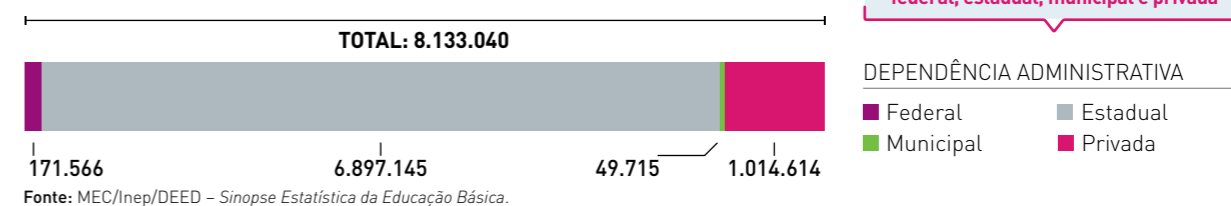
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por dependência administrativa – 2016



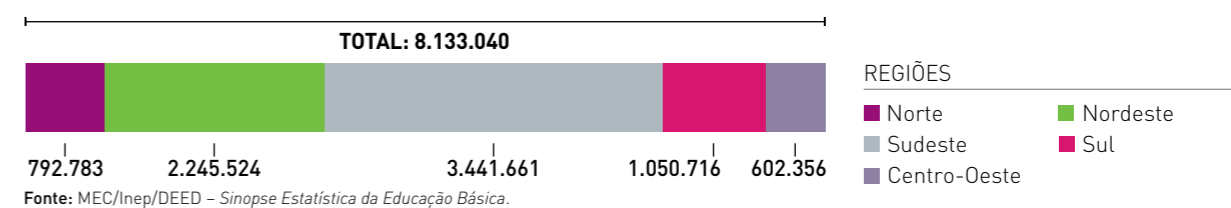
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por região – 2016

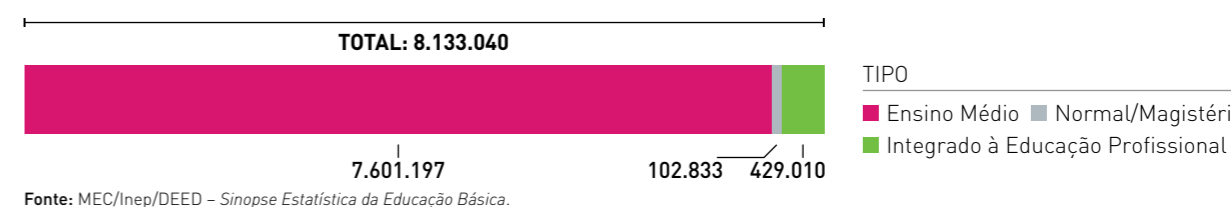


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por tipo de ensino – 2016



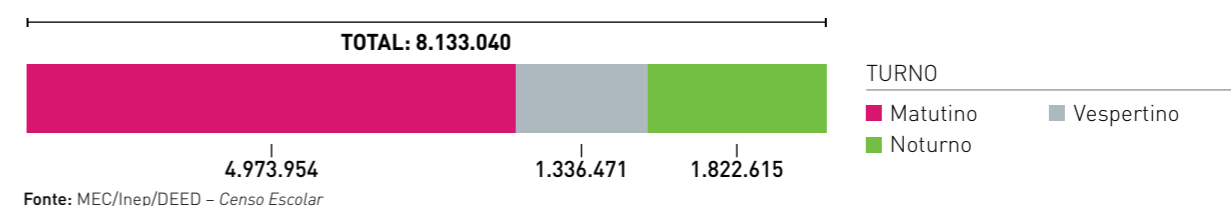
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (3).

TIPO

- Ensino Médio
- Normal/Magistério
- Integrado à Educação Profissional

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por turno – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Censo Escolar

Notas: (3) e (12).

TURNO

- Matutino
- Vespertino
- Noturno



As novas mudanças previstas no Ensino Médio podem contribuir para atrair os jovens e diminuir a evasão e o abandono. ▲

Ensino Médio

Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2016 (Em %)

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	86,6
Só biblioteca	52,3
Só sala de leitura	19,9
Sala de leitura e biblioteca	14,3
Acesso à internet	93,2
Laboratório de informática	86,8
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	45,3
Quadra de esportes	74,5
Laboratório de ciências	45,1
Banheiro dentro do prédio	94,0
Água filtrada	87,4
Abastecimento de água	
Rede pública	87,6
Poço artesiano	13,1
Cacimba/cisterna/poço	5,5
Outros	1,6
Inexistente	0,4
Esgoto sanitário	
Rede pública	60,9
Fossa	41,3
Inexistente	1,0
Acesso à energia elétrica	99,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2016 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 (Em %)

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	61,0	62,3	64,2	65,4	67,3	67,5
Região Norte	49,7	52,7	55,3	56,5	58,1	59,0
Rondonia	50,2	53,5	55,9	59,9	62,0	56,5
Acre	62,1	67,2	62,1	67,1	65,9	65,8
Amazonas	49,3	52,7	56,3	55,9	60,4	64,7
Roraima	70,2	65,2	69,4	70,3	71,2	69,7
Pará	45,5	47,1	51,7	51,6	52,0	53,6
Amapá	58,4	59,5	57,7	62,6	68,1	59,9
Tocantins	57,8	65,4	62,8	67,2	64,9	70,0
Região Nordeste	50,6	51,7	53,9	56,1	58,1	59,6
Maranhão	53,0	55,4	59,1	59,4	63,2	60,8
Piauí	57,7	55,0	56,7	52,5	58,5	59,2
Ceará	58,7	61,6	60,1	61,9	66,7	68,5
Rio Grande do Norte	50,4	52,9	51,7	59,2	58,2	59,8
Paraíba	51,3	45,7	50,3	55,8	54,5	57,3
Pernambuco	52,2	54,4	57,5	58,4	60,4	60,5
Alagoas	43,0	42,8	47,0	49,7	53,5	56,6
Sergipe	40,0	45,9	46,3	50,3	49,6	51,0
Bahia	44,8	45,8	49,1	52,4	52,7	56,1
Região Sudeste	70,4	71,1	72,9	74,1	76,3	75,7
Minas Gerais	65,9	67,5	69,1	69,1	70,8	74,5
Espírito Santo	62,0	61,4	61,2	66,3	65,0	65,8
Rio de Janeiro	60,8	61,2	63,1	64,1	64,3	66,3
São Paulo	77,4	78,1	80,5	81,1	84,6	80,8
Região Sul	64,3	67,4	68,6	68,8	68,2	68,5
Paraná	65,4	64,8	69,5	70,2	69,8	72,7
Santa Catarina	68,2	74,1	76,3	72,9	72,7	73,1
Rio Grande do Sul	60,9	66,1	63,4	65,1	63,9	61,6
Região Centro-Oeste	64,8	66,5	66,6	65,8	69,8	69,6
Mato Grosso do Sul	51,1	56,7	54,7	52,8	54,9	59,6
Mato Grosso	71,5	70,4	74,7	75,1	80,0	77,7
Goiás	66,4	67,3	66,8	66,4	69,7	68,6
Distrito Federal	66,2	70,0	67,4	65,6	70,2	71,0
Regiões Metropolitanas						
Belém	57,3	50,5	56,4	55,8	56,2	63,1
Fortaleza	58,7	65,1	58,1	60,1	67,5	70,0
Recife	62,4	65,4	62,7	64,3	67,5	65,1
Salvador	48,7	51,7	50,7	56,2	55,6	61,1
Belo Horizonte	67,9	69,3	71,2	72,9	75,5	74,2
Rio de Janeiro	63,0	64,5	65,3	67,8	66,6	68,8
São Paulo	78,2	80,3	82,8	83,5	86,9	83,1
Curitiba	65,7	62,7	68,8	73,0	73,7	75,0
Porto Alegre	63,5	64,1	60,3	60,4	60,8	57,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (11).

Ensino Médio**Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2017 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,2
Região Norte	42,0	41,3	42,3	44,8	49,2	46,7
Rondônia	50,6	39,1	42,6	51,6	46,1	41,8
Acre	45,9	57,2	54,0	50,5	50,5	53,9
Amazonas	45,4	42,6	40,2	49,4	55,4	51,2
Roraima	62,6	50,7	64,5	60,8	65,4	63,3
Pará	35,2	36,5	37,9	36,2	43,6	41,5
Amapá	48,6	53,8	50,2	57,7	52,3	50,6
Tocantins	47,1	49,4	53,3	57,1	61,1	61,0
Região Nordeste	41,2	45,4	46,6	47,9	51,0	50,4
Maranhão	42,7	46,8	45,2	46,9	48,6	53,6
Piauí	40,5	44,5	44,7	53,1	42,0	45,0
Ceará	49,2	55,0	55,9	57,2	56,1	58,1
Rio Grande do Norte	44,1	44,7	56,3	44,9	58,5	46,8
Paraíba	48,8	46,8	46,1	50,4	50,5	53,1
Pernambuco	42,3	47,8	49,2	49,5	55,7	53,1
Alagoas	34,9	34,4	43,8	42,9	47,1	44,0
Sergipe	38,1	48,1	33,9	45,9	40,0	47,3
Bahia	34,4	39,6	40,6	41,5	49,3	46,1
Região Sudeste	59,8	61,1	64,9	63,6	65,5	67,4
Minas Gerais	50,3	59,2	59,4	55,6	62,3	65,7
Espírito Santo	57,9	59,4	57,6	50,2	59,8	61,7
Rio de Janeiro	56,8	52,5	56,1	58,7	56,5	56,4
São Paulo	66,5	65,5	71,3	70,9	70,8	73,5
Região Sul	55,9	57,1	57,7	58,8	60,4	62,1
Paraná	58,7	58,7	63,2	60,4	61,5	62,0
Santa Catarina	58,9	61,5	59,8	62,8	68,3	64,7
Rio Grande do Sul	51,1	52,7	50,9	54,7	54,3	60,3
Região Centro-Oeste	54,0	57,9	57,5	56,7	65,1	60,0
Mato Grosso do Sul	44,9	46,0	45,9	36,9	59,0	52,2
Mato Grosso	49,9	61,4	55,1	57,7	62,8	55,7
Goiás	54,9	57,9	58,9	59,9	64,2	60,6
Distrito Federal	64,6	64,7	66,2	65,7	73,8	68,7
Regiões Metropolitanas						
Belém	48,8	43,4	45,9	39,6	62,1	53,8
Fortaleza	53,8	56,5	61,1	58,1	60,4	56,8
Recife	56,7	52,1	59,0	59,2	67,8	59,9
Salvador	40,0	46,9	48,6	50,6	61,2	56,6
Belo Horizonte	57,2	62,3	56,9	53,4	67,0	71,1
Rio de Janeiro	54,8	51,6	57,0	62,6	57,7	56,3
São Paulo	68,1	69,2	68,1	71,1	73,5	74,7
Curitiba	65,6	63,6	65,1	67,4	65,8	64,8
Porto Alegre	54,4	57,6	56,2	56,9	51,8	56,9

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4)

ESPECIAL**POR DENTRO DA EVASÃO DOS JOVENS**

Números sobre fluxo escolar divulgados pelo Inep e pelo Ministério da Educação em 2017 ajudam a entender melhor o quadro atual do Ensino Médio e seus desafios. As informações se baseiam na metodologia de coleta de dados individualizados, que permite o acompanhamento longitudinal da trajetória escolar dos estudantes.

Assim, obteve-se um retrato da evolução da taxa de evasão do Ensino Médio, que mostra o percentual de jovens que deixa de se matricular na escola de um ano para o outro. Antes, o que se tinha eram apenas dados sobre abandono (veja pág. 67 e Glossário, na pág. 126).

A taxa de evasão seguia em queda até o levantamento de 2013/2014, mas essa tendência foi interrompida em 2014/2015, com uma leve alta, que fez com que a taxa de evasão chegasse a 11,2% do total de alunos do Ensino Médio. O percentual elevado confirma a crise por que passa esta etapa de ensino.

Ao mesmo tempo, porém, a análise mostra que há avanços perceptíveis e significativos naquelas localidades em que o fenômeno da evasão é mais intenso. É o que ocorre, por exemplo, na região Norte do País. Entre 2007 e 2015, ela apresentou, de modo constante, as mais elevadas taxas de evasão do Ensino Médio, mas com uma importante e contínua queda: 6,8 pontos percentuais no período.

Por conta disso, a distância da região Norte para a região Sul, que era de 7,2 pontos percentuais, em 2007/2008, caiu para 2,8 pontos percentuais no levantamento de 2014/2015. Uma boa notícia. Porém, os estados do Norte ainda apresentam uma taxa de evasão de 13%, maior indicador do País e número superior ao registrado pela região Sul sete anos antes (12,6%).

Vale observar também que, neste mesmo período, a taxa de evasão permaneceu estagnada no Sudeste, em torno de 10%, indicando que esta pode ser uma barreira difícil de ultrapassar, mesmo para os estados que vêm conseguindo obter ganhos relevantes nessa questão.

O percentual de jovens que deixa de se matricular na escola de um ano para o outro voltou a crescer.

Taxa de Evasão do Ensino Médio (Em %)

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Brasil	14,5	12,8	12,6	12,2	11,8	11,4	10,9	11,2
Norte	19,8	15,4	14,7	14,4	13,6	13,7	13,6	13,0
Nordeste	18,8	15,4	15,6	13,7	13,4	13,0	12,4	12,2
Sudeste	10,8	10,5	10,2	10,5	10,4	9,6	9,1	10,3
Sul	12,6	12,3	12,0	11,8	11,6	11,3	11,2	10,2
Centro-Oeste	14,7	12,7	12,6	13,5	12,1	12,4	11,9	11,5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

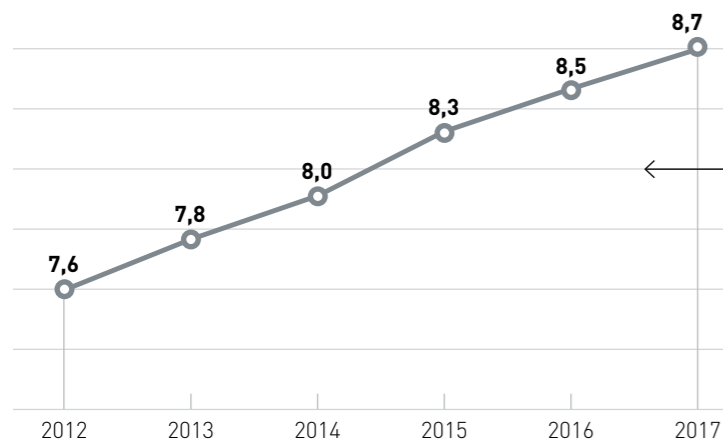
POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

O PNE dedica especial atenção às populações do campo, àqueles que vivem em áreas indígenas e aos remanescentes de quilombos, como forma de superar os entraves que impedem a redução das desigualdades na Educação. O desafio, porém, não é apenas quantitativo. É necessário promover uma real inclusão desses grupos, por meio de instrumentos como a utilização da língua indígena e de material específico voltado aos quilombolas.

44

POPULAÇÃO DO CAMPO

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo
Em anos de estudo

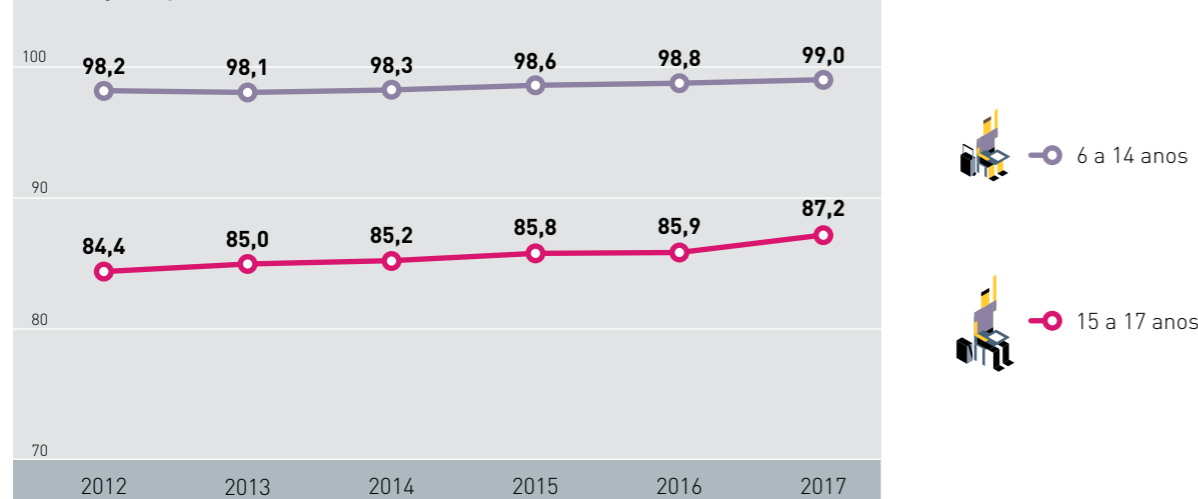


Fonte: IBGE/Pnad Contínua - Elaboração: Todos Pela Educação.

5,2 milhões
foi o total de matrículas no campo em 2016

Entre 2012 e 2017, observa-se um crescimento praticamente constante da escolaridade na área rural.

Crianças e jovens na escola - Zona Rural - 2012-2017 (Em %)

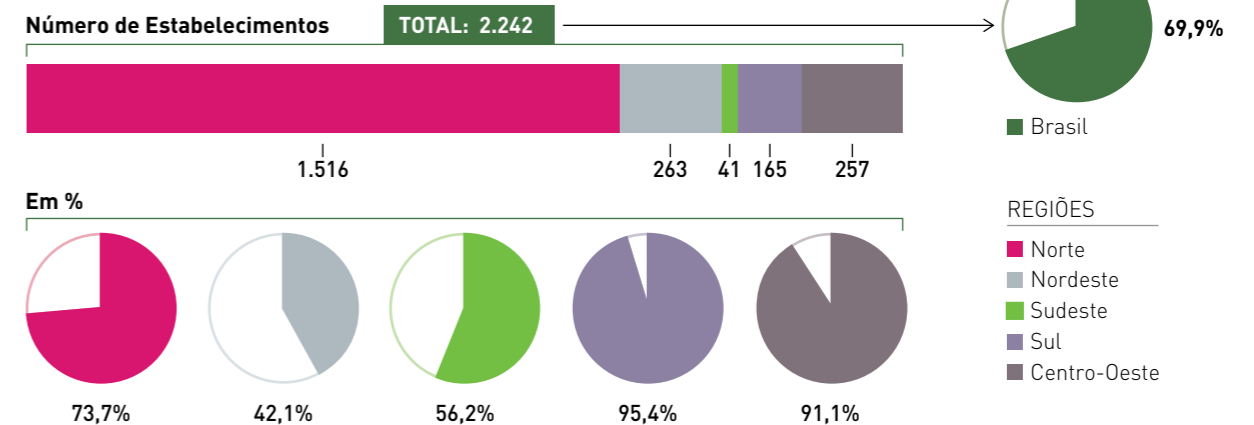


Fonte: IBGE/Pnad Contínua - Elaboração: Todos Pela Educação.

232,7 mil
matrículas foram registradas na Educação Indígena em 2016

POPULAÇÃO INDÍGENA

Escolas indígenas que ministram as aulas utilizando a língua indígena Brasil e Regiões - 2016 - Educação Básica - Todas as redes

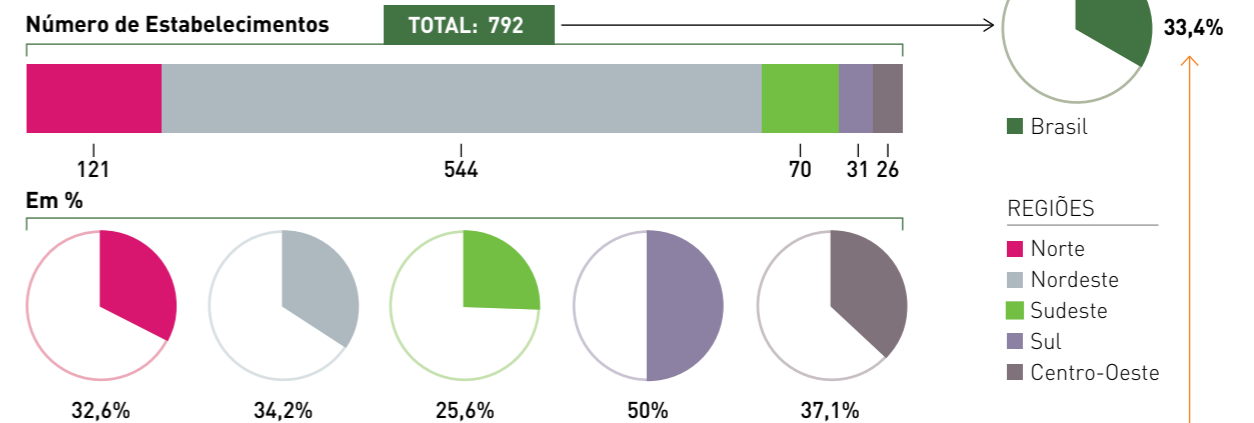


No Brasil, a maioria das escolas indígenas oferece aulas utilizando a língua indígena.

45

POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Escolas quilombolas com material específico para este grupo étnico Brasil e Regiões - 2016 - Educação Básica - Todas as redes



Somente um terço das escolas quilombolas do Brasil contam com material específico para este grupo étnico.

218,4 mil
matrículas foram registradas em escolas de áreas quilombolas em 2016

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Como uma tendência positiva da Educação brasileira, os dados mais recentes mostram que o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em salas de aula comuns cresceu em todas as etapas de ensino.

Há evidências de avanços significativos mesmo com a lacuna de estatísticas globais, que não permite estimar a proporção das pessoas com deficiência na escola em relação ao universo populacional para cada faixa etária.

Desde 2007, o número de crianças com deficiência incluídas em salas de aula comuns na Educação Infantil mais do que dobrou, chegando a 58,7 mil, um crescimento próximo de 7 mil alunos apenas entre 2015 e 2016. Ao mesmo tempo, as matrículas em classes especiais seguem em queda contínua, diminuindo quase 6 vezes no mesmo período.

No Ensino Fundamental, as matrículas em classe comum passaram de 239,5 mil, em 2007, para 607,2 mil, em 2016. No Ensino Médio, de 13,3 mil a 74 mil. Esses números representam um crescimento de 153,5% e 456,2%, respectivamente.



DE OLHO NA EQUIDADE

Na modalidade da Educação Inclusiva, a desigualdade das condições de oferta também se expressa de maneira contundente. Na falta de informações para avaliar a qualidade do ensino oferecido, é possível comparar as condições de oferta em termos de infraestrutura nas áreas rural e urbana. Mesmo que essa diferença venha diminuindo, ainda é expressiva.

16,5% das escolas da Educação Básica no campo têm sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), contra 31,1% na zona urbana.

23,8% das escolas da Educação Básica situadas em áreas rurais contam com banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Nas cidades, esse número sobe para 53,9%.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de ouvir, que frequenta a escola
Brasil e regiões - 2010

Região	Dificuldade permanente de ouvir							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89	662.614	90	520.837	86	94.604	84	47.167
Norte	87	81.698	89	66.959	83	10.593	75	4.144
Nordeste	89	262.131	91	211.955	86	37.022	78	13.153
Sudeste	90	209.015	91	158.382	87	30.279	88	20.353
Sul	89	68.472	89	51.496	88	11.035	85	5.939
Centro-Oeste	89	41.298	89	32.045	86	5.675	89	3.578

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 - Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de enxergar, que frequenta a escola
Brasil e regiões - 2010

Região	Dificuldade permanente de enxergar							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	93	3.060.793	93	2.644.654	90	362.226	84	53.907
Norte	92	286.180	92	249.915	89	33.054	73	3.210
Nordeste	93	1.220.182	93	1.067.449	90	141.823	80	10.909
Sudeste	93	1.068.738	94	916.920	91	123.675	87	28.142
Sul	91	282.717	92	235.919	89	39.062	85	7.734
Centro-Oeste	92	202.976	92	174.451	91	24.612	83	3.912

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 - Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de caminhar, que frequenta a escola
Brasil e regiões - 2010

Região	Dificuldade permanente de caminhar							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	77	349.919	86	238.467	74	66.630	53	44.818
Norte	74	41.084	83	31.379	67	6.664	41	3.041
Nordeste	77	131.530	86	96.744	73	25.006	41	9.779
Sudeste	79	118.158	87	72.969	77	23.182	62	22.006
Sul	77	38.029	85	23.421	74	7.910	59	6.697
Centro-Oeste	78	21.118	86	13.954	75	3.868	59	3.295

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 - Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

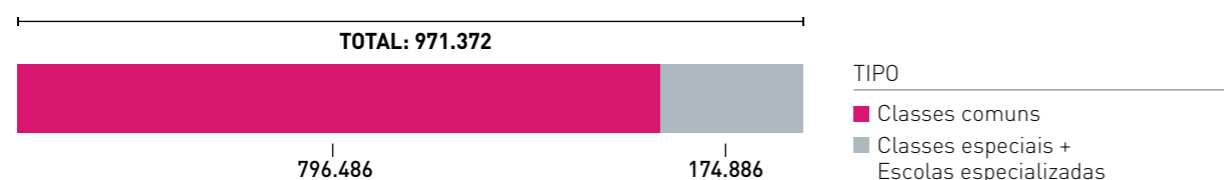
Taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos com e sem deficiência mental/intelectual permanente, que frequenta a escola
Brasil e regiões – 2010

Região	Deficiência mental/intelectual permanente			
	Sem deficiência permanente		Com deficiência permanente	
	%	População	%	População
Brasil	91	41.182.993	70	324.979
Norte	88	4.127.553	65	30.767
Nordeste	92	12.718.914	66	105.089
Sudeste	92	15.938.393	74	120.920
Sul	90	5.377.840	74	45.867
Centro-Oeste	90	3.020.293	76	22.336

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas – Brasil – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva

Condições de oferta em escolas da Educação Básica com estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Em %)

Brasil – 2016

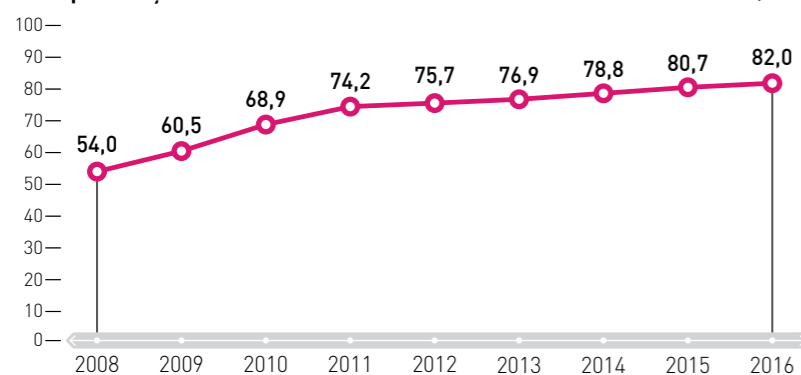
	Urbana	Rural
Escolas com sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)	31,1	16,5
Escolas com banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	53,9	23,8
Escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	43,1	16,8

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Somente são consideradas as escolas da Educação Básica em funcionamento com turmas de escolarização com pelo menos uma matrícula de estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Educação Especial/Inclusiva

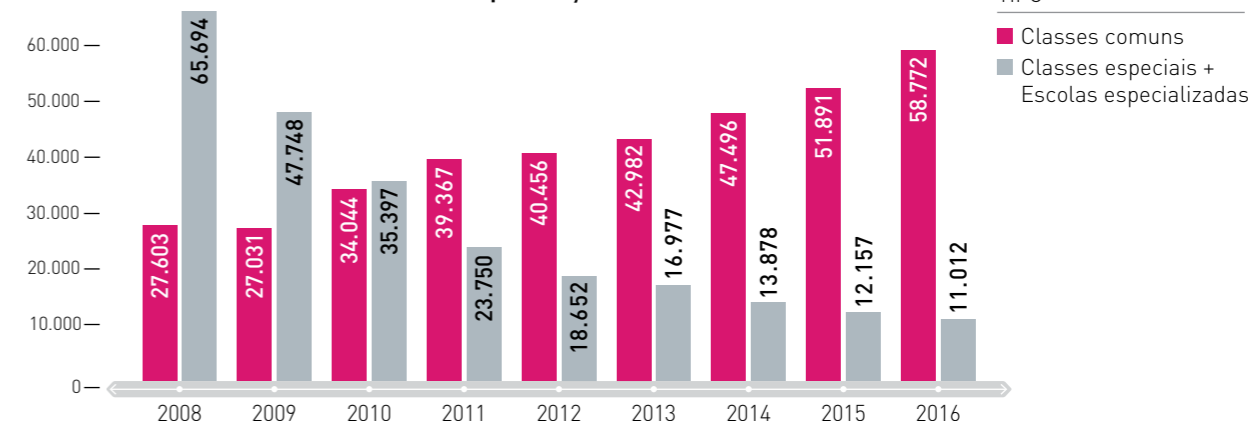
Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2008-2016 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas na Educação Infantil de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2008-2016

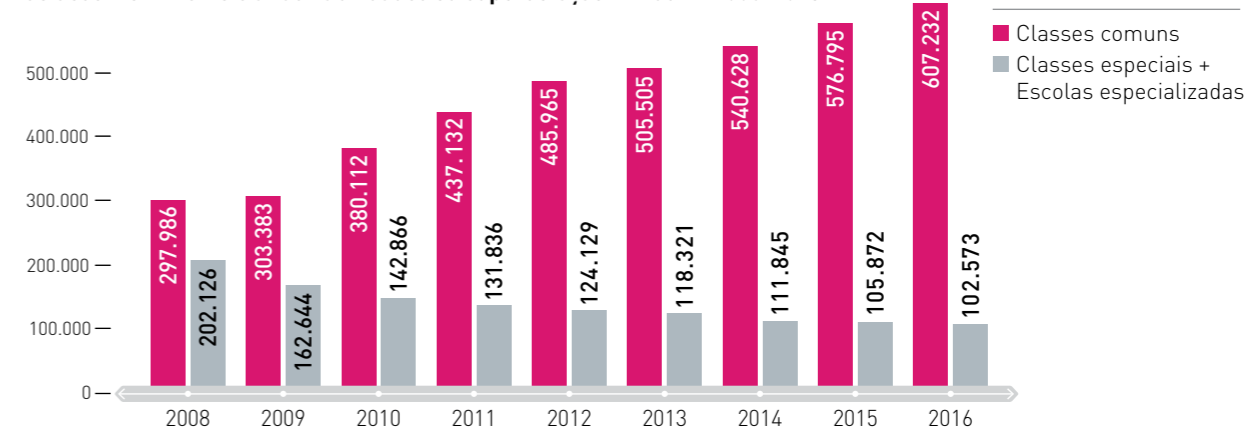


Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas no Ensino Fundamental de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2008-2016

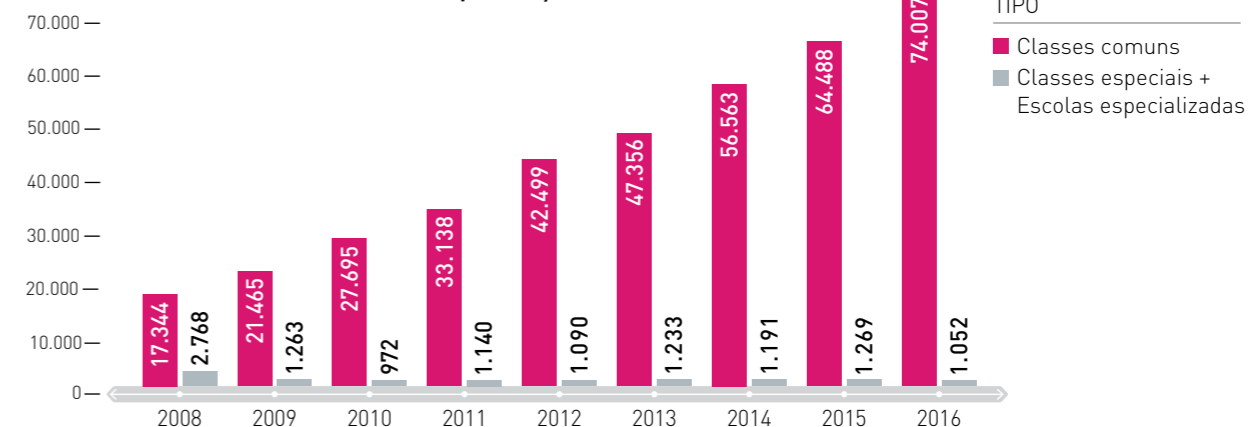


Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.

Educação Especial/Inclusiva

Matrículas no Ensino Médio de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – Brasil – 2008-2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: ③.



Educação Especial/Inclusiva

Matrículas em classes comuns, classes especiais e escolas especializadas – Brasil – 2016

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Classes comuns	Classes especiais + Escolas especializadas
Brasil	971.372	796.486	174.886
Região Norte	84.509	76.662	7.847
Rondônia	11.425	9.628	1.797
Acre	7.498	7.498	0
Amazonas	13.064	10.380	2.684
Roraima	2.315	2.315	0
Pará	33.485	32.928	557
Amapá	4.834	4.249	585
Tocantins	11.888	9.664	2.224
Região Nordeste	246.460	232.444	14.016
Maranhão	31.614	28.016	3.598
Piauí	14.300	13.870	430
Ceará	44.545	43.207	1.338
Rio Grande do Norte	15.735	15.735	0
Paraíba	17.369	16.752	617
Pernambuco	32.267	28.309	3.958
Alagoas	17.014	16.962	52
Sergipe	7.761	7.235	526
Bahia	65.855	62.358	3.497
Região Sudeste	365.421	282.733	82.688
Minas Gerais	115.725	83.276	32.449
Espírito Santo	19.572	19.527	45
Rio de Janeiro	56.654	44.897	11.757
São Paulo	173.470	135.033	38.437
Região Sul	191.025	136.082	54.943
Paraná	84.365	44.460	39.905
Santa Catarina	27.205	26.503	702
Rio Grande do Sul	79.455	65.119	14.336
Região Centro-Oeste	83.957	68.565	15.392
Mato Grosso do Sul	19.570	14.510	5.060
Mato Grosso	18.763	14.489	4.274
Goiás	29.347	27.079	2.268
Distrito Federal	16.277	12.487	3.790

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: ③.

Educação Especial/Inclusiva

Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2008-2016 (Em %)

Por unidades da federação

Unidade da federação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	54,0	60,5	68,9	74,2	75,7	76,9	78,8	80,7	82,0
Região Norte	56,5	64,0	75,6	83,5	85,6	87,8	88,9	90,2	90,7
Rondônia	52,5	54,2	65,1	73,6	75,1	78,7	79,8	83,0	84,3
Acre	69,7	78,1	85,4	92,5	100	100	100	100	100
Amazonas	44,3	47,2	56,8	66,1	71,1	74,3	76,1	78,7	79,5
Roraima	85,9	100	100	100	100	100	100	100	100
Pará	57,5	70,7	84,4	92,8	94,7	95,6	97,7	97,8	98,3
Amapá	68,2	67,6	79,7	81,7	84,0	84,6	84,9	88,1	87,9
Tocantins	57,4	61,6	72,9	78,6	77,0	78,2	78,7	80,3	81,3
Região Nordeste	59,3	68,8	79,6	86,8	88,9	90,4	91,9	93,5	94,3
Maranhão	54,3	64,5	76,1	81,4	82,9	84,5	85,8	87,0	88,6
Piauí	45,9	64,8	81,1	96,3	96,4	97,1	98,0	98,2	97,0
Ceará	65,9	71,4	76,6	86,4	88,5	93,3	94,9	96,2	97,0
Rio Grande do Norte	83,0	94,7	97,0	98,9	99,8	99,8	99,9	100	100
Paraíba	70,9	73,4	86,5	92,3	94,3	94,9	95,3	95,5	96,4
Pernambuco	39,7	47,2	62,7	73,0	77,7	79,1	81,0	86,3	87,7
Alagoas	71,6	81,2	91,5	95,5	95,4	97,1	97,5	99,4	99,7
Sergipe	49,4	54,0	66,7	78,1	81,5	85,2	89,5	91,3	93,2
Bahia	62,4	75,3	85,6	90,0	91,4	91,8	93,5	94,3	94,7
Região Sudeste	55,6	59,1	64,5	67,2	70,4	71,8	73,5	75,2	77,4
Minas Gerais	44,6	42,2	50,2	55,9	61,7	63,8	66,4	69,5	72,0
Espírito Santo	54,4	46,0	100	99,7	100	100	100	99,9	99,8
Rio de Janeiro	44,8	48,0	59,8	68,6	71,8	73,0	75,2	77,0	79,2
São Paulo	63,7	68,9	69,8	70,1	72,1	73,3	74,7	75,6	77,8
Região Sul	43,0	51,4	62,2	69,0	65,8	66,1	68,5	70,7	71,2
Paraná	35,9	37,8	50,9	58,3	50,0	48,3	49,8	51,5	52,7
Santa Catarina	41,9	90,8	92,0	93,1	93,9	94,1	95,7	97,8	97,4
Rio Grande do Sul	51,3	53,9	64,3	71,6	75,9	77,8	79,9	81,3	82,0
Região Centro-Oeste	56,4	63,3	70,5	75,1	78,7	78,7	80,4	81,1	81,7
Mato Grosso do Sul	52,3	56,3	63,5	68,3	69,6	70,1	72,3	74,2	74,1
Mato Grosso	41,6	47,4	52,7	58,9	67,1	71,1	73,0	74,9	77,2
Goiás	67,2	81,4	89,3	91,4	94,0	92,2	96,1	95,4	92,3
Distrito Federal	55,0	57,1	65,3	71,1	72,7	74,3	71,7	72,2	76,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

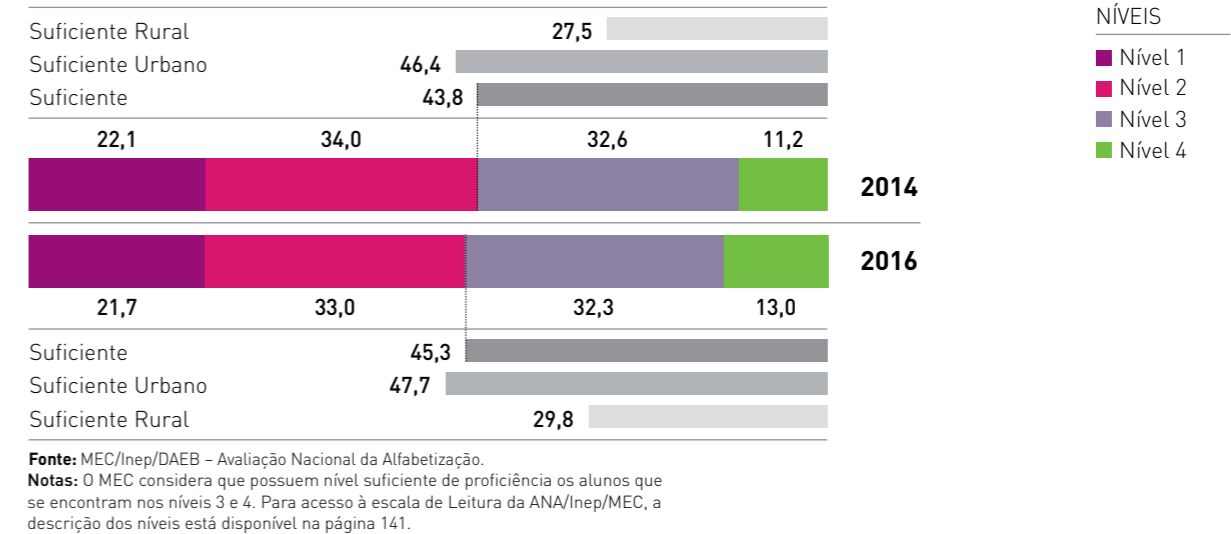
Um inquestionável avanço recente na Educação brasileira foi a consolidação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que permite compreender a situação de aprendizagem das crianças ao final do ciclo de alfabetização – 3º ano do Ensino Fundamental. A ANA foi aplicada em 2013, 2014 e 2016, mas apenas as duas últimas edições tiveram os seus resultados divulgados.

O que se observa, entre 2014 e 2016, são pequenas variações positivas nos índices de Leitura e Matemática – os dados da avaliação de Escrita não são comparáveis.

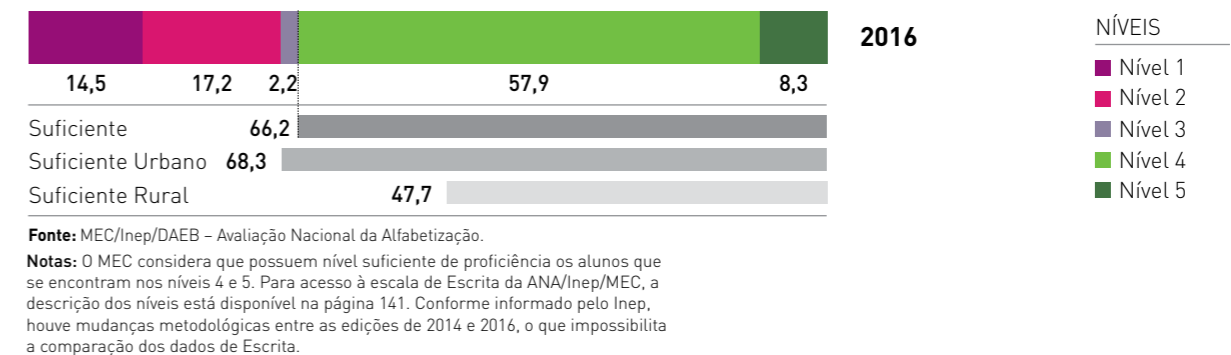
Essa pequena evolução, porém, ainda não deve ser considerada uma boa notícia. A melhora é muito reduzida frente à enorme distância para o cumprimento da meta do PNE em 2024. Em Leitura, menos da metade dos alunos apresentam nível de proficiência considerado suficiente. Quadro semelhante é observado em Matemática.

A ANA possui quatro níveis de proficiência em Leitura e Matemática, e cinco níveis em Escrita. Uma mudança de 2014 para 2016 tornou a escala mais rigorosa em Leitura: agora são consideradas proficientes apenas as crianças que atingiram os níveis 3 e 4.

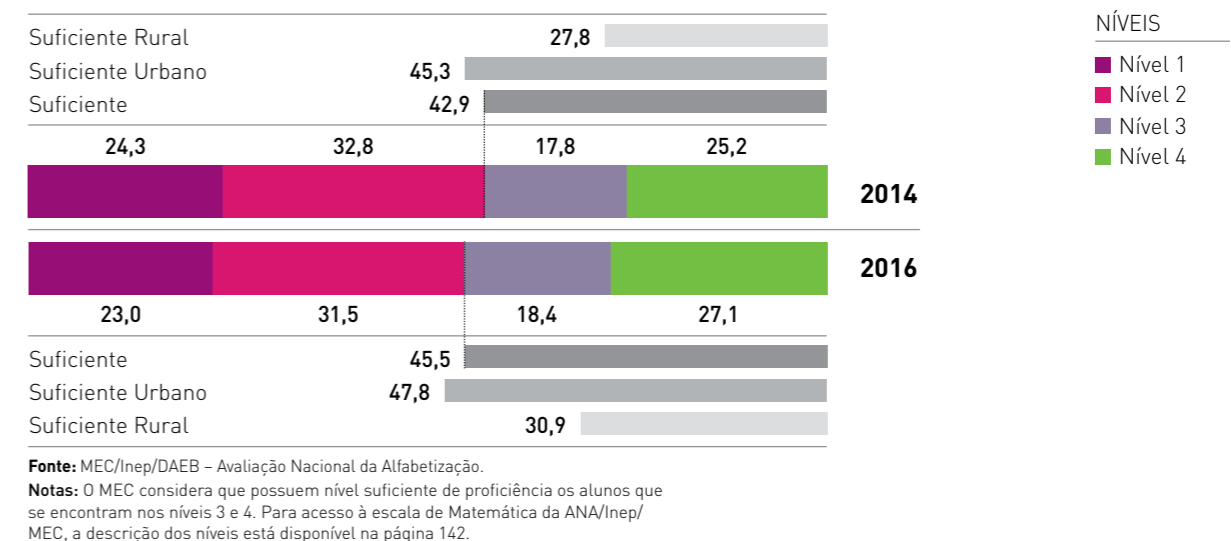
Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em Leitura – Brasil – 2014 e 2016



Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível suficiente de proficiência em Escrita – Brasil – 2016



Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em Matemática – Brasil – 2014 e 2016



DE OLHO NA EQUIDADE

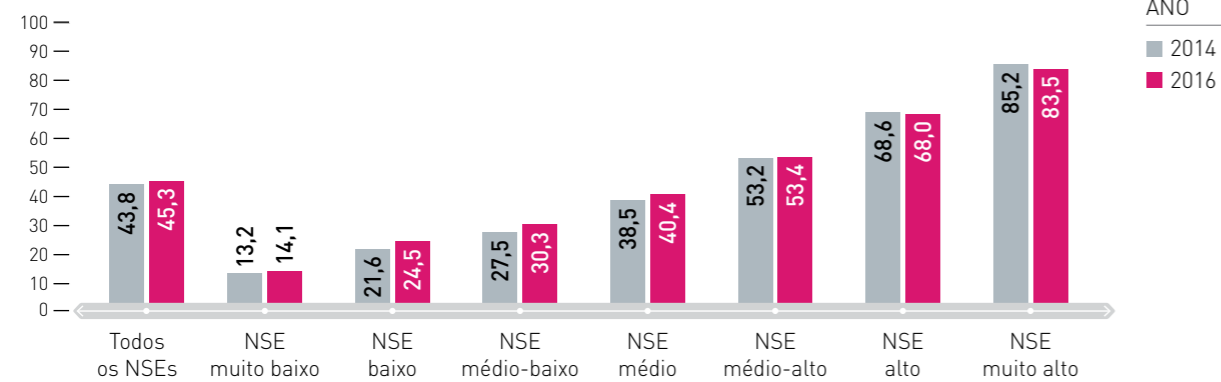
As desigualdades que marcam os resultados da ANA devem ser analisadas com atenção. As diferenças de aprendizagem apresentam-se já no início do Ensino Fundamental, especialmente entre os diferentes níveis socioeconômicos (NSE) e os alunos da zona rural e da zona urbana.

29,8% dos alunos da rede pública de 3º ano do Ensino Fundamental apresentam nível suficiente de Leitura na zona rural, contra 47,7% da zona urbana.

17,1% das crianças com NSE muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização em Matemática, segundo os critérios da ANA. Esse nível é alcançado por 85,5% dos alunos com NSE muito alto.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Leitura

Por Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2014 e 2016

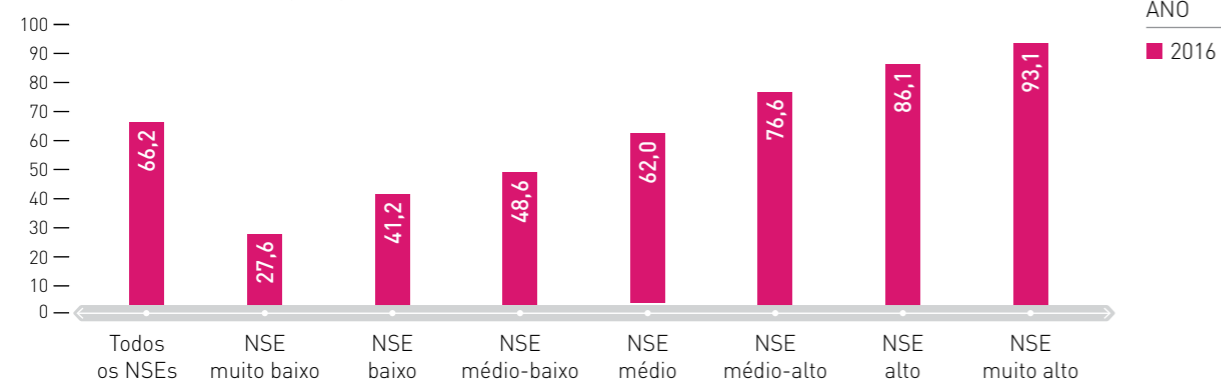


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência os alunos que se encontram nos níveis 3 e 4. Para acesso à escala de Leitura da ANA/Inep/MEC, a descrição dos níveis está disponível na página 141.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Escrita

Por Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2016

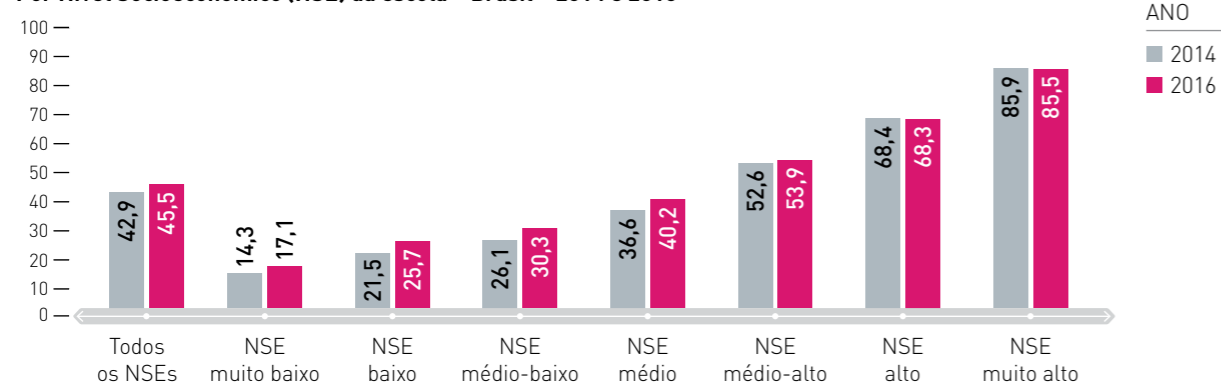


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência os alunos que se encontram nos níveis 4 e 5. Para acesso à escala de Escrita da ANA/Inep/MEC, a descrição dos níveis está disponível na página 141. Conforme informado pelo Inep, houve mudanças metodológicas entre as edições de 2014 e 2016, o que impossibilita a comparação dos dados de Escrita.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Matemática

Por Nível Socioeconômico (NSE) da escola – Brasil – 2014 e 2016

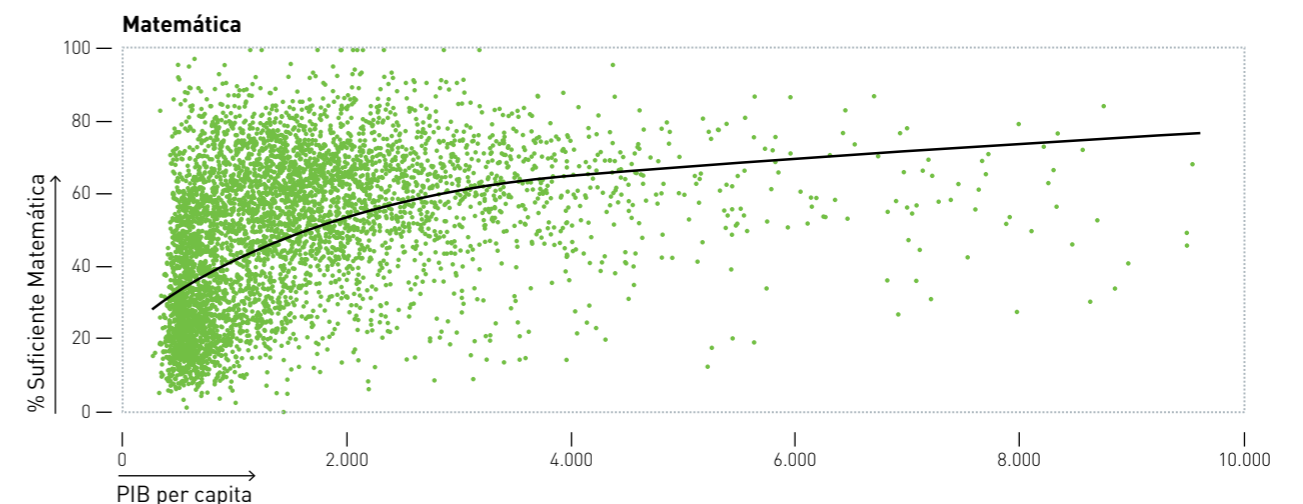
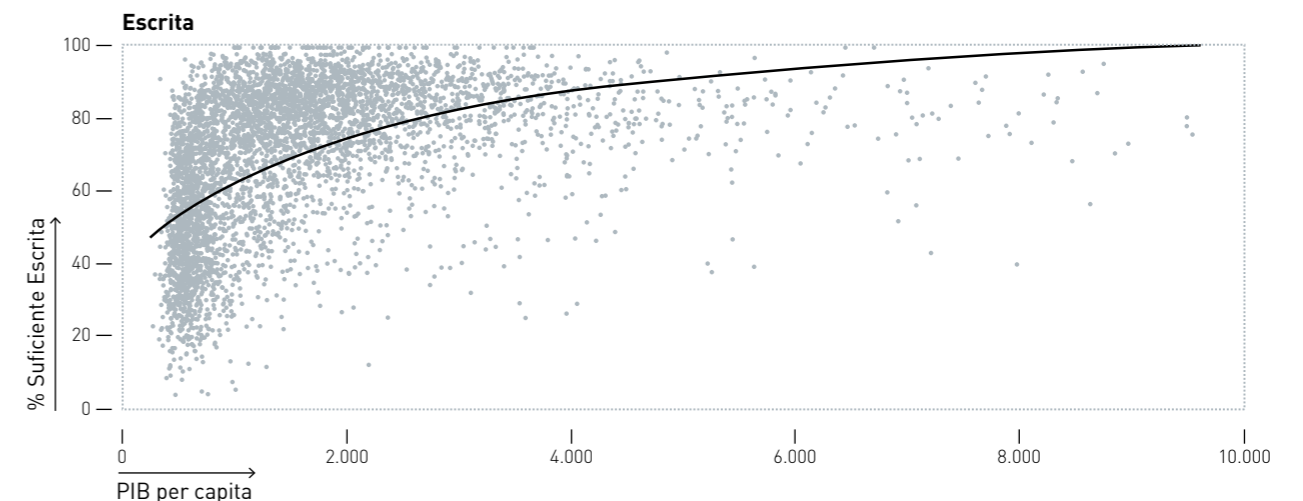
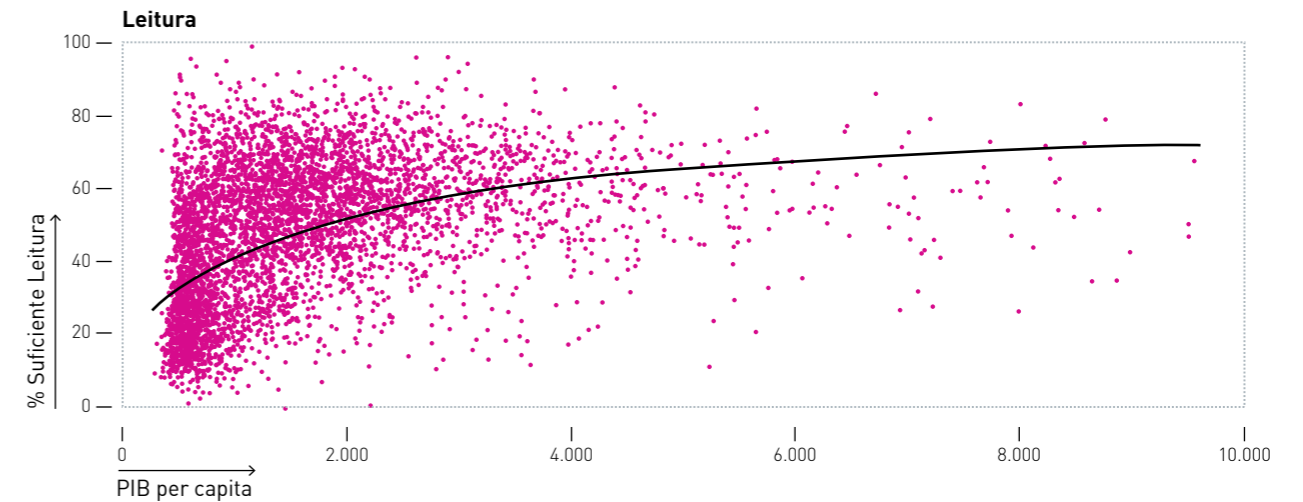


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: O MEC considera que possuem nível suficiente os alunos que se encontram nos níveis 3 e 4. Para acesso à escala de Matemática da ANA/Inep/MEC, a descrição dos níveis está disponível na página 142.

Relação entre alfabetização suficiente e PIB per capita mensal nos municípios brasileiros

Cruzamento entre porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização (2016) pelo PIB per capita mensal (2015), por município brasileiro



Fonte: ANA/Inep/MEC 2016 e Estatísticas Municipais do IBGE 2015.

A amostra considera os 5.191 municípios com resultados divulgados na ANA 2016 e PIB per capita mensal 2015 inferior a R\$ 10 mil.

Alfabetização até 8 anos

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização em Leitura, Escrita e Matemática – 2014 e 2016

Por unidades da federação, na rede pública

	Leitura		Escrita*	Matemática	
	2014	2016	2016	2014	2016
Brasil	43,8	45,3	66,2	42,9	45,5
Região Norte	27,5	29,8	47,0	25,1	29,3
Roraima	39,1	40,0	61,5	38,7	40,7
Acre	44,7	45,5	62,7	40,6	46,7
Amazonas	29,9	33,7	47,5	28,1	32,6
Roraima	33,8	29,0	48,4	31,1	29,2
Pará	21,2	23,6	40,1	18,6	23,1
Amapá	20,6	20,6	40,9	17,1	19,5
Tocantins	35,6	35,4	57,6	32,2	34,5
Região Nordeste	27,6	30,9	49,2	25,9	30,6
Maranhão	18,6	22,7	40,1	16,3	22,7
Piauí	24,2	29,1	46,1	21,2	28,0
Ceará	52,2	54,8	70,7	48,7	51,7
Rio Grande do Norte	29,1	32,3	59,2	24,4	30,6
Paraíba	24,6	28,5	44,4	23,9	28,7
Pernambuco	27,7	29,4	48,2	29,0	31,0
Alagoas	21,1	23,8	43,6	20,1	24,1
Sergipe	19,4	19,8	44,1	18,9	20,5
Bahia	24,0	27,3	45,2	22,2	27,2
Região Sudeste	56,7	56,3	78,5	57,1	57,3
Minas Gerais	63,8	62,4	79,3	62,7	62,2
Espírito Santo	50,3	52,6	74,9	49,3	53,6
Rio de Janeiro	40,7	40,3	64,8	38,7	39,5
São Paulo	59,6	58,7	82,9	61,7	60,8
Região Sul	54,5	55,1	80,2	53,9	55,6
Paraná	55,5	55,3	85,6	55,0	55,6
Santa Catarina	60,8	60,8	84,8	60,7	62,2
Rio Grande do Sul	49,8	51,1	71,0	48,8	51,2
Região Centro-Oeste	47,7	48,8	70,5	45,1	48,1
Mato Grosso do Sul	45,0	43,9	66,7	42,3	42,3
Mato Grosso	45,3	46,7	72,0	43,3	46,3
Goiás	48,1	49,8	69,1	44,8	48,6
Distrito Federal	53,1	55,5	76,4	51,7	56,7

Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização – Elaboração: Todos Pela Educação.

*Conforme informado pelo Inep, houve mudanças metodológicas entre as edições de 2014 e 2016, o que impossibilita a comparação dos dados de Escrita.

**ESPECIAL****INÍCIO DESIGUAL**

O período da alfabetização, em que as crianças desenvolvem as capacidades básicas para ler, escrever e fazer contas matemáticas com autonomia, é de máxima importância para romper o ciclo de pobreza e de reprodução das desigualdades. Os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), no entanto, evidenciam que estamos comprometendo o futuro cidadão principalmente das crianças mais vulneráveis.

Há uma tendência clara de os municípios mais pobres apresentarem um número menor de alunos com nível de proficiência suficiente – em Leitura, Escrita e Matemática (veja gráficos na pág. 55). O cruzamento entre a porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização e o PIB per capita mensal dos municípios revela isso.

Outra forma de atestar essa tendência é segmentar os municípios por quintil de PIB per capita mensal e avaliar as taxas de alfabetização em cada um desses quintis. Nessa metodologia, calcula-se uma média simples da taxa de alfabetização suficiente nos municípios de cada quintil, constituindo um retrato médio, e não um percentual exato do resultado das crianças que vivem nos municípios daquele quintil.

O que se verifica são diferenças bastante substanciais entre os resultados dos grupos de municípios – especialmente entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. Essa distância ultrapassa 30 pontos percentuais em Escrita e é igualmente alarmante em Leitura (25,7 pontos percentuais) e em Matemática (27,1). Fica claro que, embora o desafio da alfabetização de qualidade na idade certa esteja presente em todos os grupos de municípios, há uma necessidade de esforço concentrado naqueles de menor renda, para superar as desigualdades e possibilitar aos alunos dessas localidades melhores condições de seguir com sucesso o caminho da escolarização.

Há necessidade de um esforço concentrado nos municípios de menor renda.

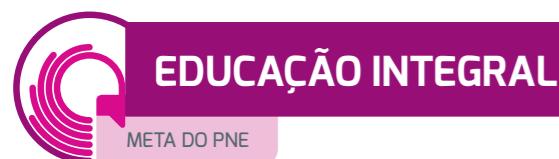
Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização

Taxa média por quintil de PIB per capita mensal dos municípios participantes
Brasil – 2015

Quintil de municípios (PIB per capita)	Média do % suficiente em Leitura	Média do % suficiente em Escrita	Média do % suficiente em Matemática	Município de maior renda per capita do quintil (R\$)
20% mais pobres - 1º quintil	32,7	50,4	32,8	644,05
2º quintil	40,8	61,1	40,8	993,35
3º quintil	51,4	74,5	52,0	1.508,09
4º quintil	56,2	80,1	57,8	2.251,75
20% mais ricos - 5º quintil	58,4	81,0	59,9	42.761,18

Fonte: ANA/Inep/MEC 2016 e Estatísticas Municipais do IBGE 2015.

Foram considerados para o cálculo dos quintis apenas os municípios com resultados divulgados em pelo menos uma habilidade.



Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

O ano de 2016 trouxe uma inflexão importante na curva de crescimento das matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental. Se os anos anteriores foram marcados por um crescimento contínuo, os números do Censo Escolar de 2016 apontam para uma queda brusca na taxa de matrículas em tempo integral nessa etapa. A queda foi motivada por uma mudança no padrão de atendimento do Ensino Fundamental.

Em apenas um ano, as matrículas em tempo integral caíram 47%, apenas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Considerada toda essa etapa escolar, houve uma perda de 2,1 milhões de matrículas. Quase 18 mil escolas deixaram de oferecer Educação em período igual ou superior a 7 horas diárias.

Na Educação Infantil, embora o número de matrículas em tempo integral tenha crescido em termos absolutos, também houve queda proporcional em relação ao total (de 28,7% para 28,2%).

Como exceção a esse quadro, vale notar que, no Ensino Médio, as matrículas em tempo integral cresceram, representando agora 6,7% do total de matrículas dessa etapa.

DE OLHO NA EQUIDADE

A queda no número de matrículas em tempo integral mostra como a expansão depende dos financiamentos oriundos de programas federais.

10,8 mil escolas da região Nordeste deixaram de oferecer tempo integral entre 2015 e 2016. Em estados como Alagoas e Sergipe, o número de escolas que atendem crianças em período igual ou superior a 7 horas caiu pela metade.

7,3% das matrículas da Educação Infantil, no Norte, se enquadram nos critérios de tempo integral. Na região Sul, a proporção sobe para 51,2%.

Educação integral

Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral
Brasil e regiões - 2014-2016

Região	2014		2015		2016	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	42,0	62.575	44,2	65.056	32,3	47.113
Norte	26,1	5.647	31,0	6.626	15,2	3.214
Nordeste	38,5	22.986	42,1	24.330	23,7	13.484
Sudeste	47,7	19.176	48,9	19.658	44,9	18.052
Sul	52,1	10.383	52,2	10.451	45,6	9.137
Centro-Oeste	57,3	4.383	51,8	3.991	41,6	3.226

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: (13).

Educação integral

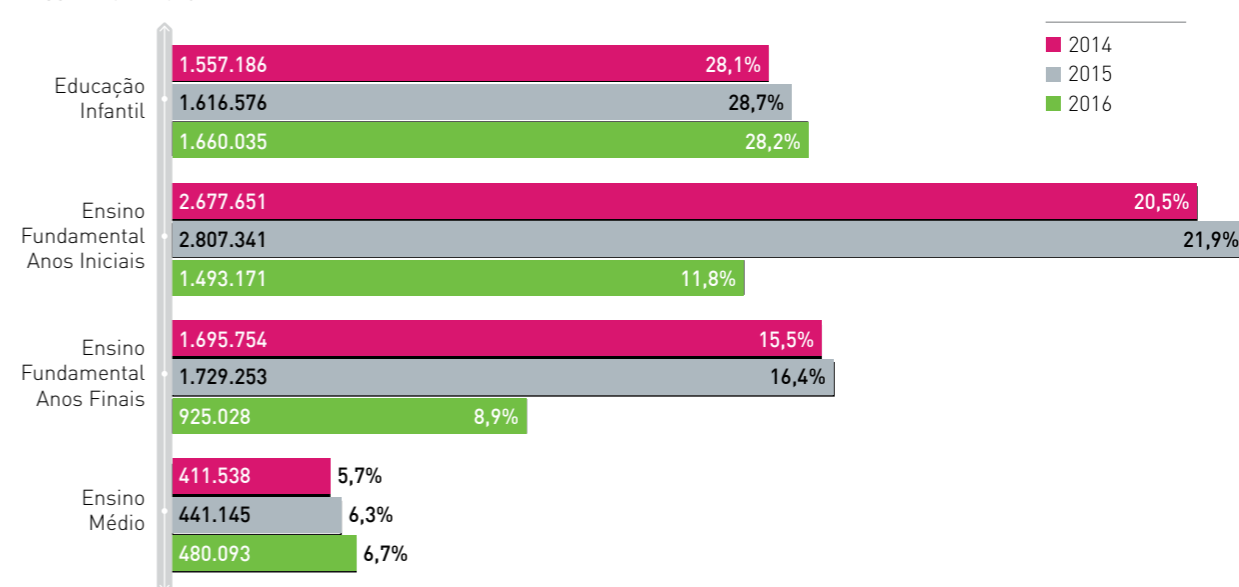
Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica
Brasil e regiões - 2014-2016

Região	2014		2015		2016	
	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas
Brasil	15,7	6.395.102	16,7	6.616.931	11,5	4.578.349
Norte	13,3	618.548	16,1	737.700	7,2	327.697
Nordeste	20,4	2.508.939	22,1	2.634.658	11,6	1.367.654
Sudeste	12,6	1.948.734	13,2	1.974.073	12,2	1.851.632
Sul	16,2	872.486	16,6	881.342	13,8	739.781
Centro-Oeste	15,1	446.395	13,2	389.158	9,8	291.585

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: (13).

Educação integral

Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas por etapa de ensino
Brasil - 2014-2016



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar - Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: (13).

Educação integral

Escolas da rede pública que oferecem matrículas em tempo integral segundo os recursos disponíveis no estabelecimento – Brasil – 2016 (Em %)

Recursos	
Auditório	11,2
Biblioteca e/ou sala de leitura	55,8
Cozinha	98,0
Laboratório de ciências	11,4
Laboratório de informática	49,5
Quadra de esportes	38,8
Refeitório	59,4
Banheiro dentro do prédio	92,7

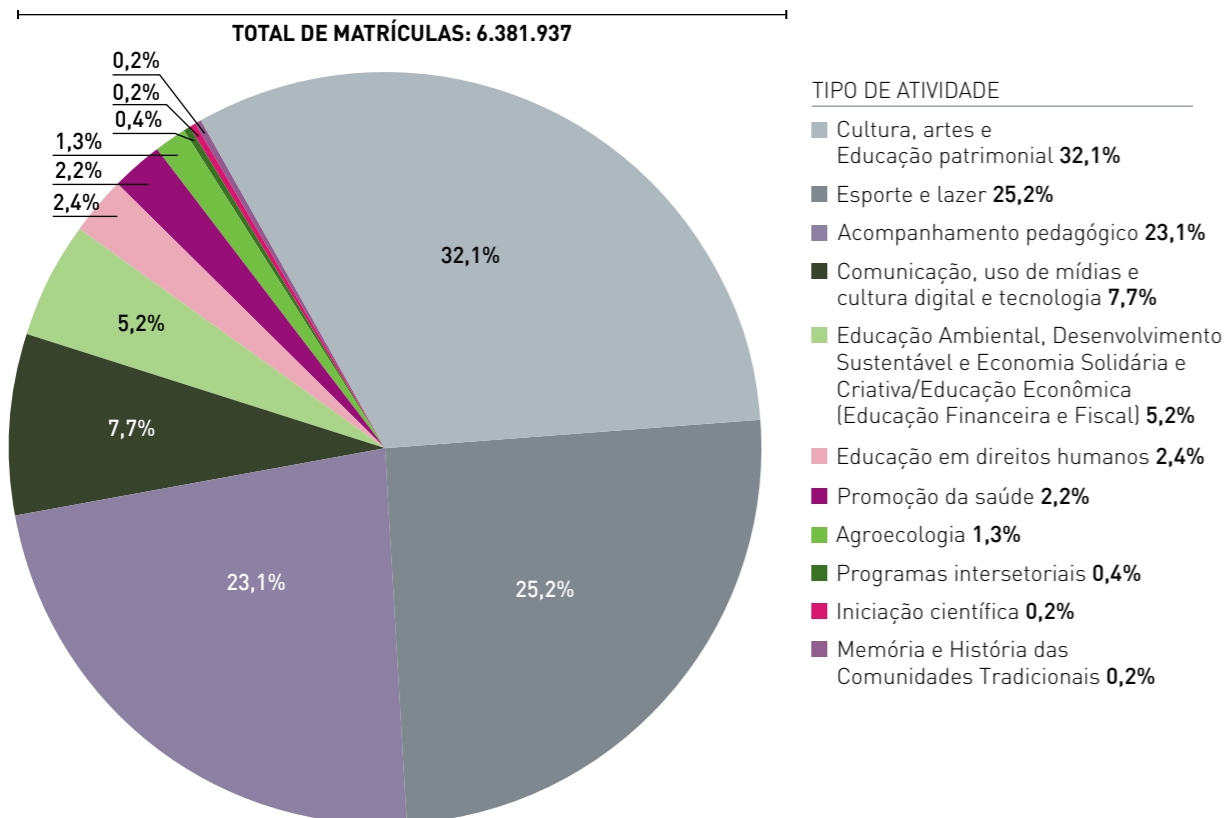
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (13).

60

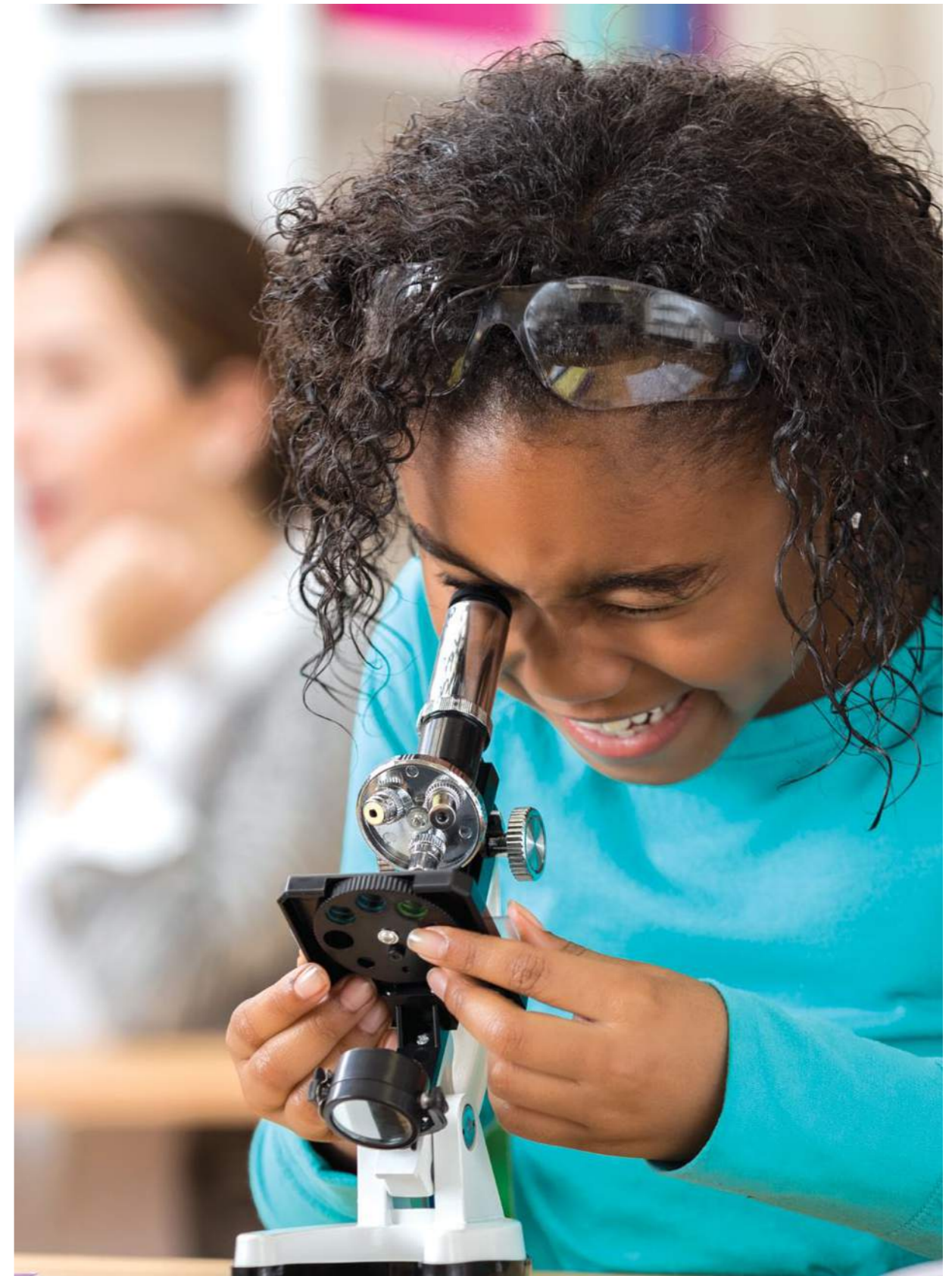
Educação integral

Atividades complementares – Brasil – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (13).



61

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Poucas escolas da rede pública oferecem às crianças a oportunidade de experiência em um laboratório de ciências.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Por regiões e unidades da federação – 2015 e 2016

Unidade da federação	2015		2016	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	44,2	65.056	32,3	47.113
Região Norte	31,0	6.626	15,2	3.214
Rondônia	45,6	528	24,8	283
Acre	27,6	446	16,8	269
Amazonas	26,5	1381	15,7	808
Roraima	9,3	70	10,7	82
Pará	30,3	3140	11,0	1128
Amapá	22,5	172	14,0	107
Tocantins	59,5	889	36,1	537
Região Nordeste	42,1	24.330	23,7	13.484
Maranhão	32,9	3847	13,4	1539
Piauí	38,2	1836	22,9	1072
Ceará	53,1	3420	29,5	1884
Rio Grande do Norte	45,3	1372	27,8	831
Paraíba	43,8	2002	24,3	1085
Pernambuco	46,1	3188	23,9	1637
Alagoas	47,0	1225	26,5	680
Sergipe	39,3	721	17,7	322
Bahia	42,1	6719	28,3	4434
Região Sudeste	48,9	19.658	44,9	18.052
Minas Gerais	45,7	5757	45,4	5693
Espírito Santo	35,8	1039	23,9	685
Rio de Janeiro	46,0	3006	41,6	2730
São Paulo	54,3	9856	48,9	8944
Região Sul	52,2	10.451	45,6	9.137
Paraná	52,1	3776	52,3	3549
Santa Catarina	54,8	2886	38,1	2730
Rio Grande do Sul	50,5	3789	56,6	2858
Região Centro-Oeste	51,8	3.991	41,6	3.226
Mato Grosso do Sul	62,2	802	48,6	734
Mato Grosso	51,1	1166	34,8	800
Goiás	48,8	1701	39,4	1381
Distrito Federal	49,5	322	47,9	311

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (13).

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino**

Por regiões e unidades da federação – 2016

Unidade da federação	Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
	Brasil	11,5	4.578.349	28,2	1.660.035	11,8	1.493.171	8,9	925.028	6,7
Região Norte	7,2	327.697	7,3	39.745	9,3	153.649	8,4	100.273	4,2	31.077
Rondônia	8,5	34.427	7,0	2.979	7,5	11.039	9,29	10.027	18,1	10.215
Acre	9,4	24.089	9,8	3.375	13,9	12.799	12,4	7.642	0,6	225
Amazonas	8,0	85.775	3,0	3.626	9,4	35.748	12,0	34.507	6,2	11.719
Roraima	4,4	5.918	8,9	1.564	2,7	1.315	5,4	1.942	4,9	1.022
Pará	4,3	91.217	6,2	16.266	5,9	46.288	4,5	24.710	0,6	1.999
Amapá	9,6	19.942	0,8	163	25,2	18.649	1,1	559	1,4	514
Tocantins	18,2	66.329	22,5	11.772	22,1	27.811	20,0	20.886	8,6	5.383
Região Nordeste	11,6	1.367.654	14,0	220.100	13,6	500.566	12,6	397.538	11,9	237.963
Maranhão	8,3	149.860	2,7	7.069	12,6	75.630	12,5	61.365	1,7	5.051
Piauí	11,5	94.155	1,9	2.096	13,6	32.866	19,7	37.076	16,2	20.463
Ceará	12,0	212.632	10,8	30.297	13,7	71.645	12,0	56.560	15,6	53.252
Rio Grande do Norte	8,2	55.622	5,8	6.106	13,5	27.826	11,8	20.533	0,6	623
Paraíba	12,3	100.252	30,9	30.863	14,9	36.441	10,2	21.888	8,7	10.330
Pernambuco	14,1	246.997	13,5	25.648	9,9	54.320	7,7	36.119	40,4	129.928
Alagoas	8,2	60.310	21,2	19.070	10,0	23.454	6,2	11.915	3,4	3.567
Sergipe	5,5	23.488	12,2	6.573	6,3	9.228	4,1	4.853	3,8	2.539
Bahia	14,0	424.338	24,3	92.378	17,9	169.156	17,6	147.229	2,4	12.210
Região Sudeste	12,2	1.851.632	33,2	816.895	12,1	558.592	8,3	315.546	5,4	157.950
Minas Gerais	11,6	461.597	30,0	162.068	15,6	188.529	8,4	91.406	2,4	18.489
Espírito Santo	6,3	49.156	13,2	20.260	5,5	13.772	5,7	10.927	3,6	4.112
Rio de Janeiro	13,1	326.862	35,4	123.251	13,8	105.696	7,6	51.022	9,9	46.393
São Paulo	12,9	1.014.017	36,0	511.316	10,5	250.595	8,7	162.191	5,5	88.956
Região Sul	13,8	739.781	51,2	453.440	11,3	191.343	4,2	60.954	3,5	32.295
Paraná	14,6	311.556	55,2	186.329	14,3	96.748	3,7	20.893	1,8	6.969
Santa Catarina	16,2	206.289	51,9	143.762	8,3	32.732	3,9	13.088	8,1	16.469
Rio Grande do Sul	11,4	221.936	45,4	123.349	9,9	61.863	4,9	26.973	2,7	8.857
Região Centro-Oeste	9,8	291.585	30,6	129.855	9,2	89.021	6,3	50.717	4,0	20.808
Mato Grosso do Sul	10,6	63.083	39,7	38.813	7,1	14.187	4,4	7.181	3,1	2.643
Mato Grosso	9,2	68.726	25,3	32.620	7,8	17.717	6,1	11.211	4,8	6.580
Goiás	11,8	135.648	36,1	56.952	11,9	45.938	6,9	22.790	4,7	9.867
Distrito Federal	5,2	24.128	3,7	1.470	7,4	11.179	7,1	9.535	2,1	1.718

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (13).

FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Esta é uma meta de resultado combinado de fluxo e qualidade, que dialoga com diversas outras metas do PNE, e que prevê o expressivo número de 36 estratégias para seu alcance. Tal esforço deve se traduzir na melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

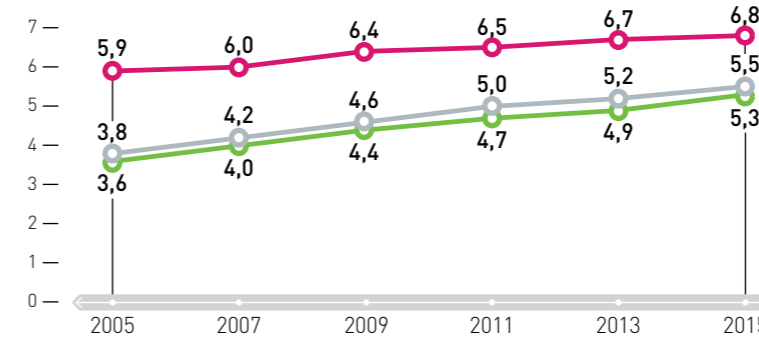
O Ideb foi criado em 2007 e é composto por dois indicadores: o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que inclui a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), e as taxas de aprovação em todas as etapas de ensino, obtidas por meio do Censo Escolar. O índice é calculado sempre nos anos ímpares, quando é realizada a avaliação nacional.

Os dados disponíveis, de 2015, indicam realidades distintas de acordo com a etapa da Educação Básica que se analisa. Se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a evolução é evidente e as metas têm sido alcançadas, no Ensino Médio, por outro lado, o quadro é de estagnação e distância em relação aos parâmetros estabelecidos pelo PNE.

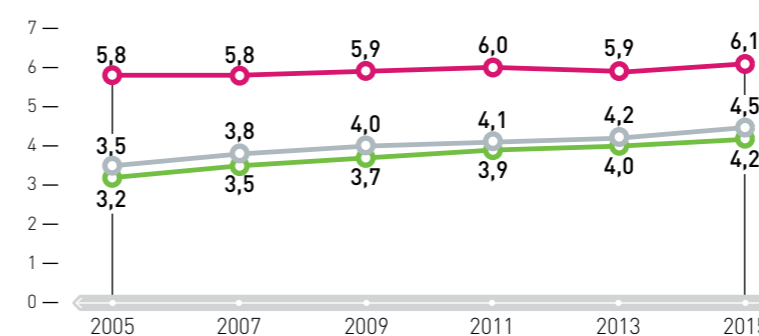
Vale também observar indicadores específicos de fluxo, em particular a distorção idade-série que, no Ensino Médio, apresenta uma ligeira piora, puxada pelos resultados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil Por dependência administrativa – 2005-2015

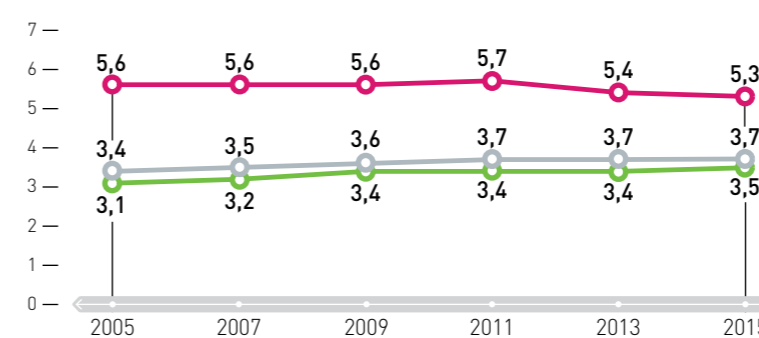
Ensino Fundamental – Anos Iniciais



Ensino Fundamental – Anos Finais



Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

— Total
— Pública
— Privada

Meta para 2021 **6,0**

Meta parcial em 2015 **5,2**

Meta para 2021 **5,5**

Meta parcial em 2015 **4,7**

Meta para 2021 **5,2**

Meta parcial em 2015 **4,3**

Calculado sempre nos anos ímpares, o Ideb possui metas a serem alcançadas até 2021. Porém, o cumprimento dos marcos parciais, ao longo do caminho, é importante para assegurar que o resultado final seja satisfatório.

DE OLHO NA EQUIDADE

O cruzamento entre o indicador de Nível Socioeconômico (NSE) e o desempenho das escolas públicas no Ideb mostra uma relação direta que é reveladora das desigualdades da Educação brasileira (veja a pág. 69).

3,6 é o Ideb das escolas públicas de NSE muito baixo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

7,2 é o Ideb das escolas públicas de NSE muito alto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2015

Por região e dependência administrativa

Região	Rede pública					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3	4,7
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1	4,6
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6	6,0
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6	5,8
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	5,5

Região	Rede privada					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1	6,1	6,4
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0	6,2	6,3
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8	6,9	7,0
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0	7,2	7,4
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7	6,8	7,0

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2015

Por região e dependência administrativa

Região	Rede pública					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6	3,6	3,9
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2	3,4	3,7
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2	4,3	4,5
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1	4,1	4,4
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0	4,2	4,4

Região	Rede privada					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6	5,5	5,6
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6	5,6	5,7
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2	6,1	6,2
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2	6,3	6,5
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9	5,9	6,2

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Médio – 2005-2015

Por região e dependência administrativa

Região	Rede pública					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1	3,0	3,2
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0	3,2
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6	3,6	3,7
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,5
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,4

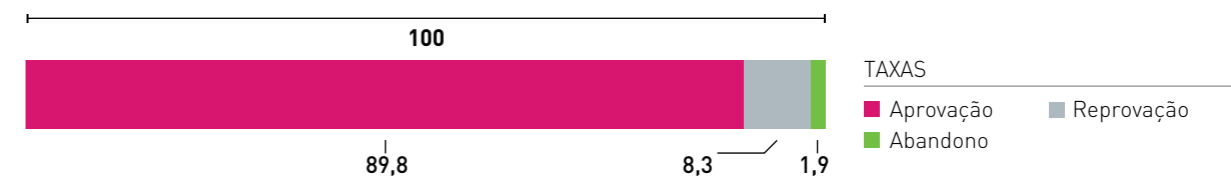
Região	Rede privada					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2	5,0	4,7
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4	5,2	5,1
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4	5,5
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0	5,7	5,6
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6	5,6	5,4

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

A comparação entre os resultados das redes pública e privada, assim como entre as diversas regiões do País, é reveladora das desigualdades que ainda persistem na qualidade da Educação oferecida às crianças e aos jovens.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil

Ensino Fundamental – Total – 2016 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil

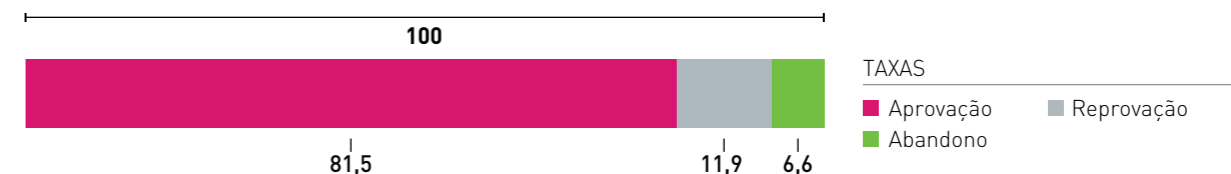
Ensino Fundamental – Por ano – 2016 (Em %)

EF	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	97,8	1,3	0,9
2º ano	96,9	2,5	0,6
3º ano	88,4	10,7	0,9
4º ano	91,7	7,2	1,1
5º ano	92,0	6,8	1,2
6º ano	82,8	14,0	3,2
7º ano	84,9	12,1	3,0
8º ano	86,8	10,2	3,0
9º ano	88,3	8,6	3,1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Total – 2016 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2016 (Em %)

EM	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	74,1	17,3	8,6
2º ano	83,2	10,7	6,1
3º ano	89,7	6,0	4,3
4º ano	86,0	7,3	6,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série

Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2007-2016 (Em %)

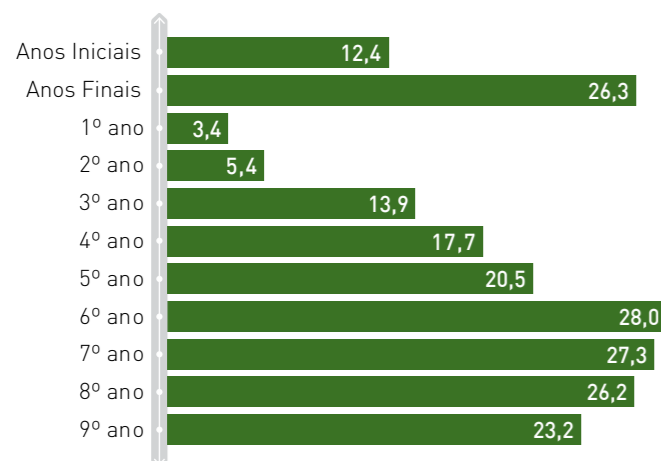
Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0	21,0	20,0	19,2	18,6
Norte	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3	29,8	28,3	27,3
Nordeste	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9	27,5	26,3	25,2
Sudeste	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0	13,2	12,7	12,5
Sul	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2	16,1	15,9	15,5
Centro-Oeste	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9	16,5	15,8	15,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil

Ensino Fundamental – Por ano – 2016 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Brasil e regiões – 2007-2016 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

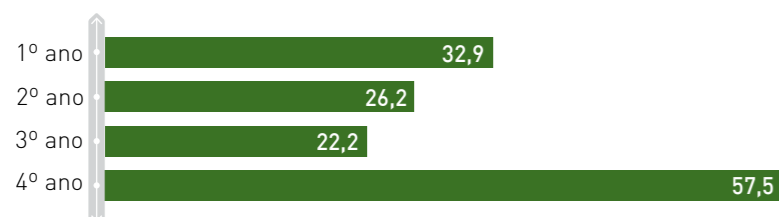
Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5	28,2	27,4	28,0
Norte	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2	44,1	42,8	41,9
Nordeste	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4	38,0	36,5	36,1
Sudeste	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6	20,5	19,4	20,7
Sul	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6	21,7	22,4	24,3
Centro-Oeste	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0	27,7	27,0	27,4

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2016 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2015

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2015	2005	2015	2005	2015
Brasil	3,8	5,5	3,5	4,5	3,4	3,7
Região Norte	3,0	4,7	3,2	4,0	2,9	3,3
Rondônia	3,6	5,4	3,4	4,2	3,2	3,6
Acre	3,4	5,4	3,5	4,5	3,2	3,6
Amazonas	3,1	5,2	2,7	4,4	2,4	3,7
Roraima	3,7	5,2	3,4	3,8	3,5	3,6
Pará	2,8	4,5	3,3	3,8	2,8	3,1
Amapá	3,2	4,5	3,5	3,7	2,9	3,3
Tocantins	3,5	5,1	3,4	4,1	3,1	3,4
Região Nordeste	2,9	4,8	2,9	4,0	3,0	3,4
Maranhão	2,9	4,6	3,0	3,8	2,7	3,3
Piauí	2,8	4,9	3,1	4,2	2,9	3,4
Ceará	3,2	5,9	3,1	4,8	3,3	3,7
Rio Grande do Norte	2,7	4,8	2,8	3,8	2,9	3,2
Paraíba	3,0	4,9	2,7	3,8	3,0	3,4
Pernambuco	3,2	5,0	2,7	4,1	3,0	4,0
Alagoas	2,5	4,7	2,4	3,5	3,0	3,1
Sergipe	3,0	4,6	3,0	3,5	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,7	2,8	3,7	2,9	3,1
Região Sudeste	4,6	6,1	3,9	4,8	3,6	3,9
Minas Gerais	4,7	6,3	3,8	4,8	3,8	3,7
Espírito Santo	4,2	5,7	3,8	4,4	3,8	4,0
Rio de Janeiro	4,3	5,5	3,6	4,4	3,3	4,0
São Paulo	4,7	6,4	4,2	5,0	3,6	4,2
Região Sul	4,4	6,0	3,8	4,6	3,7	3,8
Paraná	4,6	6,2	3,6	4,6	3,6	3,9
Santa Catarina	4,4	6,3	4,3	5,1	3,8	3,8
Rio Grande do Sul	4,3	5,7	3,8	4,3	3,7	3,6
Região Centro-Oeste	4,0	5,7	3,4	4,7	3,3	3,7
Mato Grosso do Sul	3,6	5,5	3,4	4,5	3,3	3,7
Mato Grosso	3,6	5,7	3,1	4,6	3,1	3,2
Goiás	4,1	5,8	3,5	4,9	3,2	3,9
Distrito Federal	4,8	6,0	3,8	4,5	3,6	4,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Quantidade e porcentagem de municípios que atingiram a meta do Ideb – 2015 Por unidades da federação

Unidade da federação	Rede pública Ensino Fundamental - Anos Iniciais						Rede pública Ensino Fundamental - Anos Finais					
	Sim		Não		Não divulgado		Sim		Não		Não divulgado	
	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%
Brasil	4.002	72,4	1.276	23,1	250	4,5	1.499	27,0	3.737	67,2	324	5,8
Região Norte	254	56,4	190	42,2	6	1,3	66	14,7	371	82,4	13	2,9
Rondônia	45	86,5	6	11,5	1	1,9	14	26,9	35	67,3	3	5,8
Acre	22	100	0	0,0	0	0,0	4	18,2	16	72,7	2	9,1
Amazonas	43	69,4	18	29,0	1	1,6	29	46,8	32	51,6	1	1,6
Roraima	8	53,3	5	33,3	2	13,3	0	0,0	14	93,3	1	6,7
Pará	82	56,9	62	43,1	0	0,0	10	6,9	134	93,1	0	0,0
Amapá	3	18,8	13	81,3	0	0,0	0	0,0	16	100	0	0,0
Tocantins	51	36,7	86	61,9	2	1,4	9	6,5	124	89,2	6	4,3
Região Nordeste	1.205	67,3	538	30,0	48	2,7	497	27,7	1.226	68,4	69	3,9
Maranhão	99	45,6	115	53,0	3	1,4	20	9,2	195	89,9	2	0,9
Piauí	127	57,2	85	38,3	10	4,5	56	25,2	153	68,9	13	5,9
Ceará	183	99,5	0	0,0	1	0,5	147	79,9	34	18,5	3	1,6
Rio Grande do Norte	121	72,5	38	22,8	8	4,8	40	24,0	114	68,3	13	7,8
Paraíba	158	71,2	52	23,4	12	5,4	62	27,8	142	63,7	19	8,5
Pernambuco	133	71,9	50	27,0	2	1,1	93	50,3	89	48,1	3	1,6
Alagoas	78	76,5	21	20,6	3	2,9	15	14,7	84	82,4	3	2,9
Sergipe	34	45,3	40	53,3	1	1,3	2	2,7	71	94,7	2	2,7
Bahia	272	65,2	137	32,9	8	1,9	62	14,9	344	82,5	11	2,6
Região Sudeste	1.334	80,0	273	16,4	61	3,7	532	31,9	1.115	66,8	21	1,3
Minas Gerais	752	88,2	65	7,6	36	4,2	399	46,8	442	51,8	12	1,4
Espírito Santo	65	83,3	12	15,4	1	1,3	5	6,4	73	93,6	0	0,0
Rio de Janeiro	33	35,9	59	64,1	0	0,0	5	5,4	87	94,6	0	0,0
São Paulo	484	75,0	137	21,2	24	3,7	123	19,1	513	79,5	9	1,4
Região Sul	835	72,5	203	17,6	114	9,9	159	13,4	821	69,3	204	17,2
Paraná	317	79,4	75	18,8	7	1,8	45	11,3	341	85,5	13	3,3
Santa Catarina	249	85,0	21	7,2	23	7,8	77	26,2	198	67,3	19	6,5
Rio Grande do Sul	269	58,5	107	23,3	84	18,3	37	7,5	282	57,4	172	35,0
Região Centro-Oeste	374	80,1	72	15,4	21	4,5	245	52,6	204	43,8	17	3,6
Mato Grosso do Sul	71	89,9	6	7,6	2	2,5	17	21,5	57	72,2	5	6,3
Mato Grosso	126	89,4	9	6,4	6	4,3	82	58,2	53	37,6	6	4,3
Goiás	177	72,0	56	22,8	13	5,3	146	59,6	93	38,0	6	2,4
Distrito Federal	0	0,0	1	100	0	0,0	0	0,0	1	100	0	0,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



ESPECIAL

PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA DO IDEB

Assim como outros indicadores educacionais, o Ideb mantém uma correlação direta com o Nível Socioeconômico (NSE): quanto maior o NSE, maior o Ideb. Nas duas etapas que compõem o Ensino Fundamental, o grupo de escolas de NSE muito baixo apresenta Ideb correspondente apenas à metade do indicador médio das escolas de NSE muito alto.

A segmentação dos resultados do Ideb por NSE permite compreender como estão evoluindo os diferentes grupos de escolas em termos da qualidade do ensino. Assim é possível observar se está diminuindo ou não a distância associada ao nível socioeconômico.

No período de 2011 a 2015, todos os grupos tiveram avanço em seus indicadores. Chama a atenção que, nos Anos Iniciais, os grupos de NSE baixo e médio-baixo apresentaram crescimento mais forte, da ordem de 0,60 ponto no Ideb, o dobro do crescimento apresentado pelos grupos de NSE muito baixo e muito alto (0,30 e 0,26, respectivamente) – grupos extremos que mantiveram, portanto, a mesma distância no Ideb, praticamente.

Já nos Anos Finais, os três grupos de menor NSE apresentaram melhores evoluções, da ordem de 0,40 ponto no Ideb. Houve, nesse sentido, uma melhoria do quadro de equidade nesse indicador. Uma maior equidade nos resultados é condição necessária para que uma melhora na qualidade da Educação brasileira medida pelo Ideb também signifique uma maior justiça social.

Por fim, os dados também permitem verificar duas tendências opostas em termos de equidade no período mais recente, de 2013 para 2015. Se nos Anos Iniciais os grupos de NSE muito baixo e baixo obtiveram maior avanço (0,67 e 0,60 ponto, respectivamente), nos Anos Finais foi o grupo de NSE mais alto que apresentou maior crescimento do indicador (0,40 ponto no Ideb).

Média do Ideb das escolas públicas por grupo de Nível Socioeconômico (NSE)

	Ensino Fundamental - Anos Iniciais			Ensino Fundamental - Anos Finais			Número de estabelecimentos em 2015	
	2011	2013	2015	2011	2013	2015	Anos Iniciais	Anos Finais
NSE Muito baixo	3,29	2,92	3,59	2,79	2,93	3,20	343	267
NSE Baixo	3,66	3,64	4,24	3,19	3,30	3,61	2.597	2.439
NSE Médio-baixo	3,95	4,02	4,51	3,37	3,47	3,72	7.323	6.139
NSE Médio	4,57	4,73	5,10	3,73	3,88	4,07	9.190	7.476
NSE Médio-alto	5,24	5,47	5,78	4,17	4,22	4,43	12.610	9.978
NSE Alto	6,00	6,23	6,46	4,79	4,70	4,99	3.960	2.803
NSE Muito alto	6,93	7,14	7,19	5,99	5,93	6,33	55	56

Fonte: Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

A segmentação dos resultados do Ideb por NSE permite compreender como estão evoluindo os diferentes grupos de escolas.

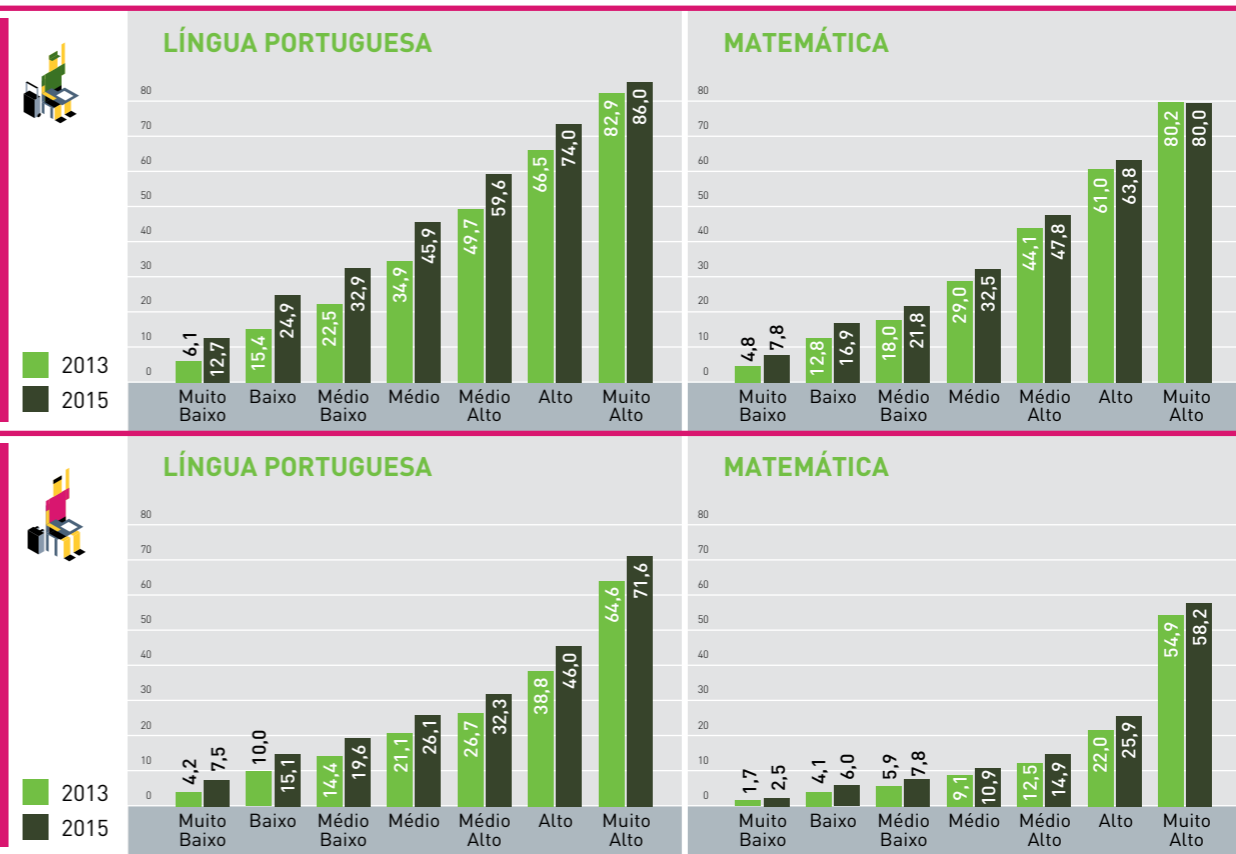
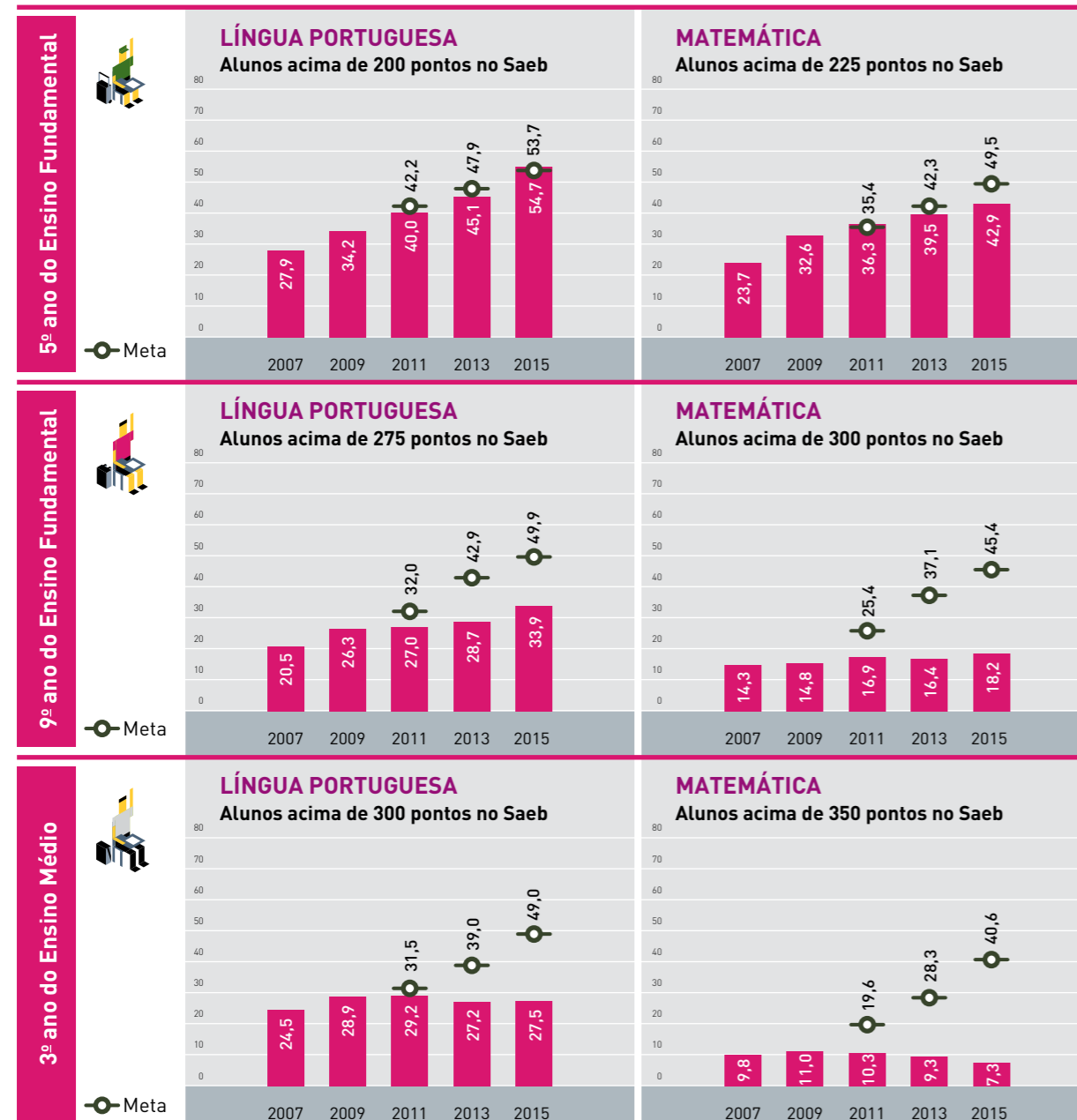
DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

A Meta 3 do movimento Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano. Na prática, significa saber se as crianças e jovens estão aprendendo o que se espera a cada etapa da trajetória escolar. Essa análise é feita com base nos resultados da Prova Brasil e do Saeb.

Para monitorar essa meta, o movimento calcula, a cada divulgação dos resultados das avaliações, a porcentagem de estudantes que atinge ou supera o nível de proficiência considerado adequado no 5º ano do Ensino Fundamental, no 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. Os resultados obtidos a cada ano são comparados com a meta parcial para aquele período, como mostram os gráficos abaixo.

Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima
Por indicadores e Metas – 2007-2015 (Em %)

Estudantes de escolas públicas* com aprendizagem adequada
Por Nível Socioeconômico (NSE) da escola – 2013 e 2015 (Em %)



* Somente têm informação de nível socioeconômico 95% dos 2,3 milhões de participantes da Prova Brasil 2015 para o 5º ano do Ensino Fundamental, e 96% dos 2,2 milhões do 9º do Ensino Fundamental. No caso do Ensino Médio, cuja avaliação é amostral, não há representatividade dos grupos de NSE Muito Baixo e Muito Alto.

DE OLHO NA EQUIDADE

Há uma relação direta entre o nível socioeconômico das escolas e o percentual de estudantes com nível de proficiência esperado, comprovando o peso decisivo das desigualdades no aprendizado das crianças e dos jovens. Vale observar que não é possível fazer o cruzamento com o NSE no caso dos dados do Ensino Médio.

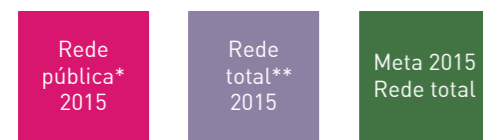
DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

Nos gráficos destas duas páginas, é possível verificar a situação da proficiência dos alunos em Matemática e em Língua Portuguesa nas cinco regiões brasileiras. Também é possível comparar os resultados regionais com os dados totais do País.

Avaliação por ciclos de ensino

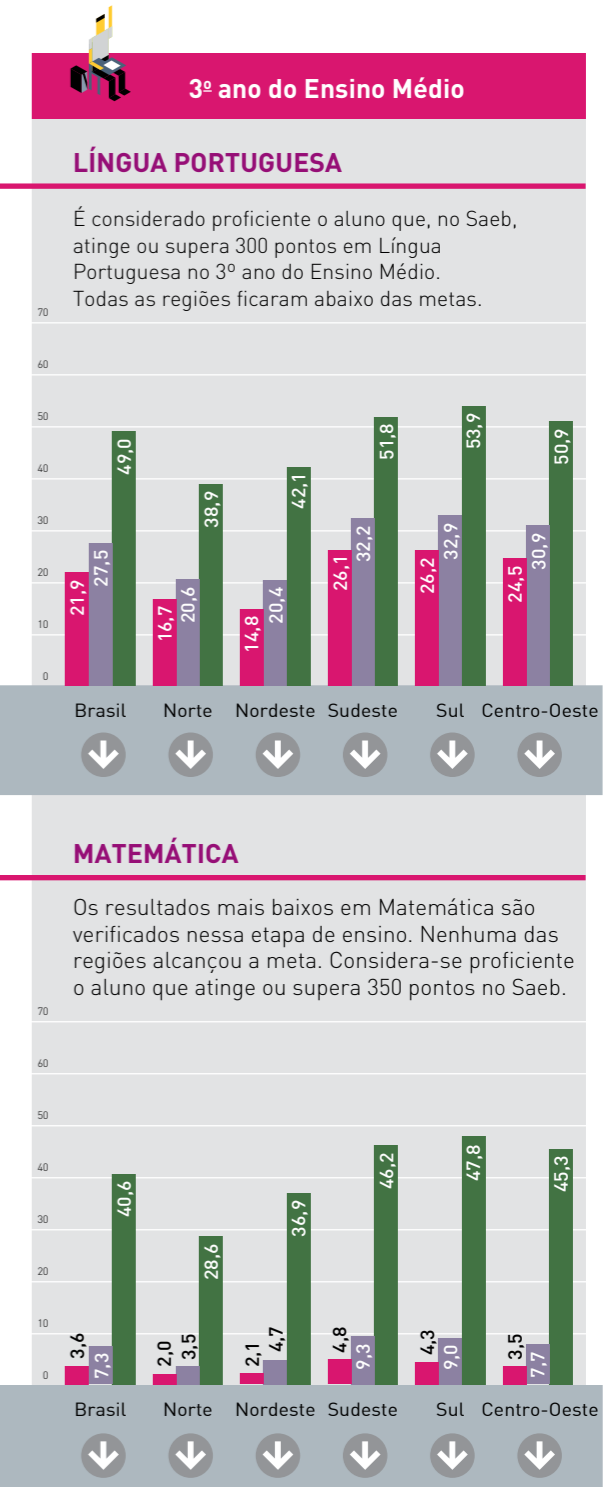
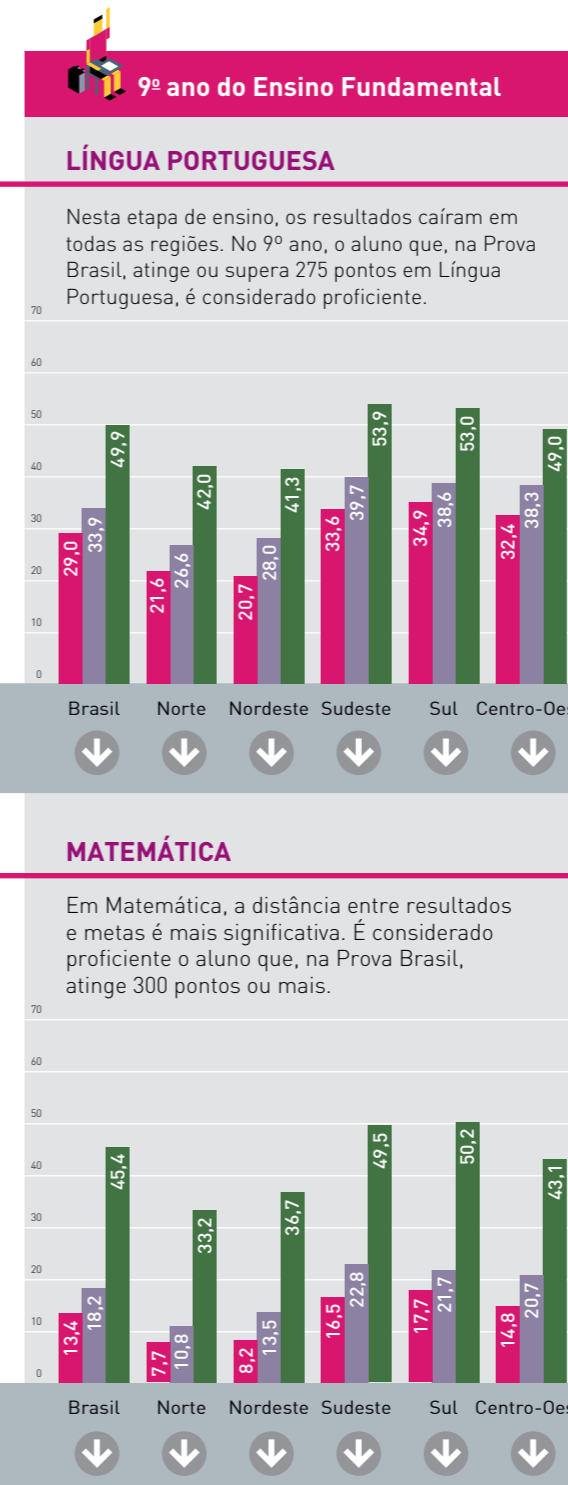
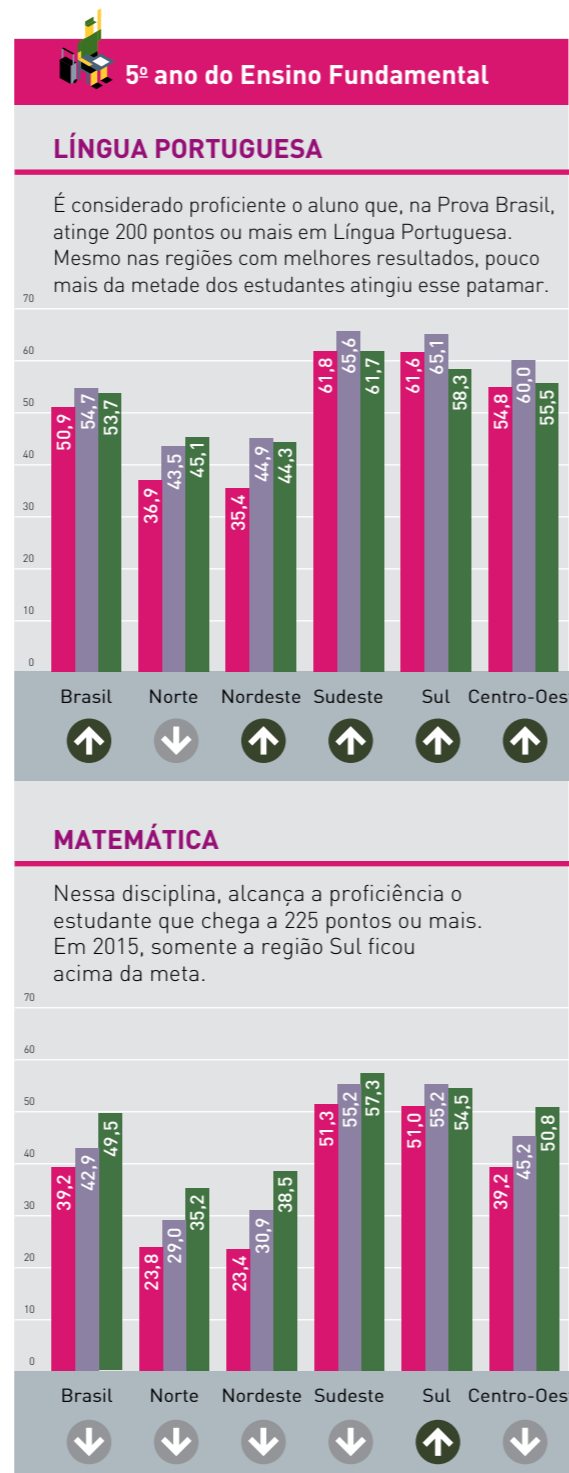
A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública*. Já o Saeb avalia de maneira amostral também os alunos das escolas particulares e os do Ensino Médio.

Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões



- Superou: porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.
- Atingiu: porque a meta está dentro do intervalo de confiança.
- Não atingiu: porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.

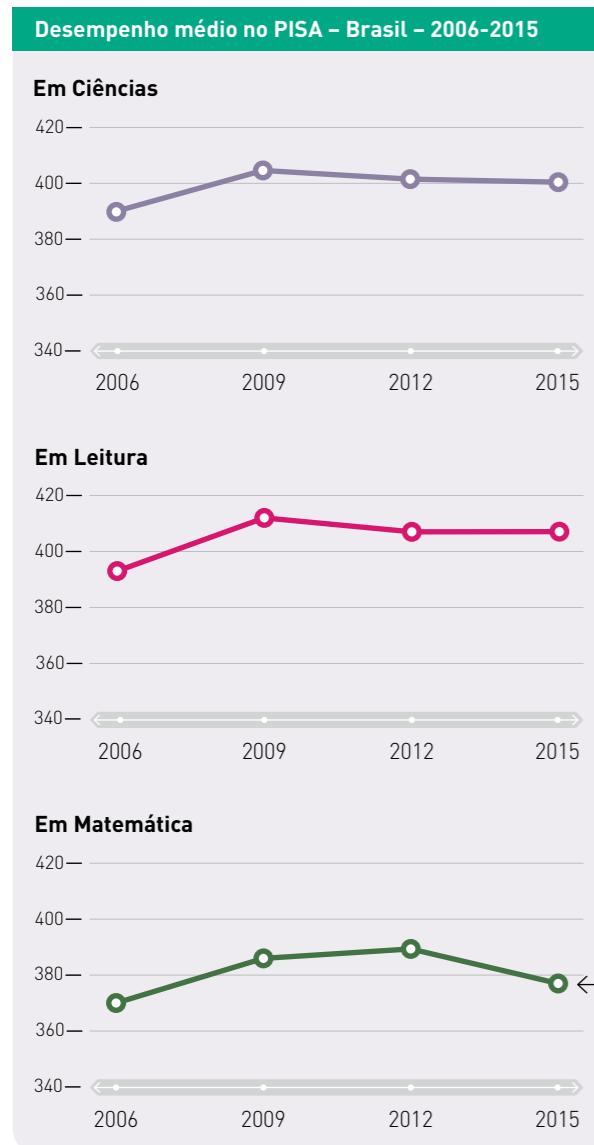
* Dados da Prova Brasil 2015. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
 ** Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas da área urbana e área rural com mais de 10 alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de 10 alunos apenas da área urbana. A utilização deste recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3 do movimento Todos Pela Educação - aprendizado adequado.



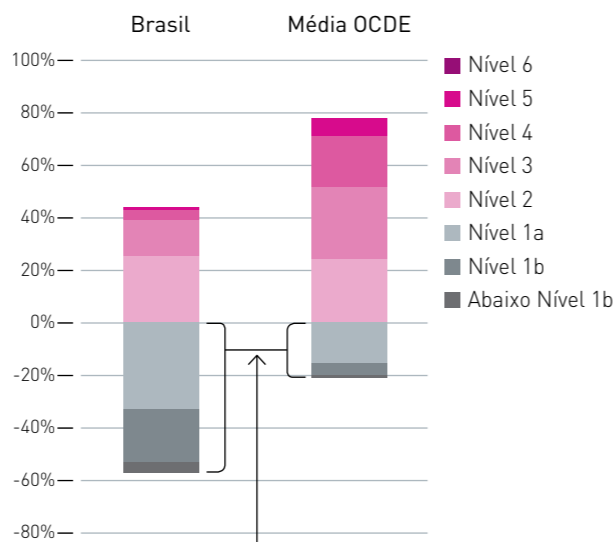
PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) é realizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em colaboração com as próprias nações envolvidas. Tornou-se, desde o ano 2000, quando os resultados foram divulgados pela primeira vez, a principal referência internacional em avaliação de qualidade. Nas três áreas avaliadas (Ciências, Matemática e Leitura), os estudantes brasileiros se mantiveram, em 2015, nas últimas posições entre os países participantes.

76



Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em Ciências – Brasil e média dos países da OCDE – 2015

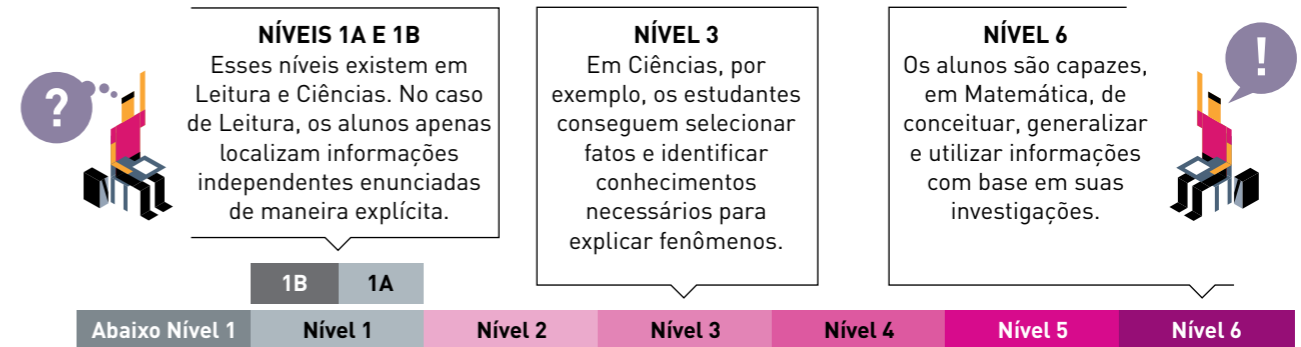


O nível 2 de proficiência é o que a OCDE define como o mínimo adequado. No gráfico, o eixo negativo mostra o percentual de estudantes que estão abaixo desse patamar. No caso de Ciências, 56,6% se encaixam nessa situação.

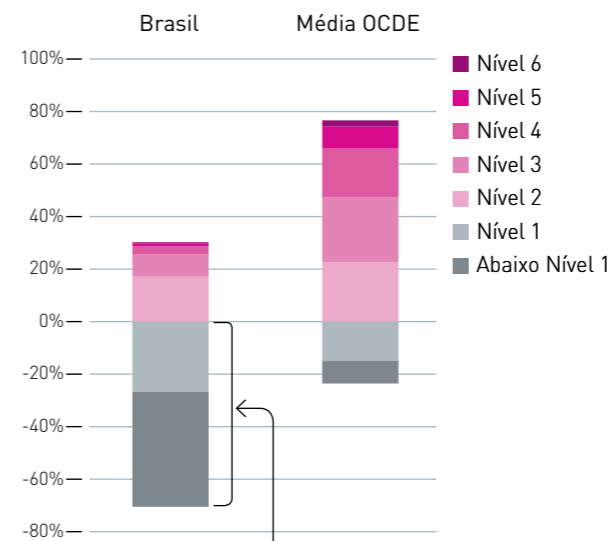
Após avanços sucessivos, o desempenho dos estudantes brasileiros em Matemática caiu 14 pontos entre as edições de 2012 e 2015 do Pisa.

Entenda a escala de proficiência

O Pisa busca avaliar competências em Ciências, Matemática e Leitura. Veja abaixo informações sobre os parâmetros considerados, lembrando que as escalas das três áreas do conhecimento são diferentes.

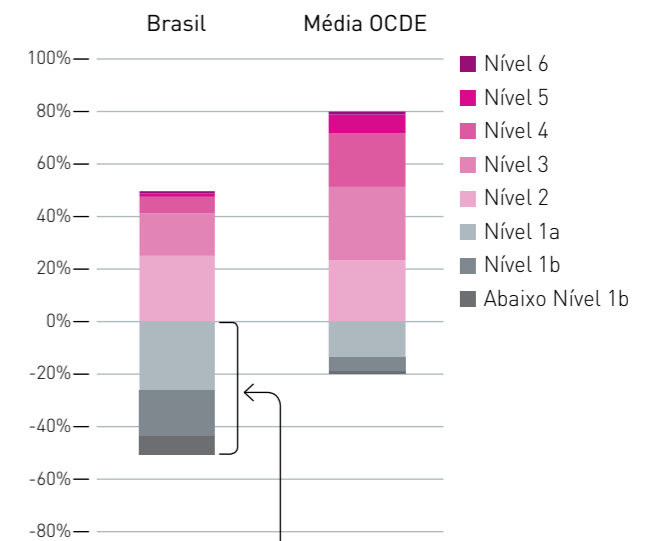


Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em Matemática – Brasil e média dos países da OCDE – 2015



Ao todo, 70,3% dos alunos brasileiros estão abaixo da linha básica da proficiência em Matemática, ou seja, abaixo do nível 1 ou no nível 1.

Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em Leitura – Brasil e média dos países da OCDE – 2015



Em Leitura, cerca de metade dos estudantes do País (51%) ainda não alcançou o nível 2 de proficiência.

A edição do Pisa 2015 envolveu 540 mil estudantes de 70 países. No Brasil, participaram 23,1 mil estudantes, de 841 escolas das 27 unidades federativas, e também 8.287 professores, respondendo a questionários contextuais. O exame internacional retratou o desempenho dos jovens de 15 anos no que diz respeito à proficiência nas três áreas, mas com foco em Ciências. Nessa área, os alunos foram testados nas seguintes competências: explicar fenômenos cientificamente, avaliar e planejar experimentos científicos e interpretar dados e evidências científicamente.

77

ESCOLARIDADE

META DO PNE

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolaridade média da população é um dos principais indicadores a serem observados quando se busca avaliar o desenvolvimento social e econômico de um país. Há uma correlação positiva entre anos de escolaridade e renda. No Brasil, considerando a população entre 18 e 29 anos, a renda média de quem tem Educação Superior completa é três vezes superior à renda dos que não completaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, as estratégias previstas pelo PNE para o alcance desta meta têm como público prioritário jovens e adultos excluídos da escola.

Os dados disponíveis têm como base as informações da Pnad Contínua e indicam que a escolaridade média da população brasileira tem um avanço mais significativo quando se leva em consideração o Ensino Fundamental de 9 anos (veja tabela na página ao lado).

DE OLHO NA EQUIDADE

A elevação da escolaridade no Brasil enfrenta desafios significativos que residem, particularmente, nas desigualdades. Assim, para a compreensão desse indicador, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

11,6 anos é a escolaridade média da população urbana – dois anos (ou 16%) a mais do que a da população rural.

3,8 anos a mais de escolaridade: essa é a distância entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da sociedade brasileira.

O cidadão do Sudeste tem, em média, um ano a mais de escolaridade do que seu compatriota do Norte e do Nordeste.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos Brasil e regiões – 2012-2017 – Em anos de estudo

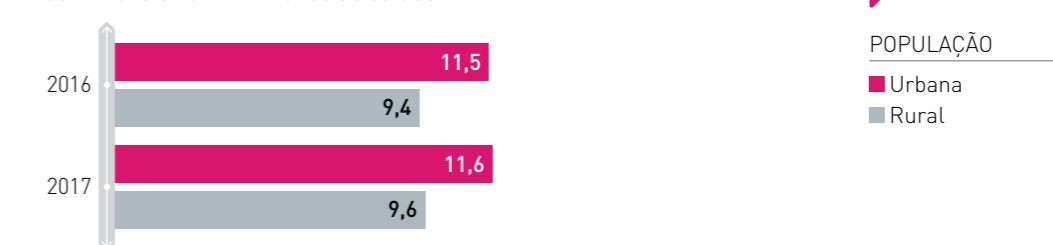
Região	2012	2013	2014	2015	2016	2016	2017	2017
Brasil	9,7	9,9	10,0	10,1	10,2	11,2	10,3	11,3
Norte	8,9	9,1	9,1	9,3	9,4	10,4	9,7	10,7
Nordeste	8,8	8,9	9,1	9,3	9,4	10,4	9,6	10,6
Sudeste	10,4	10,5	10,6	10,6	10,7	11,7	10,8	11,8
Sul	10,2	10,3	10,4	10,4	10,5	11,5	10,6	11,6
Centro-Oeste	10,0	10,2	10,2	10,3	10,4	11,4	10,6	11,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4)

Para 2016 e anos posteriores, o 1º ano do Ensino Fundamental é incluído no cálculo da escolaridade, refletindo a crescente participação de alunos do Ensino Fundamental de 9 anos na faixa etária considerada para o cálculo. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

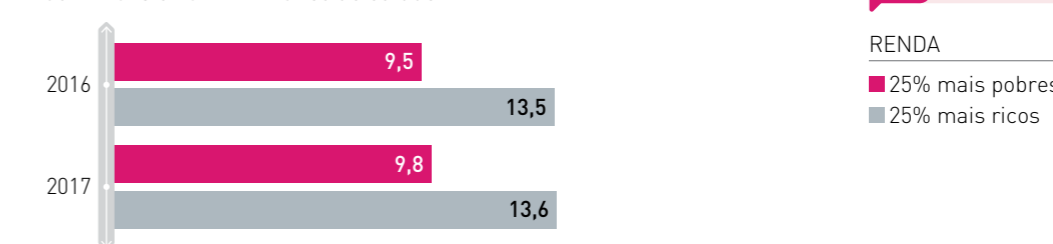
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Por localidade Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

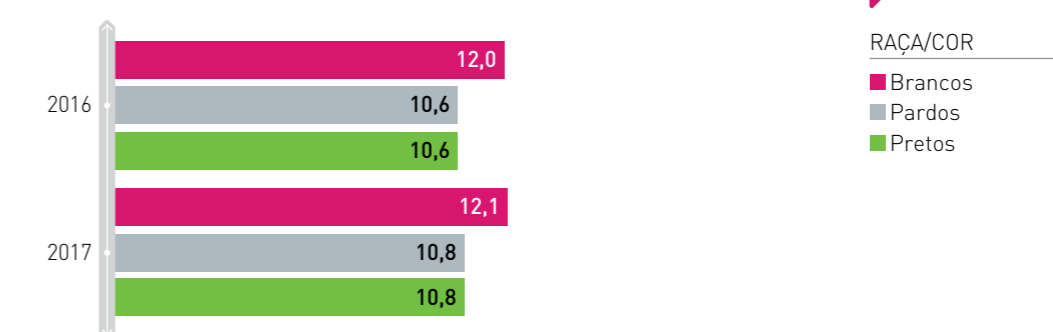
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Por renda Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (8) As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Por raça/cor Brasil - 2016 e 2017 - Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (7) As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

**Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas
Por raça/cor – Brasil – 2012-2017**


Ano	Renda média Total	Renda média Brancos	Renda média Pretos	Renda média Pardos
2012	R\$ 1.461,24	R\$ 1.743,57	R\$ 1.202,84	R\$ 1.198,35
2013	R\$ 1.482,65	R\$ 1.771,56	R\$ 1.246,23	R\$ 1.218,30
2014	R\$ 1.508,41	R\$ 1.805,70	R\$ 1.237,76	R\$ 1.249,33
2015	R\$ 1.473,89	R\$ 1.751,91	R\$ 1.252,32	R\$ 1.225,67
2016	R\$ 1.419,49	R\$ 1.694,21	R\$ 1.200,37	R\$ 1.183,46
2017	R\$ 1.426,34	R\$ 1.706,14	R\$ 1.222,42	R\$ 1.192,17

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (14). As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

**Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas
Por nível de instrução – Brasil – 2016 e 2017**

Nível de instrução	2016	2017
Sem instrução	R\$ 1.060,50	R\$ 1.003,47
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 885,18	R\$ 884,01
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 1.112,62	R\$ 1.084,88
Médio incompleto ou equivalente	R\$ 1.066,66	R\$ 1.081,56
Médio completo ou equivalente	R\$ 1.267,11	R\$ 1.255,36
Superior incompleto ou equivalente	R\$ 1.439,45	R\$ 1.480,48
Superior completo	R\$ 2.837,09	R\$ 2.799,76

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (14). As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

**Taxa de atendimento por idade e por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita
Brasil – 2017 (Em %)**

	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	93,0	99,2	85,6	31,1	13,2
Sem rendimento e menos de ¼ salário mínimo	89,7	98,9	83,3	23,0	6,3
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	92,5	98,9	84,4	23,8	7,5
Mais de ½ até 1 salário mínimo	93,6	99,3	85,8	27,3	10,3
1 salário mínimo ou mais	96,1	99,8	88,7	41,9	19,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).

**Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2012-2017
Por unidades da federação e regiões metropolitanas – Em anos de estudo**

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2016	2017	2017
Brasil	9,7	9,9	10,0	10,1	10,2	11,2	10,3	11,3
Região Norte	8,9	9,1	9,1	9,3	9,4	10,4	9,7	10,7
Rondônia	9,2	9,3	9,3	9,5	9,4	10,4	9,8	10,8
Acre	9,0	9,0	9,2	9,3	9,6	10,6	9,8	10,8
Amazonas	9,2	9,3	9,3	9,6	9,5	10,5	9,8	10,9
Roraima	10,4	10,3	10,3	10,4	10,0	11,0	10,5	11,5
Pará	8,4	8,7	8,8	9,0	9,2	10,2	9,4	10,4
Amapá	9,7	9,7	9,9	9,8	10,1	11,1	10,2	11,2
Tocantins	9,5	9,5	9,7	10,0	9,8	10,8	10,3	11,3
Região Nordeste	8,8	8,9	9,1	9,3	9,4	10,4	9,6	10,6
Maranhão	8,5	8,8	9,0	9,1	9,2	10,2	9,5	10,5
Piauí	8,9	9,2	9,2	9,3	9,5	10,5	9,7	10,7
Ceará	9,2	9,2	9,4	9,4	9,6	10,6	9,9	10,9
Rio Grande do Norte	8,8	8,9	9,2	9,5	9,8	10,8	9,9	10,9
Paraíba	8,7	8,7	9,0	9,3	9,4	10,4	9,7	10,6
Pernambuco	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	10,6	9,7	10,7
Alagoas	8,3	8,3	8,4	8,8	8,8	9,7	9,0	10,0
Sergipe	8,8	9,0	9,1	9,5	9,3	10,2	9,6	10,6
Bahia	8,8	8,9	9,0	9,4	9,4	10,4	9,4	10,4
Região Sudeste	10,4	10,5	10,6	10,6	10,7	11,7	10,8	11,8
Minas Gerais	9,8	9,9	10,2	10,2	10,4	11,4	10,4	11,4
Espírito Santo	9,9	9,9	10,2	10,2	10,4	11,4	10,6	11,6
Rio de Janeiro	10,2	10,3	10,3	10,5	10,4	11,4	10,6	11,5
São Paulo	10,7	10,8	10,9	11,0	11,0	12,0	11,1	12,1
Região Sul	10,2	10,3	10,4	10,4	10,5	11,5	10,6	11,6
Paraná	10,2	10,3	10,4	10,4	10,5	11,5	10,6	11,5
Santa Catarina	10,4	10,5	10,4	10,7	10,7	11,6	10,9	11,9
Rio Grande do Sul	10,0	10,2	10,3	10,3	10,4	11,4	10,5	11,5
Região Centro-Oeste	10,0	10,2	10,2	10,3	10,4	11,4	10,6	11,6
Mato Grosso do Sul	9,4	9,7	9,7	9,6	10,0	11,0	10,3	11,3
Mato Grosso	9,7	10,1	10,0	10,3	10,2	11,2	10,3	11,3
Goiás	10,0	10,0	10,2	10,4	10,4	11,4	10,6	11,6
Distrito Federal	10,8	11,0	10,9	11,0	10,9	11,9	11,3	12,3
Regiões Metropolitanas								
Belém	9,6	9,7	9,9	9,8	10,3	11,3	10,3	11,3
Fortaleza	9,9	9,9	9,9	9,8	10,1	11,1	10,4	11,4
Recife	10,0	10,1	10,2	10,3	10,2	11,2	10,5	11,6
Salvador	10,0	10,1	10,2	10,6	10,6	11,5	10,6	11,6
Belo Horizonte	10,6	10,6	10,6	10,7	10,7	11,7	10,9	11,9
Rio de Janeiro	10,3	10,4	10,4	10,6	10,5	11,5	10,6	11,6
São Paulo	11,0	11,0	11,1	11,2	11,2	12,2	11,3	12,3
Curitiba	10,5	10,7	10,7	10,8	10,7	11,7	10,7	11,7
Porto Alegre	10,3	10,4	10,4	10,3	10,5	11,5	10,5	11,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Para 2016 e anos posteriores, o 1º ano do Ensino Fundamental é incluído no cálculo da escolaridade, refletindo a crescente participação de alunos do Ensino Fundamental de 9 anos na faixa etária considerada para o cálculo.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017
 Por raça/cor – Em anos de estudo

Unidade da federação	Brancos		Pretos		Pardos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	12,0	12,1	10,6	10,8	10,6	10,8
Região Norte	11,2	11,5	10,2	10,3	10,3	10,5
Rondônia	11,0	11,2	9,9	10,0	10,2	10,8
Acre	11,4	11,5	10,9	10,8	10,4	10,7
Amazonas	11,2	11,9	10,3	9,9	10,4	10,7
Roraima	11,6	12,3	11,1	11,5	11,0	11,4
Pará	11,0	11,2	9,8	9,9	10,1	10,2
Amapá	11,9	11,5	11,8	11,6	10,9	11,1
Tocantins	11,4	11,8	10,8	11,2	10,6	11,2
Região Nordeste	11,2	11,2	10,4	10,5	10,2	10,3
Maranhão	10,8	11,1	10,1	10,5	10,0	10,3
Piauí	11,5	11,3	11,0	11,1	10,2	10,4
Ceará	11,3	11,5	10,2	10,7	10,4	10,6
Rio Grande do Norte	11,4	11,5	11,5	10,0	10,4	10,6
Paraíba	11,1	11,0	10,3	10,9	10,1	10,4
Pernambuco	11,4	11,4	10,1	10,7	10,2	10,4
Alagoas	10,7	10,6	8,6	9,2	9,5	9,8
Sergipe	10,6	11,3	10,2	11,0	10,2	10,3
Bahia	11,1	11,1	10,5	10,4	10,2	10,1
Região Sudeste	12,4	12,4	10,9	11,2	11,1	11,3
Minas Gerais	12,2	12,1	10,9	11,0	10,9	11,1
Espírito Santo	12,1	12,4	10,9	11,0	11,0	11,1
Rio de Janeiro	12,1	12,4	10,3	10,8	11,0	11,1
São Paulo	12,5	12,5	11,2	11,5	11,2	11,5
Região Sul	11,8	11,9	10,3	10,6	10,6	10,6
Paraná	11,9	11,9	10,7	11,2	10,6	10,7
Santa Catarina	11,9	12,1	11,1	10,7	10,3	10,7
Rio Grande do Sul	11,7	11,8	9,8	10,1	10,6	10,2
Região Centro-Oeste	12,1	12,3	10,8	11,0	11,1	11,3
Mato Grosso do Sul	11,7	12,0	10,5	10,4	10,5	10,8
Mato Grosso	12,2	12,1	10,7	10,5	10,9	11,0
Goiás	12,1	12,1	10,8	11,3	11,1	11,4
Distrito Federal	12,6	13,0	11,2	11,7	11,6	11,9
Regiões Metropolitanas						
Belém	12,1	12,2	10,8	10,9	11,2	11,2
Fortaleza	11,8	12,0	10,8	11,3	10,9	11,1
Recife	12,4	12,6	11,1	11,4	10,7	11,1
Salvador	12,9	12,9	11,0	11,0	11,5	11,6
Belo Horizonte	12,7	12,7	11,0	11,2	11,3	11,6
Rio de Janeiro	12,3	12,5	10,4	10,9	11,1	11,1
São Paulo	12,8	12,7	11,3	11,5	11,4	11,7
Curitiba	12,0	12,0	9,6	11,0	10,5	11,0
Porto Alegre	11,7	11,9	10,2	10,4	10,7	10,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (7).

Há solução para a violência brasileira e ela passa pela Educação de qualidade

A inaceitável violência que atinge o Brasil é um fenômeno complexo, provocado por múltiplas causas e não pode ser contornado com soluções mágicas. No entanto, há saída e ela passa por olhar com responsabilidade quem são as pessoas mais relacionadas a tal fenômeno. Mais da metade dos cerca de 60 mil brasileiros assassinados por ano têm entre 15 e 29 anos. Pertencentes a uma faixa etária destinada a conquistas – entre elas, a conclusão de estudos nos ensinos Médio e Superior, além da entrada no mercado de trabalho –, muitos desses jovens tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas antes do fim precoce de suas vidas.

Em 2014, a taxa de homicídios para indivíduos com idade entre 15 e 19 anos e de zero a três anos de estudo era de 262,7 por cem mil habitantes. No outro extremo, a dos jovens com a mesma faixa etária, mas com 12 anos ou mais de escolaridade, foi de 5,7. Os dados, do Mapa da Violência, mostram que analfabetos ou pessoas com alfabetização deficitária têm 4.473% mais probabilidade de serem assassinados que aqueles que finalizaram o Ensino Médio ou mais. Se olharmos para o nosso sistema prisional, os números também acendem o alerta: 75% da população carcerária não acessou o Ensino Médio, tendo concluído, no máximo, o Ensino Fundamental. Chegam a 55% os presos de 18 a 29 anos.

É vasta a bibliografia que coloca a Educação e, mais especificamente, a evasão escolar entre as dimensões-chave da probabilidade de um jovem ser exposto à violência. A frequência à escola é levada em consideração no cálculo de índices de vulnerabilidade juvenil. De acordo com o Ipea, um processo educacional de qualidade pode exercer um papel crucial para o desenvolvimento infantojuvenil e prevenção aos crimes. Evidências indicam que a garantia de acesso à Educação de qualidade para áreas e grupos po-

pulacionais mais atingidos significa melhores oportunidades. É um fator de proteção, como mostra documento da campanha para redução de homicídios Instinto de Vida.

Há exemplos no Brasil de iniciativas que vêm levando em conta tal abordagem. A busca ativa para inclusão de adolescentes na escola foi colocada entre as 12 recomendações do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência para aperfeiçoar políticas públicas que podem diminuir os assassinatos. Estudo em sete municípios do estado constatou que seis deles apresentaram taxas superiores a 60% de adolescentes mortos que estavam há, ao menos, seis meses fora da escola. Os resultados vêm sendo apresentados para prefeitos, professores e estudantes. No estado do Rio de Janeiro, plataforma voltada para prevenção da violência que será lançada este ano pela Prefeitura de Paraty com apoio do Instituto Igarapé leva em conta, entre uma série de indicadores, a frequência escolar e a distorção idade-série.

Para além das estratégias citadas, metodologias de mediação e resolução não violenta de conflitos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais precisam fazer parte do currículo. É preciso tornar as escolas mais atrativas e acolhedoras. Atenção à primeira infância e apoio para que adultos desenvolvam habilidades parentais também diminuem chances de exposição à violência nessa fase crucial para a definição de comportamentos futuros. Reconhecer e priorizar a redução da vulnerabilidade causada pela interrupção da trajetória escolar significa envolver pais, professores, poder público – com destaque para prefeituras – e a sociedade como um todo na prevenção da violência. Precisamos proteger nossas crianças e adolescentes e salvar nosso futuro. Todos pela Educação!

Ilona Szabó

Cofundadora e diretora-executiva do Instituto Igarapé.



ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

META DO PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A erradicação, até 2024, do analfabetismo absoluto no Brasil, meta estabelecida no PNE, ainda é um objetivo distante. Segundo as informações mais recentes da Pnad Contínua, 6,9% da população com 15 anos ou mais ainda não está alfabetizada no Brasil. Nos últimos cinco anos, a média nacional não chegou a evoluir dois pontos percentuais. No Nordeste, o índice de alfabetização é ainda inferior e 14,5% desse recorte populacional é incapaz de ler ou escrever o próprio nome.

O desafio é maior no campo. O Brasil rural tem apenas 82,3% da população de 15 anos ou mais alfabetizada.

Apesar de ser este um desafio vencido por muitas nações há mais de um século, o atraso brasileiro torna-se ainda mais significativo quando se leva em conta que as exigências de letramento aumentam com as novas tecnologias.

Diante disso, o próprio PNE tem como uma de suas estratégias “apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos”.



DE OLHO NA EQUIDADE

O índice de analfabetismo ilustra de forma clara a disparidade social. A exclusão verificada na Educação, e ecoada na saúde, no emprego e na renda, pode ser vista nos índices a seguir:

9,8 pontos percentuais é a diferença da taxa de alfabetização entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população brasileira.

90,9% é a taxa de alfabetização dos pretos, enquanto 96% da população branca encontra-se alfabetizada.

18,2% da população de Alagoas ainda é completamente analfabeta. O Distrito Federal, por sua vez, tem a menor taxa de analfabetos do País (2,5%).

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2012-2017 (Em %)

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0
Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5
Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5
Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5
Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④ Os dados de alfabetização da população são autodeclarados. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2012-2017 (Em %)

População	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Urbana	93,5	93,8	94,0	94,2	94,6	94,8
Rural	78,6	79,4	80,3	80,7	81,7	82,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④ Os dados de alfabetização da população são autodeclarados. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda domiciliar per capita – 2016-2017 (Em %)

Renda	2016	2017
25% mais pobres	88,5	89,0
25% mais ricos	98,7	98,8

Faixas de renda domiciliar per capita em 2017

25% mais pobres	R\$ 3,00 – R\$ 489,00
25% mais ricos	R\$ 1.619,00 – R\$ 500.000,00

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④ e ⑧ Os dados de alfabetização da população são autodeclarados. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2012-2017 (Em %)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Branco	95,0	95,3	95,5	95,5	95,8	96,0
Pretos	87,7	89,0	88,7	89,6	90,3	90,9
Pardos	88,1	88,5	89,0	89,5	90,1	90,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④ e ⑦ Os dados de alfabetização da população são autodeclarados. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.



DE OLHO NA EQUIDADE



DE OLHO NA EQUIDADE



DE OLHO NA EQUIDADE

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por unidades da federação e regiões metropolitanas – 2012-2017 (Em %)

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
Região Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0
Rondônia	90,9	91,9	91,2	92,2	93,3	92,8
Acre	86,2	85,2	85,5	86,5	86,9	87,9
Amazonas	92,5	92,8	92,9	92,2	93,1	93,9
Roraima	93,1	93,3	93,3	93,4	93,4	94,0
Pará	89,8	90,0	91,0	90,3	90,7	91,4
Amapá	93,0	91,5	93,0	93,5	95,0	95,0
Tocantins	87,6	88,1	88,3	89,2	89,6	89,8
Região Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5
Maranhão	80,8	81,7	82,1	81,4	83,3	83,3
Piauí	79,6	79,9	80,7	80,3	82,8	83,4
Ceará	82,9	83,5	83,8	83,8	84,8	85,8
Rio Grande do Norte	83,4	84,3	84,4	85,1	85,3	86,5
Paraíba	81,1	80,3	81,5	82,2	83,7	83,5
Pernambuco	85,1	85,2	85,9	86,1	87,2	86,6
Alagoas	79,9	80,6	80,6	80,6	80,6	81,8
Sergipe	83,5	84,5	85,0	86,1	85,3	85,5
Bahia	83,9	84,7	85,3	86,5	87,0	87,3
Região Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5
Minas Gerais	91,9	92,2	93,0	93,2	93,8	94,0
Espírito Santo	92,6	92,9	93,5	93,4	93,8	94,5
Rio de Janeiro	96,7	96,8	96,5	97,1	97,3	97,5
São Paulo	96,4	96,7	96,8	96,9	97,2	97,4
Região Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5
Paraná	93,9	94,3	95,0	95,0	95,5	95,4
Santa Catarina	96,3	96,7	96,7	97,0	97,2	97,4
Rio Grande do Sul	95,8	96,2	96,4	96,6	96,8	97,0
Região Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8
Mato Grosso do Sul	92,1	93,2	93,5	92,9	93,7	95,0
Mato Grosso	91,8	93,1	92,6	93,4	93,5	93,5
Goiás	92,7	92,5	93,3	93,5	93,5	94,1
Distrito Federal	96,5	97,3	96,9	97,2	97,4	97,5
Regiões Metropolitanas						
Belém	96,7	96,6	96,7	96,0	96,4	97,4
Fortaleza	91,0	92,1	91,7	92,3	92,2	92,9
Recife	93,6	94,1	93,3	94,1	94,4	93,9
Salvador	96,6	96,0	96,3	96,7	96,2	96,2
Belo Horizonte	96,3	96,6	97,2	96,8	97,1	97,2
Rio de Janeiro	97,2	97,4	97,1	97,8	98,1	98,2
São Paulo	97,1	97,2	97,4	97,5	97,8	98,0
Curitiba	96,7	97,1	97,0	97,5	97,6	97,5
Porto Alegre	97,6	97,6	97,9	97,8	97,9	97,9

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④ Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data da entrevista.

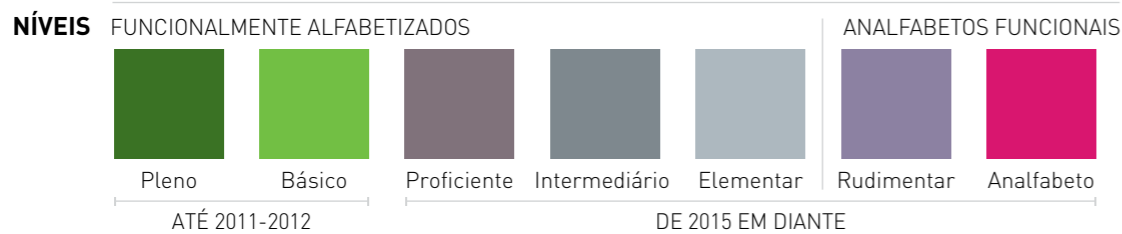
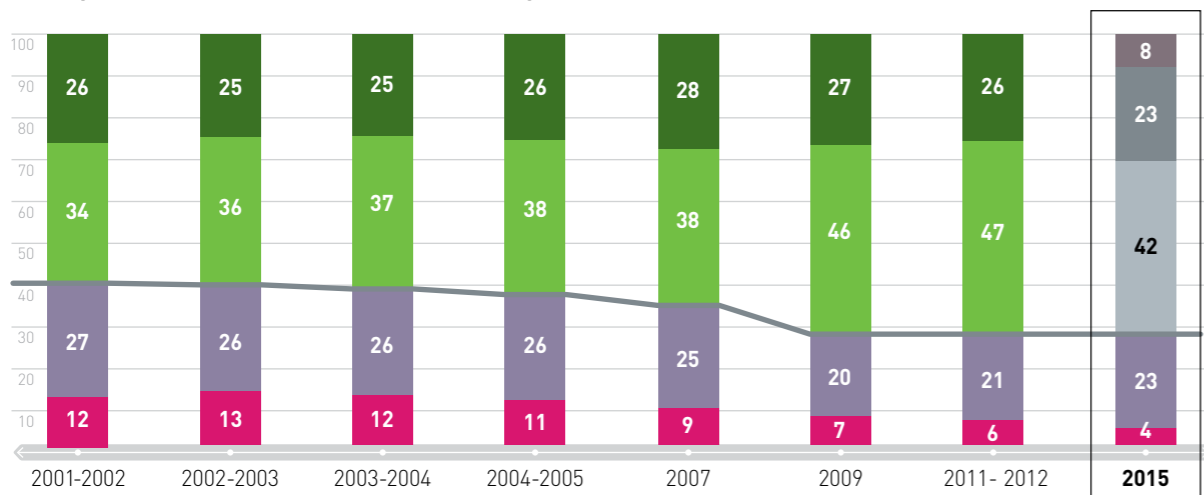
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2012-2017 (Em %)

Unidade da federação	Brancos						Pretos						Pardos					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	94,9	95,3	95,5	95,5	95,8	96,0	87,7	89,0	88,7	89,6	90,3	90,9	88,1	88,5	89,0	89,5	90,1	90,6
Região Norte	92,9	94,1	93,9	93,3	94,2	93,7	85,7	87,7	87,2	87,8	87,9	88,8	90,0	89,8	90,8	90,6	91,2	91,9
Rondônia	92,4	93,6	92,0	93,8	94,2	93,9	82,3	86,5	83,6	91,6	91,2	84,6	91,0	91,6	91,4	91,5	93,2	93,4
Acre	91,5	91,7	91,7	90,5	90,6	91,6	86,2	82,2	77,2	86,3	83,6	86,4	84,9	83,7	84,5	85,7	86,6	87,2
Amazonas	95,0	96,1	96,0	94,7	95,1	94,9	87,8	93,1	87,8	86,6	90,9	89,9	92,1	92,2	92,6	92,1	92,9	93,9
Roraima	96,3	96,0	95,8	94,6	96,6	95,7	85,6	86,9	86,4	92,4	91,6	89,7	93,2	93,2	93,6	93,6	93,4	94,0
Pará	92,2	93,7	94,3	92,5	94,1	93,6	87,1	87,8	88,5	88,3	86,6	89,8	89,4	89,2	90,5	90,1	90,5	91,1
Amapá	96,0	96,4	94,5	95,0	96,9	95,4	93,1	91,4	90,4	91,9	95,8	97,1	92,4	90,5	93,3	93,5	94,5	94,7
Tocantins	91,7	92,3	91,7	93,1	92,6	91,6	80,1	83,5	83,2	81,8	86,3	85,5	87,2	87,4	88,0	89,0	89,2	90,1
Região Nordeste	87,0	87,4	87,8	87,8	88,4	88,7	80,3	81,8	81,7	83,6	84,2	84,4	81,6	82,1	82,8	83,2	84,2	84,6
Maranhão	85,6	86,2	86,6	84,9	87,6	86,6	75,1	73,5	74,7	76,5	79,3	79,2	80,4	81,8	82,0	81,3	82,7	83,1
Piauí	83,5	83,4	85,0	84,3	87,6	87,9	71,4	74,3	77,8	75,0	78,6	82,2	79,3	79,5	79,7	79,7	81,9	82,3
Ceará	87,4	88,1	88,2	87,4	88,9	90,1	72,2	77,0	80,6	77,9	77,9	83,2	81,5	82,1	82,2	82,7	83,7	84,3
Rio Grande do Norte	87,1	88,0	87,9	88,5	88,5	90,0	71,2	84,6	82,7	80,6	81,3	86,1	81,6	81,9	82,2	83,1	83,7	84,4
Paraíba	85,3	85,0	85,6	85,9	87,5	87,0	76,8	77,1	77,2	80,2	82,7	78,8	79,1	78,0	79,5	80,3	81,6	82,1
Pernambuco	89,6	89,3	90,0	88,8	89,3	89,9	79,6	79,4	80,8	82,0	81,4	81,5	83,4	83,6	84,4	85,5	86,7	85,6
Alagoas	83,5	83,5	85,5	85,8	85,1	84,8	69,6	68,2	74,1	71,4	73,5	72,5	79,4	80,2	79,4	79,5	79,7	81,5
Sergipe	87,2	87,7	87,6	88,7	86,7	87,6	82,7	82,1	84,8	85,8	85,9	81,9	82,3	83,5	84,2	85,4	84,7	85,3
Bahia	87,0	87,8	88,3	89,7	89,0	88,8	84,2	86,6	84,0	87,4	87,6	87,4	82,8	83,4	84,8	85,2	86,1	86,7
Região Sudeste	96,6	96,8	97,0	97,1	97,4	97,5	92,5	93,3	93,2	93,7	94,4	95,0	93,6	93,8	94,1	94,6	94,9	95,5
Minas Gerais	94,2	94,9	95,3	95,4	95,8	95,7	88,3	89,7	90,1	90,3	91,4	92,0	90,3	90,3	91,5	91,9	92,5	93,0
Espírito Santo	94,1	94,2	94,5	94,4	94,7	95,7	88,7	87,4	89,1	90,1	91,1	92,5	91,8	92,7	93,6	93,3	93,6	94,0
Rio de Janeiro	97,6	97,6	97,4	97,7	98,0	98,0	94,6	95,1	95,1	96,0	96,1	96,4	96,3	96,5	96,0	96,8	96,9	97,2
São Paulo	97,2	97,4	97,5	97,6	97,8	98,0	94,2	95,0	94,6	94,9	96,0	96,6	94,9	95,2	95,2	95,8	95,9	96,6
Região Sul	96,3	96,5	96,8	96,9	97,3	97,3	90,8	92,0	92,0	92,3	93,2	94,2	90,4	91,2	92,2	92,9	93,2	93,5
Paraná	95,5	95,7	96,4	96,3	96,9	96,6	87,8	89,4	88,0	88,8	90,9	91,7	89,8	90,9	91,9	92,4	92,4	92,9
Santa Catarina	96,9	97,2	97,2	97,4	97,6	97,8	94,2	93,1	93,6	94,2	94,8	96,9	91,3	92,4	92,3	93,3	93,8	94,6
Rio Grande do Sul	96,5	96,8	97,0	97,1	97,2	97,6	91,8	93,4	94,0	94,1	94,1	95,2	91,3	91,4	92,7	93,7	94,6	94,1
Região Centro-Oeste	95,0	95,6	95,9	95,7	95,8	96,2	87,8	89,2	89,3	89,4	91,7	92,2	92,4	92,8	93,0	93,5	93,6	94,2
Mato Grosso do Sul	93,9	94,7	95,1	94,5	95,4	96,2	88,5	90,0	90,9	86,9	93,1	90,7	90,8	92,2	92,3	92,3	92,3	94,3
Mato Grosso	94,3	95,3	95,4	95,8	95,3	95,8	84,4	89,1	88,0	90,2	90,4	91,1	91,2	92,3	91,6	92,5	93,1	92,5
Goiás	94,5	94,6	95,4	95,3	95,2	95,5	87,2	85,6	86,9	86,6	89,6	90,9	92,1	91,9	92,6	93,0	92,9	93,7
Distrito Federal	97,7	98,3	98,0	97,9	98,2	98,2	93,8	95,5	94,6	95,2	96,1	96,6	95,7	96,5	96,4	97,0	97,1	97,2
Regiões Metropolitanas																		
Belém	98,0	97,4	97,7	97,1	98,6	98,9	96,7	96,2	95,2	94,2	94,1	96,6	96,2	96,3	96,6	95,9	96,1	97,0
Fortaleza	93,9	94,7	94,7	95,0	95,5	95,5	84,9	86,7	91,0	86,2	89,2	89,2	90,1	91,4	90,4	91,7	91,0	92,1
Recife	96,4	95,7	95,1	96,3	96,4	96,2	92,4	89,7	91,2	90,8	89,7	93,3	92,2	93,7	92,6	93,5	94,0	93,0
Salvador	98,5	97,2	98,1	97,9	96,4	97,9	96,2	96,3	94,4	96,1	95,6	95,9	96,2	95,5	96,7	96,6	96,6	95,8
Belo Horizonte	97,6	97,7	98,4	97,7	98,1	97,8	93,8	95,7	95,3	95,4	95,4	95,8	95,9	96,0	96,8	96,4	96,8	97,2
Rio de Janeiro	98,1	98,2	98,0	98,3	98,7	98,8	95,8	95,9	95,9	97,1	97,4	97,7	96,7	97,0	96,6	97,4	97,7	9

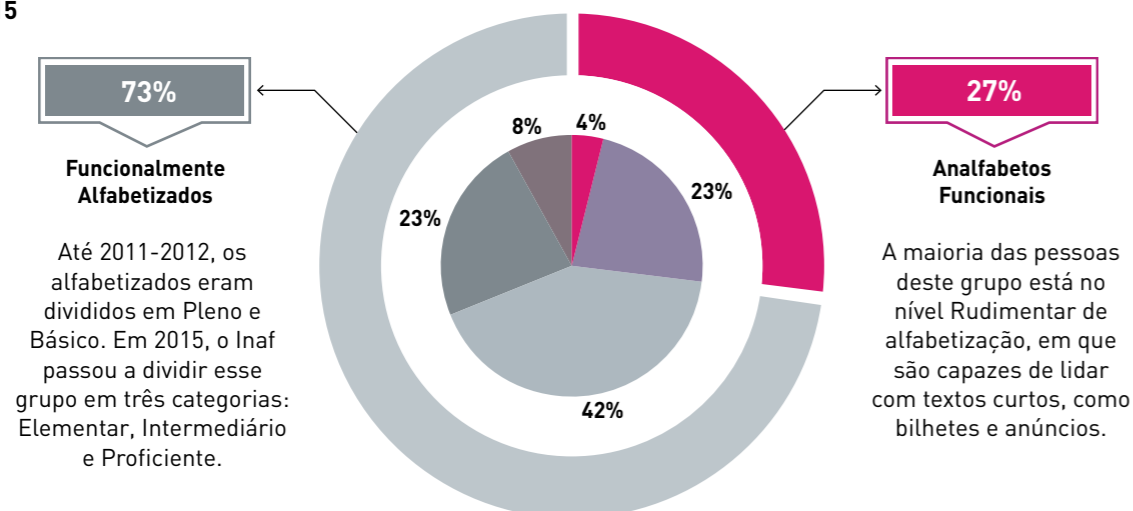
INAF - INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostra que 73% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada. Apenas 8% está no nível Proficiente, o que significa que são capazes de elaborar textos de diferentes tipos e de interpretar tabelas e gráficos. Apesar da redução numérica, a série histórica mostra que os considerados alfabetizados funcionais estão se acumulando na faixa Intermediária ou Elementar, em vez de haver um crescimento sistêmico. Isso só vai ser alcançado com melhoria da qualidade da Educação.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – 2001-2002 a 2015 (Em %)



2015



SAIBA MAIS LETRAMENTO DIGITAL

Na edição de 2015 do Inaf, o Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa criaram um conjunto novo de perguntas com o objetivo de explorar as relações existentes entre as condições de alfabetismo da população jovem e adulta brasileira e práticas sociais denominadas de “novos” letramentos, ou seja, ligadas ao acesso e uso de tecnologias digitais de comunicação e informação.

Veja algumas das principais conclusões:

- Entre as pessoas consideradas analfabetas, 85% nunca utilizaram um *smartphone* e 93% nunca fizeram uso de um *tablet*.
- No entanto, no nível Rudimentar de alfabetização, 47% das pessoas declaram já ter usado *smartphones* e 39%, *tablets*.
- Assim, mesmo em condição muito próxima do analfabetismo, as pessoas têm contato frequente com equipamentos relacionados aos chamados letramentos digitais.
- Além disso, no mesmo grupo Rudimentar de alfabetismo, 79% costumam enviar mensagens instantâneas, 74% acessam redes sociais e 53% comunicam-se por *e-mail*.

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf Por escolaridade – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Até Ensino Fundamental (Anos Iniciais)		Ensino Fundamental (Anos Finais)		Ensino Médio		Educação Superior	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabetos funcionais	73,0	68,0	27,0	34,0	10,0	11,0	2,0	4,0
Funcionalmente alfabetizados	27,0	32,0	73,0	66,0	90,0	89,0	98,0	96,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf Por cor/raça – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Branca		Preta		Parda	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabetos funcionais	32,0	23,0	51,0	34,0	44,0	30,0
Alfabetizados funcionalmente	68,0	77,0	49,0	66,0	56,0	70,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf Por zona urbana e rural – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Urbano		Rural	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabeto funcional	34,0	25,0	64,0	41,0
Alfabetizado funcionalmente	66,0	75,0	36,0	59,0

Fontes: Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro. Elaborado pelas/os autoras/es. Inaf Brasil 2001-2002 e 2015.
 Nota: O estudo, realizado pelo Instituto Paulo Montenegro, contou com a participação de 2.002 pessoas com idade entre 15 e 64 anos, das zonas urbana e rural, de todas as regiões do País.



EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.

As oportunidades atuais de formação educacional na EJA estão longe de oferecer uma alternativa concreta para os jovens e adultos brasileiros.

Os dados de 2016 mostram a queda de matrículas em quase todas as modalidades hoje ofertadas. Os números gerais apontam para a redução de 0,28% entre 2015 e 2016. Assim, em uma década, a EJA perdeu 1,5 milhão de matrículas.

O atual PNE dá ênfase à importância da EJA integrada à Educação Profissional. A oferta vem crescendo lentamente no Ensino Fundamental – 4,71% em 2016 –, mas o total ainda é residual em relação ao conjunto das matrículas. Em todo o País, são apenas 17,6 mil alunos.

No Ensino Médio, a EJA com caráter profissionalizante registrou uma queda de 11,67% no número de matrículas, somando hoje 34,5 mil estudantes.



DE OLHO NA EQUIDADE

Embora a Educação de Jovens e Adultos tenha múltiplas dimensões, os especialistas concordam em apontar seu caráter inclusivo, reparador e compensatório. Assim, a EJA apresenta, idealmente, um forte papel de combate à desigualdade produzida pelas deficiências do sistema educacional. Mas, da forma como está, a modalidade continua replicando alguns padrões de desigualdade do sistema de ensino.

Zero é o número de matrículas em EJA Ensino Fundamental integrada à Educação Profissional, em Roraima. Indicadores muito inferiores à média nacional, que é de 2,94%, também se verificam em Goiás (0,12%), no Distrito Federal (0,29%) e em Minas Gerais (0,43%), por exemplo.

2,51% das matrículas em EJA Ensino Médio no Brasil referem-se à modalidade integrada à formação profissional. Esse número oculta a desigualdade regional da oferta. Em diversos estados, a oferta não chega a 1%, como é o caso de Roraima (0,5%) e Minas Gerais (0,19%). Rondônia não registra nenhuma matrícula na modalidade.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional
Ensinos Fundamental e Médio – Brasil e regiões – 2016

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.482.174	2.105.535	61.912	2,94	1.376.639	34.502	2,51
Norte	418.396	277.345	7.275	2,62	141.051	3.328	2,36
Nordeste	1.330.079	955.469	44.598	4,67	374.610	23.883	6,38
Sudeste	1.119.025	538.225	5.543	1,03	580.800	2.839	0,49
Sul	383.155	214.713	1.966	0,92	168.442	1.701	1,01
Centro-Oeste	231.519	119.783	2.530	2,11	111.736	2.751	2,46

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2008-2016

Ano	Total geral	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino							
		Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	0	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	0	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	0	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	0	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
2014	3.592.908	2.284.122	774.352	1.451.627	9.153	48.990	1.308.786	1.265.911	42.875
2015	3.491.869	2.182.611	736.763	1.378.454	16.821	50.573	1.309.258	1.270.198	39.060
2016	3.482.174	2.105.535	676.526	1.367.097	17.613	44.299	1.376.639	1.342.137	34.502
Δ % 2015/2016	-0,28%	-3,53%	-8,18%	-0,82%	4,71%	-12,41%	5,15%	5,66%	-11,67%

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (15).

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2016

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	2.105.535	1.874.319	157.334	11.970	61.889	23
Norte	277.345	258.617	11.150	303	7.275	-
Nordeste	955.469	887.711	22.111	1.049	44.575	23
Sudeste	538.225	415.980	111.222	5.480	5.543	-
Sul	214.713	196.257	12.084	4.406	1.966	-
Centro-Oeste	119.783	115.754	767	732	2.530	-

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

A modalidade integrada à Educação Profissional inclui as matrículas do Projovem Urbano.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas no Ensino Médio – Brasil e regiões – 2016

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	1.376.639	1.036.588	626.516	43.033	33.745	757
Norte	141.051	122.072	14.579	1.072	3.328	-
Nordeste	374.610	302.796	44.814	3.117	23.658	225
Sudeste	580.800	398.485	171.475	8.001	2.839	-
Sul	168.442	114.078	28.213	24.450	1.701	-
Centro-Oeste	111.736	99.157	3.435	6.393	2.219	532

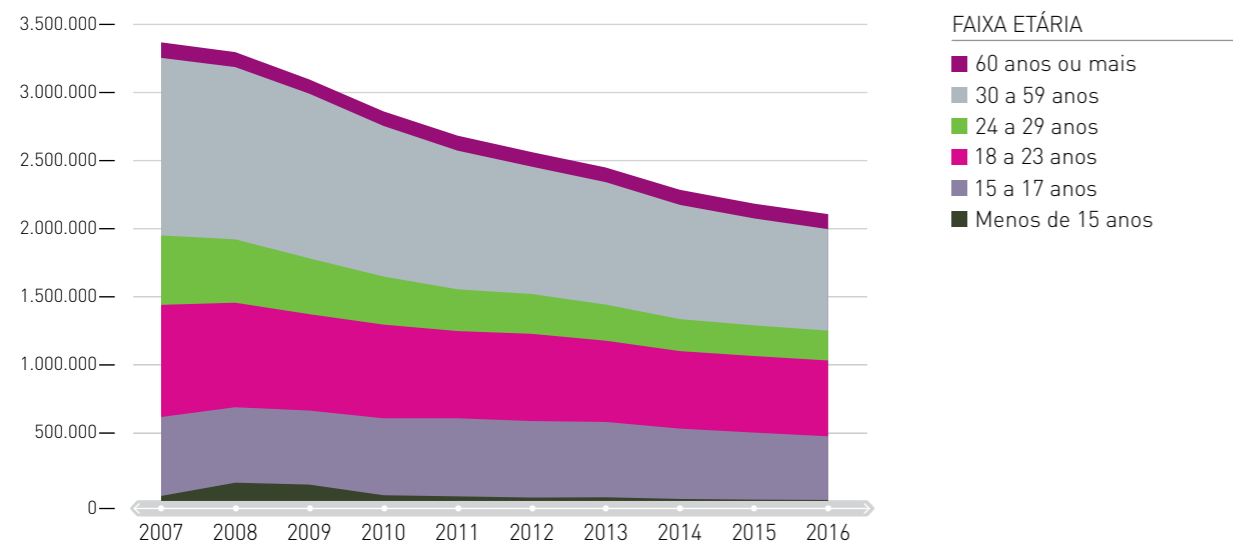
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

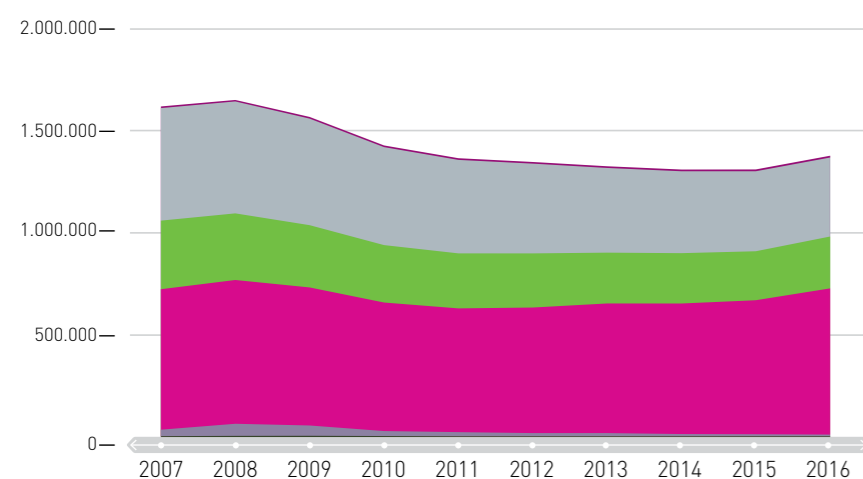
Educação de Jovens e Adultos

Matrículas na EJA por faixa etária – Todas as redes – Brasil – 2007-2016

Ensino Fundamental



Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas totais na EJA e na EJA integrada à Educação Profissional – Brasil e regiões – 2016

Por unidades da federação

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.482.174	2.105.535	61.912	2,94	1.376.639	34.502	2,51
Região Norte	418.396	277.345	7.275	2,62	141.052	3.328	2,36
Rondônia	51.372	25.882	144	0,56	25.490	0	0,00
Acre	25.171	16.790	690	4,11	8.381	278	3,32
Amazonas	88.723	64.497	1.586	2,46	24.226	397	1,64
Roraima	9.648	3.666	0	0,00	5.983	30	0,50
Pará	201.187	143.492	3.829	2,67	57.695	2.287	3,96
Amapá	23.700	14.657	266	1,81	9.043	101	1,12
Tocantins	18.595	8.361	760	9,09	10.234	235	2,30
Região Nordeste	1.330.079	955.469	44.598	4,67	374.610	23.883	6,38
Maranhão	143.849	115.625	3.958	3,42	28.224	906	3,21
Piauí	142.538	109.132	10.045	9,20	33.406	4.776	14,30
Ceará	165.264	101.391	4.644	4,58	63.873	2.313	3,62
Rio Grande do Norte	72.147	54.428	4.477	8,23	17.719	524	2,96
Paraíba	131.220	97.222	7.803	8,03	33.998	1.461	4,30
Pernambuco	188.436	133.280	7.581	5,69	55.156	571	1,04
Alagoas	105.890	84.014	2.451	2,92	21.876	217	0,99
Sergipe	41.259	30.966	2.120	6,85	10.293	35	0,34
Bahia	339.476	229.411	1.519	0,66	110.065	13.080	11,88
Região Sudeste	1.119.025	538.225	5.543	1,03	580.800	2.839	0,49
Minas Gerais	347.128	161.234	696	0,43	185.894	356	0,19
Espírito Santo	65.286	35.828	379	1,06	29.458	588	2,00
Rio de Janeiro	246.652	131.562	2.272	1,73	115.090	1.451	1,26
São Paulo	459.959	209.601	2.196	1,05	250.358	444	0,18
Região Sul	383.155	214.713	1.966	0,92	168.442	1.701	1,01
Paraná	151.855	94.296	757	0,80	57.559	349	0,61
Santa Catarina	73.404	31.884	197	0,62	41.520	176	0,42
Rio Grande do Sul	157.896	88.533	1.012	1,14	69.363	1.176	1,70
Região Centro-Oeste	231.519	119.783	2.530	2,11	111.736	2.751	2,46
Mato Grosso do Sul	46.068	23.486	2.049	8,72	22.582	73	0,32
Mato Grosso	71.041	36.624	361	0,99	34.417	509	1,48
Goiás	60.703	32.458	40	0,12	28.245	1.373	4,86
Distrito Federal	53.707	27.215	80	0,29	26.492	796	3,00

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de expansão no segmento público.

Atendência de queda no total de matrículas na modalidade Educação Profissional Técnica, já verificada em 2015, manteve-se em 2016.

Vale notar que isso se deve basicamente ao comportamento da oferta na rede privada de ensino. Como resultado de um período de crescimento significativo da oferta, em 2014, o segmento da Educação particular chegou a representar a maior parte das matrículas. Hoje, enquanto 1 milhão dos alunos são atendidos pela escola pública, 741,8 mil estão na rede privada.

O dado não pode ser analisado, porém, apenas do ângulo do predomínio da oferta. O esforço de triplicar as matrículas de Educação Profissional Técnica de nível Médio, estabelecido pelo PNE, é fundamental para se ampliar as oportunidades dos jovens no mundo do trabalho. Contudo, os indicadores demonstram que caminhamos no sentido contrário.

As mudanças no Ensino Médio promovidas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, devem estimular, ao longo do tempo, a expansão da Educação Profissional. Mas é importante que as políticas públicas para essa modalidade tenham como foco a qualidade, bem como a equidade na distribuição territorial e socioeconômica das vagas.

DE OLHO NA EQUIDADE

Em diversos estados brasileiros, ainda é muito baixa a proporção das matrículas na Educação Profissional em relação ao total de ingressos no Ensino Médio.

9,6% das matrículas no Ensino Médio do Maranhão referem-se à Educação Profissional, enquanto o mesmo vale para 34,7% das matrículas no Rio Grande do Sul.

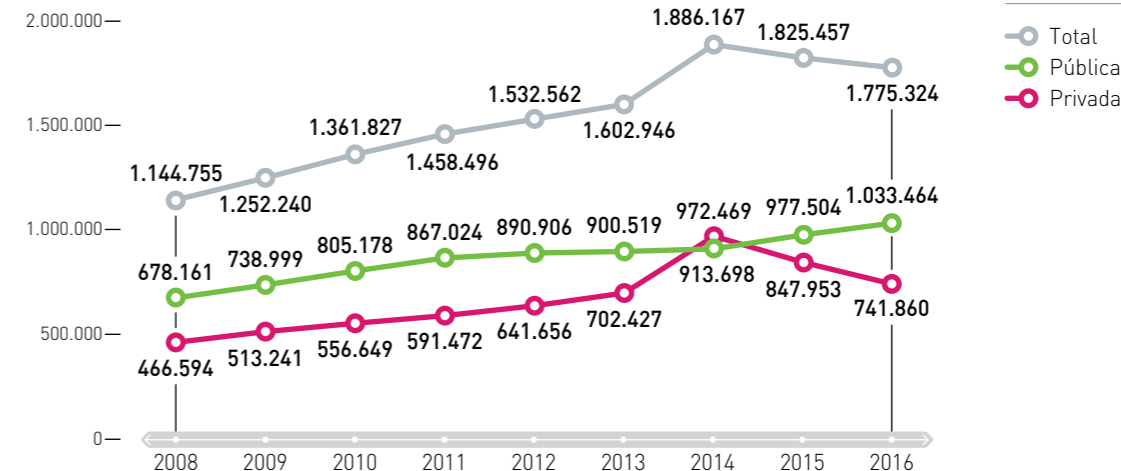
13,2% é a proporção de matrículas na Educação Profissional no Ensino Médio da Região Norte. No Sul, esta proporção é de 29,4%.



REDES

- Total
- Pública
- Privada

Educação Profissional de Nível Médio Matrículas nas redes pública e privada – Brasil – 2008-2016



Fonte: MEC/Inep/DEED. Sinopse Estatística da Educação Básica.

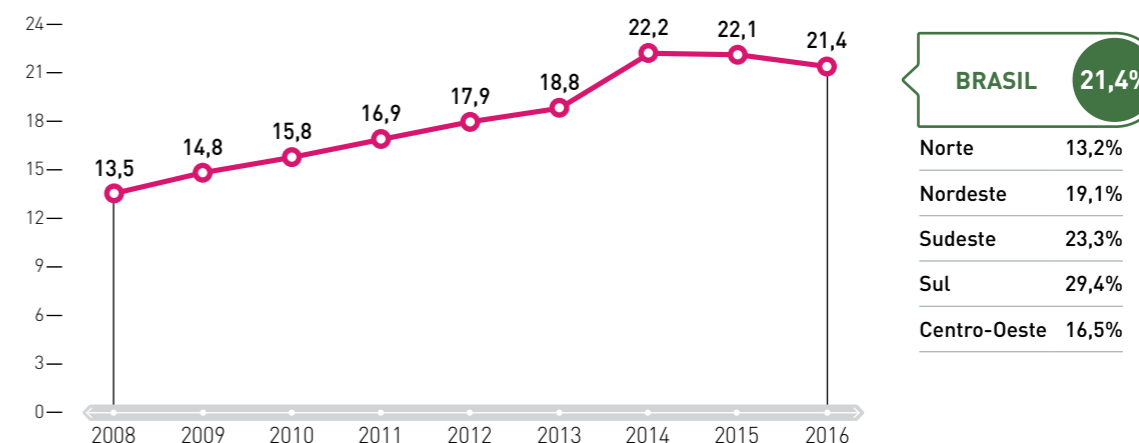
Educação Profissional de Nível Médio Matrículas nas redes pública e privada

Brasil e regiões – 2014-2016

Região	2014			2015			2016		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.886.167	913.698	972.469	1.825.457	977.504	847.953	1.775.324	1.033.464	741.860
Norte	107.598	54.965	52.633	110.441	58.709	51.732	107.461	62.525	44.936
Nordeste	484.742	283.930	200.812	485.372	311.470	173.902	451.508	311.568	139.940
Sudeste	880.806	355.905	524.901	803.496	367.203	436.293	804.323	406.536	397.787
Sul	307.161	175.264	131.897	310.205	178.980	131.225	310.105	190.859	119.246
Centro-Oeste	105.860	43.634	62.226	115.943	61.142	54.801	101.927	61.976	39.951

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Matrículas da Educação Profissional de Nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2008-2016 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED. Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Não leva em conta as matrículas na Educação Profissional integrada à EJA.

Ensino Médio não inclui a Educação Profissional concomitante e subsequente.

Região	Porcentagem (%)
BRASIL	21,4%
Norte	13,2%
Nordeste	19,1%
Sudeste	23,3%
Sul	29,4%
Centro-Oeste	16,5%

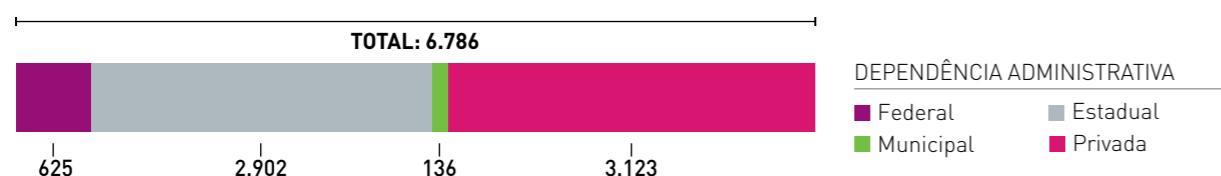
Educação Profissional de Nível Médio

Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2016

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	329.033	14.463	43.984	201.296	52.293	16.997
Subsequente	881.738	61.710	191.339	414.978	155.506	58.205
Integrada	429.010	27.174	180.150	132.228	67.487	21.971
Normal/Magistério	102.833	994	13.454	53.118	33.151	2.116
Integrada à EJA	32.710	3.120	22.581	2.703	1.668	2.638
Total	1.775.324	107.461	451.508	804.323	310.105	101.927

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.**Educação Profissional de Nível Médio**

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (17).

Educação Profissional de Nível Médio

Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio e integrada à Educação de Jovens e Adultos de nível médio

Por área do curso – Brasil – 2016

	Integrado	Concomitante	Subsequente	Integrado à EJA	Total
Ambiente e saúde	44.633	56.219	281.360	7.684	389.896
Desenvolvimento educacional e social	1.352	2.926	25.319	503	30.100
Controle e processos industriais	57.754	57.057	132.430	2.093	249.334
Gestão e negócios	89.158	117.141	181.138	9.454	396.891
Turismo, hospitalidade e lazer	9.205	3.760	11.364	1.069	25.398
Informação e comunicação	95.906	34.114	59.428	3.729	193.177
Infraestrutura	24.612	9.885	34.910	1.356	70.763
Militar	-	6	275	-	281
Produção alimentícia	11.186	1.890	7.633	1.231	21.940
Produção cultural e design	8.271	7.444	21.340	337	37.392
Produção industrial	20.810	10.497	25.582	353	57.242
Recursos naturais	60.775	9.496	26.696	2.337	99.304
Segurança	5.348	18.598	74.263	2.564	100.773
Subtotal das áreas acima	429.010	329.033	881.738	32.710	1.672.491

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Não foi considerada a modalidade de Ensino Médio Normal/Magistério.

Educação Profissional de Nível Médio

Matrículas de Ensino Médio e da Educação Profissional de Nível Médio

Por regiões e unidades da federação – 2016

	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio	%
Brasil	8.133.040	1.742.614	21,4
Região Norte	792.783	104.341	13,2
Rondônia	60.916	10.480	17,2
Acre	42.573	5.074	11,9
Amazonas	196.480	29.864	15,2
Roraima	22.461	4.211	18,7
Pará	364.418	32.631	9,0
Amapá	39.163	7.523	19,2
Tocantins	66.772	14.558	21,8
Região Nordeste	2.245.524	428.927	19,1
Maranhão	319.656	30.803	9,6
Piauí	142.710	35.849	25,1
Ceará	379.866	81.114	21,4
Rio Grande do Norte	126.545	34.339	27,1
Paraíba	140.772	20.902	14,8
Pernambuco	361.851	91.739	25,4
Alagoas	122.495	22.308	18,2
Sergipe	81.179	10.323	12,7
Bahia	570.450	101.550	17,8
Região Sudeste	3.441.661	801.620	23,3
Minas Gerais	835.089	164.075	19,6
Espírito Santo	129.409	40.996	31,7
Rio de Janeiro	591.882	164.129	27,7
São Paulo	1.885.281	432.420	22,9
Região Sul	1.050.716	308.437	29,4
Paraná	457.620	124.762	27,3
Santa Catarina	235.288	59.354	25,2
Rio Grande do Sul	357.808	124.321	34,7
Região Centro-Oeste	602.356	99.289	16,5
Mato Grosso do Sul	95.205	22.590	23,7
Mato Grosso	149.456	24.251	16,2
Goiás	247.506	30.917	12,5
Distrito Federal	110.189	21.531	19,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: Não leva em conta as matrículas na Educação Profissional integrada à EJA. Ensino Médio não inclui a Educação Profissional concomitante e subsequente.

Educação Profissional de Nível Médio

Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio nas redes pública e privada

Por regiões e unidades da federação – 2016

Unidade da federação	Rede total			Rede pública			Rede privada		
	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada	Concomitante	Subsequente
Brasil	429.010	329.033	881.738	407.848	97.817	397.865	21.162	231.216	483.873
Região Norte	27.174	14.463	61.710	26.069	3.278	30.178	1.105	11.185	31.532
Rondônia	3.630	3.215	3.622	3.082	352	810	548	2.863	2.812
Acre	916	1.245	2.913	916	949	2.021	0	296	892
Amazonas	4.573	2.971	22.165	4.573	509	12.531	0	2.462	9.634
Roraima	1.893	330	1.988	1.851	55	1.369	42	275	619
Pará	8.450	4.940	18.708	7.935	596	8.448	515	4.344	10.260
Amapá	1.985	1.065	4.295	1.985	652	3.273	0	413	1.022
Tocantins	5.727	697	8.019	5.727	165	1.726	0	532	6.293
Região Nordeste	180.150	43.984	191.339	176.853	17.970	82.485	3.297	26.014	108.854
Maranhão	11.518	3.191	14.269	10.479	1.493	2.981	1.039	1.698	11.288
Piauí	19.166	8.270	8.373	19.166	6.758	5.321	0	1.512	3.052
Ceará	51.222	4.896	24.714	51.139	2.321	4.197	83	2.575	20.517
Rio Grande do Norte	11.337	3.581	19.089	11.337	1.992	8.695	0	1.589	10.394
Paraíba	8.502	1.352	9.225	8.502	249	4.185	0	1.103	5.040
Pernambuco	16.900	6.707	60.804	16.900	2.747	26.090	0	3.960	34.714
Alagoas	8.822	3.190	8.939	8.822	1.731	4.472	0	1.459	4.467
Sergipe	1.189	288	8.846	1.153	286	4.489	36	2	4.357
Bahia	51.494	12.509	37.080	49.355	393	22.055	2.139	12.116	15.025
Região Sudeste	132.228	201.296	414.978	118.004	67.207	167.430	14.224	134.089	247.548
Minas Gerais	20.210	31.122	80.658	18.309	11.112	40.389	1.901	20.010	40.269
Espírito Santo	14.997	9.381	16.618	14.190	4.309	8.226	807	5.072	8.392
Rio de Janeiro	29.963	43.014	70.755	25.960	6.163	12.255	4.003	36.851	58.500
São Paulo	67.058	117.779	246.947	59.545	45.623	106.560	7.513	72.156	140.387
Região Sul	67.487	52.293	155.506	66.091	4.187	86.550	1.396	48.106	68.956
Paraná	32.083	15.681	60.359	31.088	101	41.386	995	15.580	18.973
Santa Catarina	13.104	10.552	30.471	12.981	2.130	10.508	123	8.422	19.963
Rio Grande do Sul	22.300	26.060	64.676	22.022	1.956	34.656	278	24.104	30.020
Região Centro-Oeste	21.971	16.997	58.205	20.831	5.175	31.222	1.140	11.822	26.983
Mato Grosso do Sul	3.606	1.977	15.043	3.482	1.137	9.117	124	840	5.926
Mato Grosso	9.836	3.155	11.154	9.836	1.379	4.431	0	1.776	6.723
Goiás	6.995	6.655	17.221	5.979	1.619	7.200	1.016	5.036	10.021
Distrito Federal	1.534	5.210	14.787	1.534	1.040	10.474	0	4.170	4.313

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

A escola precisa dialogar com o mundo do trabalho

A Educação é o fator mais relevante para o desenvolvimento de um país. Os países que se desenvolveram rapidamente nas últimas décadas foram exatamente aqueles que mais investiram na Educação de qualidade para sua população. Um dos desafios do Brasil, neste momento, é oferecer a todos os brasileiros uma escola que dialogue com o universo profissional.

No entanto, a matriz educacional brasileira é o maior exemplo de exclusão social do País. Alguns números refletem o desafio que atinge a juventude: 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola; 11,5% dos que têm acesso são reprovados e quase 7% abandonam os estudos. Apenas 58,5% dos alunos que iniciam o Ensino Fundamental concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

Com um modelo academicista, que supervaloriza o diploma universitário, somos indiferentes com a maior parte da população, sobretudo com aqueles que são economicamente mais frágeis. A eles é negado o direito a uma profissão, a uma identidade social, reservados apenas aos que chegam ao Ensino Superior. Somente 18% dos nossos jovens de 18 a 24 anos vão para a universidade. O restante ingressa no mercado sem as competências exigidas.

Para 53% dos empresários brasileiros, a qualidade da mão de obra é o principal entrave ao aumento da competitividade. Para produzir o mesmo que um norte-americano, o Brasil precisa de quatro trabalhadores. Países com um ano a mais de escolaridade têm produtividade do trabalho 25% superior.

Com a nova Lei nº 13.415/2017, o Brasil iniciou um processo para alinhar o sistema de Educação às melhores experiências internacionais, ao flexibilizar e diversificar o currículo regular. Outra modernização importante foi a possibilidade de o jovem optar pela formação técnica e profissional. Desde 2008, a maioria dos países desenvolvidos passou a investir em Educação Profissional como uma das maneiras de responder aos abalos do mercado de trabalho.

Estamos diante da oportunidade de construir uma Educação aplicada, significativa e que coloque o estudante como protagonista do seu futuro, ao permitir que ele escolha o itinerário formativo que mais atenda aos seus anseios. O que falta ao País é eleger a Educação Profissional como agenda estratégica de nação. Pesquisas da PUC-Rio demonstram que, entre dois indivíduos com a mesma escolaridade, aquele que tem um ano de Educação Profissional terá 18% a mais de renda. Além disso, várias carreiras técnicas competem muito bem com formações de nível superior em termos salariais.

A escolha pela Educação Profissional deve ser vista como uma agenda de sustentação da renda, de geração de oportunidades para a juventude, de competitividade para o ambiente de negócios e um compromisso social, pois pode ajudar o Brasil a ser mais equânime.

Felizmente, a percepção dos brasileiros sobre a importância da Educação Profissional está mudando para melhor. Pesquisa CNI/Ibope mostrou que, para 90% dos brasileiros, quem faz Educação Profissional tem mais oportunidades no mercado de trabalho.

É preciso que autoridades públicas, educadores, pais e estudantes trabalhem juntos, desde já e nos próximos anos, para extrair da nova legislação o resultado que todos desejamos: um Ensino Médio conectado com as aspirações dos alunos, capaz de transmitir os conhecimentos fundamentais para a cidadania e que crie oportunidades de inserção dos nossos jovens no mercado de trabalho. Esse é o nosso desafio. Ganhará não apenas a geração que vai ingressar no Ensino Médio nos próximos anos, mas o País, que terá cidadãos e trabalhadores mais qualificados.

Rafael Lucchesi

Economista, é diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), diretor-superintendente do SESI e diretor de Educação e Tecnologia da CNI. É também conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

METAS DO PNE

Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

De acordo com os dados mais recentes calculados segundo a metodologia da Pnad Contínua, 40,3% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculados no Ensino Superior, em 2017. O número representa uma queda de 0,4 ponto percentual em relação a 2016, e mostra que o País tem um longo caminho para atingir os 50% definidos pela meta do PNE.

Os desafios também aparecem quando se leva em conta a taxa líquida. Em 2017, 19,9% dos jovens dessa mesma faixa etária frequentavam a universidade nas séries correspondentes à idade. O PNE define a meta de 33% até o final da sua vigência, em 2024.

Tão importante quanto o crescimento das matrículas é a diminuição da desigualdade, com a inclusão das parcelas mais pobres da população. Hoje, a taxa líquida de matrículas, considerando-se os 25% mais pobres, é de 7,2%, contra 48% da camada mais rica.

DE OLHO NA EQUIDADE

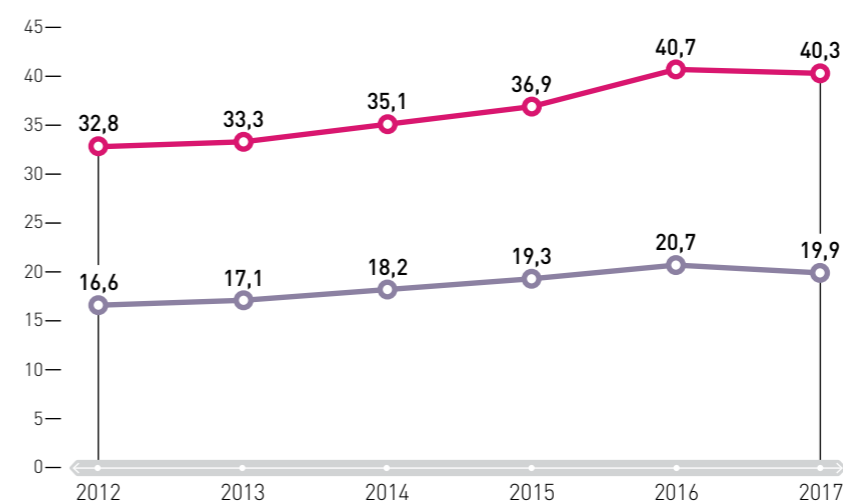
As desigualdades de oportunidades educacionais têm início na primeira infância e se estendem ao Ensino Superior. Os números mostram o fosso existente entre segmentos da população, quando se incluem critérios de raça/cor, região e renda.

14,3% dos jovens de 18 a 24 anos pretos estão matriculados no Ensino Superior. O mesmo ocorre para 27,9% dos brancos.

7,2% da população de 18 a 24 anos que reside no campo tem acesso à faculdade, contra 21,9% da área urbana.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxas bruta e líquida de matrícula – Brasil – 2012-2017



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).

Proporção do número de matrículas na Educação Superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos

Proporção do número de alunos de 18 a 24 anos na Educação Superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos

● Taxa bruta
● Taxa líquida

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxa líquida de matrículas por renda – Brasil – 2016-2017

	2016	2017
Total	20,8	20,0
25% mais pobres	7,4	7,2
25% a 50%	16,9	16,1
50% a 75%	27,7	27,3
25% mais ricos	48,4	48,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (8).

DE OLHO NA EQUIDADE

Taxa líquida de matrículas por raça/cor – Brasil – 2012-2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9
Branco	24,1	25,0	25,7	27,1	28,4	27,9
Pretos	9,4	9,2	10,6	12,3	13,8	14,3
Pardos	10,6	11,3	12,6	13,7	15,2	14,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4) e (7).

DE OLHO NA EQUIDADE

Taxa líquida de matrículas por localidade – Brasil – 2012-2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9
Urbana	18,4	19,1	20,1	21,4	23,0	21,9
Rural	5,1	5,3	6,4	6,7	6,8	7,2

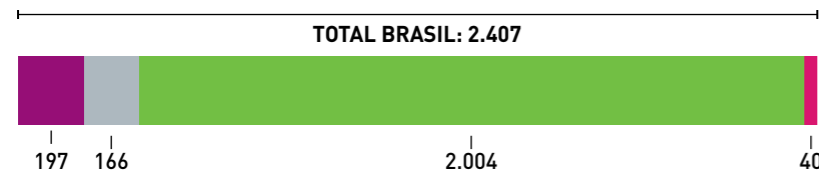
Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).

A série histórica da taxa líquida de matrículas no Ensino Superior da população de 18 a 24 anos inclui as pessoas que concluíram um curso de nível superior.

DE OLHO NA EQUIDADE

Educação Superior
Número de instituições – Brasil – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

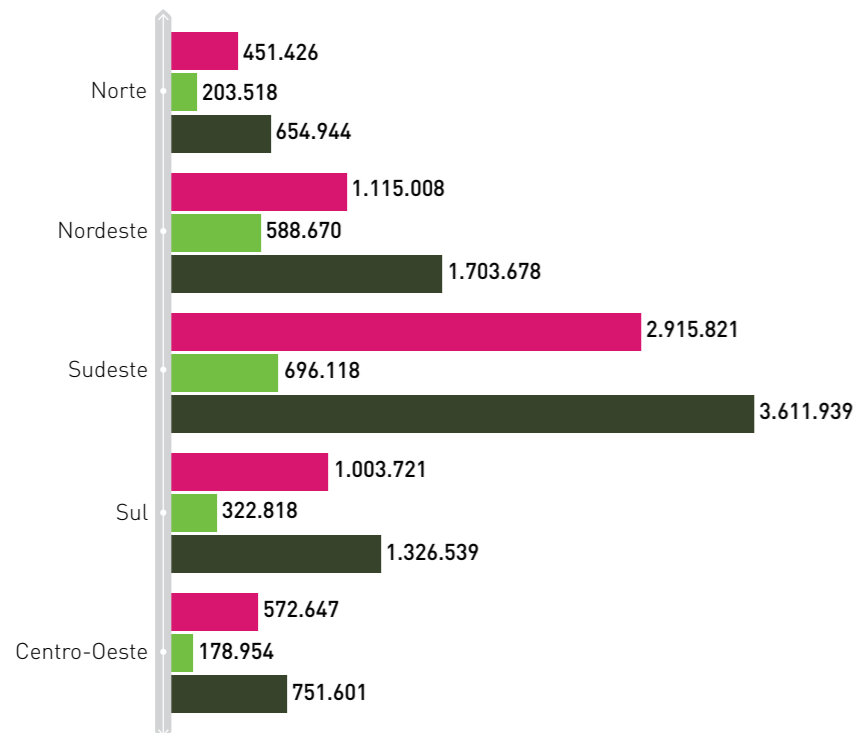
- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades
- Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Educação Superior
Número de instituições por região – 2016

Região	Total geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e Cefet
Brasil	2.407	197	166	2.004	40
Norte	156	17	10	122	7
Nordeste	480	39	18	412	11
Sudeste	1.126	80	94	941	11
Sul	405	47	29	323	6
Centro-Oeste	240	14	15	206	5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

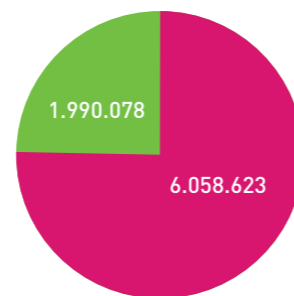
Educação Superior
Matrículas por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2016



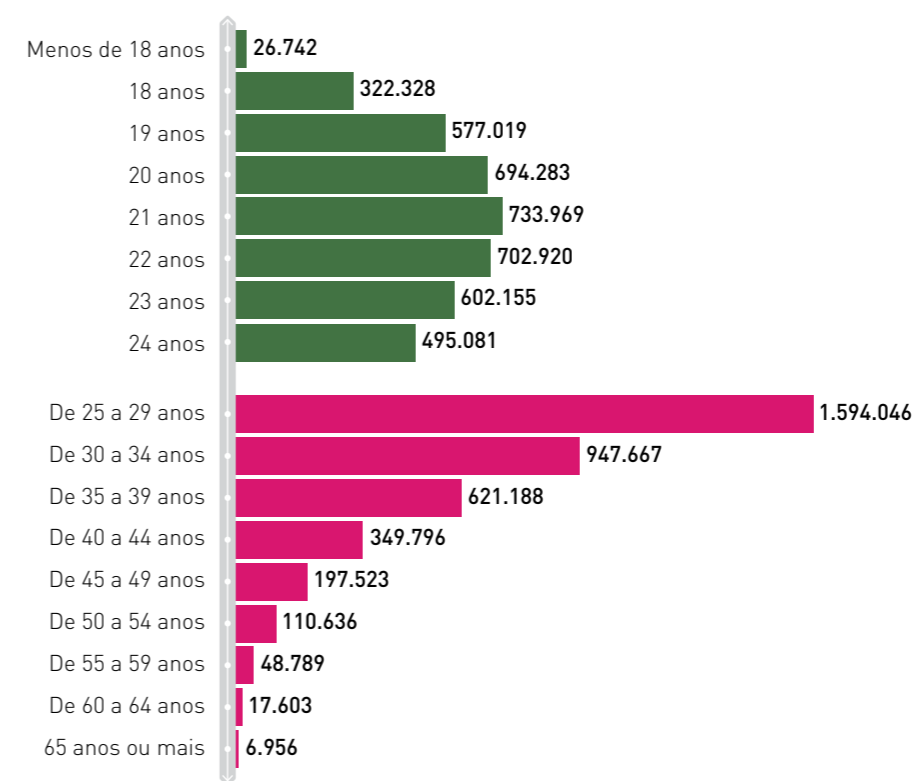
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

- Privada
- Pública
- Total

TOTAL BRASIL: 8.048.701

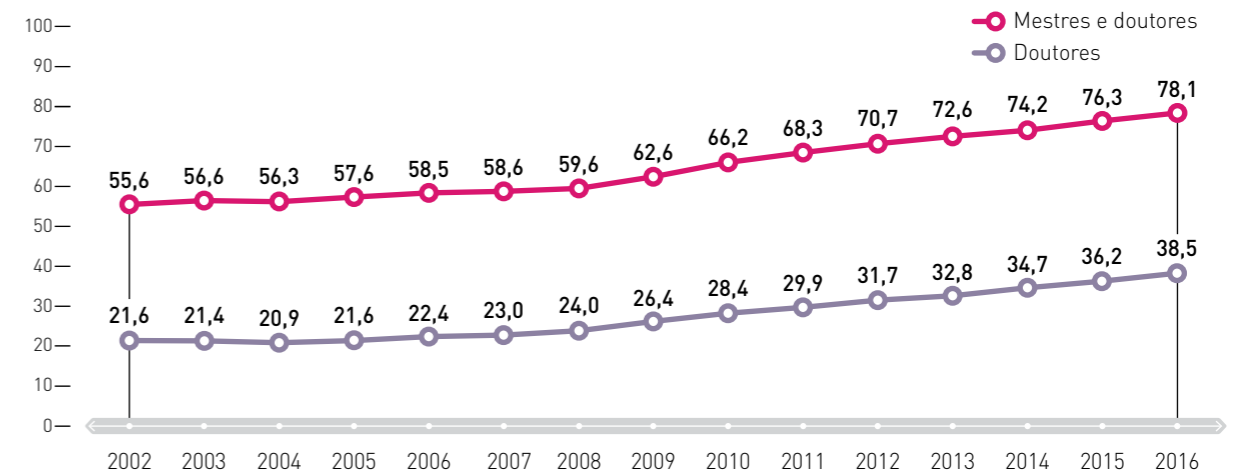


Educação Superior
Matrículas por faixa etária – Brasil – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior
Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – Brasil – 2002-2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior
 Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 – Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9
Região Norte	11,6	12,7	13,3	14,4	15,1	15,3
Rondônia	14,4	15,1	16,1	16,9	17,6	17,1
Acre	14,0	16,4	17,6	18,1	20,1	19,9
Amazonas	13,6	14,1	14,7	15,6	18,1	15,6
Roraima	22,4	19,2	19,3	25,4	19,0	22,5
Pará	8,6	9,9	10,6	11,3	11,4	12,7
Amapá	16,9	14,9	15,4	18,4	19,3	21,4
Tocantins	12,5	15,9	15,9	18,4	19,7	18,7
Região Nordeste	11,6	12,3	13,7	14,5	16,0	15,2
Maranhão	7,7	8,5	8,1	10,2	11,7	12,5
Piauí	14,3	15,8	16,2	16,7	19,0	19,8
Ceará	12,8	14,1	15,5	15,5	15,8	16,7
Rio Grande do Norte	12,6	14,4	17,2	19,5	17,6	18,5
Paraíba	16,3	15,4	17,5	17,8	19,9	20,5
Pernambuco	11,7	12,5	14,3	14,3	18,0	14,0
Alagoas	11,3	10,7	13,2	13,6	15,0	13,0
Sergipe	15,8	17,9	17,5	18,1	17,0	17,9
Bahia	9,8	10,1	12,1	13,2	14,8	13,3
Região Sudeste	18,5	19,3	20,1	21,6	23,7	21,4
Minas Gerais	16,5	18,3	18,6	20,8	23,3	19,4
Espírito Santo	18,3	16,5	17,9	19,3	21,5	20,3
Rio de Janeiro	17,5	17,7	18,7	20,2	22,0	21,0
São Paulo	19,9	20,6	21,5	22,8	24,7	22,8
Região Sul	21,5	21,4	22,3	22,8	23,9	25,2
Paraná	21,7	19,7	22,0	22,3	22,3	24,7
Santa Catarina	21,6	21,9	23,8	23,9	25,2	26,2
Rio Grande do Sul	21,2	22,9	21,7	22,7	24,8	25,2
Região Centro-Oeste	21,9	21,8	23,2	24,2	24,2	25,3
Mato Grosso do Sul	19,9	18,6	20,3	20,6	23,0	23,7
Mato Grosso	19,3	20,6	19,9	21,4	23,0	22,1
Goiás	19,9	19,3	22,2	23,6	21,2	23,7
Distrito Federal	31,4	31,3	31,3	31,5	33,0	32,8
Regiões Metropolitanas						
Belém	14,7	14,2	17,3	18,0	20,0	22,5
Fortaleza	16,0	18,9	20,6	19,7	19,3	20,6
Recife	16,8	18,7	19,8	19,1	22,4	16,5
Salvador	18,9	18,9	18,9	22,9	27,1	24,1
Belo Horizonte	21,2	21,6	23,5	21,4	27,8	23,4
Rio de Janeiro	18,6	17,8	19,6	21,8	22,6	21,1
São Paulo	21,6	21,9	23,7	23,4	27,3	24,0
Curitiba	22,0	19,0	23,4	26,8	24,3	28,4
Porto Alegre	21,2	25,3	21,4	21,9	24,6	26,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2016
 Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres e doutores	Doutores
Brasil	78,1	38,5
Região Norte	70,8	28,8
Rondônia	59,8	20,1
Acre	63,6	26,7
Amazonas	73,4	27,6
Roraima	74,5	30,1
Pará	80,5	36,5
Amapá	56,5	16,9
Tocantins	61,6	25,7
Região Nordeste	77,0	35,8
Maranhão	64,1	24,8
Piauí	70,9	27,1
Ceará	81,8	35,6
Rio Grande do Norte	77,4	41,8
Paraíba	81,4	44,5
Pernambuco	79,2	38,3
Alagoas	72,2	30,0
Sergipe	81,8	41,0
Bahia	77,3	34,9
Região Sudeste	79,7	41,6
Minas Gerais	78,2	37,9
Espírito Santo	78,2	34,2
Rio de Janeiro	84,3	49,0
São Paulo	78,7	41,4
Região Sul	80,9	40,0
Paraná	79,3	39,0
Santa Catarina	73,8	31,6
Rio Grande do Sul	87,9	47,2
Região Centro-Oeste	72,6	34,0
Mato Grosso do Sul	78,3	39,3
Mato Grosso	65,0	28,8
Goiás	70,6	29,3
Distrito Federal	78,3	41,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Número de mestres e doutores titulados – 2016
 Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres titulados ¹	Doutores titulados
Brasil	59.614	20.603
Região Norte	2.728	485
Rondônia	165	10
Acre	125	8
Amazonas	604	131
Roraima	150	4
Pará	1.360	294
Amapá	52	6
Tocantins	272	32
Região Nordeste	10.863	2.956
Maranhão	434	57
Piauí	423	52
Ceará	1.689	557
Rio Grande do Norte	1.423	395
Paraíba	1.421	428
Pernambuco	2.203	739
Alagoas	392	56
Sergipe	621	102
Bahia	2.257	570
Região Sudeste	28.791	11.917
Minas Gerais	6.576	1.940
Espírito Santo	1.197	131
Rio de Janeiro	7.217	2.594
São Paulo	13.801	7.252
Região Sul	12.450	4.148
Paraná	4.544	1.252
Santa Catarina	2.315	759
Rio Grande do Sul	5.591	2.137
Região Centro-Oeste	4.782	1.097
Mato Grosso do Sul	870	136
Mato Grosso	650	64
Goiás	1.482	311
Distrito Federal	1.780	586

Fonte: GeoCapes.

¹ Inclui titulados no Mestrado Profissional.

Educação e Inovação

O Brasil encontra-se entre as oito maiores economias do planeta e, graças a políticas públicas e investimentos em Educação Superior e em pesquisa científica, nos últimos 60 anos conseguiu chegar à 13ª posição nos rankings de número de publicações científicas em periódicos indexados.

Por outro lado, há ainda um longo caminho a ser percorrido em pesquisa tecnológica e inovação. O número de patentes requeridas ainda é muito baixo e muitas delas não se convertem em inovação. Nos rankings de competitividade e inovação, o Brasil só aparece lá pela 50ª posição, sendo um País fortemente dependente da produção e exportação de *commodities* e pouco expressivo em produção de tecnologia intensiva, de alto valor agregado.

Para aumentar o impacto da produção científica e reverter este quadro de inexpressiva inovação tecnológica, além de políticas consistentes e investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, é fundamental garantir Educação de qualidade para todos, em todos os níveis. Não podemos desperdiçar nenhum talento!

Avançamos muito no que se refere ao ingresso e permanência na Educação Básica e também na ampliação da oferta de Educação Superior. Mas ainda temos severos problemas de desigualdade e de baixa qualidade geral, quando comparados a outros países.

Alguns desafios já são bem conhecidos. Os Pioneiros da Educação Nova, em seu manifesto de 1932, já preconizavam que, desde a Educação Infantil até a Universidade, “a continuação ininterrupta de esforços criadores deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação, pesquisa e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas”. Todavia, a maioria dos

professores em exercício não foi preparada para colocar estas ideias e conceitos em prática.

Somam-se novos desafios do contexto contemporâneo. Vivemos em um mundo com intensas e rápidas transformações, impulsionadas principalmente pelos recentes avanços das tecnologias da informação e comunicação. É um mundo mais rápido e complexo, em que as organizações e empresas, públicas e privadas, estão sofrendo profundas transformações (de estruturas hierárquicas rígidas para sistemas mais orgânicos) e exigindo profissionais mais flexíveis, mais criativos, mais autônomos, mais colaborativos e conectados em rede. A Educação do século XXI precisa preparar crianças e jovens para viver na Sociedade do Conhecimento.

Se, por um lado, os avanços tecnológicos nos trouxeram novos desafios, também trazem oportunidades para a implementação de estratégias mais eficientes para disseminar e aprimorar conceitos, práticas e ferramentas na Educação.

Mas, para que as estratégias surtam os efeitos desejados, precisamos também mudar a cultura e a mentalidade das pessoas. É preciso fomentar a cultura científica e tecnológica, induzir uma mentalidade (*mindset*) positiva, criativa e inovadora. O brasileiro, desde as séries iniciais, precisa acreditar que pode transformar a realidade. Paulo Freire dizia: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Assim, se queremos um País melhor, com pessoas que transformam o mundo, por meio de sua produção científica e tecnológica de impacto, é vital garantir Educação de qualidade para todos agora.

Roseli de Deus Lopes

Membro da Diretoria da SBPC – gestão 2017-2019, professora associada da Escola Politécnica da USP, coordenadora geral da Febrace (Feira Brasileira de Ciências e Engenharia).



PROFESSORES – FORMAÇÃO

METAS DO PNE

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

O PNE estabeleceu metas específicas relacionadas à formação dos professores em todo o País a partir da ideia de que esta é uma condição fundamental para a qualidade do ensino. Por isso, é preocupante que o percentual de professores com escolaridade superior na Educação Básica venha aumentando de forma tão lenta, com dificuldade para ultrapassar o patamar dos 80%.

A defasagem em relação ao ideal de 100% previsto pelo plano é maior na Educação Infantil e bem menos significativa no Ensino Médio. No Ensino Fundamental, porém, persiste a marca de 20% dos docentes sem a formação recomendada. Além disso, não se pode perder de vista que os números nacionais apontam diferenças entre os estados que superam os 40 pontos percentuais.



DE OLHO NA EQUIDADE

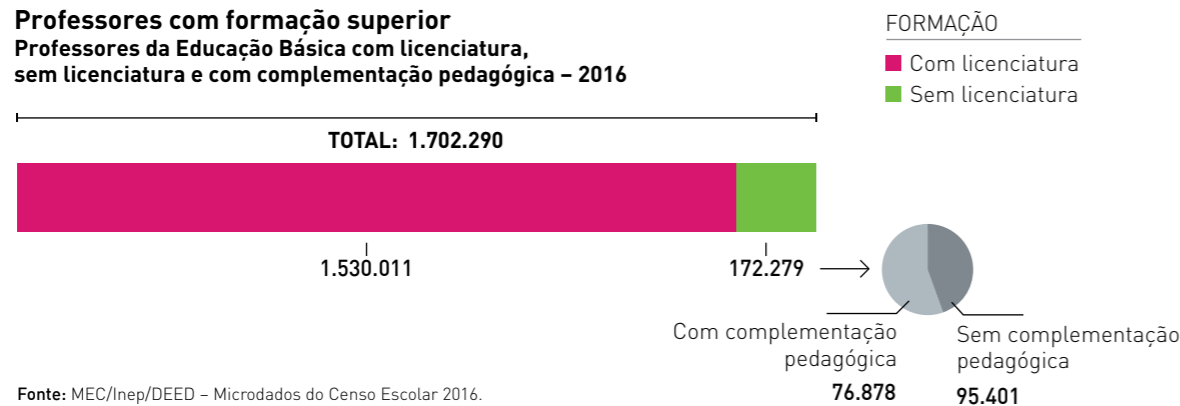
Mais do que os números nacionais, são as disparidades regionais que chamam a atenção no desafio relativo a esta meta do PNE.

64,7% dos professores da Educação Básica na região Nordeste possuem formação em nível superior. No Sudeste, este percentual é de 84%.

58,1 é a porcentagem de docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental na região Sul com formação superior nas disciplinas que lecionam.

44,7% dos docentes do Ensino Médio no Centro-Oeste têm formação específica nas disciplinas que lecionam.

Professores com formação superior
Professores da Educação Básica com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Professores na Educação Básica
Por etapa e sexo – 2013-2016

2013	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.141.676	420.507	1.721.169
Educação Infantil	478.811	14.951	463.860
EF – Anos Iniciais	750.366	74.656	675.710
EF – Anos Finais	802.902	232.229	570.673
Ensino Médio	507.617	194.900	312.717

2014	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.184.267	433.877	1.750.390
Educação Infantil	502.445	15.990	486.455
EF – Anos Iniciais	757.950	76.763	681.187
EF – Anos Finais	797.577	234.651	562.926
Ensino Médio	522.426	201.803	320.623

2015	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.187.154	435.965	1.751.189
Educação Infantil	518.308	16.655	501.653
EF – Anos Iniciais	758.840	79.567	679.273
EF – Anos Finais	786.140	234.438	551.702
Ensino Médio	522.826	204.095	318.731

2016	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.196.397	437.452	1.758.945
Educação Infantil	540.567	17.596	522.971
EF – Anos Iniciais	763.927	82.018	681.909
EF – Anos Finais	778.561	236.882	541.679
Ensino Médio	519.883	206.588	313.295

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Professores na Educação Básica
Por nível de escolaridade – 2013-2016

2013	%	Total absoluto
Superior	74,8	1.601.194
Ensino Médio	11,0	236.315
Ensino Médio Normal/Magistério	13,9	297.730
Ensino Fundamental	0,3	6.437

2014	%	Total absoluto
Superior	76,2	1.664.218
Ensino Médio	11,2	245.428
Ensino Médio Normal/Magistério	12,3	268.856
Ensino Fundamental	0,3	5.765

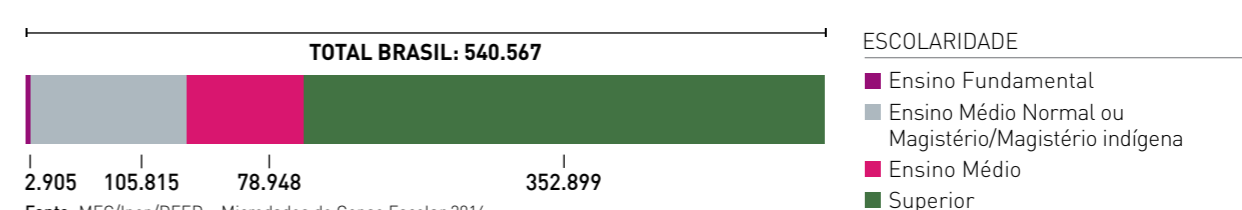
2015	%	Total absoluto
Superior	76,4	1.670.823
Ensino Médio	11,4	249.191
Ensino Médio Normal/Magistério	11,9	260.838
Ensino Fundamental	0,3	6.302

2016	%	Total absoluto
Superior	77,5	1.702.290
Ensino Médio	11,1	244.774
Ensino Médio Normal/Magistério	11,1	243.290
Ensino Fundamental	0,3	6.043

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente se atuam em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

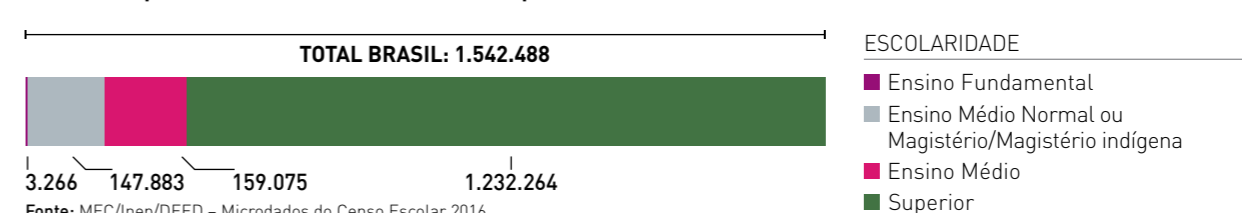
Professores
Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

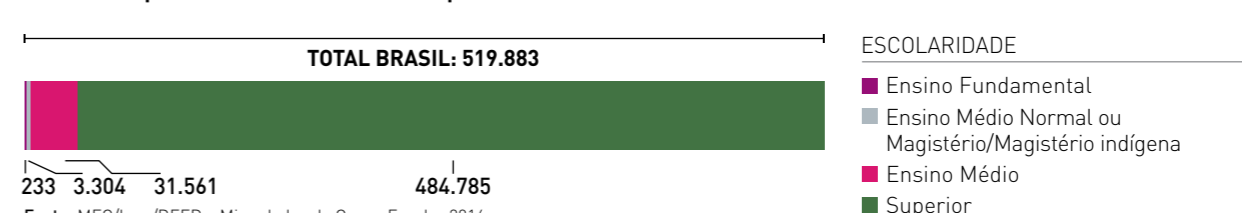
Professores
Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Professores
Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Professores
Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação Brasil – 2012-2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Todas as redes	28,3	30,0	31,1	32,7	34,4
Federal	68,6	69,7	70,1	70,6	72,9
Estadual	35,1	37,1	38,0	40,3	41,8
Municipal	27,3	29,5	31,3	33,4	36,2
Privada	22,9	23,0	23,4	23,6	23,8

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Não são contabilizados docentes de turmas de AEE e atividades complementares. São considerados níveis de pós-graduação de escolaridade o mestrado, o doutorado e a especialização. Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

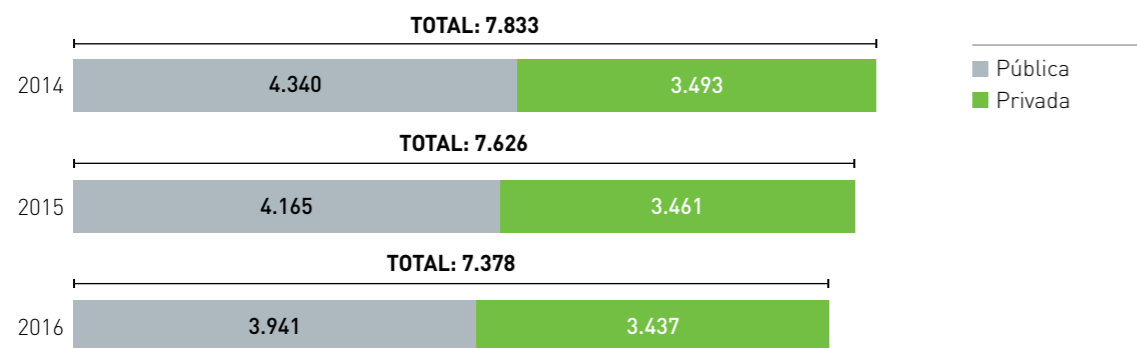
Número de matrículas, concluintes e ingressantes em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2012-2016

	Matrículas			Concluintes			Ingressantes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
2012	1.362.235	601.167	761.068	223.392	72.524	150.868	488.979	173.021	315.958
2013	1.371.767	596.719	775.048	201.011	71.086	129.925	468.747	152.397	316.350
2014	1.463.548	600.891	862.657	216.587	83.352	133.235	567.567	163.322	404.245
2015	1.471.477	577.188	894.289	237.855	78.991	158.864	528.357	150.271	378.086
2016	1.524.329	579.581	944.748	239.548	78.572	160.976	597.970	144.408	453.562



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2014-2016



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Porcentagem de professores da Educação Básica por escolaridade Por regiões e unidades da federação – 2016 (Em %)

Unidade da federação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/Magistério	Superior			
				Total	Com licenciatura	Sem licenciatura	Com pós-graduação ¹
Brasil	0,3	11,1	11,1	77,5	73,2	4,3	35,3
Região Norte	0,5	17,2	10,7	71,6	69,0	2,6	24,1
Rondônia	0,3	5,8	5,0	88,9	85,3	3,6	48,8
Acre	2,5	23,0	7,6	67,0	64,5	2,5	27,3
Amazonas	0,6	18,0	7,6	73,8	70,4	3,4	23,3
Roraima	1,3	23,2	10,0	65,6	63,0	2,6	29,7
Pará	0,3	20,1	13,0	66,7	64,7	2,0	18,0
Amapá	0,1	10,8	17,8	71,3	69,1	2,2	25,9
Tocantins	0,3	10,7	10,2	78,8	75,5	3,3	26,4
Região Nordeste	0,4	16,9	18,0	64,7	62,0	2,7	30,3
Maranhão	0,3	14,7	33,5	51,5	50,0	1,6	23,0
Piauí	0,6	15,7	13,2	70,5	66,5	4,0	30,4
Ceará	0,2	20,8	8,0	71,1	68,1	3,0	28,1
Rio Grande do Norte	0,3	15,9	8,3	75,5	71,8	3,8	32,6
Paraíba	0,3	15,6	13,5	70,6	66,9	3,7	35,3
Pernambuco	0,4	14,5	20,1	65,0	61,8	3,2	29,7
Alagoas	0,4	22,7	18,3	58,7	55,9	2,7	26,3
Sergipe	0,3	9,4	10,5	79,9	76,7	3,2	35,7
Bahia	0,6	18,0	18,7	62,7	60,9	1,8	35,5
Região Sudeste	0,1	6,5	9,4	84,0	78,4	5,6	33,3
Minas Gerais	0,1	7,3	8,0	84,6	79,5	5,1	34,8
Espírito Santo	0,0	5,0	1,8	93,2	89,0	4,2	77,5
Rio de Janeiro	0,3	6,9	23,3	69,6	65,7	3,9	23,2
São Paulo	0,1	6,1	5,7	88,1	81,5	6,5	32,1
Região Sul	0,3	9,7	6,7	83,4	79,4	3,9	54,0
Paraná	0,1	7,6	5,4	86,9	83,1	3,8	66,0
Santa Catarina	0,3	14,0	4,1	81,6	76,7	4,9	49,4
Rio Grande do Sul	0,5	9,3	9,8	80,5	77,1	3,4	43,3
Região Centro-Oeste	0,3	9,5	3,0	87,3	80,2	7,2	40,3
Mato Grosso do Sul	0,2	7,5	2,7	89,6	86,4	3,2	37,1
Mato Grosso	0,5	8,0	1,6	89,8	71,3	18,5	50,3
Goiás	0,2	13,2	3,7	83,0	79,5	3,4	34,5
Distrito Federal	0,1	5,5	3,4	91,0	86,9	4,1	42,8

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

¹ Mestrado, doutorado ou especialização.

Notas: (18) Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com todas as disciplinas que lecionam

Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2012-2016 (Em %)

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	43,6	44,8	46,0	45,9	46,9
Norte	29,4	32,4	33,6	33,0	34,3
Nordeste	23,5	24,2	24,4	24,7	25,6
Sudeste	59,7	61,4	63,4	63,1	64,1
Sul	54,5	54,9	56,1	56,7	58,1
Centro-Oeste	42,9	42,2	43,1	43,7	44,4

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (19).

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com pelo menos uma (mas não todas) as disciplinas que lecionam

Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	12,5	12,5	12,6	13,0	12,9
Norte	12,1	11,3	11,2	11,6	12,0
Nordeste	16,0	16,9	17,7	18,4	18,7
Sudeste	7,6	7,3	7,2	7,7	6,8
Sul	16,5	16,4	16,2	16,2	16,2
Centro-Oeste	15,2	15,4	14,4	13,6	13,6

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (19).

Proporção de docentes sem formação superior compatível com as disciplinas que lecionam

Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	44,0	42,7	41,4	41,0	40,2
Norte	58,5	56,3	55,3	55,4	53,7
Nordeste	60,5	59,0	57,9	56,9	55,8
Sudeste	32,6	31,2	29,4	29,2	29,1
Sul	29,0	28,7	27,8	27,1	25,7
Centro-Oeste	41,8	42,4	42,4	42,7	42,0

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (19).

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com todas as disciplinas que lecionam

Ensino Médio – Brasil e regiões – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	50,9	52,3	53,9	53,8	54,9
Norte	48,0	52,0	51,6	49,0	50,2
Nordeste	37,6	38,6	39,9	39,7	41,0
Sudeste	57,6	59,2	61,2	61,1	61,9
Sul	57,9	58,3	60,9	62,5	63,7
Centro-Oeste	43,2	43,0	43,6	43,1	44,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (20). Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Proporção de docentes que possuem formação superior compatível com pelo menos uma (mas não todas) as disciplinas que lecionam

Ensino Médio – Brasil e regiões – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	14,2	14,0	13,7	14,0	13,9
Norte	19,3	17,4	15,8	16,2	16,3
Nordeste	18,9	19,8	19,8	20,2	20,8
Sudeste	9,6	9,2	9,7	10,0	9,5
Sul	15,1	15,0	13,2	13,1	13,7
Centro-Oeste	19,0	18,5	17,3	16,4	15,8

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (20). Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.

Proporção de docentes sem formação superior compatível com as disciplinas que lecionam

Ensino Médio – Brasil e regiões – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	34,9	33,7	32,3	32,3	31,2
Norte	32,8	30,6	32,6	34,8	33,5
Nordeste	43,5	41,6	40,3	40,0	38,2
Sudeste	32,8	31,6	29,1	28,9	28,6
Sul	27,1	26,8	25,9	24,5	22,6
Centro-Oeste	37,8	38,5	39,0	40,5	39,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (20). Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Os docentes são contados uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município, localização ou dependência administrativa.



PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

METAS DO PNE

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade passa pela melhoria dos salários e pelo aprimoramento da carreira docente. Este é um dos grandes desafios da Educação brasileira, que vem sendo enfrentado com políticas de correção salarial como a Lei do Piso (Lei nº 11.738, de 16/07/2008) e tem nesta meta do PNE sua formulação mais completa. Busca-se uma equalização das condições de remuneração do magistério frente às demais profissões.

Há muito a se aprimorar, nesse campo. Hoje, os professores ganham, em média, menos de 70% do que ganham os demais profissionais com Ensino Superior.

A questão salarial é fundamental para a valorização social da profissão do magistério, mas não é o único eixo no qual é preciso avançar. É preciso também estruturar melhor a carreira docente. Uma boa carreira estimula o desenvolvimento contínuo dos profissionais, valorizando as suas melhores competências. Como exemplo das distorções atuais, bons professores acabam por deixar a sala de aula para buscar postos de direção por melhores salários, sem os atributos necessários para o cargo.



DE OLHO NA EQUIDADE

11,6% dos professores de Ensino Médio dão aulas em 3 ou mais estabelecimentos de ensino.

3,7 mil reais é o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública com nível superior de formação, enquanto os profissionais com a mesma formação recebem, em média, 5,5 mil reais.

Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil – 2012-2017 (Em R\$ – valores de dezembro de 2015, corrigidos pelo INPC)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Professores da Educação Básica - rede pública	3.495,24	3.781,08	3.716,72	3.799,24	3.488,10	3.742,84
Profissionais da área de Exatas	7.903,85	7.089,92	7.676,90	7.205,48	6.869,83	7.125,32
Profissionais da área de Humanas	6.434,21	6.343,53	5.759,02	6.184,12	5.623,86	5.478,71
Profissionais da área de Saúde	7.255,50	6.998,34	6.825,85	7.113,47	6.884,87	7.105,73
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	5.748,90	5.794,07	5.589,79	5.651,85	5.320,03	5.542,60
Proporção da média salarial dos professores em relação à média dos profissionais com curso superior (em %)	60,8	65,3	66,5	67,2	65,6	67,5

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Municípios com ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério – 2014 (Em %)

Região	Possui Plano de Carreira para o Magistério?		
	Sim	Não	Sem resposta
Brasil	89,6	10,3	0,1
Norte	80,4	19,6	0,0
Nordeste	92,4	7,4	0,2
Sudeste	84,1	15,9	0,0
Sul	96,1	3,9	0,1
Centro-Oeste	91,0	9,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam Por etapa de ensino – Brasil – 2016

	Quantidade de estabelecimentos						
	Total	1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
Educação Básica	2.196.397	1.718.685	78,3	387.955	17,7	89.757	4,1
Creche	261.567	225.336	86,1	32.909	12,6	3.322	1,3
Pré-Escola	302.201	239.452	79,2	54.971	18,2	7.778	2,6
EF - Anos Iniciais	743.490	571.255	76,8	148.083	19,9	24.152	3,2
EF - Anos Finais	711.027	433.416	61,0	210.216	29,6	67.395	9,5
Ensino Médio	519.883	301.967	58,1	157.770	30,3	60.146	11,6
Educação Profissional	134.440	102.474	76,2	22.632	16,8	9.334	6,9
Educação Especial	27.947	20.855	74,6	5.953	21,3	1.139	4,1
EJA	247.830	135.369	54,6	79.671	32,1	32.790	13,2

Fonte: MEC/Inep/Deed – Microdados do Censo da Educação Básica.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – 2016
 Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Quantidade de estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	2.196.397	1.718.685	78,3	387.955	17,7	89.757	4,1
Região Norte	194.142	158.929	81,9	27.767	14,3	7.446	3,8
Rondônia	16.579	14.017	84,5	2.121	12,8	441	2,7
Acre	11.037	9.240	83,7	1.648	14,9	149	1,4
Amazonas	44.212	35.626	80,6	7.363	16,7	1.223	2,8
Roraima	7.732	6.529	84,4	1.080	14,0	123	1,6
Pará	84.472	66.102	78,3	13.142	15,6	5.228	6,2
Amapá	11.463	10.407	90,8	971	8,5	85	0,7
Tocantins	18.816	17.304	92,0	1.349	7,2	163	0,9
Região Nordeste	628.315	510.534	81,3	98.750	15,7	19.031	3,0
Maranhão	102.176	83.363	81,6	16.006	15,7	2.807	2,7
Piauí	46.831	35.383	75,6	8.770	18,7	2.678	5,7
Ceará	97.064	81.278	83,7	13.142	13,5	2.644	2,7
Rio Grande do Norte	35.305	28.193	79,9	5.788	16,4	1.324	3,8
Paraíba	47.232	37.599	79,6	8.196	17,4	1.437	3,0
Pernambuco	88.575	72.885	82,3	13.641	15,4	2.049	2,3
Alagoas	33.621	27.200	80,9	5.075	15,1	1.346	4,0
Sergipe	22.693	17.638	77,7	4.104	18,1	951	4,2
Bahia	158.307	132.828	83,9	22.483	14,2	2.996	1,9
Região Sudeste	876.669	667.214	76,1	169.479	19,3	39.976	4,6
Minas Gerais	228.433	179.027	78,4	44.021	19,3	5.385	2,4
Espírito Santo	41.715	29.394	70,5	9.886	23,7	2.435	5,8
Rio de Janeiro	161.735	113.613	70,2	34.637	21,4	13.485	8,3
São Paulo	446.107	347.345	77,9	80.402	18,0	18.360	4,1
Região Sul	337.150	251.407	74,6	67.186	19,9	18.557	5,5
Paraná	137.697	100.807	73,2	26.898	19,5	9.992	7,3
Santa Catarina	80.227	61.479	76,6	14.536	18,1	4.212	5,3
Rio Grande do Sul	119.692	89.848	75,1	25.615	21,4	4.229	3,5
Região Centro-Oeste	161.030	132.094	82,0	24.417	15,2	4.519	2,8
Mato Grosso do Sul	31.241	22.253	71,2	7.264	23,3	1.724	5,5
Mato Grosso	38.750	31.202	80,5	6.484	16,7	1.064	2,7
Goiás	61.639	52.238	84,7	8.081	13,1	1.320	2,1
Distrito Federal	29.825	27.153	91,0	2.335	7,8	337	1,1

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: (31).



Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Prevista para ser alcançada em um período de tempo relativamente curto – apenas dois anos após a promulgação do PNE –, a meta relativa às condições necessárias para a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas do País ainda enfrenta desafios significativos. Uma evidência bastante clara dessa dificuldade é a ausência de parâmetros objetivos, que deveriam possibilitar o acompanhamento da evolução dos esforços da administração, no sentido da democratização de práticas e processos decisórios.

Diante desse quadro, recorre-se a indicadores auxiliares. É importante mensurar, por exemplo, o número de municípios em que foram constituídos conselhos municipais de Educação e em quantas localidades já se superou o modelo de indicação, geralmente política, como forma prioritária de escolha dos diretores das unidades escolares. Infelizmente, porém, os dados mais recentes disponíveis, até o fechamento desta edição, eram de 2015.

Independentemente da meta e das estratégias estabelecidas pelo PNE, não se pode perder de vista que a gestão democrática está presente em mais de um artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tem amparo na Constituição Federal. Além de estimular a participação de alunos, professores e famílias, ampliando o controle social, há evidências sobre seu impacto positivo na aprendizagem.

Municípios com Conselho Municipal de Educação Brasil e regiões – 2006, 2009, 2011 e 2014 (Em %)

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	67,6	79,1	84,8	87,6
Norte	41,6	58,4	65,0	71,1
Nordeste	59,0	75,8	84,0	87,5
Sudeste	80,9	87,2	90,0	91,6
Sul	72,4	81,9	88,0	91,1
Centro-Oeste	65,5	76,0	79,8	80,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009/2011/2014.

Municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação Brasil e regiões – 2014 (Em %)

Região	Conselho de Controle do Fundeb	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	99,7	97,6	12,5
Norte	96,0	95,6	10,7
Nordeste	98,9	96,9	7,3
Sudeste	98,9	98,6	9,6
Sul	99,2	98,6	20,3
Centro-Oeste	97,2	96,1	24,6

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Forma de eleição do diretor, conforme respostas aos questionários para diretores na Prova Brasil – 2015

Forma de eleição	%
Concursos público apenas	6,8
Eleição apenas	21,9
Indicação apenas	45,5
Processo seletivo apenas	3,5
Processo seletivo e eleição	11,0
Processo seletivo e indicação	5,7
Outra forma	5,0
Sem resposta/anulada	0,7

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Composição do Conselho Escolar – 2015

Composição	%
Não existe conselho escolar	6,6
Professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis	64,3
Professores, funcionários e pais/responsáveis	22,7
Professores, alunos e pais/responsáveis	2,4
Professores, funcionários e alunos	0,8
Professores e pais/responsáveis	1,8
Outros	0,8
Sem resposta/anulada	0,5

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local

Municípios com secretaria municipal exclusiva para a Educação Brasil, regiões e municípios por faixas de população 2006, 2009, 2011 e 2014 (Em %)

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	26,3	43,1	52,0	59,2
Norte	28,3	53,9	59,5	70,2
Nordeste	22,3	44,2	56,4	65,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6	68,5
Sul	19,5	29,4	32,1	34,5
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8	55,2

População

População	2006	2009	2011	2014
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3	44,5
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7	52,1
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8	58,9
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7	69,6
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4	81,3
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4	87,0
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5	94,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009/2011/2014.

Forma de nomeação dos diretores das escolas da rede municipal Brasil – 2014

Forma de nomeação dos diretores	Número absoluto de Municípios	% do Total de Municípios
Só Concurso	200	3,6
Só Indicação	4.146	74,4
Só Eleição	693	12,4
Só Outra forma	168	3,0
Concurso e indicação	59	1,1
Concurso e eleição	15	0,3
Concurso e outra forma	9	0,2
Indicação e eleição	204	3,7
Indicação e outra forma	53	1,0
Eleição e outra forma	11	0,2
Concurso, indicação, eleição	2	0,0
Concurso, indicação e outra forma	3	0,1
Concurso, eleição e outra forma	0	0,0
Indicação, eleição e outra forma	2	0,0
Recusa	1	0,0
Não informado	3	0,1
Todas as formas	0	0,0
Nenhuma forma	1	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

FINANCIAMENTO

META DO PNE

Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

O financiamento do ensino público está presente em todos os debates sobre Educação no Brasil. A meta 20 do PNE estabelece a elevação do volume de recursos públicos investidos para um mínimo de 10% do PIB. No entanto, apesar de sua importância, o Brasil ainda não conseguiu construir um instrumento de monitoramento adequado e atualizado para essa meta (ver *Saiba Mais*).

Os dados mais recentes mostram que o Brasil alcançou investimento público na Educação de 6% do PIB, nível que significa um esforço considerável da renda nacional quando comparado com outros países, porém, ainda distante da meta do PNE.

Desde 2012, o investimento na Educação Básica segue estagnado como proporção do PIB (4,9%), embora tenha havido aumento do investimento por aluno nessa etapa no período.

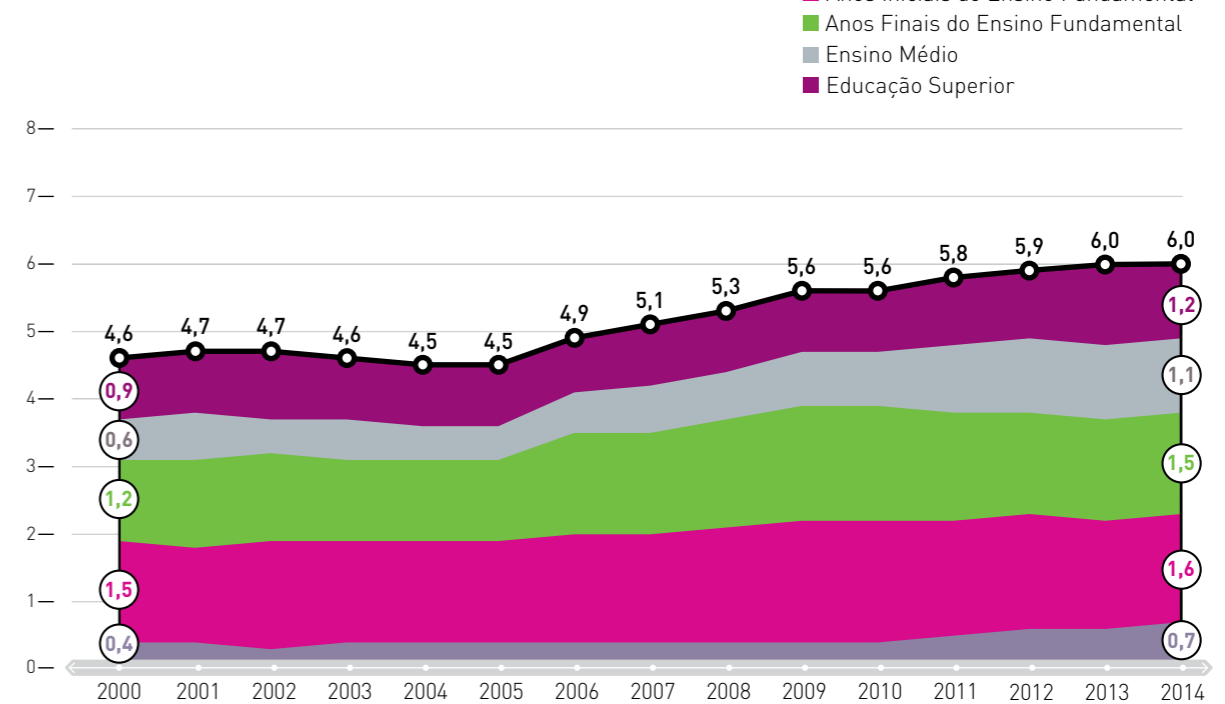
Além disso, os dados de receitas vinculadas à Educação mostram a forte desigualdade das condições de financiamento. O estado de São Paulo, por exemplo, dispõe, em média, de 91% mais recursos por aluno que o Maranhão. É um indicativo da urgência de mais equidade no investimento educacional.

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Por nível de ensino – Brasil – 2007-2014

Ano	Todos os Níveis de Ensino	Investimento público total em relação ao PIB (Em %)					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2007	5,1	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,8
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	5,9	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	6,0	4,9	0,6	1,6	1,5	1,1	1,1
2014	6,0	4,9	0,7	1,6	1,5	1,1	1,2

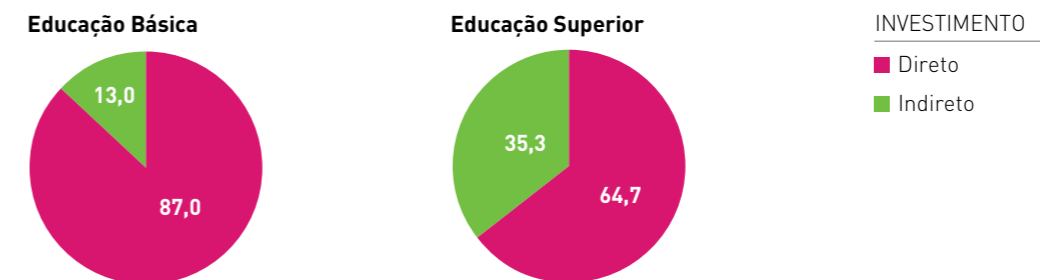
Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Nota: (22).

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Por nível de ensino – Brasil – 2000-2014



Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Nota: (22).

Estimativa do percentual de investimento direto em relação ao investimento público total em Educação, em 2014



Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Nota: (22).

Percentual do investimento público total em Educação (todos os níveis de ensino), por esfera de governo, em 2012



Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Nota: (22).

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante

Por nível de ensino – Brasil – 2007-2014

(Em R\$ – valores atualizados para 2014 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA)

Investimento público direto por estudante (Em R\$)							
Ano	Todos os níveis de Ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2007	3.696	3.218	2.899	3.365	3.552	2.576	19.044
2008	4.183	3.695	3.097	3.877	4.134	2.980	17.602
2009	4.601	4.046	3.101	4.374	4.567	3.142	19.769
2010	5.294	4.654	3.808	5.000	5.010	3.958	21.013
2011	5.791	5.045	4.507	5.175	5.189	4.906	22.389
2012	6.168	5.472	5.313	5.572	5.353	5.582	20.335
2013	6.601	5.847	5.783	5.873	5.809	5.902	22.753
2014	6.669	5.935	5.878	5.911	5.927	6.021	21.875

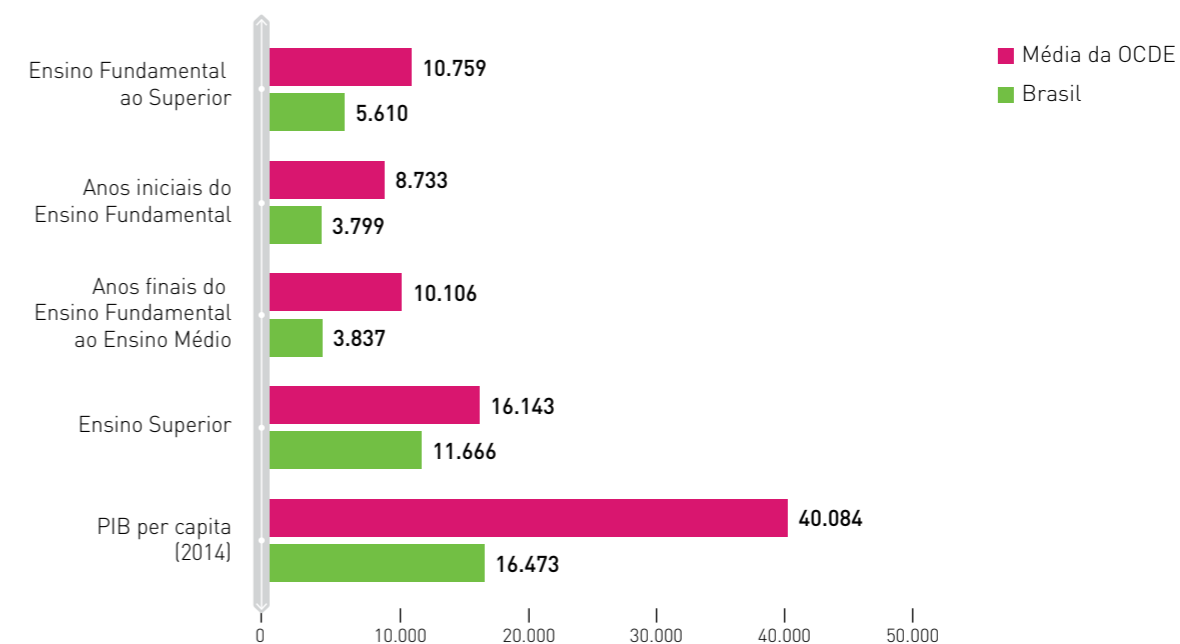
Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (22).

Gasto anual por estudante, por etapa – 2014 – Países selecionados

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra

	Ensino Fundamental ao Superior	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio	Ensino Superior	PIB per capita (2014)
Luxemburgo ²	24.045	21.153	21.595	46.526	101.511
Estados Unidos	16.268	11.319	12.995	29.328	54.651
Reino Unido	13.906	11.367	12.452	24.542	41.045
Alemanha	12.063	8.546	11.684	17.180	47.195
Japão	11.654	9.062	10.739	18.022	39.435
Finlândia	11.381	8.812	10.387	17.893	41.504
Austrália	11.149	8.251	11.023	18.038	46.581
Média da OCDE	10.759	8.733	10.106	16.143	40.084
Itália ²	9.317	8.442	8.927	11.510	36.294
Portugal	8.516	6.474	8.821	11.813	28.806
Coreia do Sul	9.873	9.656	10.316	9.570	33.631
Polônia	7.374	7.026	6.455	9.708	25.393
Rússia	5.928	-	4.939	8.808	25.901
Chile ¹	5.135	4.021	4.127	7.642	22.794
Turquia	4.259	3.589	3.268	8.927	23.236
Brasil²	5.610	3.799	3.837	11.666	16.473
México	3.703	2.896	3.219	8.949	17.973
Colômbia	3.245	2.490	3.060	5.126	13.405
Indonésia	1.486	1.476	1.175	2.962	10.649



Fonte: Education at a Glance 2016/OCDE e OCDE Stats.

Notas: 1. Ano de referência: 2015. 2. Somente instituições públicas (para a Itália, exceto na Educação terciária; para Canadá, Eslováquia e Luxemburgo, apenas na Educação terciária)

SAIBA MAIS OS DADOS QUE TEMOS E OS DADOS QUE PRECISAMOS

A meta de financiamento educacional faz parte do conjunto de metas do PNE que ainda não têm indicadores oficiais definidos para o adequado monitoramento. O texto da meta 20 é explícito ao indicar que deve ser considerado o investimento público em Educação pública, ou seja, o investimento público direto.

Contudo, o parágrafo 4º do Art. 5º da Lei do PNE determina que o investimento público em Educação a que se refere a meta 20 engloba também os recursos aplicados nos programas e subsídios de expansão da Educação Profissional e Superior, bolsas de estudos no Brasil e no exterior e o financiamento de creches, pré-escolas e escolas de Educação Especial privadas (conveniadas com o poder público). Esse conjunto de despesas é apenas parcialmente coberto pela estimativa do investimento público total em Educação, apresentada na pág. 120.

O Inep/MEC tem recentemente envidado esforços para construir indicadores precisos, atualizados e afinados com as disposições do PNE, mas ainda não há previsão de conclusão dos estudos nessa linha.

Algumas instituições têm tentado driblar a falta de dados atualizados explorando diretamente a base de dados do SIOPE, para o qual municípios e

governos de Estado reportam as suas despesas em Educação para fins de cumprimento da vinculação mínima de impostos¹ para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). As despesas com MDE, contudo, não representam a totalidade de gastos com Educação².

Há um problema adicional: muitos municípios deixam de informar as suas despesas ao SIOPE. A Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, por exemplo, logrou construir uma base estatística com informações de despesa educacional de 5.166 municípios (93% do total)³. Essa base de dados, embora não seja suficiente para o monitoramento total da meta 20 do PNE, traz um conjunto inédito de evidências sobre a distribuição das condições de financiamento educacional no território brasileiro.

A desagregação geográfica dos indicadores de financiamento é fundamental para que se identifique com precisão onde é mais urgente ampliar o investimento em Educação no Brasil. Os indicadores oficiais hoje disponíveis, além de desatualizados, têm seus resultados apenas na forma agregada para o Brasil.

1 Artigo 212 da Constituição Federal.

2 Estão excluídos, por exemplo, os gastos com merenda escolar.

3 Estudo Técnico nº 24/2017, da Conof/CD.

Receitas vinculadas à Educação (disponibilidade mínima de recursos)*
Por aluno/ano por Unidade da Federação – 2015 (R\$)**

Receitas vinculadas à Educação					
Unidade da Federação	Média ponderada do Valor aluno/ano	Mediana do Valor aluno/ano	Maior Valor aluno/ano	Menor Valor aluno/ano	Maior Valor / Menor Valor
Rondônia	4.234,0	3.844,5	6.143,8	3.509,6	1,8
Acre	4.149,0	3.398,5	5.091,7	3.203,0	1,6
Amazonas	3.771,8	3.228,5	4.321,4	3.058,8	1,4
Roraima	5.765,3	4.719,7	6.019,9	4.502,3	1,3
Pará	3.709,7	3.186,4	7.696,1	2.979,3	2,6
Amapá	4.750,7	4.021,8	4.848,0	3.916,4	1,2
Tocantins	4.764,2	4.304,3	6.501,7	3.680,9	1,8
Maranhão	3.428,4	3.051,1	4.691,0	2.936,8	1,6
Piauí	3.697,8	3.241,6	4.515,1	2.994,9	1,5
Ceará	3.800,9	3.232,5	5.847,0	3.099,0	1,9
Rio Grande do Norte	4.140,1	3.517,7	5.841,0	3.159,1	1,8
Paraíba	3.829,8	3.379,3	5.668,4	3.082,2	1,8
Pernambuco	3.988,7	3.338,0	7.333,4	3.148,2	2,3
Alagoas	3.737,0	3.165,3	5.387,6	3.033,6	1,8
Sergipe	4.631,5	3.810,8	7.685,6	3.497,2	2,2
Bahia	3.899,4	3.273,3	6.608,7	3.035,1	2,2
Minas Gerais	4.430,1	4.231,3	17.593,3	3.444,6	5,1
Espírito Santo	4.818,9	4.140,6	6.743,2	3.797,2	1,8
Rio de Janeiro	6.115,5	4.770,4	10.097,1	3.972,8	2,5
São Paulo	6.478,9	5.699,7	12.529,6	4.325,9	2,9
Paraná	4.857,9	4.641,9	12.320,2	3.867,0	3,2
Santa Catarina	5.370,4	5.182,1	9.060,9	4.167,6	2,2
Rio Grande do Sul	5.609,5	5.666,4	19.511,4	4.399,6	4,4
Mato Grosso do Sul	4.980,4	4.827,8	7.178,7	3.731,0	1,9
Mato Grosso	4.431,6	4.407,2	13.194,9	3.430,3	3,8
Goiás	5.019,3	4.875,1	16.458,4	3.793,9	4,3
Distrito Federal	11.500,7	11.500,7	11.500,7	11.500,7	-

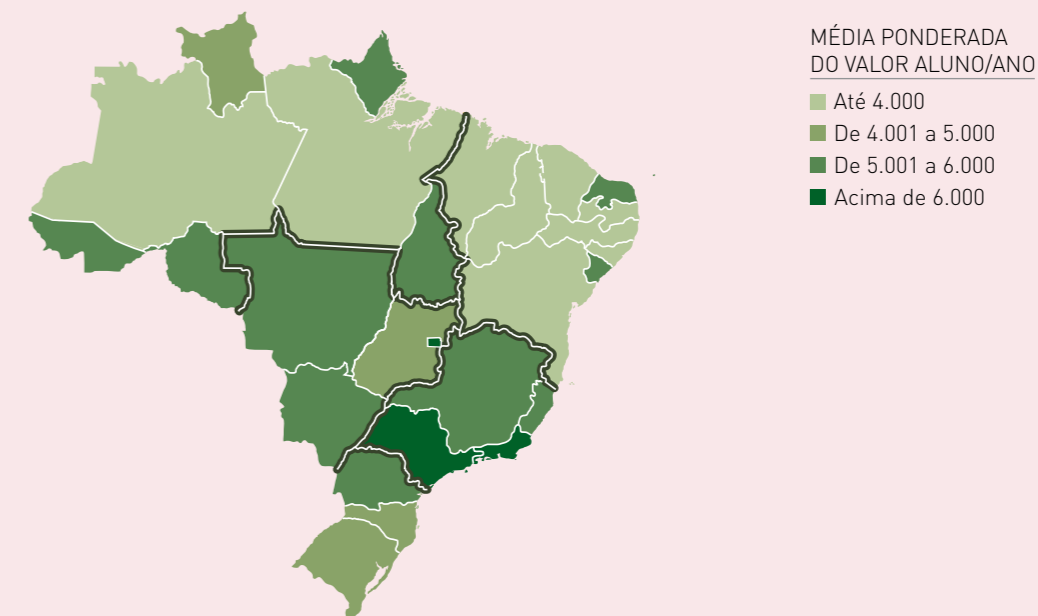
Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

* - A análise realizada pelo consultor legislativo Claudio Tanno considera a divisão das receitas vinculadas à Educação pelo número de matrículas dos municípios (ponderadas pelos pesos do Fundeb 2015). Agregam-se aos valores recebidos do Fundeb: 5% das receitas integrantes do Fundeb (totalizando os 25% constitucionais dos impostos que compõem o Fundeb), 25% das receitas não integrantes, cota-parte da contribuição do salário-educação, FCDF e transferências dos programas federais universais. Os dados foram levantados a partir das bases de FNDE/MEC e STN/MF, totalizando informações de 5.166 redes municipais e 27 redes estaduais e do DF.

** - Referência de peso 1 do Fundeb (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, localidade urbana).

Os dados do Distrito Federal repetem-se, pois se referem apenas a Brasília.

Enquanto, em média, os municípios maranhenses dispõem de R\$ 3,4 mil por aluno/ano, em São Paulo, essa média é de R\$ 6,5 mil.

Receitas vinculadas à Educação
Média ponderada do Valor aluno/ano, por Unidade da Federação

Menor Valor / Maior Valor

	Menor Valor aluno/ano (A)	B/A	Maior Valor aluno/ano (B)
Rondônia	3.509,6	1,8	6.143,8
Acre	3.203,0	1,6	5.091,7
Amazonas	3.058,8	1,4	4.321,4
Roraima	4.502,3	1,3	6.019,9
Pará	2.979,3	2,6	7.696,1
Amapá	3.916,4	1,2	4.848,0
Tocantins	3.680,9	1,8	6.501,7
Maranhão	2.936,8	1,6	4.691,0
Piauí	2.994,9	1,5	4.515,1
Ceará	3.099,0	1,9	5.847,0
Rio Grande do Norte	3.159,1	1,8	5.841,0
Paraíba	3.082,2	1,8	5.668,4
Pernambuco	3.148,2	2,3	7.333,4
Alagoas	3.033,6	1,8	5.387,6
Sergipe	3.497,2	2,2	7.685,6
Bahia	3.035,1	2,2	6.608,7
Minas Gerais	3.444,6	5,1	17.593,3
Espírito Santo	3.797,2	1,8	6.743,2
Rio de Janeiro	3.972,8	2,5	10.097,1
São Paulo	4.325,9	2,9	12.529,6
Paraná	3.867,0	3,2	12.320,2
Santa Catarina	4.167,6	2,2	9.060,9
Rio Grande do Sul	4.399,6	4,4	19.511,4
Mato Grosso do Sul	3.731,0	1,9	7.178,7
Mato Grosso	3.430,3	3,8	13.194,9
Goiás	3.793,9	4,3	16.458,4
Distrito Federal	11.500,7	-	11.500,7

Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

GLOSSÁRIO

ABANDONO

Configura-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo (ver também Evasão).

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Estratégia que auxilia alunos e alunas com dificuldades e demandas específicas de aprendizagem. O atendimento e o planejamento individualizados possibilitam identificar as rotas de aprendizagem de cada criança ou jovem. Deve incluir o envolvimento da família.

ALFABETISMO FUNCIONAL

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura, a escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas do contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

INAF – O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

ALFABETIZAÇÃO

O processo pelo qual se realizam o ensino e a aprendizagem das noções elementares de escrita, leitura e cálculo, assim como a habilidade de ler e de escrever, com compreensão de uma declaração simples relacionada à vida cotidiana, e de fazer cálculos elementares (ver também Taxa de Alfabetização).

ANALFABETISMO – Estado ou condição de analfabeto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o

Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

AMBIENTE VIRTUAL

Ambiente acessado por meio de redes digitais de computadores que possibilita a interação entre os agentes envolvidos.

APROVADO

Aluno que concluiu, com sucesso, determinado ano ou série, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte o ano ou série imediatamente posterior.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

Entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. Atua junto com o Conselho Escolar no acompanhamento da gestão da unidade escolar, participando de decisões relativas à sua organização e ao seu funcionamento, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

AValiação EDUCACIONAL

Avaliação de sistemas de ensino, das instituições escolares e/ou do rendimento dos estudantes, levando em conta as necessidades e ritmos de aprendizagem de cada um. Também pode ser aplicada a um programa ou a um curso de formação, por exemplo, para determinar os resultados obtidos, assim como a qualidade e a eficácia dos métodos adotados.

AValiação NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Avaliação prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), a ser realizada no final do 3º ano do Ensino Fundamental. O objetivo dessa avaliação, coordenada pelo Inep é avaliar periodicamente o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do ciclo de alfabetização.

BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Para recebimento do benefício, é exigida frequência escolar mínima das crianças e jovens da família: para estudantes de 6 a 15 anos, a regra é de comparecimento em pelo menos 85% das aulas, enquanto para alunos de 16 e 17 anos é de 75%.

CALENDÁRIO ESCOLAR

Estabelece, dentro do ano letivo, os períodos de aula, as férias, os períodos de recesso e outros eventos.

DIAS LETIVOS – Dias do calendário escolar dedicados a atividades pedagógicas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as escolas devem oferecer um mínimo de 200 dias letivos durante um ano.

CAQI – CUSTO ALUNO-QUALIDADE INICIAL

Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros. De acordo com estratégia proposta na meta 20 do PNE, o CAQI, quando implantado, deverá ter seu valor ajustado progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade.

CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia ad-

ministrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. Oferece cursos técnicos nas áreas industrial e de serviços.

CENSO DEMOGRÁFICO

Pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos com o objetivo de reunir informações sobre a totalidade da população brasileira (por exemplo: número de habitantes de determinado local, onde e como vivem, tipo de trabalho que realizam, além de dados sobre sexo, idade, escolaridade e estado civil). Para isso, os pesquisadores visitam todos os domicílios do País e aplicam um questionário-padrão. O censo mais recente foi o de 2010.

PIRÂMIDE ETÁRIA – A distribuição da população pelas diversas faixas etárias gera um gráfico conhecido como pirâmide etária ou pirâmide populacional. A comparação entre as pirâmides populacionais dos diferentes censos mostra a evolução da distribuição etária da população.

CENSO DO ENSINO SUPERIOR

Apura dados referentes ao número de matrículas e de concluintes, inscrições nos vestibulares, ingresso por curso e área de conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho – e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, de caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicado diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do País por meio de questionário padronizado. As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação

de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros).

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, com maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem. Cada ciclo é constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ACELERAÇÃO

Faz parte do programa de aceleração de aprendizagem instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando. Constituem salas idealizadas para ter mais recursos pedagógicos e professores especialmente capacitados, com ensino intensivo e voltado para a recuperação dos alunos.

CLASSE ESPECIAL

Classe que, em escolas regulares, é reservada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com professores especializados e atividades curriculares adaptadas.

CLASSE MULTISSERIADA

Classe composta por alunos de diferentes séries e ciclos. Existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos que buscam atrair crianças e adolescentes em situação de rua ou defasados em seus estudos, para que possam aprender e ser motivados a dar continuidade à trajetória escolar.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de Educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da Educação brasileira. A estrutura se desdobra nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

COMPOSIÇÃO DO CNE – O Conselho Nacional de Educação é composto por duas câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

CONCLUSÃO

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

CONSELHO ESCOLAR

Órgão colegiado composto por representantes das comunidades escolar e local (professores, pais, especialistas, entre outros), que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. Cabe ao conselho, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

CURRÍCULO ESCOLAR

Forma de organização dos conteúdos a serem abordados no processo de ensino. Segundo a LDB, “os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

DEFICIÊNCIA

Diminuição de capacidades de funções e estruturas corporais, limitando a realização de atividades e impondo restrições à participação social. Uma deficiência pode ser física, motora, mental, sensorial ou múltipla.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM – Vale a pena fazer a distinção entre esses dois conceitos. A dificuldade de aprendizagem se refere a um grupo heterogêneo de desordens relacionadas à aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio. A criança com dificuldades de aprendizagem necessita aprender de uma forma diferente da tradicional. Exemplo: a dislexia.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Conjunto de paradigmas que devem ser observados na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação das propostas pedagógicas em todos os níveis e modalidades de ensino. São definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Situação em que o aluno cursa determinado ano/série com idade superior à recomendada. Surge, então, uma defasagem entre a idade do aluno e o ano/série que ele deveria estar cursando. No Brasil, a distorção idade-série se configura quando essa defasagem é igual ou superior a dois anos (ver também Taxa de Distorção Idade-Série).

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular no Brasil (o outro é a Educação Superior). Compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade oferecer a crianças e jovens formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para que possam progredir no trabalho e em estudos posteriores.

EDUCAÇÃO – Processo formativo que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Segundo a Constituição, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Processo de ensino em que formadores e alunos, fisicamente separados, mas mediados por tecnologias, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte, por exemplo, o correio e o rádio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Por exemplo: na concepção da Educação Inclusiva para surdos, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – A Convenção da ONU consagrou o conceito de Educação Inclusiva. Segundo o texto, um dos objetivos da Educação é a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre, o que exige a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades; e a valorização de suas línguas e ciências; além de garantir aos povos indígenas o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

MUDANÇA LEGAL – Originalmente, a Educação Infantil atendia crianças de até seis anos de idade, mas, com a instituição do Ensino Fundamental de nove anos, por meio da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passou a atender crianças de até cinco anos de idade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria. Habilita o aluno a prosseguir os estudos regulares. Atualmente, a idade mínima para ingresso na EJA é 15 anos completos para os cursos de Ensino Fundamental e 18 anos completos para os cursos de Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE

O estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

O curso é planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com uma mesma matrícula. Como se trata de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não será possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de Nível Médio ou o contrário.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE

São cursos oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nesses cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou posteriormente, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação ou de pós-graduação.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

EDUCAÇÃO INTEGRAL – O conceito de Educação Integral, por sua vez, remete à formação completa do ser humano, que vai além da assimilação de conhecimentos e informações. Incorpora e valoriza na formação do aluno aspectos relacionados à cultura, aos esportes, às artes, aos direitos humanos, à cultura de paz, entre outros.

ENSINO FUNDAMENTAL

Segunda etapa da Educação Básica regular. Obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei nº 11.274 ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e ele passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

ENSINO MÉDIO

Etapa final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO PRESENCIAL

Pressupõe a presença física do professor e dos alunos no mesmo ambiente. O conceito de ensino presencial passou a ser utilizado a partir do surgimento de novas tecnologias que permitiram o desenvolvimento da Educação a distância (ensino não presencial).

ENSINO SEMIPRESENCIAL – Ensino realizado em parte de forma presencial e em parte de forma virtual ou a distância, por meio de tecnologias de comunicação.

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/ etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abarcando as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

EQUIDADE

Pode ser definida como uma adaptação das regras e/ou políticas a situações específicas, a fim de deixá-las mais justas. Também pode ser definida como a oferta de oportunidades iguais por meio de ações que reconheçam a diversidade entre os grupos políticos e indivíduos.

ESCOLARIDADE

Níveis de Educação escolar que uma pessoa concluiu. Por exemplo: se um aluno finaliza o Ensino Médio, isso significa que o seu grau de escolaridade é a Educação Básica, uma vez que ele passou por Pré-Escola, Ensino Fundamental e, finalmente, Ensino Médio.

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO – Escolaridade média (em anos) da população com mais de dez anos de idade. É calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Conjunto de normas que define os direitos e deveres de crianças e adolescentes, assim como os direitos, deveres e obrigações do Estado, da família e da sociedade em relação a eles. Adota a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.

EVASÃO

Configura-se quando o aluno, após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado (ver também Abandono).

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Em 2009, foi reformulado pelo MEC e passou a ser utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino. O fluxo escolar considera a aprovação do aluno, a reprovação do aluno ou a situação em que ele abandona a escola.

CORREÇÃO DE FLUXO – Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano/série recomendado à sua idade.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É o aperfeiçoamento profissional do professor, que ocorre dentro da escola, preferencialmente por meio de reuniões de trabalho pedagógico coletivo do corpo docente, sob orientação do coordenador pedagógico. Na formação continuada, além de estudar as didáticas específicas de cada disciplina, coordenador pedagógico e professores devem utilizar instrumentos como a observação de sala de aula, a tematização da prática e a dupla conceitualização, sempre tendo o trabalho de sala de aula como objeto de análise e avaliação, com o objetivo de garantir a aprendizagem das crianças.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

LIVRO DIDÁTICO – O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundeb, criado em 2006, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e se tornou um dos mais importantes mecanismos de distribuição dos recursos destinados à Educação Básica no Brasil. Enquanto o Fundef se restringia ao financiamento do Ensino Fundamental, o Fundeb contempla toda a Educação Básica. O mecanismo de financiamento é composto pela arrecadação estadual de impostos, complementada pelo governo federal. A distribuição dos recursos é feita com base no número total de alunos matriculados, o que contribui para a redução das desigualdades.

GASTO ANUAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Investimento público direto em Educação Básica, expresso como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

PÚBLICO E PRIVADO – O investimento público direto considera apenas o que se destina à Educação pública, enquanto o investimento público total inclui os sistemas público e privado.

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Caracterizada pela participação dos profissionais da Educação e da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Essa participação se dá por meio de conselhos, fóruns, associações de pais e mestres, grêmios, assembleias, entre outros.

GESTÃO ESCOLAR

Organização, mobilização e articulação dos recursos materiais e humanos necessários para assegurar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, assim como a efetiva aprendizagem dos alunos. Conceito bem mais amplo que o de administração escolar. A gestão escolar se dá em oito dimensões – infraestrutura, desempenho, administração, finanças, comunidade, pessoal, secretaria, pedagógico – que devem convergir, de forma integrada, para garantir a aprendizagem dos alunos.

GRADUAÇÃO

Curso da Educação Superior destinado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Busca a formação acadêmica e/ou a habilitação para o exercício profissional em determinada área do conhecimento. Os cursos de graduação são oferecidos por faculdades e universidades, com duração média de quatro anos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do Saeb, para as unidades da federação e para o País, e da Prova Brasil, para os municípios. Com base no Ideb, o MEC estabeleceu metas para o País e para todas as unidades da federação, a serem alcançadas até 2021.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB *per capita*), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

POSIÇÃO DO BRASIL – O IDH do Brasil melhorou em 2014, passando de 0,752, em 2013, para 0,755. Ainda assim, o País caiu uma posição no *ranking* mundial de desenvolvimento humano e ocupa atualmente a 75ª posição entre 188 países avaliados. Assim, fica atrás de países latino-americanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O primeiro lugar é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça.

IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDH-M baseia-se nas mesmas três dimensões do IDH e adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora avaliem as mesmas questões, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados ao desenvolvimento dos municípios brasileiros.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde, oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INFRAESTRUTURA

Inclui o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes etc.), além de itens como abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”. A infraestrutura é determinante para a capacidade de um estabelecimento de ensino de acolher os alunos, em termos de instalações, material e pessoal, por isso, são essenciais também os recursos de acessibilidade.

INTERDISCIPLINARIDADE

Articulação entre diferentes disciplinas por meio de relações dialógicas entre os conteúdos. A integração entre as disciplinas neutraliza a fragmentação do conhecimento.

INTERVALO DE CONFIANÇA

Nos levantamentos estatísticos, as amostras não representam perfeitamente toda a população estudada. Por isso, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível, porém, obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que a probabilidade de que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) seja de 95%.

AMOSTRA ESTATÍSTICA – Conjunto de elementos extraídos de um universo maior (a “população”). Esse conjunto é formado pelos indivíduos, acontecimentos ou outros objetos de estudo que se pretende descrever ou para os quais se busca generalizar conclusões ou resultados.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Principal legislação educacional brasileira, define e regulariza o ensino no País. A LDB vigente foi sancionada em 1996.

MATRÍCULA

Registro formal de inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível ou etapa de uma modalidade de ensino.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola segundo a idade.

MATRÍCULA TOTAL

Balanço do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do ano, em função

de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Média que expressa a escolaridade média, em anos, da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculada por grupos etários.

ANOS DE ESTUDO – Classificação estabelecida em função da série e do grau mais elevado alcançado por uma determinada pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a um ano de estudo.

MÉDIA DIÁRIA DE HORAS-AULA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano ou etapa de ensino.

HORA-AULA – Parâmetro de duração de uma aula, geralmente inferior a 60 minutos. Também serve para o cálculo de salários. Para a Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo, em que podem ser realizadas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

NÍVEL SOCIOECONÔMICO (NSE)

Situa em sete estratos socioeconômicos os alunos que compõem o universo das avaliações realizadas pelo Inep, permitindo comparar resultados educacionais de acordo com esse critério.

NÍVEIS DE ENSINO

A LDB estabelece dois níveis principais de Educação escolar: a Educação Básica (que compreende as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. Há ainda as modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que podem abarcar diferentes níveis e etapas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais para apoiar a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Compromisso assumido em 2012 pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

No âmbito de uma reformulação visando maior eficiência, coerência e comparabilidade entre suas pesquisas domiciliares, além da produção mais frequente de indicadores, o IBGE iniciou a implementação do *Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares*. Isso se deu com a aplicação da Pnad Contínua em 2012 – de forma que, entre esse ano e 2015, tanto Pnad quanto PnadC foram realizadas. A diferença mais clara entre a Pnad Contínua e a Pnad está na periodicidade: enquanto a pesquisa antiga era feita uma vez ao ano, a sua sucessora está em constante realização, organizando-se em ciclos trimestrais.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). Trata-se de um diagnóstico da situação educacional local acompanhado de um planejamento de investimentos em melhorias.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) – Conjunto de ações, programas e metas lançados pelo governo federal em 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação no Brasil. Suas ações se baseiam em diagnósticos detalhados e compromissos firmados entre as três esferas de governo.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Total de crianças e jovens, com idade entre 4 a 17 anos, matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região ou país.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

PROFICIÊNCIA

Conjunto de habilidades demonstradas efetivamente pelo desempenho dos alunos (por exemplo: o que sabem, compreendem e são capazes de fazer).

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Criado em 1995, é o programa que coordena o repasse de recursos financeiros às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da Educação Básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (veja página 74).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)

Promove a transferência de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes dos veículos utilizados para o transporte escolar. Inclui o pagamento de serviços contratados.

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Criado em 1997, promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Foi criado em 2007 para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios, visando à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PRÉ-ESCOLA – Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na Pré-Escola ocorria na faixa etária de 4 a 6 anos.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO INTEGRADO)

Voltado ao uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e Unidade Básica de Saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de Educação Superior. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, com base nas notas obtidas no Enem.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Forma de organização aplicada, em geral, à etapa do Ensino Fundamental. Nesse caso, o ensino é dividido em ciclos com duração superior a um ano. Durante esses ciclos, não é prevista a repetência dos alunos, mas, sim, a recuperação dos conteúdos por meio de aulas de reforço. A outra maneira de organizar o ensino é por

séries e, nesse caso, pode haver a reprovação dos alunos que não atingiram as habilidades esperadas ao final de cada ano letivo.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Documento por meio do qual a escola define que cidadão quer formar, que conteúdos e valores pretende trabalhar e como vai ser organizado para isso. Deve ser elaborado com base na realidade local e com a participação da comunidade. E deve ser revisto e atualizado periodicamente.

PROVA ABC (AVALIAÇÃO BRASILEIRA DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO)

Avaliação da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental em leitura, escrita e matemática, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep. Foi aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País. A última edição foi realizada em 2012 e não está prevista nenhuma nova edição. Serviu de base para a criação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Tem como foco aferir a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federal, de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e País.

QUALIDADE – Os resultados da Prova Brasil combinados aos dados de aprovação compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

RAÇA/COR

Para o IBGE, trata-se da característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Diferentemente do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Segundo a antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tal como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

Resultado da divisão entre a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que moram no domicílio (renda domiciliar bruta) e o número de pessoas no domicílio.

RENDIMENTO ESCOLAR

Resultado obtido pelo aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência. Com base no rendimento escolar, o aluno pode ser aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

REPETENTE

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado na mesma série/ano em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

REPROVADO

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência para ser promovido à série/ano posterior.

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Contribuição social criada em 1964 e atualmente destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a Educação Básica. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas pelas empresas aos seus empregados. Uma parte do montante arrecadado fica com a União (cerca de 40%) e o restante é distribuído igualmente entre estados e municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

Avaliação, realizada de forma amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (estados e Distrito Federal). É aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino

Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva.

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

Relação entre população alfabetizada e a população total, contada a partir do término da idade de obrigatoriedade escolar.

TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no País. Usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais.

NA PNAD – A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

TAXA DE ATENDIMENTO

Indicador que permite avaliar o acesso da população ao sistema educacional. Mostra o percentual da população em idade escolar que frequenta a escola, independentemente de nível ou modalidade de ensino. É calculada para as faixas etárias de 0 a 5, 6 a 14, 15 a 17 e 18 a

24 anos, assim como de 4 a 17 anos, compreendendo a escolaridade obrigatória.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Número de crianças matriculadas em cada nível de ensino independentemente da idade, dividido pela população da faixa etária que oficialmente corresponde ao mesmo nível.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO – Esse indicador, por sua vez, mostra o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada nível de ensino, que apresentam defasagem de dois anos ou mais em relação à idade recomendada para a série/ano que estão cursando. No sistema educacional brasileiro, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio.

DEFASAGEM – Ocorre entre alunos que estão atrasados na escola, ou seja, que estão acima da faixa etária prevista para a série/ano em que estudam.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado

a essa faixa etária. É calculada para as faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, em um dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM (TRI)

Utilizada no Enem e em outras avaliações em larga escala, a Teoria de Resposta ao Item engloba um conjunto de modelos matemáticos utilizados para o cálculo das proficiências dos alunos em um teste. Tomando como unidade básica de análise cada item isoladamente, a TRI relaciona a probabilidade de acerto do item com a competência do aluno. Essa relação tem sempre um caráter crescente. Dessa forma, quanto maior a competência do respondente, maior a sua probabilidade de acertar o item. Os principais benefícios trazidos por essa teoria são a garantia de comparabilidade dos resultados entre os anos de aplica-

ção da avaliação (condição obrigatória para a verificação dos movimentos de melhoria ou de queda de rendimento do sistema educacional) e o auxílio ao desenvolvimento de uma interpretação pedagógica dos resultados, isto é, um diagnóstico dos conhecimentos e habilidades que os alunos demonstraram conhecer e realizar, e também daqueles que ainda precisam ser reforçados.

NA EDUCAÇÃO – A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacional no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber um mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTISSERIADA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNOS

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Significa, na prática, assegurar a todos igualdade de oportunidades educacionais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.

METODOLOGIA

Fruto da parceria da Editora Moderna com o movimento Todos Pela Educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018 busca oferecer um panorama amplo do cenário educacional do País.

O ponto de partida do trabalho que realiza, de reunião, elaboração, organização, apresentação e, em alguns casos, “tradução” de números da Educação brasileira, são os dados oficiais mais recentes disponíveis, de fontes primárias amplamente reconhecidas, entre elas o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob responsabilidade do Ministério da Educação.

Com os microdados dessas fontes em mãos, são realizados cruzamentos e tabulações e geradas séries históricas que possibilitam uma leitura analítica das informações estatísticas e uma compreensão detalhada do quadro educacional.

Busca-se, portanto, aliar rigor técnico a um formato de apresentação acessível, de maneira que os gráficos e tabelas do Anuário sejam de utilidade para diferentes públicos.

Para o melhor entendimento dos números reunidos neste Anuário, algumas observações são importantes:

- Com base nos microdados disponíveis da Pnad Contínua, são realizadas novas leituras e organizadas séries históricas a partir de 2012.
- Isso se traduz, por exemplo, em desagregações por raça, quartis de renda e localidade para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula para diferentes grupos de idade ou, ainda, para a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.
- Alguns desses cálculos foram ajustados desde a edição de 2016, passando a levar em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar, de acordo com parecer do Conselho Nacional de Educação. Com isso, em alguns gráficos e tabelas, há diferenças em relação a edições anteriores.
- Desde a edição de 2016, as séries históricas da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram alteradas para incluir entre os matriculados os alunos que frequentam essas etapas na Educação de Jovens e Adultos.
- Nos gráficos e tabelas que usam informações do formato antigo da Pnad, não há dados para 2010, pois ela deu lugar à realização do Censo Demográfico.
- O Anuário Brasileiro da Educação Básica dá um destaque especial à questão da equidade no sistema educacional.
- As notas técnicas estão reunidas nas páginas a seguir e são indicadas pelo número correspondente nos gráficos e tabelas do Anuário.

NOTAS TÉCNICAS

- ① São excluídos os estabelecimentos que não estão em atividade no ano ou que não têm turmas de escolarização.
- ② O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
- ③ O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional. As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio também são incluídas no Ensino Médio.
- ③.1 São considerados apenas os docentes em atividade que atuam em turmas de escolarização. Os professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada Unidade da Federação (UF), região e no País, porém podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF ou região. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.
- ④ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.
- ⑤ A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte.
- ⑥ Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001 - 2009.
- ⑦ As categorias raça/cor, conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos -, não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.
- ⑧ Renda domiciliar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas menores de 10 anos.

Faixas de renda domiciliar *per capita* em 2017

25% mais pobres	R\$ 3,00	R\$ 489,00
25% mais ricos	R\$ 1.619,00	R\$ 500.000,00

- ⑨ Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.
- ⑩ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos.
- ⑪ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos. São excluídos os jovens que já concluíram o Ensino Médio e os que estão cursando Pré-vestibular.
- ⑫ Intervalo do turno matutino: das 6h às 12h59. Intervalo do turno vespertino: das 13h às 16h59. Intervalo do turno noturno: das 17h às 22h59 e de 0h às 05h59.
- ⑬ Foram considerados apenas os alunos cuja matrícula na turma de escolarização é na rede pública e que a soma do tempo de permanência na turma de escolarização e na turma de atividade complementar atinja pelo menos 7 horas diárias.
- ⑭ Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionado pelo INPC de dezembro de 2017 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.
- ⑮ Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial e semipresencial. O Projovem passou a ser coletado em 2012.
- ⑯ Inclui matrículas da Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.
- ⑰ O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Inclui estabelecimentos que oferecem Educação Profissional concomitante, subsequente e integrada.
- ⑱ A partir de 2013, o Inep passou a utilizar uma nova metodologia na divulgação dos dados consolidados de docentes com formação superior. Além de ter a escolaridade declarada como Superior, é também necessário que a situação de um de seus cursos superior seja concluído.
- ⑲ Formação superior compatível é aquela em que o docente possui licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área de conhecimento em que leciona. São consideradas docentes de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, biologia, física, química, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física, artes e língua estrangeira.
- ⑲.1 Apesar de as disciplinas Biologia, Física e Química não constarem como obrigatórias no Ensino Fundamental segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC), algumas instituições de ensino oferecem tais disciplinas separadamente para suas turmas de escolarização no Ensino Fundamental, sem aglutiná-las em Ciências da Natureza.
- ⑳ Formação superior compatível é aquela em que o docente possui licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área de conhecimento em que leciona. São consideradas docentes de matemática, língua portuguesa, história, geografia, biologia, física, química, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física, artes e língua estrangeira.
- ㉑ Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém podem atuar em mais de uma UF.
- ㉒ 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras; 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado; 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado); 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*); 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios; 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola; 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente; 8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;

- 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); 11 - Os indicadores constantes nessa tabela foram atualizados em 22 de junho de 2015, em virtude da atualização dos valores do Produto Interno Bruto de 2000 a 2013 feita pelo IBGE em março de 2015.
- ㉓ 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras; 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado; 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado); 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações *lato sensu*); 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios; 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola; 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente; 8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fonte de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos; 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: - Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/ MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); 11 - Os indicadores constantes nessa tabela não estão de acordo com a atualização do investimento em Educação em porcentagem do PIB realizada em 22 de junho de 2015.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) - Níveis de proficiência

NÍVEL	ESCALA DE LEITURA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais – piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica – com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
NÍVEL 4 (maior que 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Reconhecer relação de tempo em texto verbal e os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. Identificar o referente de pronome possessivo em poema; o referente de advérbio de lugar em reportagem; o referente de expressão formada por pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil. Inferir sentido em fragmento de conto; sentido de palavra em fragmento de texto de literatura infantil; assunto em texto de extensão média ou longa, considerando elementos que aparecem ao longo do texto, em gêneros como divulgação científica, curiosidade histórica para criança e biografia.
NÍVEL	ESCALA DE ESCRITA
NÍVEL 1 (menor que 350 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.
NÍVEL 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.
NÍVEL 5 (maior ou igual a 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação central e final. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar alguns desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) - Níveis de proficiência

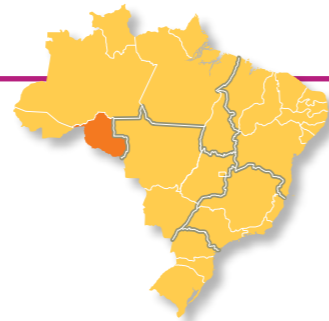
NÍVEL	ESCALA DE MATEMÁTICA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito. Associar figura geométrica espacial ou plana a imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos. Reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). Identificar maior frequência em gráfico de colunas, ordenadas da maior para a menor. Comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> Ler medida em instrumento (balança analógica) identificando o intervalo em que se encontra a medida. Associar a escrita por extenso de números naturais com até três ordens à sua representação por algarismos. Reconhecer figura geométrica plana a partir de sua nomenclatura; valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas. Identificar registro de tempo em calendário; uma figura geométrica plana em uma composição com várias outras; identificar frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras; identificar frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas). Comparar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até três algarismos. Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 5 em 5 ou de 10 em 10. Compor número de dois algarismos a partir de suas ordens. Calcular adição (até 3 algarismos) ou subtração (até 2 algarismos) sem reagrupamento. Resolver problema com as ideias de acrescentar, retirar ou completar com números até 20; problema com a ideia de metade, com dividendo até 10.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 575 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de: <ul style="list-style-type: none"> Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. Identificar frequências iguais em gráfico de colunas; identificar gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; identificar frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com apenas um reagrupamento (na unidade ou na dezena); subtração sem reagrupamento envolvendo pelo menos um valor com 3 algarismos. Resolver problema, com números naturais maiores do que 20, com a ideia de retirar; problema de divisão com ideia de repartir em partes iguais, com apoio de imagem, envolvendo algarismos até 20.
NÍVEL 4 (maior que 575 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de: <ul style="list-style-type: none"> Ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. Reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos. Identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra. Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento. Resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição, com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.



ESTADOS

Nesta seção do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018, reunimos um conjunto de dados que fornecem um retrato abrangente da Educação em cada unidade da federação. As informações incluem formação de professores, infraestrutura das escolas e aprendizagem dos estudantes, de acordo com as principais avaliações oficiais realizadas no País.

RONDÔNIA



Se, por um lado, o estado se destaca no que diz respeito à formação de professores e à infraestrutura das escolas, por outro, ainda enfrenta desafios significativos na aprendizagem dos alunos.

Rondônia tem cerca de 240 mil km² e conta com um total de 52 municípios. Sua capital é Porto Velho.

POPULAÇÃO:
1,7 milhão

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.723,16

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
448.283

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
88,9% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
90,5% das escolas públicas têm infraestrutura básica
44,2% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

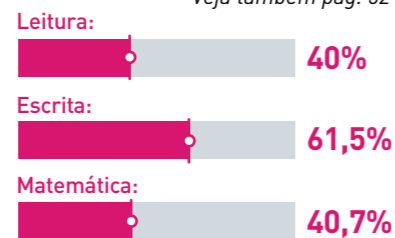
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,4** | EF Anos Finais: **4,2** | Ensino Médio: **3,6**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

77
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

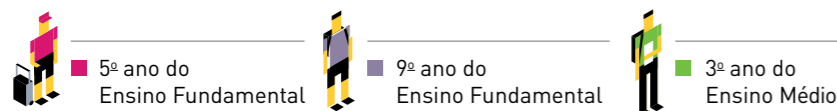
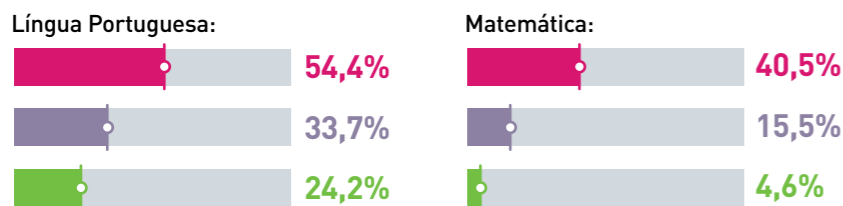
72
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

42
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

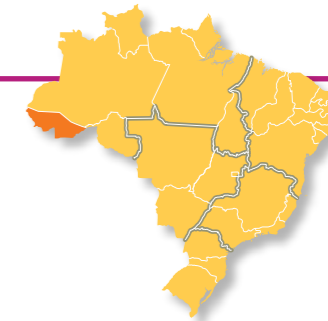
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



ACRE



O aprendizado em Matemática dos estudantes do estado é um exemplo de como os desafios da Educação são crescentes ao longo das etapas escolares. É uma tendência semelhante ao que se verifica na maioria das regiões brasileiras.

Com uma área total de 164 mil km², o estado do Acre é composto por apenas 22 municípios. Sua capital é Rio Branco.

POPULAÇÃO:
803,5 mil

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.412,79

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
268.958

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
67% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
44,1% das escolas públicas têm infraestrutura básica
21% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,4** | EF Anos Finais: **4,5** | Ensino Médio: **3,6**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

78
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

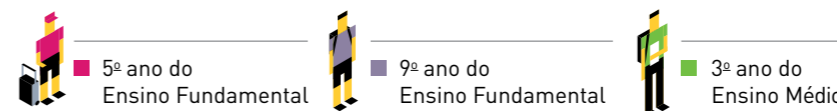
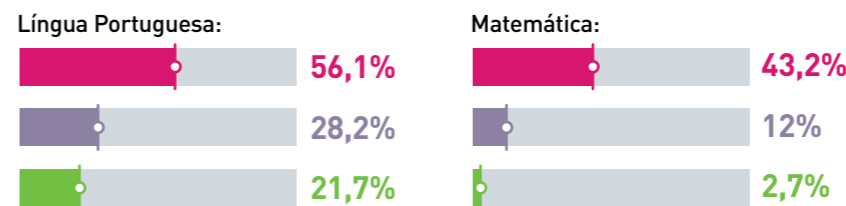
76
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

54
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

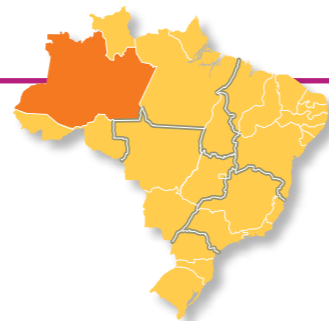
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



AMAZONAS



As limitações de infraestrutura da rede pública de ensino no estado são evidentes, com uma diferença significativa em relação à média nacional (mais de 30 pontos percentuais). Tal defasagem também se verifica nos indicadores de aprendizagem.

Com uma área total de 1,5 milhão de km², o Estado do Amazonas é composto por 62 municípios. Sua capital é Manaus.

POPULAÇÃO:
3,9 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.831,58

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
1.171.015

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
73,8% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
52,5% das escolas públicas têm infraestrutura básica
23,8% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

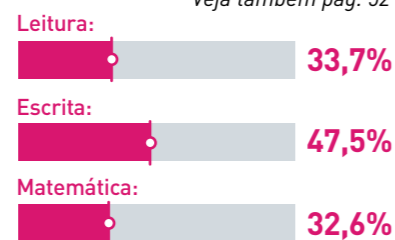
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,2** | EF Anos Finais: **4,4** | Ensino Médio: **3,7**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

81

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

77

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

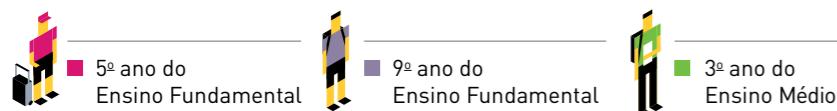
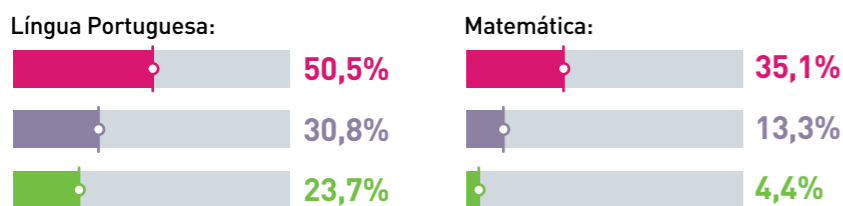
51

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

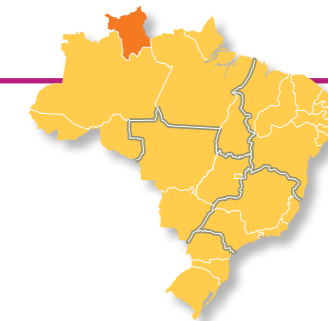
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



RORAIMA



Os resultados do estado de Roraima no Ideb, na Prova Brasil e na Aneb indicam um desafio específico em relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental, com diferenças significativas na comparação com os números nacionais.

Os 15 municípios do estado de Roraima estendem-se por uma área total de 224 mil km². Sua capital é Boa Vista.

POPULAÇÃO:
505,7 mil

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.706,39

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
150.049

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
65,6% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
65,1% das escolas públicas têm infraestrutura básica
31,2% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

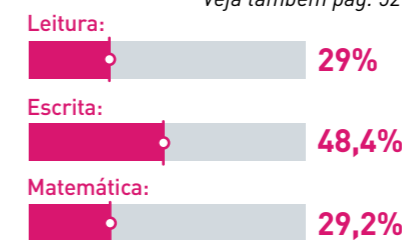
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,2** | EF Anos Finais: **3,8** | Ensino Médio: **3,6**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

87

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

78

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

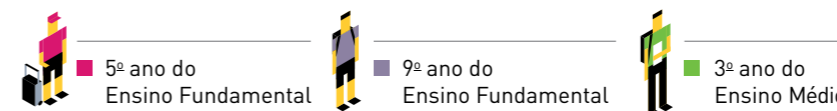
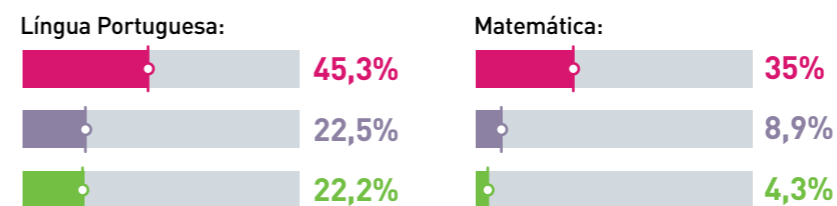
63

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

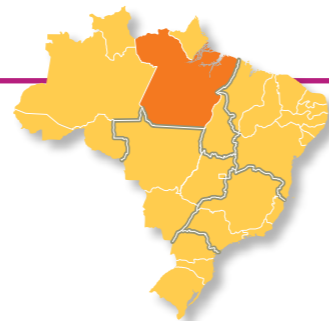
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



PARÁ



Tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, o estado registra, nos indicadores de desempenho dos estudantes, resultados significativamente distantes das médias nacionais e, portanto, das metas estabelecidas no PNE.

Com uma área total de 1,2 milhão de km², o Estado do Pará é composto por 144 municípios. Sua capital é Belém.

POPULAÇÃO:
8,2 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.334,17

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
2.353.582

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
66,7% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
67% das escolas públicas têm infraestrutura básica

25,1% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,5** | EF Anos Finais: **3,8** | Ensino Médio: **3,1**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

72

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

63

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

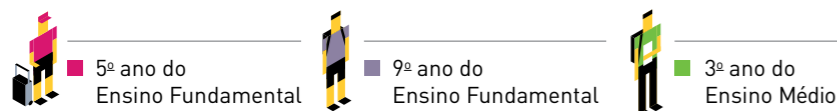
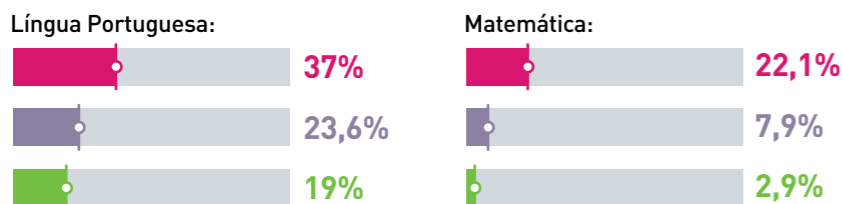
41

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

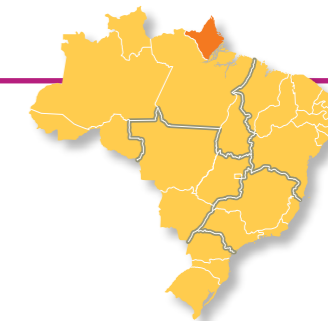
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



AMAPÁ



A exemplo do que se verifica em outros estados da região Norte, os números educacionais do Amapá têm evidências de uma defasagem relevante em relação aos resultados nacionais. O desempenho na Prova Brasil e na Aneb é exemplo disso.

O estado do Amapá tem uma área total de 143 mil km² e é composto por apenas 16 municípios. Sua capital é Macapá.

POPULAÇÃO:
766,7 mil

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.506,63

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
230.004

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
71,3% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
82,3% das escolas públicas têm infraestrutura básica

45,4% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

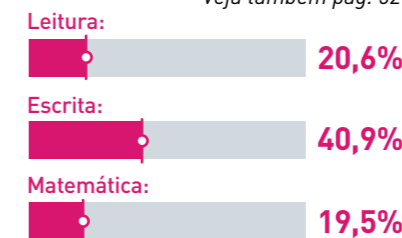
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,5** | EF Anos Finais: **3,7** | Ensino Médio: **3,3**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

83

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

54

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

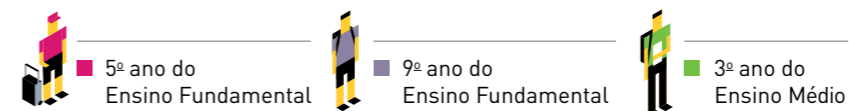
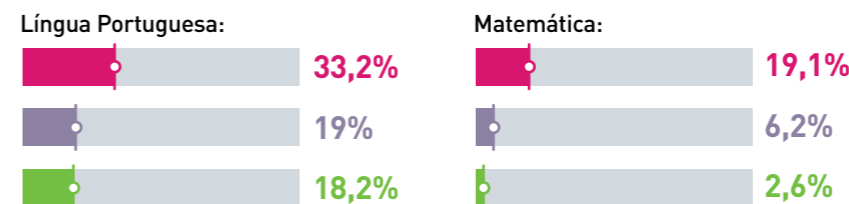
51

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

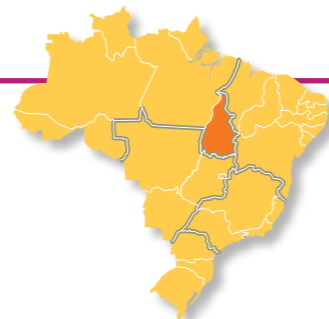
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



TOCANTINS



Os números indicam que o estado enfrenta um desafio importante no que diz respeito à alfabetização das crianças que iniciam a trajetória escolar. A porcentagem de alunos considerados proficientes fica, em geral, 10 pontos percentuais abaixo dos resultados nacionais.

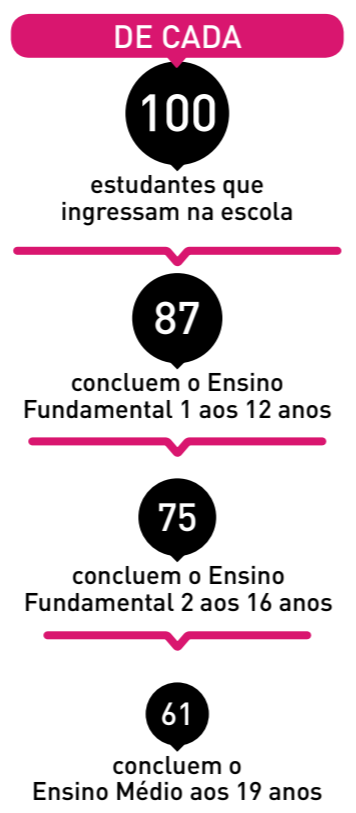
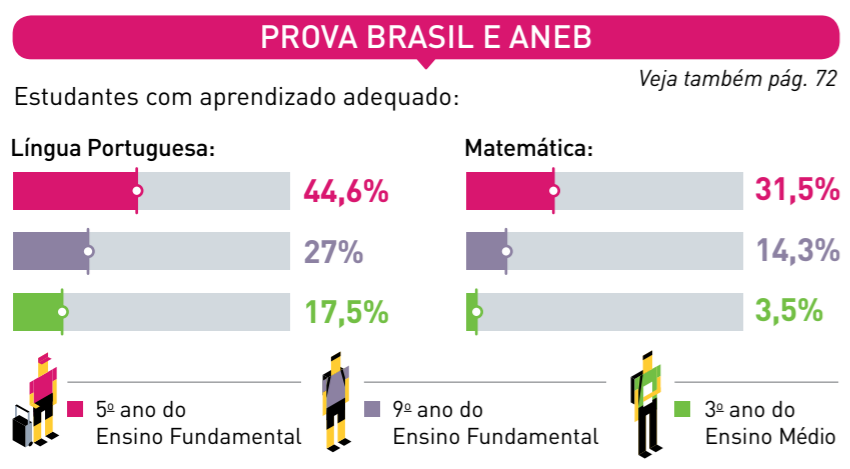
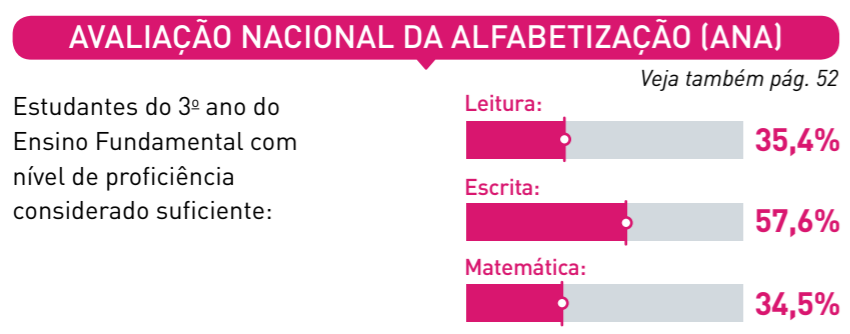
O estado do Tocantins tem uma área total de 277 mil km² e conta com 139 municípios. Sua capital é Palmas.

POPULAÇÃO: 1,5 milhão	RENDA MÉDIA: R\$ 1.591,18	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 408.332
--	--	---

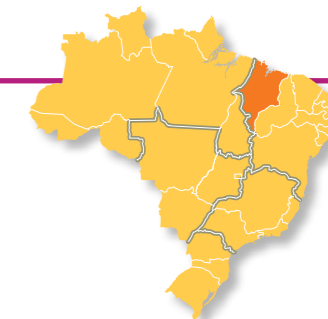
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 78,8% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 93,4% das escolas públicas têm infraestrutura básica	46,8% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM		
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)		
EF Anos Iniciais: 5,1	EF Anos Finais: 4,1	Ensino Médio: 3,4



MARANHÃO



O estado registra números bastante preocupantes – pouco mais da metade dos professores com Ensino Superior completo, por exemplo – e desafios consideráveis no que diz respeito aos principais indicadores de aprendizagem.

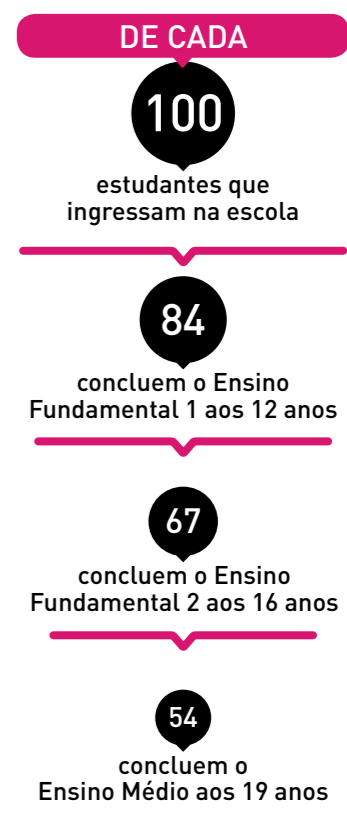
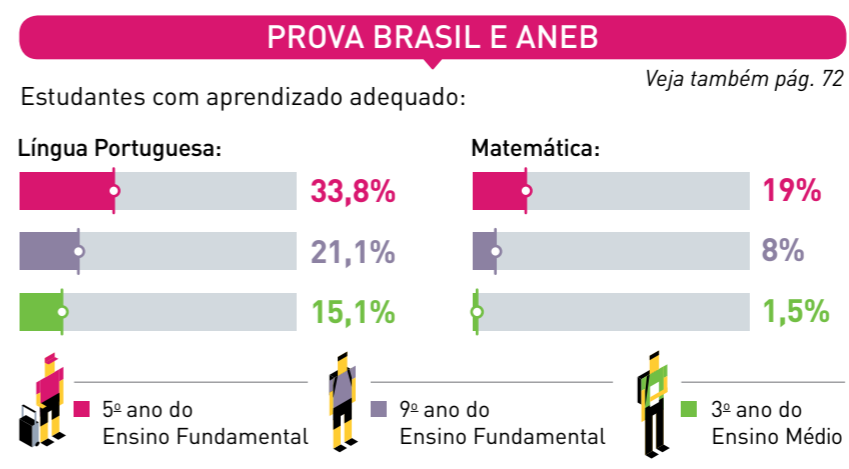
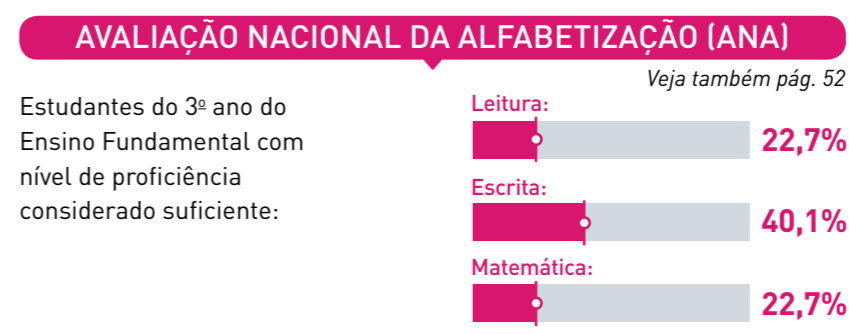
O Maranhão conta com 217 municípios, distribuídos em uma área total de 332 mil km². Sua capital é São Luís.

POPULAÇÃO: 6,9 milhões	RENDA MÉDIA: R\$ 947,19	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 2.034.769
---	--	---

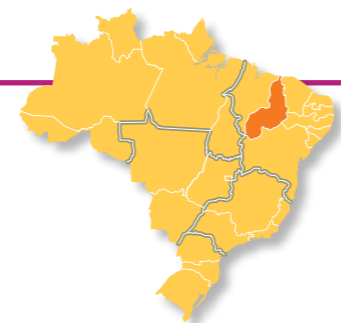
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 51,5% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 71,1% das escolas públicas têm infraestrutura básica	15,2% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM		
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)		
EF Anos Iniciais: 4,6	EF Anos Finais: 3,8	Ensino Médio: 3,3



PIAUI



É nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pelo que indicam os números, que se encontra o principal desafio educacional do Piauí. Isso fica evidente tanto no desempenho dos estudantes do 3º ano na ANA como nos resultados do Ideb dos Anos Iniciais.

Com uma área total de 251 mil km², o Estado do Piauí é composto por 224 municípios. Sua capital é Teresina.

POPULAÇÃO: 3,2 milhões	RENDA MÉDIA: R\$ 1.018,21	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 936.437
---	--	---

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 70,5% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 79,4% das escolas públicas têm infraestrutura básica	24,8% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 4,9	EF Anos Finais: 4,2	Ensino Médio: 3,4
------------------------------	----------------------------	--------------------------

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Veja também pág. 52

Leitura:	29,1%
Escrita:	46,1%
Matemática:	28%

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72

Língua Portuguesa:	44,6%	Matemática:	31,1%
29,6%	16,7%	20,7%	5,2%

5º ano do Ensino Fundamental | 9º ano do Ensino Fundamental | 3º ano do Ensino Médio

DE CADA

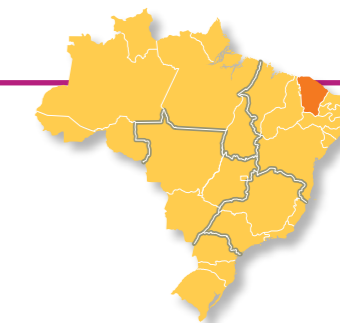
100 estudantes que ingressam na escola

78 concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

64 concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

45 concluem o Ensino Médio aos 19 anos

CEARÁ



Quase a totalidade dos municípios cearenses atingiram ou superaram a meta prevista para o Ideb, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2015. O estado se tornou uma referência na Educação de crianças, com índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática superiores às médias nacionais.

O Ceará tem 148,9 mil km², com 184 municípios. Sua capital é Fortaleza.

POPULAÇÃO: 8,9 milhões	RENDA MÉDIA: R\$ 1.222,43	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 2.210.221
---	--	---

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 71,1% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 89,4% das escolas públicas têm infraestrutura básica	55,1% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 5,9	EF Anos Finais: 4,8	Ensino Médio: 3,7
------------------------------	----------------------------	--------------------------

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Veja também pág. 52

Leitura:	54,8%
Escrita:	70,7%
Matemática:	51,7%

PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72

Língua Portuguesa:	61%	Matemática:	44%
37,6%	20%	21,5%	6%

5º ano do Ensino Fundamental | 9º ano do Ensino Fundamental | 3º ano do Ensino Médio

DE CADA

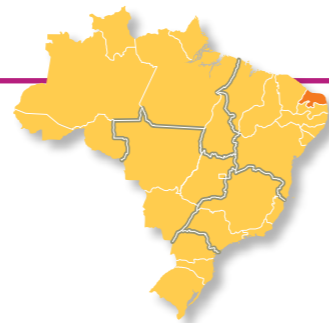
100 estudantes que ingressam na escola

92 concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

76 concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

58 concluem o Ensino Médio aos 19 anos

RIO GRANDE DO NORTE



Elevar a proporção de alunos com aprendizado adequado para suas respectivas séries é um dos desafios a serem enfrentados pelo Rio Grande do Norte, como é o caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Com 167 municípios, o Rio Grande do Norte abrange 52,8 mil km², e tem a cidade de Natal como capital.

POPULAÇÃO:
3,4 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.385,99

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
845.655

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
75,5% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
96,2% das escolas públicas têm infraestrutura básica **48,7%** contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

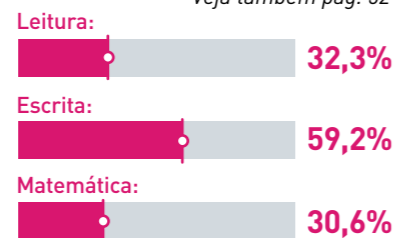
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,8** | EF Anos Finais: **3,8** | Ensino Médio: **3,2**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

79
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

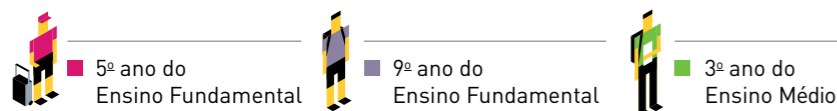
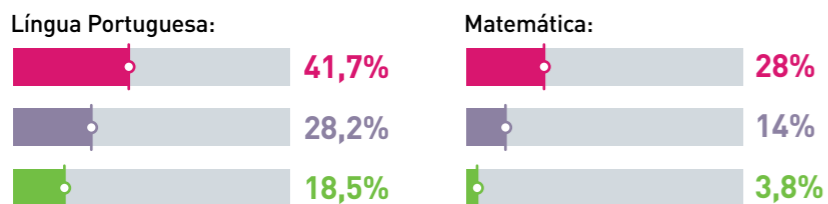
69
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

47
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

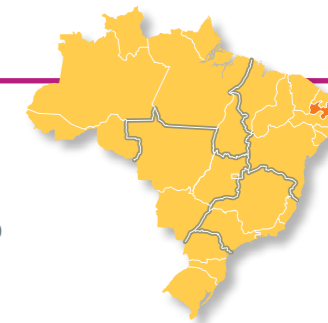
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



PARAÍBA



O Ideb das escolas paraibanas, em média, situa-se abaixo das médias nacionais. Menos da metade dos alunos de todas as etapas apresenta o aprendizado esperado em Matemática e Língua Portuguesa. No 3º ano do Ensino Fundamental, a proporção de alunos com proficiência adequada em Leitura não passa de 28,5%.

Com a capital João Pessoa, a Paraíba tem 223 municípios, distribuídos em uma área de 56,4 mil km².

POPULAÇÃO:
4 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.177,78

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
1.004.162

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
70,6% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
85,2% das escolas públicas têm infraestrutura básica **33,9%** contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

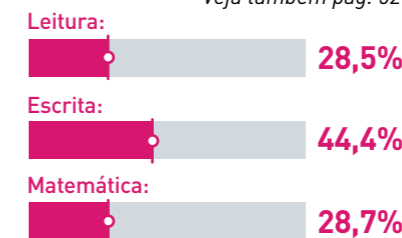
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,9** | EF Anos Finais: **3,8** | Ensino Médio: **3,4**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

82
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

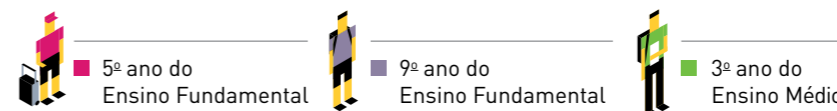
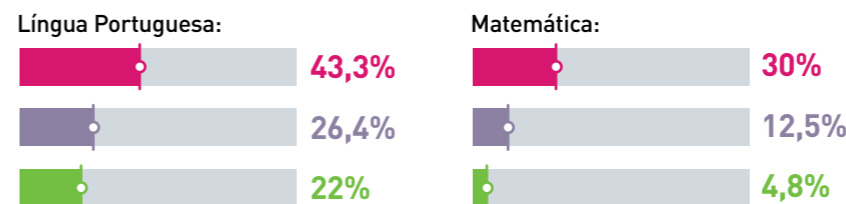
64
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

53
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

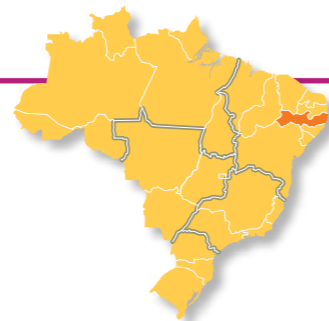
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



PERNAMBUCO



O estado apresenta resultados bastante relevantes no que diz respeito ao Ideb. Quando se trata da alfabetização dos estudantes no início da trajetória escolar, porém, a distância em relação aos números nacionais chega a 18 pontos percentuais em Escrita, por exemplo.

Com uma área total de 98 mil km², o estado de Pernambuco é composto por 185 municípios. Sua capital é Recife.

POPULAÇÃO:
9,3 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.399,61

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
2.275.551

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

65% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:

84,5% das escolas públicas têm infraestrutura básica

40,8% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,0**

EF Anos Finais: **4,1**

Ensino Médio: **4,0**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Veja também pág. 52

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: **29,4%**

Escrita: **48,2%**

Matemática: **31%**

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

66

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

53

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Veja também pág. 72

Estudantes com aprendizado adequado:

Língua Portuguesa: **46,7%**

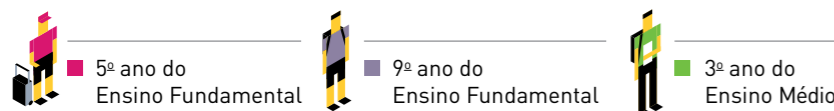
Matemática: **33,3%**

28,4%

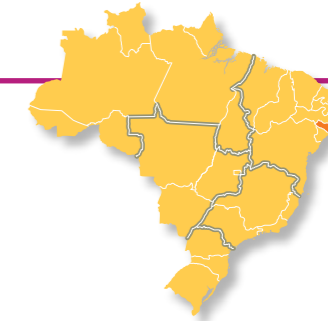
13,9%

27,7%

7%



ALAGOAS



Com um percentual de professores com Ensino Superior completo bem menor do que a média nacional (quase 20 pontos), o estado de Alagoas apresenta resultados de aprendizagem ainda inferiores às metas definidas para o País.

Alagoas conta com uma área total de 28 mil km² e é composto por 102 municípios. Sua capital é Maceió.

POPULAÇÃO:
3,3 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 1.156,46

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
876.248

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

58,7% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:

95,1% das escolas públicas têm infraestrutura básica

34,7% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **4,7**

EF Anos Finais: **3,5**

Ensino Médio: **3,1**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Veja também pág. 52

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:

Leitura: **23,8%**

Escrita: **43,6%**

Matemática: **24,1%**

DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

82

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

67

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

44

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PROVA BRASIL E ANEB

Veja também pág. 72

Estudantes com aprendizado adequado:

Língua Portuguesa: **38,8%**

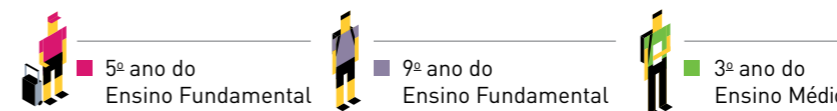
Matemática: **26,3%**

21,8%

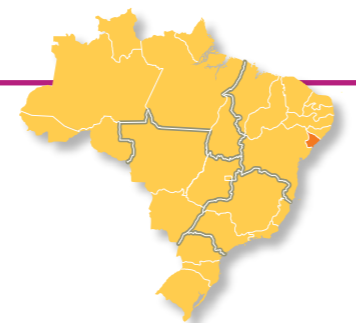
10,2%

15,9%

3,2%



SERGIPE



Elevar a aprendizagem dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental é um desafio para o estado. Conforme os últimos dados, menos de 20% das crianças têm proficiência adequada em Leitura, por exemplo.

Com 21,9 mil km², Sergipe é o menor estado brasileiro. Tem 75 municípios, entre eles Aracaju, sua capital.

POPULAÇÃO: 2,2 milhões	RENDA MÉDIA: R\$ 1.432,44	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 549.535
---	--	---

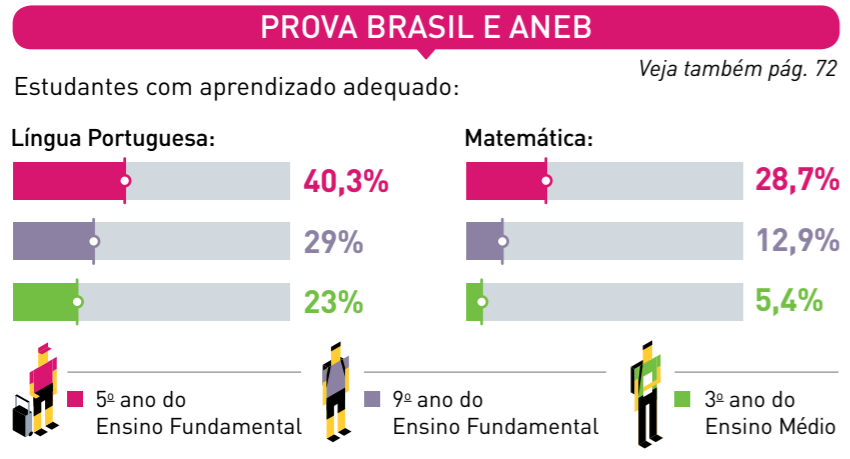
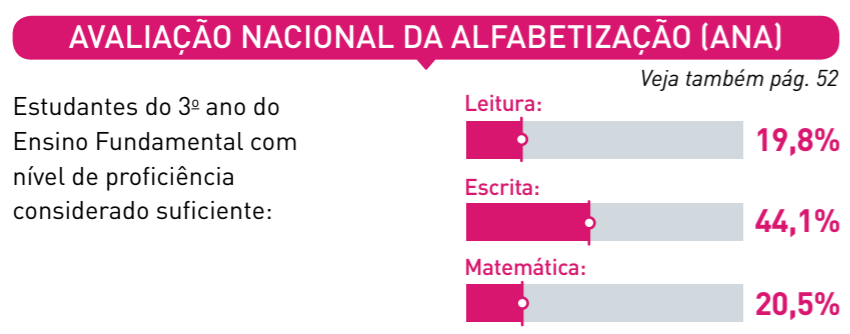
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 79,9% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 97,6% das escolas públicas têm infraestrutura básica	31,2% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

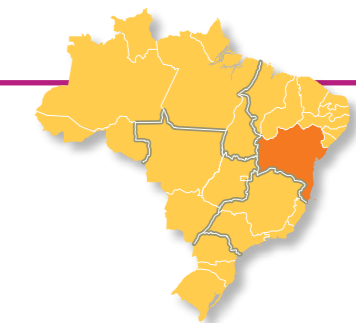
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 4,6	EF Anos Finais: 3,5	Ensino Médio: 3,2
------------------------------	----------------------------	--------------------------



BAHIA



O Ideb das escolas da Bahia ainda se encontra significativamente abaixo da média nacional, expressando a necessidade de aprimoramento do fluxo escolar, bem como da qualidade de ensino. Menos de um terço dos alunos de 3º ano, por exemplo, apresenta proficiência adequada em Leitura e em Matemática.

A Bahia, cuja capital é Salvador, tem uma área de 564,7 mil km². É um dos maiores estados brasileiros, com 417 municípios.

POPULAÇÃO: 15,2 milhões	RENDA MÉDIA: R\$ 1.342,99	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: 3.592.667
--	--	---

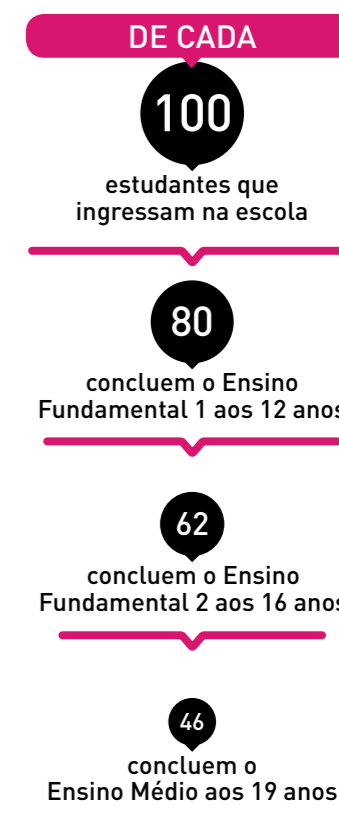
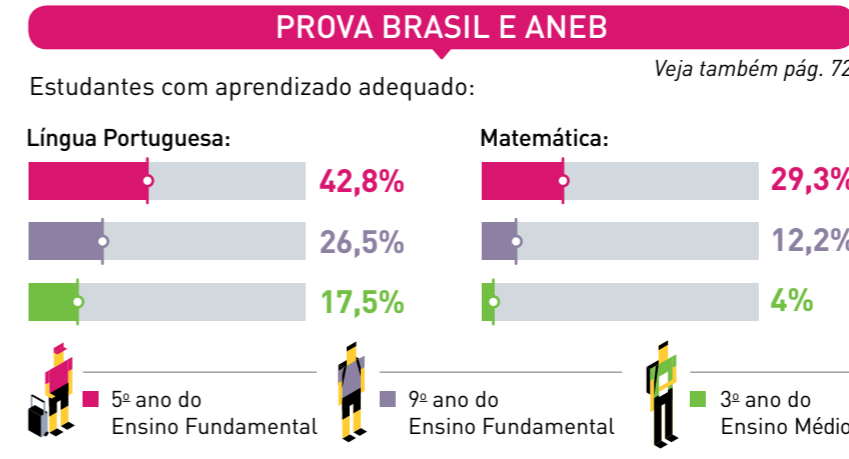
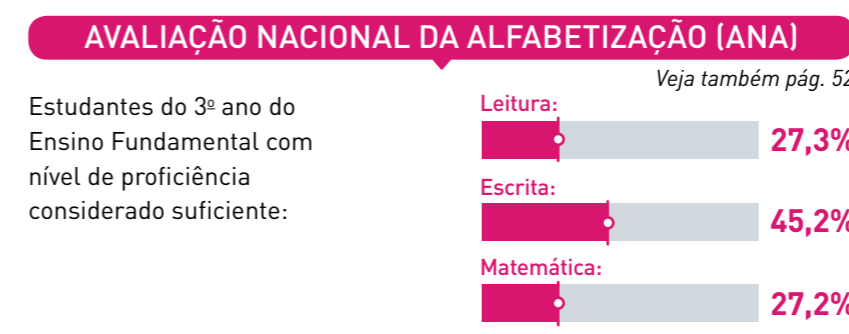
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 62,7% têm Ensino Superior completo	INFRAESTRUTURA: 85,1% das escolas públicas têm infraestrutura básica	27,3% contam com biblioteca ou sala de leitura
---	---	---

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

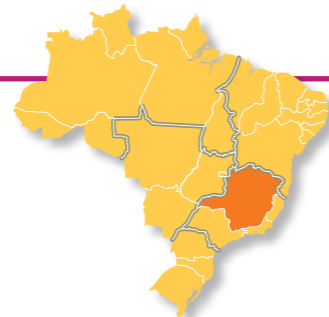
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: 4,7	EF Anos Finais: 3,7	Ensino Médio: 3,1
------------------------------	----------------------------	--------------------------



MINAS GERAIS



No Ensino Fundamental, as escolas de Minas Gerais apresentam índices superiores aos do Brasil, no que se refere ao Ideb. Os resultados do processo de alfabetização, medidos pela ANA, encontram-se também acima da média nacional. Quase 80% dos alunos apresentam proficiência adequada em Escrita.

Com 853 municípios, Minas Gerais é o estado com maior número de cidades, espalhadas em um território de 586,5 mil km². Sua capital é Belo Horizonte.

POPULAÇÃO:
20,9 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.073,75

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
4.658.750

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
84,6% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
97,4% das escolas públicas têm infraestrutura básica
64% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

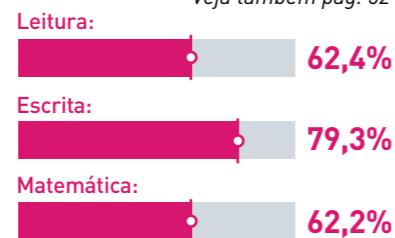
EF Anos Iniciais: **6,3**

EF Anos Finais: **4,8**

Ensino Médio: **3,7**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

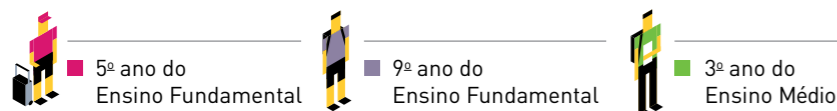
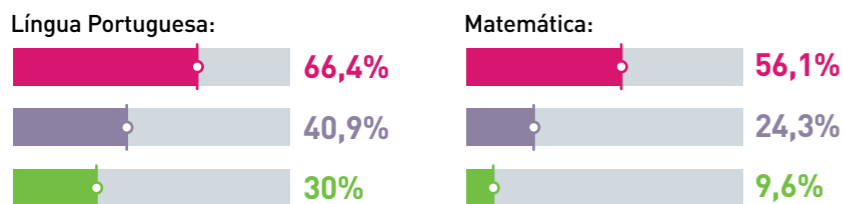
Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

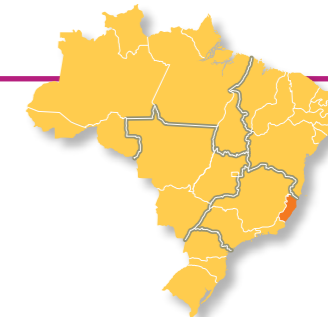
84

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

66

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

ESPÍRITO SANTO



Embora os indicadores de aprendizagem de todas as etapas superem a média nacional, os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio precisam ter atenção dos gestores públicos. Apenas 22,8% dos alunos do 9º ano mostram conhecimentos adequados em Matemática.

Com 46 mil km², o Estado do Espírito Santo tem como capital Vitória, um dos 78 municípios do estado.

POPULAÇÃO:
3,9 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.552,29

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
898.340

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
93,2% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
93,9% das escolas públicas têm infraestrutura básica
47,4% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

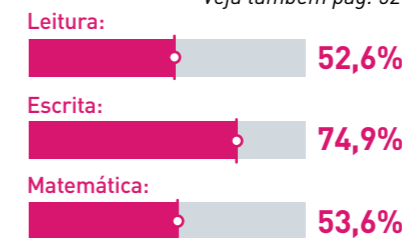
EF Anos Iniciais: **5,7**

EF Anos Finais: **4,4**

Ensino Médio: **4,0**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

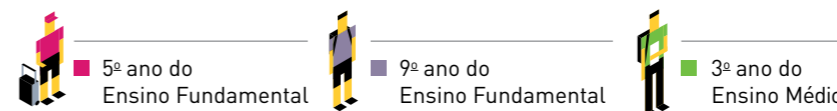
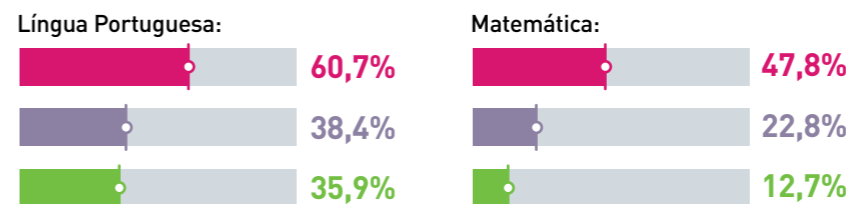
Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

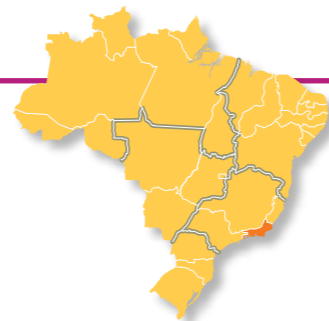
69

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

62

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

RIO DE JANEIRO



O Rio de Janeiro apresenta números muito semelhantes à média nacional e uma rede de escolas públicas mais bem equipadas do que a maioria dos estados brasileiros. Ainda assim, há um caminho significativo a ser trilhado até o alcance das metas do PNE.

O Estado do Rio de Janeiro tem área total de 44 mil km² e conta com 92 municípios. Sua capital é o Rio de Janeiro.

POPULAÇÃO:
16,6 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$3.318,91

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
3.592.755

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
69,6% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
98,5% das escolas públicas têm infraestrutura básica

75,1% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

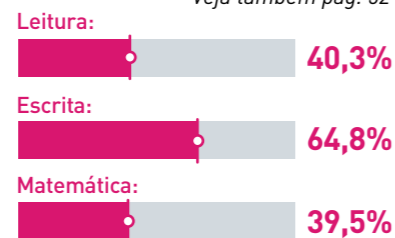
EF Anos Iniciais: **5,5**

EF Anos Finais: **4,4**

Ensino Médio: **4,0**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

79
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

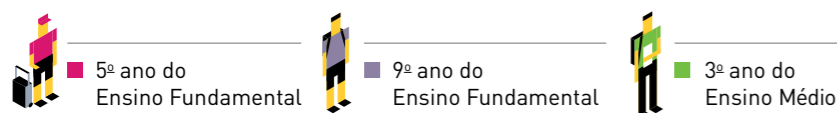
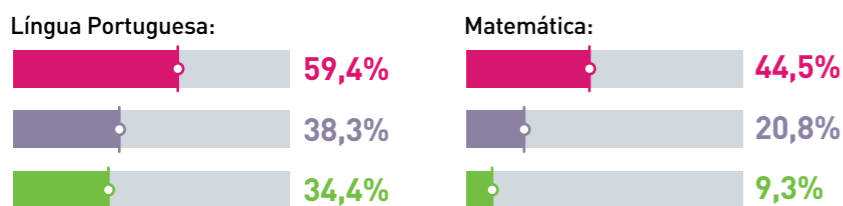
73
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

56
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

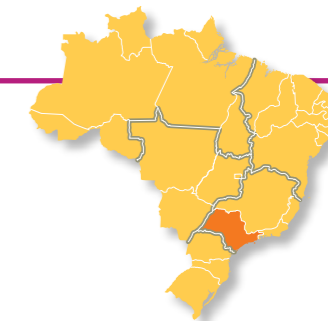
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



SÃO PAULO



Embora com índices do Ideb superiores à média nacional, São Paulo ainda tem desafios a serem superados. Apenas 9% dos alunos apresentam aprendizagem adequada em Matemática, no Ensino Médio. O mesmo ocorre para 32,3% dos alunos, em Língua Portuguesa, na mesma etapa escolar.

O estado de São Paulo tem 645 municípios, em um território de 248,3 mil km². Sua capital, de mesmo nome, é a mais populosa do País.

POPULAÇÃO:
44,4 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 3.641,22

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
10.200.344

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
88,1% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
87,7% das escolas públicas têm infraestrutura básica

56,2% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

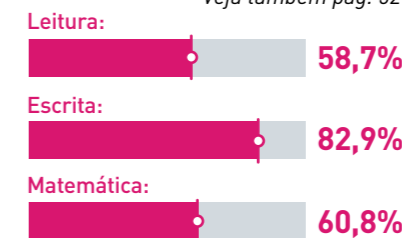
EF Anos Iniciais: **6,4**

EF Anos Finais: **5,0**

Ensino Médio: **4,2**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que ingressam na escola

92
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

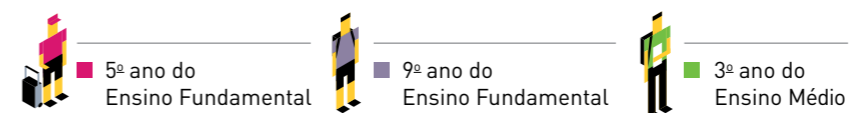
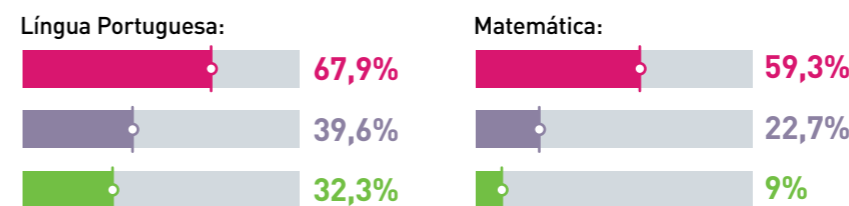
91
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

74
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

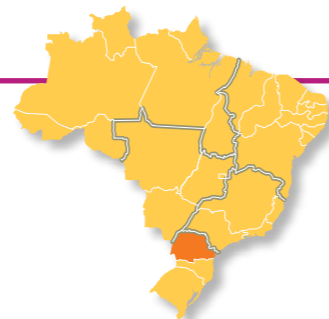
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



PARANÁ



É nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que o estado registra seu melhor desempenho no que diz respeito à aprendizagem das crianças e adolescentes. Os resultados nas outras etapas de ensino ficam mais próximos da média nacional.

Com uma área total de 199 mil km², o Estado do Paraná é composto por 399 municípios. Sua capital é Curitiba.

POPULAÇÃO:
11,2 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.814,05

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
2.583.367

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
86,9% têm Ensino
Superior completo

INFRAESTRUTURA:
97,5% das escolas públicas
têm infraestrutura básica
60,1% contam com
biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

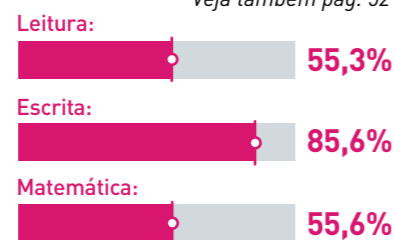
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,2** | EF Anos Finais: **4,6** | Ensino Médio: **3,9**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que
ingressam na escola

89
concluem o Ensino
Fundamental 1 aos 12 anos

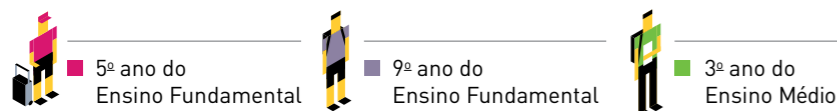
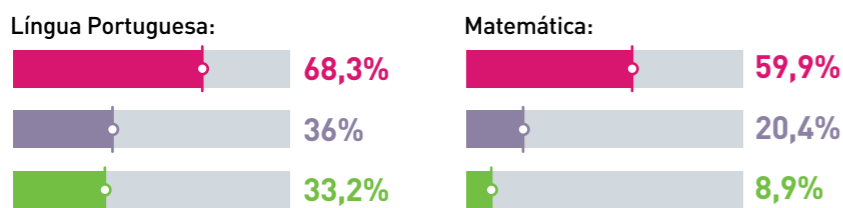
78
concluem o Ensino
Fundamental 2 aos 16 anos

62
concluem o
Ensino Médio aos 19 anos

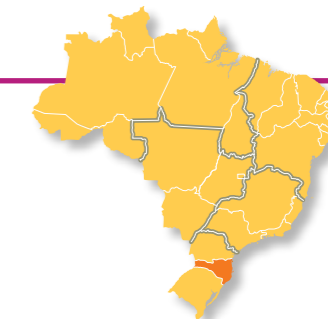
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



SANTA CATARINA



A Educação em Santa Catarina destaca-se pelo desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, em especial nos Anos Iniciais. Conforme dados da Avaliação Nacional da Alfabetização, 84,8% dos alunos são proficientes em Escrita. O Ensino Médio é uma etapa a ser aprimorada.

Com 295 municípios distribuídos em 95,7 mil km², Santa Catarina tem como capital Florianópolis.

POPULAÇÃO:
6,8 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 3.043,77

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
1.528.185

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
81,6% têm Ensino
Superior completo

INFRAESTRUTURA:
84,7% das escolas públicas
têm infraestrutura básica
51,5% contam com
biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

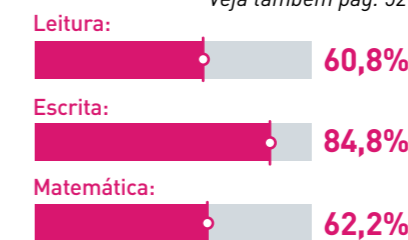
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,3** | EF Anos Finais: **5,1** | Ensino Médio: **3,8**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



DE CADA

100
estudantes que
ingressam na escola

92
concluem o Ensino
Fundamental 1 aos 12 anos

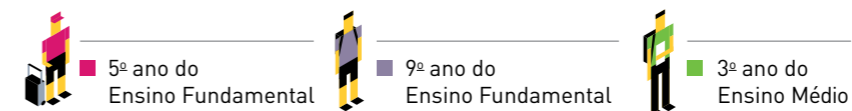
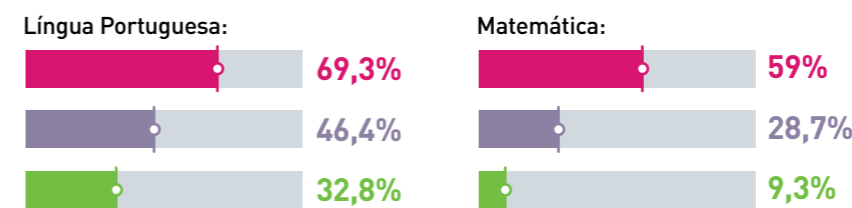
83
concluem o Ensino
Fundamental 2 aos 16 anos

65
concluem o
Ensino Médio aos 19 anos

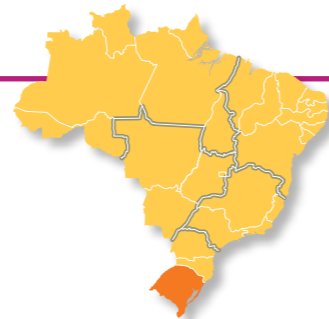
PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:

Veja também pág. 72



RIO GRANDE DO SUL



Quase 20% dos professores ainda não têm formação em nível superior, no Rio Grande do Sul. Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresentam baixa porcentagem de estudantes com aprendizagem adequada, segundo a Aneb. O Ensino Médio também é um desafio importante a ser enfrentado.

Dividido em 497 municípios que ocupam uma área total de 281,7 mil km², o Rio Grande do Sul tem como capital Porto Alegre.

POPULAÇÃO:
11,2 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.830,03

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
2.356.624

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
80,5% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
98,2% das escolas públicas têm infraestrutura básica
75% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

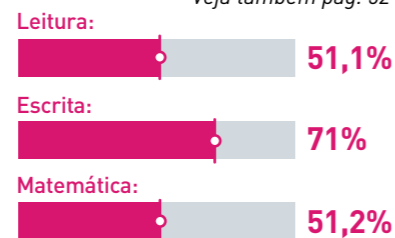
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,7** | EF Anos Finais: **4,3** | Ensino Médio: **3,6**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

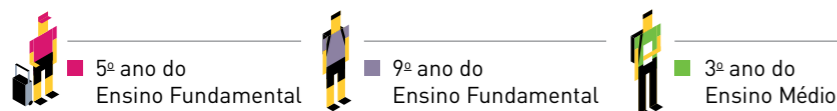
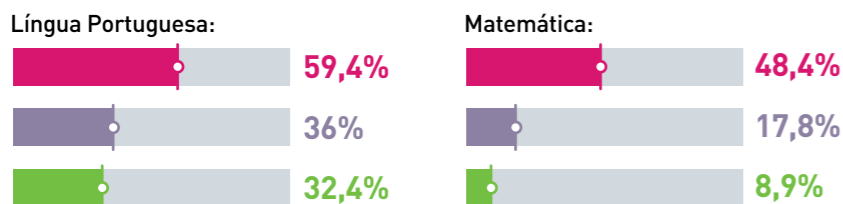
Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizagem adequada:

Veja também pág. 72



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

89

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

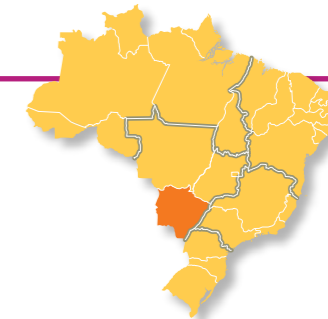
73

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

60

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

MATO GROSSO DO SUL



O Estado do Mato Grosso do Sul obteve resultados superiores aos da média nacional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ao final desta etapa, 59,3% dos alunos apresentam aprendizado adequado para o 5º ano, em Língua Portuguesa. O mesmo vale para 44,2% dos alunos em Matemática.

O Mato Grosso do Sul tem 79 municípios, ocupando uma área total de 357,1 mil km². Tem como capital a cidade de Campo Grande.

POPULAÇÃO:
2,6 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.611,44

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
684.675

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
89,6% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:
99,2% das escolas públicas têm infraestrutura básica
49,8% contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,5** | EF Anos Finais: **4,5** | Ensino Médio: **3,7**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

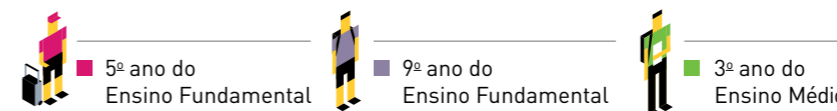
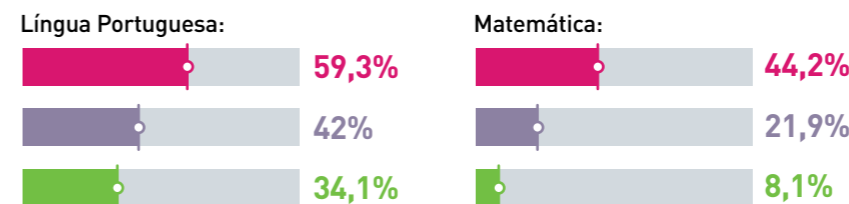
Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizagem adequada:

Veja também pág. 72



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

87

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

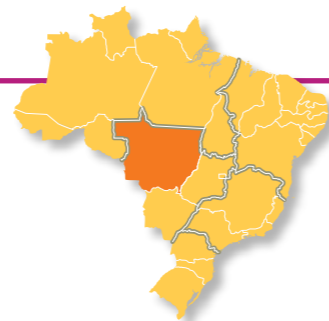
71

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

52

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

MATO GROSSO



Os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentam-se como um problema a ser enfrentado pelos gestores públicos, no Mato Grosso. Ao final dessa etapa, apenas 14,2% dos alunos alcançam aprendizagem adequada em Matemática, e 28,2%, em Língua Portuguesa.

Com grande extensão territorial (903,3 mil km²) e baixa densidade populacional, o Mato Grosso tem 141 municípios, entre eles a capital, Cuiabá.

POPULAÇÃO:
3,3 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.741,25

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
851.582

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
89,8% têm Ensino
Superior completo

INFRAESTRUTURA:
91,1% das escolas públicas
têm infraestrutura básica **47,9%** contam com
biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

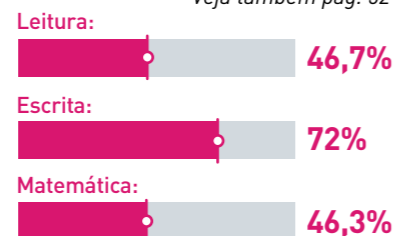
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,7** | EF Anos Finais: **4,6** | Ensino Médio: **3,2**

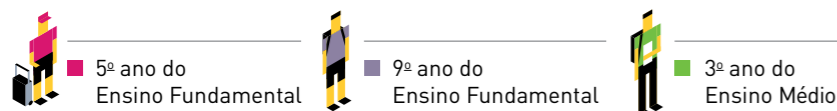
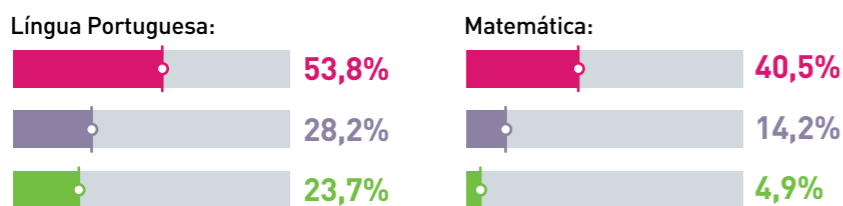
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

92

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

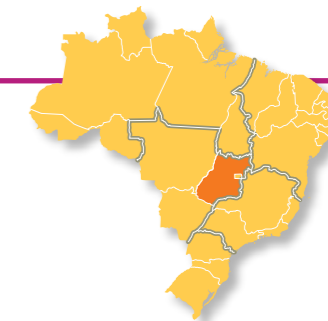
89

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

56

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

GOIÁS



Em relação às médias nacionais do Ideb, o estado apresenta, em geral, resultados levemente superiores. Assim como o País, a rede de ensino goiana enfrenta um desafio significativo para o cumprimento das metas do PNE, como é o caso da alfabetização.

Com uma área total de 340 mil km², o Estado de Goiás é composto com 246 municípios. Sua capital é Goiânia.

POPULAÇÃO:
6,6 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 2.188,78

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
1.440.908

**PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:**
83% têm Ensino
Superior completo

INFRAESTRUTURA:
97,7% das escolas públicas
têm infraestrutura básica **57,8%** contam com
biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

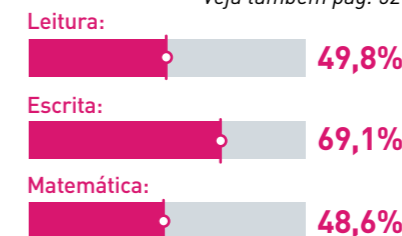
APRENDIZAGEM

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **5,8** | EF Anos Finais: **4,9** | Ensino Médio: **3,9**

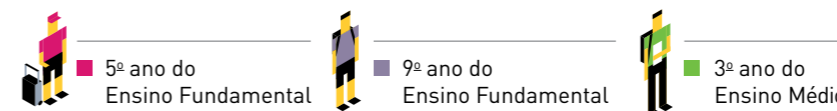
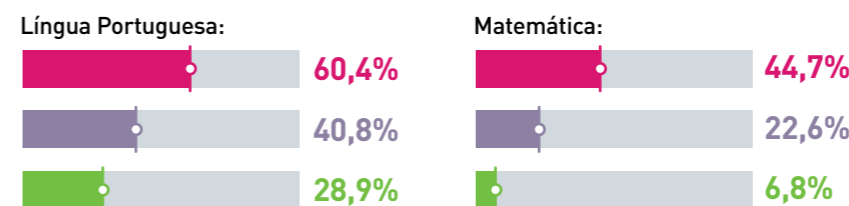
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Estudantes com aprendizado adequado:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

91

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

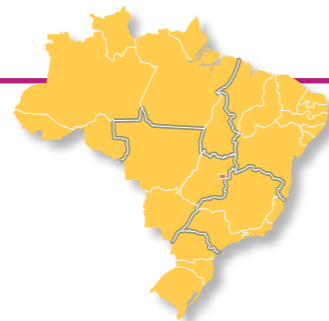
76

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

61

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

DISTRITO FEDERAL



O Distrito Federal apresenta números expressivos no que diz respeito à formação de professores e à infraestrutura das escolas. O Ideb do DF está acima da média nacional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O Distrito Federal abriga a capital do País, Brasília. Faz parte da região Centro-Oeste e tem uma área de cerca de 6 mil km².

POPULAÇÃO:
2,9 milhões

RENDA MÉDIA:
R\$ 6.164,25

MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
666.481

PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:

91% têm Ensino Superior completo

INFRAESTRUTURA:

99,9% das escolas públicas têm infraestrutura básica **88,2%** contam com biblioteca ou sala de leitura

Nota: considera-se infraestrutura básica: energia elétrica, esgoto (fossa ou rede pública), água filtrada ou ligada à rede pública e banheiro dentro do prédio.

APRENDIZAGEM

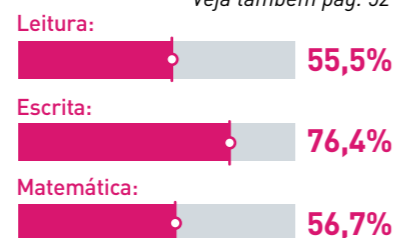
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

EF Anos Iniciais: **6,0** | EF Anos Finais: **4,5** | Ensino Médio: **4,0**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Veja também pág. 52

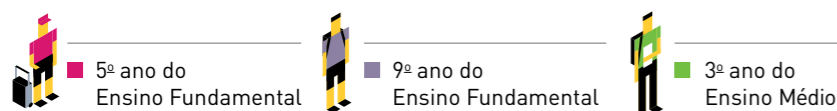
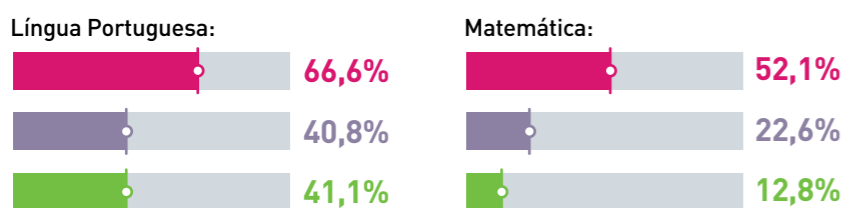
Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental com nível de proficiência considerado suficiente:



PROVA BRASIL E ANEB

Veja também pág. 72

Estudantes com aprendizado adequado:



DE CADA

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

72

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

69

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono, taxa de 67, 126, 137

Acesso 15, 23, 24, 27, 28, 31, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 47

Veja também Atendimento

Acre 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 145

Alagoas 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 157

Alfabetismo funcional 88-89, 126

Alfabetização 126, 136
15 anos ou mais 84-89
até 8 anos (ANA) 52-57

Alunos com deficiência 46-51, 129, 130

Amapá 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 149

Amazonas 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 146

Anos

de estudo 14, 78-82, 131
Iniciais do Ensino Fundamental 17, 32, 33, 59, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 89, 91, 108, 115, 120, 121, 122, 124
Finais do Ensino Fundamental 17, 32, 33, 59, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 89, 91, 108, 115, 120, 121, 122, 124

Aprovação, taxa de 67, 131

Atendimento, taxa de 23, 28, 31, 34, 35, 37, 42, 47, 48, 80, 137

Atividades complementares 69, 126,

Atraso escolar 68, 131

Avaliação

Nacional da Alfabetização (ANA) 17, 52-57, 127
Educação 126

B

Bahia 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 159

Biblioteca 15, 33, 40, 60
Veja também Infraestrutura

C

Carreira docente 114-116, 136

Ceará 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 153

Censo Escolar da Educação Básica 127

Centro-Oeste 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 59, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75, 79, 81, 82, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119

Classes

comuns 8, 46-51
especiais 8, 46-51
multisseriadas 128
Concluintes 110, 127
Conclusão 16, 31, 38, 128, 137

Conselho

Escolar 128
Municipal de Educação 118
Nacional de Educação 128, 129, 139

Creche 22-27, 129

Crianças

de 0 a 3 anos 22-27
de 4 e 5 anos 15, 23-28
de 6 a 14 anos 15, 31, 35
de 7 a 14 anos 31, 34

Currículo 128

Custo Aluno-Qualidade 127

D

Deficiência 33, 40, 46-51, 128, 129

 caminhar 47

 enxergar 47

 mental/intelectual 48

 ouvir 47

Veja também Alunos com deficiência

Dependência administrativa 25, 32, 39, 65, 66, 96, 102, 128

Desempenho 64-70, 72-75, 76, 77, 132, 134

Desigualdade. *Ver Equidade*

Diretores 117, 118, 119

Distorção idade-série, taxa de 68, 129, 137

Distrito Federal 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 170

Docentes 9, 107-116, 129, 135

 Com formação superior 108-113, 129

 Carreira 115, 116, 139

Doutores 103, 105

E

Educação

 a distância 91, 92, 93, 129

 Básica 8, 9, 10, 14, 15, 27, 44-45, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 107-113, 114-116, 120-125, 129, 131, 136

 de Jovens e Adultos 90-93, 96, 98, 115, 129

 em áreas remanescentes de quilombos 14, 45, 136

 em tempo integral 58-63, 130

 Especial/Inclusiva 46-51, 129

 Infantil 22-29, 49, 59, 63, 108, 109, 120, 122, 129

 Indígena 14, 45, 129

 no campo 44

 por nível socioeconômico 10

 Profissional 39, 90, 91, 93, 94-98, 99, 115, 130

 Superior 100-105, 120, 122, 123, 130

Enem 131

Ensino

 Fundamental 16, 17, 30-35, 49, 53, 55, 56, 59, 63, 65-70, 72-75, 89, 91, 93, 108, 109, 111, 112, 120, 122, 123, 130

 Médio 16, 17, 36-42, 49, 53, 55, 56, 59, 63, 65-70, 72-75, 89, 91, 93, 108, 109, 111, 112, 120, 122, 123, 130

Superior. *Ver Educação Superior*

Equidade 130

 De Olho na Equidade 22, 30, 36, 46, 52, 58, 64, 78, 84, 90, 94, 100, 107, 114

Escolaridade 14, 44, 78-81, 131

Escrita 17, 52-57, 127 (ANA)

Espírito Santo 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 161

Estabelecimentos 9, 10, 25, 32, 33, 39, 40, 96, 131

F

Financiamento da Educação 120-125

Fluxo escolar 64-71, 131, 137

Fundeb 131

G

Gestão democrática 117-119

Gasto anual por estudante 122, 123

Goiás 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 169

Graduação. *Ver Ensino Superior*

I

Ideb 65, 66, 69, 70, 71

Infraestrutura 15, 26, 33, 40

Informática, laboratório de 33, 40, 60

Integral, tempo. *Ver Tempo integral*

Internet, acesso à 33, 40

Investimento em Educação 121

Veja também Financiamento

J

Jornada escolar 133, 138 (Turno)

Jovens

 de 15 a 17 anos 15, 37, 38, 44, 80, 92

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 117, 133
do Piso 114

Leitura 17, 52-57, 127 (ANA)

Língua Portuguesa 17, 72-75

Livro didático 131

M

Maranhão 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 151

Matemática 17, 52-57, 72-75, 127 (ANA)

Mato Grosso 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 168

Mato Grosso do Sul 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 167

Matrículas

Educação Básica 8, 14

 Educação em Tempo Integral 59, 60, 62, 63

 Educação Especial/Inclusiva 47-50

 Educação Indígena 39

 Educação Infantil 25, 26

 Educação Profissional 95-98

 Educação Superior 101-104

 EJA 91-93

 Ensino Fundamental 31, 33

 Ensino Médio 39

 no campo 14, 44

 em áreas quilombolas 14, 45

 de professores 110

 por nível socioeconômico 10

 por turno 39

Média de anos de estudo 79, 81, 82, 133

Mestres e doutores 103, 105

Minas Gerais 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 160

Mobilidade reduzida 33, 40, 48

N

Nível Socioeconômico (NSE) 10, 11, 54, 71, 73, 133

Nordeste 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 59, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75, 79, 81, 82, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119

Norte 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 56, 59, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75,

79, 81, 82, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119

P

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) 127, 134

Pará 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 148

Paraíba 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 155

Paraná 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 164

Pernambuco 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 156

Piauí 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 152

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 76-77, 134

Pré-Escola 23-28, 135

Produto Interno Bruto (PIB) 55, 57, 120, 121, 122, 134

Professores

 Formação 107-113, 131

 Remuneração 114-116,

Prova ABC 135

Prova Brasil 64, 72-75, 132, 135

Q

Qualidade 62-66, 72-75, 76-77, 127, 135, 136

Quilombos. *Ver Educação em áreas remanescentes de quilombos*

R

Raça/cor 136

 na Educação Infantil 24

 no Ensino Fundamental 31

 no Ensino Médio 38

 na Educação Superior 101

 e alfabetização 85, 87

 e escolaridade 79, 80, 82

Recursos disponíveis nas escolas 15, 26, 33, 40

Rede pública 8, 10, 25, 32, 39, 40, 56, 60, 66, 98, 115

Rede privada 8, 10, 25, 32, 39, 40, 56, 60, 66, 98

Reforma do Ensino Médio 94

Reprovação 67, 137
e progressão continuada 135

Rio de Janeiro 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51,
56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97,
98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 162

Rio Grande do Norte 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50,
51, 56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97,
98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 154

Rio Grande do Sul 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51,
56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97,
98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 166

Rondônia 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56,
62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98,
104, 105, 111, 116, 124, 125, 145

Roraima 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62,
63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98,
104, 105, 111, 116, 124, 125, 147

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da
Educação Básica 17, 72-75, 136

Santa Catarina 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51,
56, 62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97,
98, 104, 105, 111, 116, 124, 125, 165

São Paulo 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56,
62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98,
104, 105, 111, 116, 124, 125, 163

Sergipe 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56, 62,
63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98,
104, 105, 111, 116, 124, 125, 158

Sudeste 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 45,
47, 48, 50, 51, 56, 59, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75,
79, 81, 82, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 102,
104, 105, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119

Sul 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 45, 47,
48, 50, 51, 56, 59, 62, 63, 68, 69, 70, 74, 75,
79, 81, 82, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 102,
104, 105, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119

Superdotação 48, 49, 51, 128, 129

T

Taxa

de abandono. *Ver Abandono*

de aprovação. *Ver Aprovação*

de atendimento. *Ver Atendimento*

de matrículas. *Ver Matrículas*

de reprovação. *Ver Reprovação*

líquida de matrícula 31, 34, 35,
37, 38, 41, 101, 104, 137

bruta de matrícula 101, 137

Tempo integral 58-63, 130

Tocantins 27, 28, 34, 35, 41, 42, 50, 51, 56,
62, 63, 69, 70, 81, 82, 86, 87, 93, 97, 98,
104, 105, 111, 116, 124, 125, 150

CRÉDITOS DAS FOTOS

Pág. 6 Gradyreese/Getty Images

Pág. 20 Juanmonino/Getty Images

Pág. 34 SolStock/Istock Photo/Getty Images

Pág. 40 Marko Skrbic/Getty Images

Pág. 61 Steve Debenport/Getty Images

FONTES IMPORTANTES DE CONSULTA


Inep: <http://www.inep.gov.br>

MEC: <http://www.mec.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br>



Nesse momento em que o País discute seus caminhos para os próximos anos, o **Anuário Brasileiro da Educação Básica** reafirma seu papel como referência de consulta para jornalistas, pesquisadores e gestores de políticas públicas no âmbito do cenário educacional. Por isso mesmo, trazemos como novidade desta edição uma seleção de indicadores relevantes por unidade da federação, revelando, assim, o quadro da Educação nos estados e no Distrito Federal. Além disso, com base em dados oficiais e no marco do Plano Nacional de Educação (PNE), oferecemos novamente números e análises que, em seu conjunto, representam um retrato abrangente que contribui para o acompanhamento das metas de melhoria da qualidade da Educação brasileira.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br